



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

ELLEN MONIELLE DO VALE SILVA

DE ONDE FALA A DIPLOMACIA FEMININA INDÍGENA?: As vozes de
mulheres indígenas brasileiras nas Conferências das Partes (COP26/COP27)

João Pessoa
2023

ELLEN MONIELLE DO VALE SILVA

DE ONDE FALA A DIPLOMACIA FEMININA INDÍGENA?: As vozes de mulheres indígenas brasileiras nas Conferências das Partes (COP26 E COP27)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba como exigência final para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Aline Contti Castro

João Pessoa
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586o Silva, Ellen Monielle do Vale.

De onde fala a diplomacia feminina indígena? : as vozes de mulheres indígenas brasileiras nas Conferências das Partes (COP26/COP27) / Ellen Monielle do Vale Silva. - João Pessoa, 2023.
190 f. : il.

Orientação: Aline Contti Castro.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Diplomacia feminina indígena. 2. Mudanças climáticas. 3. Conferência das Partes. 4. Discurso do sujeito coletivo. 5. Teorias decoloniais. I. Castro, Aline Contti. II. Título.

UFPB/BC

CDU 341.76-055.2(=1-82)(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA ECOOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata da Sessão Pública de Defesa de Dissertação da Mestranda ELLEN MONIELLE DO VALE SILVA como requisito para obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional, área de concentração em Gestão Pública e Cooperação Internacional, linha de pesquisa em COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às oito horas, reuniu-se na Plataforma Google Meet <https://meet.google.com/uee-wbjy-kax>, a Banca Examinadora composta pelos membros: Dra. Aline Contti Castro (Orientadora), Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira (Membro Interno) e Dr. Maurício Hiroaki Hashizume (Membro Externo), para julgar a dissertação de ELLEN MONIELLE DO VALE SILVA intitulada “DE ONDE FALA A DIPLOMACIA FEMININA

INDÍGENA?: As vozes de mulheres indígenas brasileiras nas Conferências das Partes (COP26/COP27)”, para obtenção do grau de mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa realizado pelo(a) presidente Profa. Dra. Aline Contti Castro. Após haver analisado o referido trabalho e arguido a candidata, os membros da Banca Examinadora deliberaram por unanimidade e atribuíram o conceito: (X) aprovado, () insuficiente, () reprovado.

Observações da Banca:

A banca da aluna ocorreu regularmente, com destaque para a excelente qualidade do trabalho de pesquisa desenvolvido pela aluna e seu ganho de maturidade intelectual.

Proclamado o resultado, a presidente da banca examinadora encerrou os trabalhos, e para constar, assinou a presente ata, em duas vias, juntamente com os demais membros da banca examinadora e a mestranda.

Profa. Dra. Aline Contti Castro
Orientadora/Presidente da Banca Examinadora –
PGPCI/UFPB



Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira Examinador
Interno

Documento assinado digitalmente
gov.br MAURICIO HIROAKI HASHIZUME
Data: 21/08/2023 15:13:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Maurício Hiroaki Hashizume
Examinador Externo



Ellen Monielle do Vale Silva
Discente

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais. Durante todos esses anos, dona Lucia e seu Edmar me proporcionaram, com muita luta, os meios para conseguir o que jamais podem tirar de mim: meu conhecimento. Agradeço ao meu irmão Felipe, minha tia Fátima, minha vó Cícera e o restante dos meus familiares por sempre me apoiarem na minha jornada e decisões que tive que tomar para chegar até aqui.

Até chegar ao mestrado, muita gente me ajudou, me inspirou e me colocou para cima. Agradeço ao meu prof. de inglês Franklin do 6º ano, que me incentivou a aprender outros idiomas; as minhas profs. do ensino médio: Heloísa de artes e Martha de português, obrigada por me mostrarem outros mundos; as minhas profs. da faculdade: Alda, que já veio a falecer, Hugo e Julia, obrigada pelo apoio e por mostrar que a academia pode ir além. Aos amigos do ensino médio e da faculdade que até hoje tenho vínculos, que me apoiaram nessa jornada e comemoram minhas vitórias, obrigada demais.

Nessa fase de mestranda, agradeço a FAPESQ/PB, que me ajudou nesses últimos dois anos e contribuiu para esse trabalho se tornar possível. Também agradeço as organizações NOSSAS e Perifa Sustentável, ao escritório Daniel e a instituição de pesquisa IYALETA por terem me possibilitado ir a COP26, na Escócia e COP27, no Egito, desenvolver meu trabalho em campo e, conseqüentemente, esta pesquisa. Agradeço bastante a compreensão de todos os profs. do mestrado nessa fase de pesquisa em campo.

Para todas as mulheres indígenas que tive a oportunidade e o prazer de ouvi-las, meu muitíssimo obrigada. Vocês não só fazem parte deste trabalho, mas construíram junto comigo. Obrigada a minha colega e amiga de mestrado Carol por ter me ajudado desde a fase de mudança para João Pessoa até o último dia de entrega desta dissertação. Obrigada também aos meus outros colegas de mestrado que me apoiaram nessa fase.

Por fim, agradeço a mim mesma por não ter desistido, ter corrido atrás de fazer este trabalho acontecer e ter me entregando de cabeça a essa experiência louca e engrandecedora que é o mestrado.

“O nosso destino é traçado pelas mãos de uma mulher”
Suraras do Tapajós (grupo musical amazônico de canções indígenas e resistência feminina)

RESUMO

Com a procura por harmonizar a dinâmica do crescimento do capital com os limites dos sistemas biofísicos, as Conferências das Partes (COPs), órgão de tomada de decisão da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), foi estabelecida para ser um espaço de debates climáticos a nível global para o desenvolvimento de protocolos e acordos específicos acerca dessa temática. Com a incidência de mulheres indígenas ganhando força nos debates referentes às alterações globais do clima, a articulação de diversas lideranças, por meio da diplomacia feminina indígena, emerge para que os seus saberes/fazer e demandas sejam incorporados em espaços diplomáticos e discussões sobre as mudanças climáticas como as COPs. Este estudo tem como plano de fundo análises e entrevistas semiestruturadas realizadas na COP26, em Glasgow, na Escócia, e na COP27, em Sharm El-Sheikh, no Egito. Através de uma pesquisa exploratória com abordagem decolonial, as principais perguntas que movem e norteiam a investigação são: Como as mulheres indígenas brasileiras utilizam o espaço da COP para seus fins políticos? E quais os resultados dessa ação? Portanto, o objetivo central é entender como mulheres indígenas, através dos seus discursos, utilizam o espaço da COP como forma de incidência. Em um primeiro momento, é abordado a matriz de poder colonial na era da Modernidade/Colonialidade, explorando os temas de conhecimento, clima e gênero e discutindo a diplomacia indígena como uma forma de desprendimento e reapropriação dos discursos tradicionais. Por conseguinte, o contexto, estabelecimento e marcos da UNFCCC, os principais acordos das COPs e a participação indígena nessas conferências são explorados. O capítulo final analisa as agendas, discussões e resultados das COPs 26 e 27, com foco nas vozes e práticas diplomáticas das mulheres indígenas brasileiras. Como resultado, utilizando-se do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) como técnica de análise dos discursos das mulheres indígenas brasileiras entrevistadas, quatro Ideias Centrais (ICs) emergiram através da voz coletiva delas: (1) A COP para as mulheres indígenas: espaço de alinhamentos e denúncias; (2) Das comunidades até a COP: Desafios enfrentados em espaços de tomadas de decisões climática; (3) Estratégias, articulação e incidência feminina indígena; (4) Combatendo às mudanças climáticas: A cura da terra atravessa as mulheres indígenas.

Palavras-Chaves: Diplomacia Feminina Indígena; Mudanças Climáticas; Conferência das Partes; Discurso do Sujeito Coletivo; Teorias Decoloniais.

ABSTRACT

Seeking to harmonize the dynamics of capital growth with the limits of biophysical systems, the Conferences of the Parties (COPs), the decision-making body of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), was established to be a space for global climate debates for the development of specific protocols and agreements on this topic. With indigenous women gaining strength in debates related to global climate change debate, the articulation of different leaders, through indigenous female diplomacy, emerges so that their knowledge/doings and demands may be incorporated into diplomatic spaces and discussions about climate change like the COPs. Aiming to understand how the voices of Brazilian indigenous women impact on climate decision-making spaces, through an exploratory and decolonial investigation, the research is based on analyzes and semi-structured interviews carried out at COP26, in Glasgow, Scotland, and at COP27, in Sharm El-Sheikh, Egypt. At first, the matrix of colonial power in the era of Modernity/Coloniality is approached, exploring the themes of knowledge, climate and gender and discussing indigenous diplomacy as a form of detachment and reappropriation of traditional discourses. Accordingly, the context, establishment and frameworks of the UNFCCC, the main agreements of the COPs and indigenous participation in these conferences are explored. The final chapter analyzes the agendas, discussions, and outcomes of COPs 26 and 27, focusing on the voices and diplomatic practices of Brazilian indigenous women. As a result, using the Collective Subject Discourse (DSC) as a technique for analyzing the discourses of the interviewed Brazilian indigenous women, four Central Ideas (CIs) emerged through their collective voice: (1) The COP for indigenous women: space alignments and denouncements; (2) From communities to COP: Challenges faced in climate decision-making spaces; (3) Indigenous female strategies, articulation and incidence; (4) Fighting climate change: Healing the earth crosses indigenous women.

Keywords: Indigenous Women's Diplomacy; Climate change; Conference of the Parties; Discourse of the Collective Subject; Decolonial Theories.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipos de Diplomacia Indígena.....	38
Figura 2 - Arranjo institucional da UNFCCC	44
Figura 3 - As credenciais concedem diferente status de participação: em amarelo, minha credencial na COP26 como membro observadora; à direita, a credencial de "party overflow" identificada em rosa de uma das diversas mulheres indígenas que conversei (foto autorizada pela mesma)	54
Figura 4 – Participação de Organizações indígenas como observadoras	55
Figura 5 - Constituintes da UNFCCC	56
Figura 6 - Outdoor estampado pelas ruas de Glasgow: "Conheças as verdadeiras líderes". Da esquerda para direita: Célia Xakriabá, Glicéria Tupinambá e Sônia Guajajara.	64
Figura 7 - Dias temáticos da COP27	71
Figura 8 - Mulheres indígenas brasileiras ao lado de Lula no FIPI.....	74
Figura 9 – Nuvem de Palavras referente às entrevistas da COP26 e COP27.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Panorama da produção literária selecionada sobre a temática de mulheres indígenas e colonialidade de gênero na América Latina	7
Quadro 2 - Participação indígena na ONU para além da UNFCCC	45
Quadro 3 - O Caucus através de vozes indígenas	49
Quadro 4 - Principais mulheres indígenas brasileiras presentes na COP e suas falas em relação à Conferência	65
Quadro 5 - Informações sobre os povos das mulheres indígenas entrevistadas.....	77
Quadro 6 – ICs e síntese das compreensões das mulheres indígenas referentes às discussões das COPs e o combate às mudanças climáticas.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- ECH (em negrito) da COP26 e COP27 destacados dos discursos transcritos a partir das entrevistas realizadas. MI e o seguinte código das mulheres entrevistadas.	80
Tabela 2 - DSC das mulheres indígenas brasileiras na COP26 e COP27.	85

LISTA DE SIGLAS

APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CEAEO	Comissão Econômica para a Ásia e o Extremo Oriente
CEDAW	Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COMIN	Conselho de Missão entre Povos Indígenas
CNDTM	Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração
COP	Conferência das Partes
COP26	26ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas
COP27	27ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas
CQNUMC	Conferência Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ECH	Expressões Chaves
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIPI	Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas
IC	Ideias Centrais
IMA	Instituto Mulheres da Amazônia
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
NDC	Contribuição Nacionalmente Determinada
OMM	Organização Mundial de Meteorologia
ONU	Organizações das Nações Unidas
OWW	One World World
PNUMA	Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
PPICL	Plataforma dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
ASPECTOS METODOLÓGICOS	6
1. COLONIALIDADES, O EU COLETIVO E A DIPLOMACIA INDÍGENA ...	10
1.1. Contexto: O marco da Modernidade/Colonialidade, a Matriz de Poder Colonial e o ‘Outro’	10
1.1.1. Quando a Colonialidade encontra o conhecimento/saber.....	12
1.1.2. Entendendo a crise climática através da Colonialidade	15
1.1.3. Gênero e Colonialidade: O Encobrimento do Outro perpassa mulheres indígenas.....	19
1.1.3.1. Mulheres indígenas e a colonialidade de gênero na América Latina.....	20
1.2. Desprendimento: O eu coletivo e a pluriversalidade de conhecimentos através do discurso	23
1.2.1. Análises do discurso	25
1.2.2. Pluriversalidade, ancestralidade e coletividade: Discurso indígena	29
1.2.3. Discurso da coletividade feminina indígena em relação às mudanças climáticas.....	31
1.3. (Re)apropriação: a diplomacia indígena como ferramenta decolonização	33
1.3.1. Os aspectos de formação da diplomacia tradicional.....	34
1.3.2. A diplomacia dos povos indígenas	37
2. CONFERÊNCIA DAS PARTES E A INCIDÊNCIA DIPLOMÁTICA INDÍGENA	41
2.1. Contexto, estabelecimento e funcionamento da UNFCCC	41
2.1.1. Participação indígena dentro da UNFCCC: LCIPP e IIPFCC.....	45
2.2. Conferência das Partes: Principais acordos e discussões	51
2.3. Espaços da COP e a incidência diplomática indígena	53
2.3.1. A diplomacia feminina indígena no enfrentamento às mudanças climáticas	57
3. DE ONDE FALA A DIPLOMACIA INDÍGENA?: As vozes femininas indígenas brasileiras nas COP26 e COP25	60
3.1. Principais agendas e resultados da COP26: A COP das mulheres indígenas brasileiras.....	60
3.2. Do nacional ao internacional: A (re)tomada de mulheres indígenas brasileiras na COP27.	69
3.3. A construção do DSC de mulheres indígenas brasileiras nas COP26 e COP27	76
3.3.1. Expressões Chaves, Ideias Centrais e os DSC da COP26 e COP27	79
3.4. O que o DSC revela sobre a incidência de práticas diplomáticas femininas indígenas nos espaços da COP?	88
Apêndice A – Quadro detalhado dos artigos selecionados	108

Apêndice B – Gráficos com resultados da revisão em relação à temática Colonialidade de Gênero na América Latina.....	112
Apêndice C – Relatórios publicados pelo IPCC de 1990 até 2023	114
Apêndice D – Sessões das COPs ao longo dos anos	117
Apêndice E – Perguntas que guiaram as entrevistas semiestruturada realizada nas COP26 e COP27.....	118
Apêndice F – Transcrição das entrevistas das mulheres indígenas na íntegra	119
Apêndice G – Decisões com menções relacionadas aos povos indígenas e suas cosmovisões tradicionais em documentos oficiais na COP26	149
Anexo A – Manifesto Carta de Belém	154
Anexo B – Carta APIB para COP26	165
Anexo C – Carta APIB para COP27	168
Anexo D – Discurso de Lula na COP27.....	171

INTRODUÇÃO

Começo esta dissertação com uma das frases que me incentivou escrevê-la: “nossa história começa antes de 1500”. Essa frase não é resumida apenas na história de povos indígenas, mas a de muitos povos que foram colonizados e impostos como Outros a serem dominados e invisibilizados. Por ser um corpo negro e feminino, carrego em mim os traumas de gerações que vieram antes, impostas por um sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno. Assim como a história do povo preto, as narrativas que perpassam os povos indígenas dentro da academia, por muito tempo, foram narradas através de teóricos que utilizaram o coletivo universal da terceira pessoa do plural para se referir, em realidade, a como o homem branco lê e narra o mundo.

O lugar da produção de conhecimento e escrita são locais onde muitas vezes negras e indígenas foram silenciadas, adulteradas e omitidas. Tentaram nos colocar, corpo/mente, em geo-corpo-política, num lugar de passividade e subjugamento. Li, em um momento, que “se a cientificidade atribui legitimidade à voz, faço aqui uso dela”¹. De fato, aqui faço uso dela, não para dar voz as mulheres indígenas, para além do colocado como “objeto de pesquisa” pela academia eurocêntrica. Mas, como ponte. Me atrevo a ser ponte para disputar com trabalhos acadêmicos que se utilizam da voz universal e pouco “falam” através das vozes dessas mulheres. Preencher uma das lacunas acadêmicas da luta secular das mulheres indígenas pela (sobre)vivência de seus territórios é o que pretendo aqui.

Apesar da ideia de que o fim das administrações coloniais guiava à descolonização do mundo, o mito de um mundo “pós-colonial” resultou, em realidade, na saída de um período de colonialismo global para entrada na colonialidade global (GROSFUGUEL, 2008). A imposição do sistema estatal europeu, com seus princípios legal e burocrático, é o legado mais duradouro em um sistema internacional que se baseia em tomadas de decisão de Estados-nações, tendo suas raízes influenciadas por tradições europeias de governo e organização econômica (OYEWUMI, 2004).

A internacionalização do sistema de produção capitalista e sua colonialidade conduziu o processo de acumulação ao nível global e, conseqüentemente, a autoridade decisória gravitou para o nível internacional. A partir da década de 1970, ocorreu uma mudança na ideia de desenvolvimento, que busca conciliar a dinâmica do crescimento do capital com os limites dos sistemas biofísicos, surgindo a ideia de “desenvolvimento

¹ Obin Odara – Não me colonize.

sustentável” e, assim, a temática começava a adentrar as discussões globais através da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972), em Estocolmo. Em 1988, foi criado o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), com objetivo de fornecer informações científicas, por meio de seus relatórios, para que pudessem ser usadas para desenvolver políticas climáticas e, mais tarde, viria a contribuir para negociações internacionais sobre mudanças climáticas (IPCC, 2013).

Por conseguinte, com avanço significativo da emergência das questões relacionadas ao clima e a busca por desenvolver protocolos e acordos específicos acerca da problemática, instituiu-se a Conferência das Partes ou Cumbres Mundiales del Clima (COPs ou Conferência) através da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou Convenção). Seu consequente estabelecimento foi por meio da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Brasil, em 1992 (UNFCCC, 2021). As Partes da Convenção, composta por 196 países, reúnem-se anualmente nas COPs desde 1995, para negociar limites vinculativos das emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), mecanismos de aplicação de medidas e responsabilidades multilaterais da mudança climática, tendo como marco o Protocolo de Kyoto (PK) (1997), primeiro acordo climático global para redução de GEE, assinado durante a COP3 (UNFCCC, 2021).

A COP é um momento para expor as decisões coletivas e consensuais das Partes, contando com o compromisso e envolvimento de todos os países signatários para cumprir os principais acordos e tratados estabelecidos neste espaço. Apesar das discussões climáticas de conferências como as COPs serem focadas na participação do Estado, o cenário transnacional e global moderno foi forçado a incorporar outros atores e, conseqüentemente, as mobilizações desses novos atores não estatais têm sido uma característica particular nas últimas três décadas, tendo como ênfase, neste trabalho, a incidência da diplomacia de mulheres indígenas (BORTOLOTTI, 2020).

Enquanto as discussões climáticas no âmbito das COPs, na década de 1990, ganhavam forma e força no cenário internacional, as demandas de povos indígenas floresciam através de uma luta articulada para reivindicar autonomia e autodeterminação. Por essa crescente movimentação, a incidência, assim como os desafios dos povos indígenas, cresceu dentro de debates sobre o clima e suas mudanças. Levando isso em consideração, o exercício de diplomacia indígena transformou-se em

ferramenta utilizada para que os saberes/fazer e requerimentos desses povos pudessem ser escutados em organismos internacionais por meio da articulação de diversas organizações e suas lideranças (ROBLES, 2017; IPAM, 2012). As práticas dessa diplomacia, se despreendendo dos padrões diplomáticos eurocêntricos, estabelecem um caráter, conforme Robles (2017) indica, de mediação e relações imediatas ou estáveis com entidades sociais e políticas para tratar de questões de diversos cenários através do diálogo e da comunicação.

Sendo a questão ambiental pauta milenar dos povos indígenas, os movimentos e confluências desses povos recorrem aos espaços de diálogo global sobre as alterações do clima para visibilizar suas lutas (DOOLITTLE, 2010). À vista disso, a mudança do clima é mais um dos grandes desafios que os povos indígenas, especialmente mulheres indígenas, enfrentam a partir dos impactos dentro de seus territórios e modos de vida. Diante desses enfrentamentos, as mulheres de populações tradicionais criam, frequentemente, novos espaços diplomáticos para buscar negociações simultâneas e alcançar seus direitos individuais como mulheres e direitos coletivos como membros de comunidades indígenas (PARISI, CORNTASSEL, 2009; DOOLITTLE, 2010).

Utilizando-se do exercício de diplomacia indígena, fugindo de narrativas e perspectivas eurocentradas, as mulheres indígenas voltam-se para esse aparato tentando dar centralidade às demandas delas e de suas comunidades em organismos internacionais e espaços de negociações climáticas. A diplomacia feminina indígena, como uma proposta advinda da Mãe Terra em relação à diplomacia tradicional, tem tido um papel substancial nas atividades ligadas à diplomacia indígena antes, durante e depois do primeiro contato com os invasores coloniais (PARISI & CORNTASSEL, 2007; ROBLES, 2017).

Embora a atuação de mulheres indígenas esteja em constante ampliação dentro dos espaços oficiais das COPs ou a chamada Blue Zone, barreiras burocráticas, políticas, econômicas e epistemológicas são enfrentadas (BORTOLOTTI, 2020). No entanto, a participação dessas mulheres, de seus “olhares, temas e conceitos pode, assim, ser entendida como (...) um dos passos para a decolonização do próprio poder” (BALLESTRIN, 2013, p. 109). Acompanhando e observando a participação e principais falas e discursos das mulheres indígenas brasileiras dentro da Blue Zone e levando em conta que o diálogo e a comunicação ancestral são base da diplomacia indígena, as principais perguntas que move e norteia a investigação é: Como elas utilizam o espaço da COP para seus fins políticos? E quais os resultados dessa ação?

Conduzida para responder a reflexão supracitada, a pesquisa tenta entender, aceitando os desafios de se refletir novas formas de negociações climáticas numa perspectiva decolonial através das vozes e experiências de mulheres indígenas brasileiras dentro da agenda climática internacional. Portanto, a investigação tem como objetivo central entender como mulheres indígenas, através de seus discursos, utilizam o espaço da COP como forma de incidência. Para compreender o objetivo geral, três objetivos específicos, que serão tratados em seus subseqüentes capítulos, foram desenvolvidos:

1. Investigar, a partir da Modernidade/Colonialidade, os diversos entrelaces moderno/colonial sob o clima, conhecimento e gênero, assim como um desprendimento desse cenário através do discurso e da diplomacia indígena;
2. Explorar a UNFCCC, COPs e a incidência da diplomacia indígena dentro desses espaços;
3. Analisar o discurso da coletividade feminina indígena brasileira nas COP26 e COP27.

O capítulo 1, foi pensando e dividido da seguinte forma: Contexto → Desprendimento → (Re)apropriação. No contexto, discorro sobre o marco da Modernidade/Colonialidade, a matriz de poder colonial e a invenção do Outro, concomitantemente com os atravessamentos desse contexto nos temas de conhecimento/clima/gênero, dando uma ênfase maior nessa última. Em desprendimento, abordei o eu coletivo e a pluriversalidade de conhecimentos através do discurso, trazendo aspectos do discurso dos povos indígenas e de análises dos discursos. Em (re)apropriação, como extensão do ato de desprender-se, abordo a forma da diplomacia indígena em (re)apropriar-se e (re)inventar-se em contraponto à diplomacia tradicional, um dos múltiplos caminhos que perpassam a caminhada para decolonização.

Já no capítulo 2, irei apresentar o contexto, estabelecimento e principais marcos da UNFCCC, assim como a incidência da participação indígena dentro da Convenção. Mecanismos como a Plataforma dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais (PPICL) e Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas (FIPI) serão apresentados, tendo em vista que servem como base para compreender a participação desses povos na Convenção e, conseqüentemente, nas COPs. Ademais, irei explorar as COPs e os principais acordos estabelecidos pela Conferência, assim como a incidência diplomática indígena nesse espaço e a diplomacia feminina indígena em relação às mudanças climáticas.

Por fim, no capítulo 3, tendo como plano de fundo a minha participação nas 26^a e 27^a Conferência das Partes (COP26 e COP27), irei apresentar as principais agendas, discussões e resultados referentes a essas Conferências, tomando como ponto central as vozes e práticas diplomáticas de mulheres indígenas brasileiras. Além disso, será exposta a análise, através do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), das entrevistas dessas mulheres coletadas na COP26 e COP27 a fim de tentar responder as perguntas norteadoras que move a investigação.

Através das contribuições da técnica metodológica do DSC e de estudos decoloniais, caracterizados por seus diálogos profundamente transdisciplinares, é almejado emergir debates, perspectivas e experiências que se distanciam do núcleo de produção estabelecidos no eixo norte-americano/europeu do conhecimento, incluindo outras dimensões de análise à realidade escolhida (ESCOBAR, 2016) e abordando uma perspectiva teórica *desde el Sur*, assim como suas críticas a pressupostos epistemológicos e metodológicos dominantes da Modernidade (BALLESTRIN, 2013; FUSCALDO, NASCIMENTO, 2020).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O comprometimento desafiador de desenvolver pesquisas numa linha decolonial significa romper e reapropriar-se das formas metodológicas tradicionais. Deste modo, será realizada uma pesquisa qualitativa, exploratória e transversal, com enfoque investigativo na coleta de dados embasados em marcos da linguagem, cosmovisão de saberes/fazeres indígenas e história oral (ROBLES, 2013 apud CALDERÓN; GUEDES, 2016). Por conseguinte, a busca do conteúdo é feita através de: (1) Realização de levantamento bibliográfico; (2) Exame documental de materiais oficiais e não oficiais da ONU, notícias e bibliografia de autores ligados às abordagens da pesquisa; (3) Participação e entrevista semiestruturada feitas nas COPs.

O primeiro capítulo é indicado pelo conteúdo que compõe o marco teórico-metodológico da pesquisa partindo da Modernidade/Colonialidade. Além do levantamento bibliográfico e leitura de trabalhos ligados ao tema, como o presente estudo tem um enfoque em mulheres indígenas fez-se importante uma breve revisão de literatura através da base de dados Periódicos CAPES, identificando lacunas na pesquisa atual e fornecendo um quadro geral em relação à temática que perpassa mulheres indígenas e a colonialidade de gênero na América Latina.

Os critérios de seleção para agrupar as pesquisas que embasam as ideias analisadas foram: (1) estudos publicados a partir do ano de 2012 até 2021; (2) estudos referentes à temática de mulheres indígenas e a colonialidade de gênero na América Latina; (4) estudos de acesso aberto e aprovado por pares pela comunidade científica; (4) estudos limitados aos idiomas português e espanhol. No que concerne aos critérios de exclusão: (1) foram desconsiderados trabalhos anteriores a 2012; (2) trabalhos que abordaram a temática fora do contexto latino-americano; (3) estudos em outros idiomas fora os selecionados.

Em um segundo momento, os critérios de inclusão foram utilizados na base de dados Periódicos CAPES, tendo como descritores 'mulheres indígenas', 'colonialidade de gênero' AND 'feminismo'. Dentro da primeira busca na base de dados, foram encontradas 328 produções em relação à temática. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram 168 trabalhos científicos. Posterior a análise, avaliação e leitura na íntegra de 20 trabalhos, foram selecionados 9 estudos que se aproximavam da temática abordada. Os estudos foram organizados e analisados a partir de uma planilha do Microsoft Excel, disponível no Apêndice A e suas análises no B.

Nos dez anos (2012–2021), período escolhido para análise, percebe-se um crescimento no número de publicações em relação à temática, mas ainda é apresentado uma lacuna de publicações entre os anos considerados. Para melhor visualização, o Quadro 01 expõe o panorama geral das produções literárias coletadas, incluindo título, autores, periódicos e ano de publicação de cada estudo, sendo identificados pela letra P e atribuindo números de acordo com sua sequência (P01, P02...).

Quadro 1 - Panorama da produção literária selecionada sobre a temática de mulheres indígenas e colonialidade de gênero na América Latina

ID	Título	Autor(es)	Periódico	Ano
P01	Colonialidade, Mulher Indígena e Violência: Reflexões Contemporâneas	Thaís Wenczenovic; Espiuca dos Siqueira Janaina Rodrigo Anjos	Index Law Journals	2017
P02	Gênero e constitucionalismo: sobre a Lei de proteção às mulheres do Estado Plurinacional da Bolívia	Diogo Bacha; Silva José Ribas Vieira	Revista Estudos Feministas	2019
P03	A luta das mulheres no México e a perspectiva de um feminismo indígena: o caso das mulheres indígenas zapatistas	Priscila da Silva Nascimento; Richard Moreira Martins Adan	Revista Artémis	2016
P04	¿Qué les hacen las mujeres indígenas a las políticas feministas?	Ana Sofía Soria	Revista Estudos Feministas	2021
P05	El deseo de identidad. Estigma, proceder político y resiliencia en las mujeres mapuche williche de la comuna de Puyehue, Chile	Michel Duquesnoy	Revista de Antropología y Arqueología	2017
P06	Elvira Espejo: una mujer de resistencias y re-existencias en los Andes	Aura Isabel Mora	NÓMADAS	2018

P07	Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política	Juliana Cabral de O. Dutra; Claudia Mayorga	Psicologia: Ciência e Profissão	2019
P08	Feminismo De(s)colonial como Feminismo Latino-Americano Subalterno	Luciana Ballestrin	Revista Estudos Feministas	2021
P09	El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad	Rita Laura Segato	Revista Estudos Feministas	2014

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Em relação ao capítulo 2, a abordagem traz o contexto de surgimento das Conferências das Partes, assim como a apresentação da Convenção – guarda-chuva das COPs, através de análise de documentos oficiais e não oficiais sobre os aparatos institucionais que os cercam. Além disso, foi realizado levantamento bibliográfico e leitura de trabalhos ligados à temática de diplomacia feminina indígena em relação às mudanças do clima.

O terceiro capítulo é desenvolvido a partir das observações e entrevistas foram realizadas durante minha participação nas COP26 e COP27, podendo visualizar de perto as práticas diplomáticas e discurso de representantes femininas indígenas brasileiras. Em relação à COP27, assim como na COP26, as entrevistas também foram realizadas dentro dos espaços oficiais da COP, a Blue Zone, entre seus dias oficiais. No entanto, na COP27, não consegui entrevistar algumas mulheres pessoalmente devido à agenda agitada delas. Consequentemente, as entrevistas foram enviadas e respondidas por meio de áudio, já que a volta dessas mulheres para os seus territórios, suas agendas e o começo das festividades impossibilitaram entrevistas via plataforma de vídeo.

Utilizando-se de coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, as etapas foram estruturadas da seguinte maneira: (1) Elaboração do roteiro e perguntas; (2) Realização de entrevistas; (3) Transcrição e análise das respostas. As perguntas (Apêndice E) giraram em torno do significado dessa conferência climática para elas e suas comunidades, principais estratégias e desafios postos para estarem ali, estratégias de incidência nas COPs e a importância das mulheres indígenas no combate às mudanças do clima.

As entrevistas foram analisadas pela técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), desenvolvido por pesquisadores da Universidade de São Paulo. De acordo com Lefèvre e Lefèvre (2003), o DSC estabeleceu um processo de organização de depoimentos verbais provenientes de pesquisas sociais que utilizam questionários abertos ou semiabertos.

Para produzir os discursos da coletividade do grupo pesquisado, foram realizadas três passos a partir das entrevistas realizadas: (1) separação das Expressões Chaves (ECH), (re)apropriando-se da nuvem de palavras produzida no *software* Iramuteq² para escolha dos trechos dos depoimentos individuais que melhor descrevem seu conteúdo; (2) constituição das Ideias Centrais (ICs), que apresentam sentidos semelhantes e expressam os significados presentes nos depoimentos de cada resposta e nos grupos de respostas de diferentes indivíduos; e (3) construção do DSC, composto pela união das ECH presentes nos depoimentos com ICs de sentido semelhante ou complementar, a partir de frases das faladas nas entrevistas coletadas (LEFÈVRE, LEFÈVRE, 2005).

² O aspecto de escolha das palavras para compor a nuvem foi um número inicial de aparição a partir de três vezes, sem delimitação final de número de vezes que a palavra aparece no texto.

1. COLONIALIDADES, O EU COLETIVO E A DIPLOMACIA INDÍGENA

1.1. Contexto: O marco da Modernidade/Colonialidade, a Matriz de Poder Colonial e o 'Outro'

Para entender os enfoques de colonialidade abordados neste estudo, é necessário revisitar o contexto colocado pela Modernidade/Colonialidade e a matriz de poder colonial. Dentro das discussões referentes ao pensamento decolonial, o conceito de colonialidade do poder, desenvolvido inicialmente por Quijano, em 1989, é amplamente utilizado para referir-se às associações que não se findaram com a destruição do colonialismo político-histórico e, por consequência, é compreendido pela manutenção das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais (QUIJANO, 1998; BALLESTRIN, 2013; GROSGUÉL, 2008).

De antemão, existe diferença entre colonialismo e colonialidade. O primeiro denota uma relação política e econômica em que a soberania de uma nação ou de um povo repousa no poder de outra nação; já o segundo refere-se a padrões de poder duradouros que surgiram como resultado desse colonialismo, definindo cultura, trabalho, relações intersubjetivas e produção de conhecimento muito além dos limites estritos das administrações coloniais. Assim, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Consequentemente, a colonialidade não é simplesmente o resultado ou a forma residual da relação colonial, mas emerge em um cenário sócio-histórico particular: a "descoberta" das Américas (MALDONADO-TORRES, 2007).

Como enfatiza Dussel (2005, p. 27), empiricamente, nunca houve história mundial até 1492 e, antes dessa data, impérios ou sistemas culturais coexistiam entre si. Nesse segmento, a referida Europa Moderna, desde 1492, constitui todas as demais culturas como sua periferia. Portanto, as "conquistas" do continente em terras latino-americanas sofrem globalmente com sua origem, como expressa Dussel (1994, p. 12), um processo constitutivo de "modernização". A conquista das sociedades e culturas que habitam a chamada América Latina (*América-AbyaYala*), "iniciou a constituição de uma nova ordem mundial, culminando, quinhentos anos depois, em uma potência global que abrange todo o planeta" (QUIJANO, 2007, p. 168).

O desenvolvimento de novos padrões de relações sociais/econômicas/ambientais contemporâneas, sob uma matriz de poder colonial³, suprimiu a ideia de que o fim das

³ Os elementos necessários para manter a matriz de poder colonial são: (re)classificação de toda a população global; estrutura institucional funcional para articular e gerenciar tais classificações (aparato do

administrações coloniais guiava à descolonização do mundo, originando o mito de um mundo “pós-colonial”, bem como resultando na saída de um período de “colonialismo global” para entrada na “colonialidade global” (GROSFOGUEL, 2008, p. 126). Essa matriz de poder colonial é uma estrutura complexa de poder simbólico e prático composta por esferas e abarcando múltiplas dimensões da própria vida e todas as dimensões da própria existência, como: (1) o controle da economia; (2) o controle da autoridade; (3) o controle do meio ambiente e Natureza; (4) o controle de gênero e sexualidade; e (5) o controle da subjetividade e do conhecimento (MIGNOLO, 2010; BLANCO, DELGADO, 2019). Esses três últimos são centrais no desenvolvimento deste trabalho.

Além da colonialidade transcender as particularidades do colonialismo histórico e não desaparecer com a "descolonização", a chamada Modernidade ocidental ascende como um projeto hegemônico de desenvolvimento, neoliberalismo, colonialismo e capitalismo, criando novas formas de dominação e reelaborando as já existentes (WENCZENOVICZ; SIQUEIRA, 2017). A imposição do sistema estatal europeu, com seus princípios legal e burocrático, é o legado mais duradouro em um sistema internacional que se baseia em tomadas de decisão de Estados-Nações (OYEWUMI, 2004). Desse modo, em um sentido global, a Modernidade se pronuncia pela determinação fundamental de um mundo moderno enraizado em Estados, exércitos, economia, filosofia e a conseqüente constituição da Europa como centro da história mundial (DUSSEL, 2005, p. 27; ARMANDO, 2017).

Por conseguinte, a ideia por trás do surgimento dessa Modernidade vai se basear nessa busca da Europa pela descoberta de ‘outros mundos’ – não sustentada pela descoberta do Outro, mas sim pelo seu Encobrimento (DUSSEL, 1995; FANON, 2008). Conforme expressado por Dussel (1994, p. 36), o “coberto” foi, conseqüentemente, “descoberto”, mas imediatamente “coberto” como Outro e, assim, os habitantes de América-*AbyaYala* passaram a ser vistos como Outros a serem “conquistado, colonizado, modernizado, civilizado, como matéria do ego moderno” (DUSSEL, 1994, p. 36).

No caso dos povos indígenas, a matriz de poder colonial visa justificar violência, ao mesmo tempo em que se esgota a culpa do assassinato do Outro. Ao afirmar a Alteridade do Outro, ou seja, a existência do Outro só é permitida pelo contato com o colonizador, criou-se uma “relação assimétrica, onde o “mundo do Outro” é excluído de

estado, universidades, igreja, etc); definição de espaços apropriados para tais objetivos; e perspectiva epistemológica para canalizar a nova produção de conhecimento a partir dessa matriz colonial (MIGNOLO, 2000, p.17).

toda racionalidade” (DUSSEL, 1994, p.58-62). Cabe destacar que não houve um “encontro” harmonioso entre europeus e indígenas, mas sim, como aponta Dussel (1994, p. 62), um “choque destrutivo do mundo indígena”.

Com efeito, o Outro foi concebido como objeto de manipulação de sua cultura em direção a outros modos de manifestação do ser (ARMANDO, 2017). Nesse contexto irracional de violência ditado pela Modernidade e sua ‘modernização’, discute-se o seguinte: o que constitui o seu mito?

Levando em conta diversos aspectos propostos por Dussel (1994) e o direcionamento na elaboração deste trabalho, aqui destaco três pontos na constituição do "Mito da Modernidade": (a) a auto-intitulação da civilização moderna como a mais desenvolvido e superior, mantendo inconscientemente uma posição eurocêntrica; (b) a superioridade como base para o desenvolvimento de outros povos mais "primitivos" como forma de exigência moral; (c) a interpretação da inevitabilidade em relação aos sofrimentos ou sacrifícios (custos) da modernização de outros povos (DUSSEL, 1994, p. 29; DUSSEL, 1995).

Quijano (2007) expressa que, ao estabelecerem relações coloniais, os europeus produziram codificações sociais específicas que, posteriormente, foram estabelecidas como 'raciais', 'étnicas', 'antropológicas' ou 'nacionais'. Ele ainda expõe que os colonizadores assumiram a ideia de raça como um elemento constitutivo das relações de dominação que a colonização impôs (QUIJANO, 2000). Portanto, as diversas formas de discriminações sociais vistas/sentidas na atualidade, continuam sendo essenciais para "a manutenção e operacionalização da matriz de poder colonial" (BLANCO, DELGADO, 2019, p. 603).

Tendo em vista a discussão supracitada e as dimensões atravessadas pela matriz de poder colonial, assim como as principais temáticas abordadas neste trabalho, os próximos tópicos discutirão a colonialidade relacionada ao conhecimento, clima e gênero, tendo um enfoque maior nesse último.

1.1.1. Quando a Colonialidade encontra o conhecimento/saber

A colonialidade do conhecimento/saber tem algumas de suas raízes em um artigo⁴ originalmente publicado por Quijano, em 1992, sendo importante em termos de sua influência no pensamento decolonial e de colonialidade do saber – a versão em espanhol

⁴ Artigo em espanhol chamado *Colonialidad y modernidad/racionalidad*. Quijano, 1992.

foi citada mais de 3000 vezes. Nele, Quijano (1992, p. 14) expressa que, no mesmo período de consolidação da dominação colonial europeia, foi instaurado um "complexo cultural conhecido como racionalidade da modernidade europeia, que se constituía como paradigma universal de conhecimento e relacionamento da humanidade com o resto do mundo".

(...) Uma metáfora para descrever a colonialidade do poder, na perspectiva da subalternidade. Da perspectiva epistemológica, o saber e as histórias locais europeias foram vistos como projetos globais (...), narrada de uma perspectiva que situa a Europa como ponto de referência e de chegada (MIGNOLO, 2003, p. 41).

Para Quijano (2007, p. 169), a repressão exercida sob o colonialismo europeu “recaiu, sobretudo, sobre os modos de saber, de produzir conhecimento” e associa-se, em última iminência, com a epistemologia cartesiana⁵ implícito à ciência ocidental. O problema com o “paradigma europeu do conhecimento racional” é que ele vê o conhecimento “como um produto de uma relação sujeito-objeto” em que “o 'objeto' é uma categoria referente a uma entidade, externa ao indivíduo 'sujeito' [sic] por sua natureza (QUIJANO 2007, p. 172).

Tendo, em vista que a construção desse paradigma de conhecimento racional tem como preposição base o caráter universal da experiência europeia, ao construir a noção da universalidade a partir dessa experiência particular da história europeia da Europa e "realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade radicalmente excludente" (LANDER, 2005, p. 10). Discutindo mais especificamente sobre instituições de ensino, Reis (2022) explana:

A universidade, por sua vez, como instituição de produção, circulação e reprodução do conhecimento, historicamente, alijou de seus espaços

⁵ Epistemologia é o estudo sobre o conhecimento e suas diversas formas. A epistemologia decolonial propõe uma reflexão acerca do eurocentrismo presente na produção científica global, e outras estruturas de poder ligadas ao saber (BAMBERG et al., 2023). Em relação à epistemologia cartesiana, Maldonado-Torres (2007, p. 252) expressa que sobre o foco de René Descartes enraizado na famosa frase “Penso, logo existo”, abaixo do 'eu penso' pode-se ler 'os outros não pensam', e atrás do 'eu sou/logo existo' é possível localizar a justificativa filosófica para a ideia de que 'os outros não são' ou não tem de ser, conseqüentemente não existem. Por conseguinte, o autor evidencia que de "Penso, logo existo", somos levados à expressão mais complexa e filosoficamente e historicamente precisa: "penso (os outros não pensam, ou não pensam direito), logo existo (os outros não são, carecem de ser, não deveriam existir ou são dispensáveis). A formulação cartesiana privilegia a epistemologia, que simultaneamente oculta tanto o que poderia ser considerado como a colonialidade do conhecimento (os outros não pensam) quanto a colonialidade do Ser (os outros não são)" (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 252). Dussel (1969, p. 78–79) afirma que desde Descartes, passando por Kant, Nietzsche e até certo ponto também em Sartre, para quem o homem é um *subjectum* com liberdade ilimitada. a “humanidade” tornou-se “poupadora, produtora, possuidora”, e o ethos do “individualismo impiedoso” “funda de forma abrangente uma atitude radical, que também é fundamental para a ciência moderna: a do modo matemático (que não é meramente matemático) de estar no mundo”.

as práticas, as experiências e os saberes subalternizados pela razão *ocidental-cêntrica* (...) a história da institucionalização de suas práticas e da consolidação de um único repertório a ser *universalizado*, revestido pela legitimidade dos critérios de cientificidade instituídos pela modernidade europeia (...) (REIS, 2022, p. 4)

O caráter objetivo e universal do conhecimento científico está conectado com as separações de conhecimentos entre a sociedade moderna ocidental e o restante das culturas, sendo esse conjunto de polaridades e hierarquização estabelece pressupostos e olhares específicos no conhecimento do Outro. Por conseguinte, esse processo desemboca na "naturalização de uma gama de justificativas, assentadas em estereótipos essencializados, com intuito de efetivar a inferiorização epistemológica e ontológica de grupos sujeitos à violência discricionária", enraizadas em virtude da naturalização da exclusividade do pesamento ocidental/colonial (REIS, 2022, p. 6; LANDER, 2005).

Dessa forma, Castro-Gómez (2005) culminou o termo "ponto zero"⁶, sendo endossado por Dussel e outros autores decoloniais. O autor relata que, em contrapartida a outras linguagens, a linguagem universal da ciência não possui um ponto específico no mapa, mas sim:

(...) é uma plataforma neutra de observação a partir da qual o mundo pode ser nomeado em sua própria essência. Produzida não no mundo da vida cotidiana (o mundo da vida), mas a partir de um ponto zero de observação, a linguagem científica é entendida no Iluminismo como a mais perfeita das linguagens humanas porque reflete da forma mais pura a estrutura universal da razão. (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 14)

Acerca disso, Mignolo (2003, p. 669) reflete que a ciência como conhecimento/saber "não pode ser separada da linguagem; as línguas não são apenas fenômenos 'culturais' nos quais as pessoas encontram sua 'identidade'; são também o local onde se inscreve o conhecimento" e expõe que a "epistemologia ocidental (...) é a epistemologia do ponto zero" (MIGNOLO, 2011, p. 81).

Todos esses processos supracitados desembocam em uma violência epistêmica, permitindo que determinada visão de mundo se imponha sobre outros conhecimentos/saberes (GNECCO, 2009). Por conseguinte, a "sistemática aniquilação

⁶ O "ponto zero" é um ponto de partida de observação, supostamente neutro e absoluto, no qual a linguagem científica desde o Iluminismo assume-se "como a mais perfeita de todas as linguagens humanas" e que reflete "a mais pura estrutura universal da razão" (BALLESTRIN, 2013, p. 104; CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 14). Castro-Gómez (2005, p. 18) descreve que "é a ideia de que um observador do mundo social pode ficar em uma plataforma neutra de observação e, ao mesmo tempo, não ser observado de nenhum ângulo. Nosso observador hipotético estaria, assim, em condições de ter uma visão soberana do mundo cujo poder reside justamente em não ser observado ou representado. Os habitantes do ponto zero (cientistas e filósofos do Iluminismo) estão convencidos de que podem adquirir uma perspectiva que ela mesma não pode ser observada de nenhum ponto de vista".

subjetiva e epistêmica de sujeitos racialmente inferiorizados e que nega a possibilidade de realização de suas capacidades intelectuais" (REIS, 2022, p. 6) é nomeado como epistemicídio pela filósofa Sueli Carneiro (2005).

O epistemicídio, como face complementar do genocídio colonial/racial, volta-se à destruição das formas de conhecimento locais e rejeita as narrativas biográficas da memória ancestral e da resistência anticolonial (REIS, 2022). Com o epistemicídio, apenas determinadas formas de conhecimento foram consideradas apropriadas para os planos de desenvolvimento neoliberal: o conhecimento dos especialistas, treinados na tradição ocidental, em nome da imposição de uma racionalidade exclusiva e excludente enraizada ao processo de eurocentração da Modernidade/Colonialidade. (ESCOBAR, 1995, p. 111; REIS, 2022).

Reis (2022, p. 6) afirma que "o apagamento de referências, vozes e bibliotecas extraocidentais apoia-se no racismo epistêmico, que sustenta a colonialidade do saber, com suas hierarquias e critérios valorativos monoculturais". No entanto, quando se questiona essas estruturas do padrão de poder dominante e a matriz colonial relacionada ao saber, a decolonização, como pensamento e prática, recusa-se as 'díades' e 'binarismos' do pensamento que concebe a modernidade e a racionalidade "como experiências e produtos exclusivamente europeus" (QUIJANO, 2005, p. 111). Por isso, o conhecimento do Outro – tradicional, camponês, quilombola, indígena, preto, pobre – pode ser utilizado como ferramenta transformadora frente à colonialidade que perpassa o conhecimento/saber.

1.1.2. Entendendo a crise climática através da colonialidade

A mudança climática é um dos grandes desafios enfrentados por diversos povos tradicionais, especialmente pelos povos indígenas. Aumento das temperaturas e nível do mar, desastres ambientais, condições climáticas extremas, insegurança hídrica, alimentar e energética, elevação de conflitos, morte de recifes de coral, acidificação de oceanos, queima de florestas e assim por diante (UNITED NATIONS, 2020). Talvez um bom ponto de partida seja dizer que a conjuntura contemporânea está enfrentando "problemas modernos do qual não há mais soluções modernas" para resolvê-los (ESCOBAR, 2016, p. 15).

De antemão, não é possível discutir acerca de crise climática e colonialidade sem discorrer sobre o capitalismo e, assim como a existência do Mito da Modernidade, o Mito do Desenvolvimento e Progresso. Quando é falado de crise, é importante ressaltar que o

capitalismo global vive atualmente uma crise generalizada, multifacetada e inter-relacionada, além de sistêmica, que se estende há algum tempo por todos os continentes. Tendo o desenvolvimento como base, uma das ideias centrais da Modernidade, o capitalismo ligado ao produtivismo, antropocentrismo e a ilusão do capital progressista, continuam a ser os pilares fundamentais do imaginário dominante, que alimenta o senso comum hegemônico, especialmente na América Latina (ACOSTA, BRAND, 2018; SVAMPA, VIALE, 2020).

O desenvolvimento é um processo natural, que envolve plantas, animais e os próprios seres humanos e, quando se fala disso em relação a Natureza, é um processo cíclico (LANG, 2016). A visão produtivista de desenvolvimento está associada a uma concepção antropocêntrica da Natureza, ou seja, implica num processo linear e ilimitado que concebe o ser humano como alguém externo e não integrado a ela. No final do Renascimento europeu, emergiu uma ideia dualista sobre a relação entre sociedade e Natureza, consolidando uma perspectiva mecanicista e exploratória de seus “recursos” (LANG, 2016; SVAMPA, VIALE, 2020). De acordo com Mignolo (2017, p. 26), a medida em que o discurso constitutivo da modernidade separou ser humano e Natureza, nos fez esquecer que somos Natureza.

Tomando como marco o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tendo em vista o reconhecimento da hegemonia americana e o início do processo de decolonização em África e Ásia, a mitologia do crescimento econômico recebeu um novo impulso. A partir de 1944, foi criada novas instituições internacionais dedicadas à questão do desenvolvimento, entre elas Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), e as comissões econômicas para as diferentes regiões: Comissão Econômica para a Ásia e o Extremo Oriente (CEAEO) em 1947, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) em 1948, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) em 1944. Também, em 1944, foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI) (SVAMPA, VIALE, 2020, p. 175). Ainda de acordo com Svampa e Viale (2020):

Em nome do desenvolvimento, os países centrais lançaram operações de intervenção e ingerência nos assuntos internos de países “subdesenvolvidos” através do FMI e do Banco Mundial, comunidades e sociedades foram – e ainda são – reordenadas para adaptar ao desenvolvimento, que se tornou o destino comum dos humanidade e uma obrigação inegociável. (SVAMPA, VIALE, 2020, p. 175)

Esteve (1996 apud. LANG, 2016, p. 25) relata que o subdesenvolvimento "começou em 20 de janeiro de 1949. Nesse dia, 2 bilhões de pessoas tornaram-se

subdesenvolvidas. Na verdade, desde então deixaram de ser o que eram, em toda sua diversidade (...). Nesta corrida desenvolvimentista, quando o conceito de desenvolvimento já não trazia mais os benefícios esperados, começaram a ser criadas novas variantes qualificadoras: "econômico, social, local, global, rural, sustentável ou sustentável, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, desenvolvimento em escala humana, desenvolvimento endógeno, co-desenvolvimento, desenvolvimento transformador" (SVAMPA, VIALE, 2020, p. 176). Sempre encravadas na própria premissa desenvolvimentista exploratória, que é base da crise climática.

Dentro desse sistema afetado pela Modernidade/Colonialidade, a crise climática, como uma extensão do modelo colonialista de extrativismo estabelecido do Norte para o Sul, impacta de forma sistêmica a vida de povos tradicionais e racializados. A chamada dívida ecológica⁷ do Norte ao Sul é larga demais para se quantificar. Por conseguinte, a mudança do clima expõe o colonialismo do passado e a colonialidade em curso que governa e estrutura a vida das populações, "co-constitutivos dos processos de capitalismo, imperialismo e desenvolvimento internacional" (SULTANA, 2022, p. 3).

Nessa perspectiva, tendo em vista que a colonialidade se baseia nas relações hierárquicas de poder e na dominação racial imposta durante o período colonial e permanente no espaço-tempo pós colonial, a colonialidade climática ocorre quando a "hegemonia eurocêntrica, o neocolonialismo, o capitalismo racial, o consumo desigual e a dominação militar" são co-constitutivos dos impactos climáticos vivenciados por várias populações racializadas que se tornam desproporcionalmente vulneráveis e descartáveis (SULTANA, 2022, p. 4). É expressa pela contínua expropriação extrativista colonial-capitalista, deslocamentos e destruição e "excessivas a danos causados por desastres induzidos pelo clima" (SULTANA, 2022, p. 4).

Os legados da violência imperial sobrevivem não apenas à exacerbação das degradações ambientais, mas também ao aumento dos desastres induzidos pelo clima. À medida que aumentam as frequências e a força dos riscos naturais alimentados pelo clima, como os ciclones tropicais, as violências estruturais do colonialismo são sentidas corporalmente, comunitariamente, politicamente, economicamente e ecologicamente. (...) Algumas vidas e ecossistemas são tornados descartáveis e sacrificados, pelo que as forças estruturais, tanto históricas como

⁷ A dívida ecológica, no caso da América Latina, da época colonial até o presente, se refere um mecanismo histórico de pilhagem e espoliação de bens naturais, como assim como os impactos ambientais e territoriais. Os elevados custos ambientais que os povos do Sul continuam pagando revelam padrões de injustiça ambiental e refletem profundas desigualdades entre os hemisférios. A dívida se expressa na degradação de grandes áreas de terra, derramamentos de produtos químicos utilizados pelas indústrias de minerais e hidrocarbonetos que destroem o solo e poluem a água, deslocamento de populações, doenças que afetam crianças e mulheres pobres, modificação e destruição da biodiversidade, substituição de espécies nativas por alienígenas, morte de animais, desertificação e assim por diante. (SVAMPA, VIALE, 2020, p. 36).

contemporâneas, os alimentam. A lógica racial das tragédias climáticas e dos impactos cumulativos está sempre presente. (SULTANA, 2022, p. 4)

Como a colonialidade limita discursivamente os debates globais, hegemoniza o conhecimentos sobre as mudanças climáticas e quais ações são possíveis, destruindo outras epistemologias, as iniciativas climáticas são utilizadas como ferramentas de *greenwashing*⁸ reenquadram os principais atores responsáveis pela crise climática, por exemplo as grandes indústrias de tecnologia e combustíveis fósseis, como os defensores mais importantes da sustentabilidade trabalhando em busca de soluções climáticas (MONEER, 2022).

A colonialidade em projetos de adaptação às mudanças climáticas se mantém viva através de circuitos de intervenções de desenvolvimento e fluxo de crescimento econômico, que incidem em forma de investimentos estrangeiros, soluções tecnológicas não comprovadas, cultivos geneticamente modificados, captura de CO2 e créditos de carbono, em contrapartida a uma abordagem estrutural e sistêmica do que causa essas mudanças⁹; SULTANA, 2022; MONEER, 2022). Nesse contexto, comunidades historicamente empobrecidas desorganizam modos de vida tradicionais, como a de povos indígenas, consolidando injustiças profundas que ampliam o legado da colonialidade (MONEER, 2022).

Para enfrentar as injustiças (im)postas pela colonialidade climática, é essencial reconhecer que as comunidades indígenas, especialmente as mulheres indígenas, guardiãs da Mãe Terra, oferecem uma variedade de conhecimentos milenares sobre técnicas de adaptação ao clima (BANDERA, 2022). Nisso, gênero e colonialidade também estão interconectados, sendo necessário compreensão desses elementos constitutivos deste estudo e do enfrentamento das mudanças do clima, dentro de uma colonialidade climática, pelas mulheres indígenas que também são afetadas pela colonialidade em andamento.

⁸ A “lavagem verde” é configurada como uma manobra meramente publicitária, como forma de distração ao apresentar informações falsas sobre a postura ambiental das organizações/empresas/governos, maquiando ou mascarando um produto em si ou a própria entidade (PARGUEL; BENÔIT- MOREAU; LARCENEUX, 2011).

⁹ Um exemplo disso é o programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), introduzido em 2010 pela ONU, tendo como objetivo o manejo sustentável das florestas e financiamento do comércio de carbono armazenado nas florestas em que governos e empresas podem contribuir para as atividades. No entanto, a essência do REDD+ é mercantilizar e vender florestas como forma de compensar carbono para poluidores do Norte Global. Isso permite “lavar” sua poluição de carbono no Sul Global, tendo em vista que a maioria dos projetos de REDD+ são localizados em países de baixa renda altamente vulneráveis às mudanças do clima (MONEER, 2022).

1.1.3. Gênero e Colonialidade: O encobrimento do Outro perpassa mulheres indígenas

Assim como a Modernidade, indissociável e intrínseca à colonialidade, o sistema de gênero colonial moderno não pode existir sem a colonialidade, tendo em vista que a classificação da população baseada em raça é uma circunstância necessária para sua possibilidade. Em outras palavras, a imposição de um sistema de gênero é tão constitutiva da colonialidade do poder quanto a colonialidade do poder ao sistema de gênero, sendo suas relações de constituição mútuas (QUIJANO, 1989; LUGONES; 2008).

De acordo com Lugones (2008, p. 93–98), o sistema de gênero consolidado com o avanço dos projetos coloniais da Europa, tomou forma durante o período das aventuras coloniais de Espanha e Portugal e consolidou-se na modernidade tardia.

A redução do gênero ao privado, ao controle sobre o sexo e seus recursos e produtos é uma questão ideológica apresentada ideologicamente como biológica, parte da produção cognitiva da modernidade que conceituou raça como “gênero” (...) entre os europeus/brancos e colonizados/não brancos. (...) Esse sistema de gênero se consolidou com o avanço do(s) projeto(s) colonial(is) da Europa. Tomou forma durante o período das aventuras coloniais de Espanha e Portugal e consolidou-se na modernidade tardia. O sistema de gênero tem um lado visível/claro e um lado oculto/obscuro. O lado visível/claro constrói hegemonicamente as relações de gênero. Ela apenas organiza, de fato e direito, a vida de homens e mulheres brancos e burgueses, mas constitui o próprio significado de "homem" e "mulher" no sentido moderno/colonial. (LUGONES, 2008, p. 93–98)

Oyewumi (2004, p. 51) expõe que a emergência da mulher como categoria identificável pela anatomia e subserviente ao homem, em qualquer situação, resultou na imposição de um estado colonial patriarcal, sendo essa categorização "mulheres" um dos primeiros sucessos do estado colonial. Nesse sentido, Dusquesnoy (2017) salienta que as mulheres são o grupo que mais sofreu a devastação da "patriarcalização" forçada de seus laços e corpos, com efeitos desastrosos em suas comunidades de afiliação cultural.

No caso das mulheres indígenas, Allen (1992, p. 13) indaga que em muitas comunidades indígenas, a potência primária no universo era feminina e a mulher é centro do universo, “tanto em coração (ventre) quanto em pensamento (criatividade)”, nada é sagrado sem sua bênção e/ou seus pensamentos”. No entanto, elas têm sido afetadas pelas marcas dos constantes processos de colonização, pelas opressões que ainda enfrentam como povos indígenas e pela colonialidade de gênero (PARISI; CORNTASSEL, 2007).

Além das influências na formação do Estado e nas dinâmicas globais, é preciso reconhecer que o colonizador branco também construiu uma força interna dentro de comunidades tradicionais, cooptando os homens colonizados para papéis patriarcais.

Essas categorizações e colaborações coloniais expressam as lutas femininas contra as múltiplas formas de violência contra elas e contra suas próprias comunidades racializadas e subordinadas (LUGONES, 2008).

Dentro de uma perspectiva de colonialidade climática supracitada, atravessada pela colonialidade de gênero, as mulheres indígenas muitas vezes enfrentam violações sistemáticas de seus direitos humanos no panorama das mudanças do clima, levando em conta as desigualdades históricas que põe em risco a resiliência delas em relação às alterações climáticas e ao impedindo de um engajamento efetivo das mesmas nos processos de desenvolvimento do embate às questões climáticas (PRIOR, HEINÄMÄKI, 2017).

1.1.3.1. Mulheres indígenas e a colonialidade de gênero na América Latina

Tendo em mente que o marco da "conquista" das sociedades e culturas que habitam a América Latina iniciou estabeleceu as novas formas de administrações coloniais, a colonialidade de gênero ligada às mulheres indígenas em território latino-americano ainda é um estudo preambular no campo decolonial.

Considerando as principais ideias contempladas nos estudos analisados no Periódico CAPES (Apêndice B), verificou-se duas tendências de estudos, sendo elas: (1) Atravessamentos da violência política e de gênero e a re-existência feminina indígena frente ao sistema moderno/colonial; (2) Discussões e contextualizações que perpassam o feminismo, gênero e contexto da Modernidade/Colonialidade. Após a análise dos estudos selecionados, é perceptível evidenciar, através das tendências postas, uma complexidade ao se discutir a interconexão dos assuntos ligados à temática central, como feminismo, violência e o contexto Modernidade/Colonialidade na América Latina. Os estudos evidenciam que, apesar dos seus diferentes tipos de abordagens e enredo próprio, acabam caminhando juntos e se complementando nas suas discussões.

No que se diz respeito à questão de violência política e de gênero, além da re-existência feminina indígena frente à conjuntura Moderno/Colonial, os estudos trazem evidências de casos práticos latino-americanos em relação a esta tendência. Conduzindo as conceituações de alto e baixo patriarcado, Segato (2014) denota a existência da violência contra mulheres indígenas ser uma constante.

Soria (2021), destacando o processo de ressignificar as experiências de violência e de desenhar outras gramáticas que questionam a ordem de inteligibilidade que torna visíveis e invisíveis certas mortes e desapropriações, traz o pensamento da Moira

Millán¹⁰, que embasa o trabalho, expondo que esse risco da mulher indígena está ligado às condições de conflito conjuntural e de violência estrutural. Esses ricos, por conseguinte, expõem essas mulheres a feminicídios indígenas, ou seja, esta contém não só a violência machista que se aninha em uma sociedade patriarcal como também aparece a violência racial institucionalizada.

Discorrendo sobre o caso e história de Elvira Espejo¹¹, Mora (2016) aborda como Elvira trabalha para superar seu contexto de violência e romper a ferida colonial, re-existindo como mulher indígena na academia, reivindicando o saber andino e seu lugar na história da Bolívia e lutando contra a matriz de poder branca e patriarcal. Trazendo essa re-existência de mulheres indígenas, Wenczenovic e Siqueira (2017) destaca que o empoderamento delas contribui à incidência política, exemplificando casos como o do Equador, onde a reestruturação do sistema de administração da justiça inclui em suas prioridades a agenda da organização de mulheres indígenas e do Estado Plurinacional da Bolívia, onde as mulheres indígenas conseguiram acordos para sua participação nos comitês municipais de supervisão da justiça.

No entanto, Silva e Vieira (2019), ascendendo com a discussão do Estado Plurinacional, expõem que embora se tenha avançado no que diz respeito a ações de proteção às mulheres, com especial enfoque mulheres originárias, volta-se uma crítica à competência da justiça ordinária para o julgamento de casos de violência contra essas mulheres, submetendo-as a um sistema de justiça do alto patriarcado, sem eficácia e deixando-as sensíveis a continuarem a sofrer opressão masculina dentro de suas comunidade, vulnerando a própria Constituição do Estado Plurinacional.

Já Dutra e Mayorga (2019) retratam que a participação das mulheres indígenas nos espaços públicos de discussão política no Brasil, em interlocução com as instituições não indígenas, aumentou muito nas últimas décadas em relação à diversidade de posicionamentos dessas mulheres que não são abarcadas. Além disso, as autoras trazem exemplificação, como o debate sobre a lei brasileira Maria da Penha (Lei No 11.340), ratificada em 2006, que aponta como as mulheres indígenas denunciam que o processo de construção desta lei não envolveu sua participação efetiva.

Na categoria “Feminismo, gênero e Modernidade/Colonialidade”, seis estudos desenvolveram uma discussão acerca do feminismo, gênero e sua relação ao contexto da Modernidade/Colonialidade, tendo como aporte teórico, em sua maioria, a

¹⁰ Ativista mapuche argentina e líder do movimento de retomada a terras indígenas no país.

¹¹ Artista plástica boliviana, tecelã, narradora da tradição oral e documentarista.

fundamentação e discussões do conceito de "colonialidade do poder" desenvolvido por Quijano (1998).

Apesar de dar um maior enfoque nas discussões de violência de gênero, Wenczenovic e Siqueira (2017) abordam que, por muito tempo, as comunidades indígenas da América Latina foram vistas como um entrave aos modos de desenvolvimento global. Além de evidenciar que a colonialidade transcende as particularidades do colonialismo histórico e não desaparece com a "descolonização".

Em consonância a esta perspectiva, Silva e Vieira (2019) reverberam que a existência de um giro decolonial, termo também trazido por Ballestrin (2021), promovido pelos processos constituintes da América Latina no século XXI, representando uma resistência teórica e prática ao modo de pensar e ser subjacente à Modernidade/Colonialidade. Nesse sentido, Ballestrin (2013) enfatiza que o giro decolonial é uma expressão utilizada para designar uma virada epistemológica e mobilizar um conjunto de influências críticas ao eurocentrismo, à Modernidade/Colonialidade com o intuito de inserir o debate global do pós-colonialismo na América Latina.

Tendo em vista do desdobramento e ampliação desse giro decolonial, assim como a confluência dos feminismos latino-americanos diversos, Ballestrin (2021) expressa a necessidade de destacar a existência de um feminismo decolonial e subalterno, embasado num discurso crítico à Modernidade/Colonialidade. Há uma concordância entre Ballestrin (2021) e Silva e Vieira (2019) em relação ao fato de que movimentos feministas também podem ser considerados, dentro de práticas descoloniais, lutas contra o contexto Moderno/Colonial, entendendo que o feminismo pode ter um papel frente à construção desse panorama decolonização.

Por conseguinte, Nascimento e Martins (2016), analisando o caso do movimento de mulheres Zapatistas no México, trazem a discussão da possibilidade de se existir um feminismo indígena. Assim como pautado por Silva e Vieira (2019), entendendo que o feminismo eurocêntrico centrou-se apenas na desigualdade de gênero, esquecendo da diversidade e relações complexas em que o gênero e a sexualidade é constituído, Nascimento e Martins (2016) apoia o panorama de que o feminismo não pode estar relacionado somente à identidade e desigualdade de gênero. Apesar disso, os autores chegam a conclusão de que é possível afirmar a existência de um feminismo indígena, no entanto, há um limite deste conceito em diferentes posições sobre o assunto.

Já segundo Segato (2014), o gênero parece existir nos povos originários, mas nota-se a Modernidade/Colonialidade e a intromissão estatal-empresarial nos tecidos sociais e relações desses povos. Além disso, a autora reflete que na América Latina ascendeu que discussões sobre o papel que o gênero e a sexualidade desempenham no estabelecimento e aprofundamento do padrão da colonialidade do poder, alertando uma fragilidade dessa perspectiva teórica. Nisso, Dusquesnoy (2017) salienta que as mulheres são o grupo que mais sofreu a devastação da "patriarcalização" forçada de seus laços e corpos, com efeitos desastrosos em suas comunidades de afiliação cultural.

1.2. **Desprendimento:** O eu coletivo e a pluriversalidade de conhecimentos através do discurso

Aquele que inventou o Outro, utilizou-se disso para consolidar o processo de construir a si mesmo. De fato, uma invenção discursiva, como colocado por Mignolo (2017):

Tal invenção é o resultado de um enunciado. Um enunciado que não nomeia uma entidade existente, mas que a inventa. O enunciado necessita um (agente) enunciator e uma instituição (não é qualquer um que pode inventar o *anthropos*); mas para impor o *anthropos* como “o outro” no imaginário coletivo é necessário estar em posição de gerenciar o discurso (verbal ou visual) pelo qual se nomeia e se descreve uma entidade (o *anthropos* ou “o outro”), e conseguir fazer crer que esta existe. Hoje a categoria de *anthropos* (“o outro”) vulnera a vida de homens e mulheres de cor, gays e lésbicas, gentes e línguas do mundo não-europeu e não-estadunidense desde a China até o Oriente Médio e desde a Bolívia até Gana. (MIGNOLO, 2017, p. 18)

A ideia de Um Mundo Único¹² (em inglês *One-World World*, OWW), ou seja, um mundo onde apenas “um mundo singular” se encaixa, traz consigo a suposta possibilidade de existência de uma sociedade “homogênea”, constituída por um só povo. De acordo com Law (2015), a vida em um mundo singular, dentro de um universo, onde a Natureza tem uma forma definida, é implicada pela falta de diferentes interpretações e lógicas para lidar com um mundo múltiplo e plural (CASTRO-GÓMEZ, 2000; QUIJANO, 2000; LAW, 2022; ESCOBAR, 2016).

Perante a realidade de um OWW, transformado por um clima em mudança, emerge a necessidade irrefutável de enfrentar o desastre as estruturas e discursos de insustentabilidade que mantêm a ontologia dominante da devastação e caminhar em

¹² A teoria do mundo único foi formulada por John Law e estabelece que apesar de se viver em um único mundo, dentro de um universo, é tentador imaginar uma maneira liberal de lidar e interpretar as pessoas e o mundo. No entanto, se é escolhido viver em um mundo múltiplo de diferentes atos, é possível imaginar novos compromissos e a construção de uma nova realidade (LAW, 2022).

direção às transições de novas formas de viver/pensar/comunicar não exploratórias (ESCOBAR, 2018). A Modernidade como um mecanismo gerador de alteridades e mantenedor de singularidades exclui a multiplicidade de novas formas de re-existir em demanda ao OWW, sendo necessário recorrer aos opostos para enfrentar a crise causada por essa visão única (LAW, 2022; ESCOBAR, 2016).

É necessário desvincular-se da imagem do Outro feita no imaginário coletivo através do desprendimento, *desprendimiento* ou *de-linking*, de conhecimentos e entendimentos trazidos pelo discurso da Modernidade. O desprendimento está ligado à noção de geo-corpo-política do conhecimento, implicando num deslocamento na geografia da razão por meio do questionamento da Colonialidade imposta e permitindo evidenciar as conexões entre o corpo individual e o corpo coletivo (MIGNOLO, 2011, 2018). Desprende-se para construir novas formas de comunicação – e análises da mesma e transmitir o posicionamento geo-corpo-política de outros modos de se pensar, significar e conhecer o mundo. Uma ‘nova comunicação intercultural’, interpretada como uma nova comunicação interepistêmica através da interculturalidade¹³ (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2007).

Em acórdância com Silva (2022, p. 18), "a questão agora não é apenas que os não europeus podem pensar; é que, se seu/nosso pensamento vai ser verdadeiramente deles/nosso, tem que ser desobediente". Nesse sentido, traz-se o conceito/prática de uma desobediência epistêmica que, segundo Mignolo (2007), é a formação e reorganização política pensada a partir de experiências, grupos e identidades subordinadas e marginalizadas ao longo da formação histórica da América Latina. Em outras palavras, o desprendimento através da desobediência epistêmica é essa mudança epistêmica decolonial e segue o exercício de desvinculação dos laços de ideias de base ocidental que leva à outra-universalidade, ou seja, à pluriversalidade como um projeto universal (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2007).

A pluriversalidade como projeto é posto em contrapartida à universalidade do discurso e dos repertórios ocidentais reafirma uma deslegitimação de saberes pela via de um “processo persistente de produção da indigência cultural” (FANON, 2008, p. 97; GARCÍA; 2006). De acordo com Rougier, Colin e Passarin (2021), a pluriversalidade

¹³ De acordo com Catherine Walsh (2007, p. 31-33), ligada a uma pedagogia crítica, a interculturalidade nasce da necessidade de implodir epistemicamente no saber hegemônico e dominante, não para nele procurar ser incluído, mas nele intervir, gerando participação e provocando uma contestação e questionamento. A interculturalidade exige que relações interétnicas horizontais sejam construídas por meio da criação de novos ordenamentos sociais.

corresponde às experiências de diferentes povos colonizados, tendo em consideração suas vozes, experiências e histórias dos que foram subalternizados pela Colonialidade/Modernidade. Os argumentos pluriversais enfatizam outras formas de ser, na qual mundos, uns aos outros, podem coexistir, e demanda um novas formas de enunciação, ou seja, "as múltiplas histórias locais produzem e ressignificam as lógicas das histórias globais" (SILVA, 2022, p. 20). Por conseguinte, Escobar (2016, p. 22) evidencia que o pluriverso é "uma ferramenta para, primeiro, tornar plausíveis as alternativas para um mundo para os habitantes de um mundo e, segundo, fornecer ressonância a esses outros mundos que interrompem a história de um mundo”.

De Maritza Montero (1998), psicóloga social e cientista venezuelana, e seu estudo a partir das muitas vozes que buscam formas de alternativas de interpretação do mundo e da episteme que constitui da América Latina, Lander (2005, p. 15) sintetiza os principais pontos articuladores da autora: (1) concepção de comunidade e participação do saber popular, como forma constituição e episteme de relação; (2) mobilização da consciência, num sentido crítico que conduz a desnaturalização de aprender-construir-ser no mundo; (3) redefinição do papel do pesquisador social, reconhecendo o Outro como Si Mesmo; (4) multiplicidade de vozes, de mundos de vida, a pluralidade epistêmica; (5) notar a perspectiva da dependência e, logo, a da resistência, a tensão entre minorias e majorias e os modos alternativos de fazer/conhecer; (6) revisão de métodos, as contribuições e as transformações provocadas por eles.

A geo-corpo-política e a pluriversalidade do eu coletivo e seu discurso da coletividade como elemento central no desprendimento, é sobre levar um deslocamento epistêmico decolonial e trazer, para o primeiro plano, outras epistemologias, outros princípios de conhecimento e análise do discurso em si. O Discurso do Sujeito, aqui considerado além de uma técnica metodológica, enraizado na ideia da complexidade para compreender a diversidade de fatores e suas implicações através do sujeito-que-fala, estabelece um trabalho que segue a inversão no olhar nas suas análises. Emergido do Sul Global, mais específico de terras brasileiras, o DSC possibilita compreender a existência de uma pluriversalidade através do discurso e, assim, contribuir para novas alternativas metodológicas decoloniais e assumir o papel desafiador de rompimento.

1.2.1. Análises do discurso

Antes de se pensar na questão do discurso indígena e no discurso da coletividade das mulheres indígenas analisadas aqui, torna-se importante resgatar o panorama

estrutural e os conflitos advindos de conceitos na área da Análise do Discurso (AD). Como refletir sobre a AD implica várias perspectivas como AD francesa; Análise Dialógica do Discurso (ADD); “as semióticas inglesa e norte-americana, francesa e russa; bem como as teorias enunciativas de Benveniste aos contemporâneos” (DE PAULA, 2013, p. 241), serão priorizados pensamentos dos três principais autores (FOUCAULT, 1973, 1986; BAKHTIN, 1979, 1981; PÊCHEUX, 1969, 1975, 1988) da AD predominantes entre os anos 1960-1980, assim como três autores (FAIRCLOUGH, 1989, 2001, 2004; DIJK, 1999, 2003; WODAK, 1996, 2001) do campo da Análise Crítica do Discurso (ACD), que emergiu a partir da década de 1990 como uma reação contra os paradigmas formais dominantes da AD (SARGENTINI, 2006; SILVA, 2020).

Frequentemente utilizadas como sustentação e base teórica por pesquisadores, as abordagens da AD, principalmente a ACD, ajudam a entender o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) como uma metodologia que vai além de uma técnica de coleta e análise dos discursos das mulheres indígenas brasileiras nas COP26 e 27, mas que contribui com o entendimento de novas formas de análises advindas *desde el Sur* e também para compreensão do discurso da coletividade feminina indígena dentro da realidade complexa em que as mudanças do clima as colocam (LEFÈVRE; LEFÈVRE; MARQUES, 2009).

Nos anos 60, a AD se constitui no espaço de contribuição de três domínios disciplinares: a linguística, interrogando-a pela historicidade que ela deixa de lado; o marxismo, em que a história tem seu real impactado pelo simbólico; e a psicanálise, demarcando e considerando a historicidade na ideologia materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. Por conseguinte, tendo o discurso como novo objeto, a AD conflui desses campos de conhecimento, rompendo em suas fronteiras e produzindo novos recortes de disciplinas para construir um novo objeto que vai afetar essas formas de compreensão (ORLANDI, 2012, p. 19-20).

Em um primeiro momento, Pêcheux (1969) refere-se o conceito de discurso como efeito de sentido entre interlocutores, mas essa concepção recebe novas interpretações na década de 80, adotando a noção do discurso como ordem da estrutura e do acontecimento (SARGENTINI, 2006). No pensamento do autor está presente o que ele chama de “a tripla entente”, composta por Saussure-Marx-Freud, autores que fundamentam sua obra (GUERRA, 2009, p. 7). De acordo com Grigoletto (2005, p. 62), para Pêcheux, o ideológico e o inconsciente são pensados como elementos constitutivos do discurso e o “sujeito passa a ser considerado como elemento constitutivo da linguagem”. Dando enfoque no sujeito discursivo, Pêcheux (1975, 1988) indica que o sujeito se constitui pelo

esquecimento, ou seja, ele possui a ilusão de que é dono da sua fala e, nisso, o discurso do sujeito é preenchido por uma conjuntura que irá determinar o que pode e deve ser dito por ele.

Para Bakhtin (1979), fundamentado por Saussure¹⁴, as esferas da atividade humana estão ligadas ao uso da linguagem e as necessidades de comunicação, destacando a heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos), “do dialogismo e das contextos sócio-históricos inerentes à discursividade” (GUERRA, 2009, p. 8). Tendo em vista que a palavra, para o autor, é um fenômeno ideológico, ao contrário de Foucault que afasta o uso do termo ideologia (SARGENTINI, 2006), a inserção de aspectos ideológicos na sua AD implica o discurso como algo que vai além, manifestando a ideologia intermediária entre o ser humano e a sua realidade (BAKHTIN, 1981 apud GUERRA, 2009).

De Foucault (1986, p. 136) surge o conceito de discurso compreendendo um conjunto de enunciados, os quais se pode “definir um conjunto de condições de existência”. Os estudos foucaultianos se debruçam nos debates de relações entre saberes e micropoderes, assim como a “abrangência do conceito de formação discursiva (...), preocupação com a leitura, a interpretação e a memória discursiva” (GUERRA, 2009, p. 8). Nisso, Foucault (1973) entende o saber como composição de uma série de práticas discursivas e as relações geradas por processos institucionais, políticos e econômicos como determinantes dessas práticas. Essas relações são constituídas de um poder constituído historicamente, “se inserindo em todos os lugares, em todos os micropoderes existentes na sociedade” (GUERRA, 2009, p. 11).

Os autores supracitados colocam o discurso como central e apresentam fortemente a noção de discurso conectada a de enunciado, mas limitando as condições de emergência dos mesmos (SARGENTINI, 2006). Então, de que discursos estamos falando? E como esses discursos vão além dos recursos linguísticos? É nessas questões que a ECD se debruça, em relação ao modo pelos quais atores sociais usam recursos semióticos – que vai além da linguística verbal, buscando superar a “lacuna entre teorizações baseadas na linguagem e pesquisas voltadas para uma explanação do papel da linguagem em práticas sociais contextualizadas” (SALLES; DELLAGNELO, 2019, p. 416).

¹⁴ Linguista e filósofo suíço. Suas elaborações teóricas propiciaram o desenvolvimento da linguística enquanto ciência autônoma.

De Fairclough (1989, 2001) emerge as teorias sociais que sustentam a ACD e delimita o discurso em uma combinação da abordagem linguística com uma perspectiva sócio teórica de discurso, indicando que a vida social e suas práticas são ligadas e o discurso é um elemento inerente a essas práticas. Além disso, o autor trata da importância da ordem semiótica do discurso e suas subestruturas, marcadas por modos de representar a realidade, interação, de ser e apresentar-se (FAIRCLOUGH, 2004). Em Fairclough (2001) se faz presente o debate de ideologias, evidenciando a posição do autor em uma bidirecionalidade do discurso, ou seja, os discursos são moldados pelas estruturas sociais, mas também são capazes de lapidar estruturas sociais, sendo possível a presença da mudança social abarcada no discurso (SALLES; DELLAGNELO, 2019).

Diferente de Fairclough, Dijk (2003), em sua abordagem sócio cognitivista, busca articular linguagem, mente e sociedade em um paradigma integrado e investigar, sendo a ACD para ele uma visão crítica de produção de conhecimento. Para Dijk (1999 apud GOMES, SOUZA, OLIVEIRA, 2019), o discurso é uma forma de ação social, tendo em vista que possui um aporte histórico e constitui os processos sociais e culturais. Por isso, a ACD é interpretativa, explicativa e trata de problemas sociais, além de pontuar que as relações de poder são discursivas (GOMES, SOUZA, OLIVEIRA, 2019).

Para Wodak (2001), os processos de globalização e impactos de ideologias neoliberais têm tornado as civilizações cada vez mais complexas e, por isso, a autora propõe uma abordagem histórico-discursiva, ancorada em um caráter disciplinar e orientada a um problema social. Wodak (1996) destaca como os teóricos que passaram a se dedicar à análise linguística, semiótica e discursiva, compartilham perspectivas particulares dentro da qual os conceitos de poder, ideologia e história são centrais, mas para ela a complexidade interconectada aos discursos mostram que eles atravessam e são atravessados por outros e, conseqüentemente, a autora propõe um tratamento multidisciplinar e identifica que os discursos não podem ser isolados por inteiro (WODAK, 2001).

Com a síntese evidenciada, é possível identificar que o que é fundamental para autores na AD, como a complexidade da materialidade linguística atravessada por eventos sócio-históricos, na ACD, levando em conta o pensamento de Fairclough (2001), o discurso deve ser visto de um modo de ação e práticas de resistência à opressão social, equacionando um esforço crítico voltado para os problemas sociais mais urgentes. Já na tentativa de definição do sujeito, a AD se debruça em uma relação dialética da intencionalidade que permeia práticas discursivas, enquanto a ACD aborda o seguimento

de um posicionamento social no discurso. No entanto, as ideias propostas pelos autores não estão eximidas da possibilidade de intersecções, tendo um projeto comum a produção de desdobramentos e estruturas sociopolíticas que dão suporte às práticas discursivas (MELO, 2009).

O ponto principal que se deve considerar na AD e ACD, levando em conta a perspectiva analítica deste trabalho, é que as experiências teóricas, epistemológicas e metodológicas dos autores supracitados são derivadas da produção de conhecimento do Norte Global, mais especificamente Rússia e Europa. Mesmo o trabalho se aproximando a pontos da ACD, como o discurso ser uma prática social – que dialoga com epistemologias do Sul, deve-se considerar as consequências da Modernidade/Colonialidade quando olhamos para realidade latino-americana e os consequentes mecanismos que buscam marginalizar a produção de conhecimentos nas regiões periféricas ao que vem do Norte (IBARRA-COLADO, 2006; GOMES, SOUSA, OLIVEIRA).

A partir da imposição da perspectiva eurocentrada, sob o manto de um suposto conhecimento neutro e universal, assentou-se o apagamento de outros conhecimentos. A forma em que saberes e conhecimentos são projetados, produzidos e disseminados, através da geopolítica do conhecimento¹⁵, tem desempenhado um mecanismo hierárquico e excludente referente a fenômenos históricos transfronteiriços, teorias, epistemologias e metodologias que envolvem atores periféricos (MIGNOLO, 2005; SILVA, MACEDO, MONIELLE, 2022). À vista disso, Calderón e Guedes (2016) percebem que, nos estabelecimentos metodológicos de cunho decolonial há um processo de adaptação e (re)interpretação nas propostas do Norte, assim como em relação à coleta de dados que são utilizadas em pesquisas de abordagem qualitativa, como as entrevistas realizadas neste trabalho.

1.2.2. Pluriversalidade, ancestralidade e coletividade: Discurso indígena

Tenho muito orgulho de ser indígena. Sabe, quando eu estava crescendo, eu não era muito orgulhoso disso, porque eu pensava que sendo das Primeiras Nações, você não tinha cultura e nem língua (Trecho de discurso de jovem indígena retirado de CHAN, 2021, p. 170)

¹⁵ Termo proposto por Walter Mignolo (2005), refere-se a hegemonia de narrativas que perpassam o conhecimento gerado.

A imposição do saber/desenvolvimento universal não cruzou apenas barreiras culturais, mas também influenciou a compreensão de narrativas históricas e do discurso indígena. Tendo em vista à pluriversalidade indígena, diversos povos tiveram que obedecer a uma estrutura de conhecimento imposta e, qualquer manifestação de resistência a esse discurso, era/é indicativo ao seu atraso inerente e recusa em aceitar as novas formas de desenvolvimento e seus "benefícios". Sempre esteve fora de questão a igualdade dentro dos discursos concorrentes, considerando que "a verdade para os colonizadores residia na recitação do poder e da superioridade de acordo com um roteiro prescrito" (HABASHI, 2005, p. 178).

À exemplo disso, a diversidade linguística encontrada na América pelos europeus durante o século XVI era vista como obstáculo para o projeto colonial (MACEDO, 2022). No Estado colonial, no qual foi introduzido as bases político-administrativas "modernas", as noções de fronteira e de espaço político ganharam novos entendimento, assim como o Estado colonial procurou homogeneizar e dar sentido político a “povo da nação” e ao “território da nação”. A estas duas noções acrescentou-se ainda a “língua da nação”, ou seja, “introduziu-se na rotina gestonária e burocrática do Estado colonial a ideia de que a língua com que a administração estatal comunica é a língua “que devem falar” todos aqueles que vivem no espaço do Estado e da nação” (DIAS, 2010, p. 118).

Documentar o impacto da colonização na mudança do processo da esfera discursiva é essencial para expor a opressão que limita o discurso e altera o rumo da referência coletiva. No caso das vozes indígenas, o discurso de poder nunca mudou, deixando-os, assim, condicionados a ser continuamente o Outro (HASHABI, 2005) e, conseqüentemente, as identidades que se baseiam em história, tradição e ancestralidade, incorporam formas de resistência à opressão (GREEN, 2009).

Castellano (1999 apud. DEI, 2002, p. 5) identifica três principais conhecimentos indígenas relevantes para o discurso: (1) conhecimento tradicional, sendo intergeracional e passado pelos anciãos das comunidades; (2) conhecimento empírico, baseados em observações dos ambientes ligados a natureza, cultura e sociedade; e (3) conhecimento revelado, fornecidos através de sonhos, visões e intuições. Dessa forma, os conhecimentos indígenas, assim como seus discursos, são embasados em experiências e "dependem de experiências subjetivas e do funcionamento interno do eu para gerar interpretações sociais, significados e explicações" (DEI, 2002, p. 5).

Apesar da hegemonia colonial desestabilizar o desenvolvimento cultural e desenraizar o discurso indígena de sua composição original, refletindo-o apenas como

realidade da opressão e não como uma autêntica referência coletiva (HABASHI, 2005), suas vozes conectam forças e condições econômicas, culturais, políticas, espirituais, ecológicas e materiais (DEI, 2002). Dei (2002, p. 6) enfatiza que:

As epistemologias indígenas são fundamentadas em uma consciência e profunda apreciação do cosmos e como os eus, mundos espirituais, conhecidos e desconhecidos estão interconectados. A apreciação do eu exterior e do espaço está ligada a uma compreensão do sentido interior do eu (...) A dimensão da espiritualidade nos saberes indígenas fornece a força e o poder na comunicação física. As formas de conhecimento indígena são expressivas e narrativas. Eles são metafóricos no uso de provérbios, fábulas e contos. Os saberes indígenas veem o comunalismo como um modo de pensar, enfatizando o sentimento de pertencimento a um povo e à terra que compartilham. (DEI, 2002, p. 6)

Nesse sentido, o discurso indígena não é individualizado, reflete o eu coletivo fundamentado em um povo e um lugar (DEI, 2002). Como exemplo, os povos indígenas valorizam a contação de histórias há séculos, como forma de transmitir história e conhecimento por meio de suas famílias e comunidades, sendo uma forma de "recuperar a identidade e a história, em vez de ser definido e contado por forças hegemônicas" (CHAN, 2020, p. 173).

Os colonizadores, historicamente, contaram e moldaram as histórias dos povos indígenas, assim como a Colonialidade e os resquícios coloniais o fizeram na tentativa de despojar os povos indígenas de sua cultura e os desconectar de suas ecologias — terra, língua e comunidade. No entanto, o discurso dos povos indígenas resiste e, portanto, tornam-se parte da cura coletiva que interliga e perpassa às suas raízes ancestrais (CHAN, 2020; HABASHI, 2005).

1.2.3. Discurso da coletividade feminina indígena em relação às mudanças climáticas

As narrativas de mulheres nativas no que concerne às mudanças do clima, posicionam suas vozes e corpos no centro das principais discussões locais e internacionais. Levando em conta o DSC, a influência histórica das vozes de mulheres indígenas incorpora um sujeito-que-fala que transpassa o pronome “nós”, no qual expressa apenas “um tipo muito particular de sujeito coletivo que fala”. Em outras palavras, quando se fala em sujeito coletivo, o pronome "nós" da primeira pessoa do plural representa a ideia de uma não existência de um "eu coletivo" (LEFÈVRE, LEFÈVRE, 2006, p. 518). Por conseguinte, mesmo utilizando o “nós”, muitas vezes em suas falas, as

mulheres indígenas representam o eu coletivo que não se inclui somente na fala limitante estabelecida por esse pronome.

Quando uma mulher indígena expressa seu discurso acerca das questões do clima, ela pode ser considerada um sujeito-que-fala coletivo, apesar de expor uma fala dentro do espectro de indivíduo, esse discurso se enquadra em uma expressão da coletividade visto que um “único indivíduo também pode ser um sujeito coletivo” (LEFÈVRE, LEFÈVRE, 2006, p. 518). Aqui, considero o discurso da coletividade climática das mulheres indígenas vozes da Mãe Terra, ou seja, elas falam para além delas mesmas na primeira pessoa do singular e, ainda, para além do “nós” estabelecido na língua portuguesa e em muitos outros idiomas.

Assim como Txai Suruí, ativista e comunicadora indígena, expôs: “(...) precisamos escutar as estrelas, a lua, o vento, os animais, e as árvores. Hoje, o clima está aquecendo. Os animais estão desaparecendo. Os rios estão morrendo, e nossas plantas não florescem mais como faziam antes”¹⁶ (MILES, 2021). Sônia Guajajara, Ministra Brasileira dos Povos Indígenas, também expressou na Primeira Conferência Nacional de Política Indigenista, em 2015:

Para nós, território é todo o conjunto. É o universo, onde estão todas as coisas que garantem a nossa sobrevivência, o exercício do nosso modo de vida no sentido cultural, político e a relação íntima com a natureza e meio ambiente. Não é terra, lote ou bem que se quer para vender. É espaço onde se tem relação muito íntima com a água, o sol, a lua, as estações, as árvores. É todo esse conjunto. (GUAJAJARA, 2015)

Ângela Kaxuyana, que faz parte da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), salienta que “para manter o equilíbrio do clima, as matas em pé e contra os garimpos, a vida dos povos indígenas é essencial para toda a humanidade, principalmente a vida das mulheres”. Da mesma maneira que Narubia Werreira, comunicadora indígena, indica que os povos indígenas são “centrais nas discussões climáticas, porque o nosso modo de vida é um modo de respeito a toda a natureza (...) Somos os guardiões das florestas que restam no mundo”. E Suliete Monteiro, do povo Baré, expõe que para os povos indígenas “território vai além. Tem a questão da espiritualidade. Somos territórios, fazemos parte do território. Somos um só”¹⁷ (ONU MULHERES BRASIL, 2021).

¹⁶ Parte do discurso da Txai Suruí proferido na abertura da COP26, em novembro de 2021, em Glasgow, na Escócia.

¹⁷ Falas retiradas do site da ONU Mulheres Brasil, que fazem parte de uma campanha chamada “Nós, o Movimento” para ampliação do debate público sobre mudanças climáticas. A ONU Mulheres registrou

Opinando e trazendo experiências ligadas à conjuntura climática, os discursos das mulheres indígenas supracitadas, indicam a constituição de um sujeito-que-fala enquanto pessoa coletiva, veiculando ideias compartilhadas e reportando um pensamento da coletividade (LEFÈVRE, LEFÈVRE, 2006). Isto posto, mesmo vindas de diferentes comunidades, regiões ou povos em retomada, mulheres indígenas falam eloquentemente que a luta contra as mudanças climáticas passa por um ponto em comum: as relações com seus territórios. Seus discursos se entrelaçam nos impactos das alterações do clima em suas comunidades, nos seus modos de sentir/pensar a natureza e na relação de equilíbrio que elas e seus povos possuem com a natureza.

O discurso da coletividade feminina indígena move-se para além, levando a uma pluriversalidade que amplia a compreensão e a diversidade de experiências vindas de vozes subalternas (SILVA, MACEDO, MONIELLE, 2022). Corroborando com uma desobediência epistêmica, como conceituado por Mignolo (2007), as falas das mulheres indígenas ajudam a reorganizar políticas pensadas a partir de suas cosmovisões que são marginalizadas pelos impactos do colonialismo político-histórico.

Diante das estruturas, categorias e processos, envoltos em um universo cada vez mais amparado em uma linguagem pós-modernista, mulheres indígenas (re)articulam palavras e histórias de seus povos para longe do manto silenciador da sociedade, empregando em suas vozes a luta pelo reconhecimento de um clima em mudança e os seus consequentes efeitos sob os seus territórios (HILDEN, LEE, 2010).

1.3. **(Re)apropriação:** a diplomacia indígena como ferramenta decolonização

Reapropriar-se consiste em apropriar-se novamente do que foi recusado, como o pensar, por exemplo, na possibilidade de uma diplomacia indígena que transborda a diplomacia tradicional imposta pela da Modernidade/Colonialidade. A diplomacia indígena como ação decolonial está relacionada aos caminhos da decolonização, mas, de antemão, é necessário entender que decolonialidade não é sinônimo de indigenização. É sinônimo de remover as opressões modernas/coloniais e tornar-se aberta nos processos de construção de uma ampla gama de futuros potenciais, outros mundos possíveis (PARADIES, 2020; ESCOBAR, 2016).

depoimentos de cinco mulheres dos povos Baré, Guajajara, Iny, Kaxuyana e Pankaru, com o objetivo de colaborar com a visibilidade de mulheres indígenas brasileiras nos processos de tomada decisão da COP26 (ONU MULHERES BRASIL, 2021).

“Decolonização” foi o termo usado na Conferência de Bandung, apesar do termo decolonialidade ter começado a ser utilizado no início dos anos noventa, em geral, o vocabulário da decolonização/decolonialidade teve um efeito significativo na África, Sul e Sudeste Asiático, América do Sul – entre pensadores de ascendência europeia, indígena e afrodescendente –, Caribe, nativos americanos e sociedades latinas nos Estados Unidos, Nova Zelândia e Austrália. Trabalhando a partir da desvinculação da Modernidade/Colonialidade, a decolonialidade tem como premissa construir conhecimentos e argumentos que superem a atual hegemonia do conhecimento ocidental, criando uma des/ordem mundial (MIGNOLO, 2007).

Nesse sentido, reapropriar-se é um dos caminhos para os processos de desvinculação moderno/colonial. Apesar das práticas diplomáticas de povos *desde el Sur* remontarem um fenômeno que antecede a invasão da América-*AbyaYala*, os povos indígenas se (re)apropriam de práticas diplomáticas estabelecidas através da diplomacia tradicional e geram grandes impactos nas formas de governança global, principalmente no que se diz respeito às mudanças climáticas (PARISI, CORNTASSEL, 2007; DOOLITTLE, 2010; BELFER et al., 2019).

Para entender essa dimensão que a diplomacia indígena carrega, especialmente ligadas a mulheres indígenas, é necessário retomar a esse estabelecimento das visões/práticas que perpassam a diplomacia tradicional.

1.3.1. Os aspectos de formação da diplomacia tradicional

A discussão sobre diplomacia tradicional apoia-se na experiência e no imaginário de fundação do Estado nacional europeu moderno (ASHLEY, 1989). Dando uma breve retrospectiva, O Estado colonial, dentro do território por ele demarcado:

(...) não vai considerar todos os indivíduos que habitam o seu território como portadores dos mesmos direitos e obrigações. Vai, hierarquizando-os segundo uma escala de valores assente “no grau de civilização”, distingui-los, quanto a direitos e obrigações, *grosso modo*, em dois grandes grupos: um ultraminoritário, o dos cidadãos, agrupando inicialmente em exclusivo a população de origem metropolitana, outro, o dos sujeitos nativos ou indígenas. (DIAS, 2010, p. 118)

Ainda de acordo com Dias (2010, p. 119), em certos aspectos, o dualismo herdado do Estado colonial marca o estabelecimento de um "Estado pós-colonial", principalmente em termos de "relacionamento entre campos políticos “modernos” e “tradicionais” ou, mesmo, de formas de representação dos cidadãos nas diferentes instâncias e de

responsabilização dos governantes perante a população". Apesar de, atualmente, o Estado e seu terreno estatal ser uma entre as várias arenas políticas à disposição de diferentes atores políticos e/ou não estatais, o Estado "pós-colonial" nunca teve como objetivo "impor" uma "multietnicidade e laicidade ao conjunto da comunidade nacional que está na origem da própria ideia de Estado moderno" (DIAS, 2010, p. 119).

À vista disso, Georghiou (2018 p. 2) expressa dois cenários marcantes da ascendência do Estado moderno que lapidaram a diplomacia tradicional. Nesse sentido, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi uma das crises que moldaram a diplomacia coletiva moderna, "com as respostas ao derramamento de sangue nas trincheiras e à dissolução da velha ordem, que incluiu a Revolução Bolchevique na Rússia, iniciaram reformas fundamentais na diplomacia".

O autor também evidencia que a Guerra Fria (1947-1991), deve ser lembrada pelo período de ascensão e o desenvolvimento do capitalismo marcados por rivalidades, conflitos e guerras dentro do sistema de Estado-nação e, por consequência, cada rearranjo de poder resultou em novas abordagens e resultados diplomáticos (GEORGHIOU, 2018).

Levando em conta o contexto e a formação histórica da diplomacia tradicional da América Latina, a construção dessas práticas diplomáticas reverbera um "processo colonizatório marcado pela contínua dominação de significados e interesses materiais em detrimento das diferentes cosmologias que já habitavam a América pré-colombiana" (SILVA, MACEDO, MONIELLE, p. 155). Considerando Lázaro (1991) e Levaggi (2002), Silva, Macedo e Monielle (2022) expressam que ascende, por conseguinte, o elemento de *negociación*, ou seja:

Este elemento no processo de construção da representação diplomática na América espanhola e portuguesa está relacionado à impossibilidade ou incapacidade do colonizador de anexar a totalidade de territórios, no sentido de poder prover um controle administrativo efetivo sobre as fronteiras desses territórios. Isto por sua vez está constantemente relacionado ao discurso de que existiram "acordos" entre as coroas europeias e determinadas etnias autóctones, as quais por vezes eram consideradas pelo olhar europeu como povos que dispunham de um determinado grau de autonomia e, portanto, eram capazes de desempenhar as funções de proteger e vigiar os limites das colônias contra os povos não-anexados aos domínios territoriais europeus que correspondem ao atual recorte espacial latino-americano (SILVA, MACEDO, MONIELLE, 2022, p. 155).

Nesse sentido, as visões/ações da diplomacia tradicional imperaram sob a violência e hostilidade sob o Outro colonizado e "conquistado" (MIGNOLO, 1998; DUSSEL; 1994) e, como resultado dos instrumentos ideológicos e punitivistas do Estado

colonial, "as cosmologias dos povos originários da atual América Latina foram subalternizados ao status de ilegitimidade, resultando no não-reconhecimento de suas soberanias em benefício dos códigos e normas que formavam o direito colonial" (SILVA, MACEDO, MONIELLE, 2022, p. 155). A delimitação de quem é capaz ou não de desempenhar a diplomacia ressalta esse elemento de ilegitimidade e aprofunda o abismo/divisão étnico-racial de não reconhecimento da soberania de povos que não provém da organização de Estado moderno europeu (DER DERIAN, 2001; MARTINEZ, 2013).

Transbordando esse cenário da diplomacia tradicional em sociedades colonizadas e o estabelecimento do Estado moderno, é preciso entender que a ascendência da chamada "cultura diplomática" e seu caráter progressivamente atrelada a novas formas de contemplar as relações internacionais (DER DERIAN, 2001). A exemplo da definição desse conceito, Bull (2002, p. 38) enfatiza que essa cultura da diplomacia é um "um fundo comum de ideias e valores administrados por representantes oficiais dos Estados, em que as fronteiras culturais conectam - e ao mesmo tempo separam - tempo, espaço e política".

Nesse panorama, Der Derian (2001) argumenta que a cultura diplomática inerente às representações do Estado foi operacionalizada com dois principais propósitos: (1) estabelecer fronteiras sociais e políticas entre o doméstico e o estrangeiro, referindo-se a formação da diplomacia entre aquele que se concebe como "superior" e ao agente ativo nas representações do Estado, no estabelecimento de valores e normas e no Outro. Na visão eurocêntrica, o agente passivo no processo de colonização é desprovido de humanidade e incapaz de desempenhar autonomia; (2) constituir uma "língua diplomática", elaborado através de um conjunto de práticas específicas como o credenciamento de diplomatas estrangeiros, a elaboração de tratados, formas de cumprimentos, códigos de vestimenta, discursos estratificados e muito mais (DER DERIAN, 2001; SILVA, MACEDO, MONIELLE, 2022; NEUMANN, 2010; KRENAK, 2019; FANON, 2008).

Portanto, a partir da herança da diplomacia tradicional na subalternização das cosmologias indígenas, pensar nessa diplomacia moderna como única forma de representação dos povos é uma distorção intrínseca das relações entre as diferentes sociedades (JONG, 2015). Ainda que os entendimentos e práticas tradicionais da diplomacia nas relações internacionais (WIGHT, 1966; DEUTSCH, 1978) baseie-se nos propósitos supracitados com o objetivo dos estados soberanos a negociarem soluções uns com os outros para manter relações pacíficas e evitar conflitos militarizados e/ou guerras,

as diplomacias indígenas não são novas e vem (re)apropriando-se do padrão inquestionável de representações dessas sociedades.

1.3.2. A diplomacia dos povos indígenas

Como os diferentes processos de colonização e encobrimento foram ancorados dentro das visões/ações da diplomacia tradicional, a emergência de disputas foi aflorada para além do conhecimento submetido às “hierarquias de classe, sexuais de gênero, espirituais e religiosas, linguísticas, geográficas e raciais do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno” (GROSFOGUEL, 2008, p.118).

Como resultado e influência do capitalismo global em relação a soberania do Estado, concomitantemente, emergiram as insurgentes condições tecnológicas e processos de comunicação em massa, homogeneização de experiências e multiplicação de demandas por reconhecimento (CORNAGO, 2010). Ao passo que a globalização econômica e seus atores nacionais oprimem *desde arriba* para *abajo*, surgem formas criativas de organização social e política em conjunto com a edificação de novas alternativas. No caso dos povos indígenas, eles recorrem às suas maneiras tradicionais de constituição, “muitas vezes adaptadas ao seu contexto temporal ou espacial, para propor formas de organização que substituam a ordem existente que os exclui” (MARTÍNEZ, 2013, p 103).

Partindo do fato que os povos indígenas, historicamente, interagem por meio de métodos diplomáticos ancestrais, estabelecendo novas formas de vínculos interpessoais, além das fronteiras de suas comunidades, idiomas, normas e práticas sociais, o projeto de universalização da civilização capitalista ainda impõe barreiras significativas para na projeção dos saberes e conhecimentos indígenas (MARTÍNEZ, 2013). Por esta razão, o principal contraponto para diplomacia indígena deleitar-se como uma antítese a diplomacia tradicional é voltado para o caso de que, essa última, apenas se preocupa em manter, negociar, cooperar com base em seus interesses próprios e privados, enquanto a primeira tende a recriar relações, interconexões e interdependências, objetivando relações harmoniosas desses povos, seus ecossistemas e interações (ROBLES, 2017).

A este lugar, a diplomacia indígena, que emerge *desde abajo*, é uma (re)apropriação e (re)interpretação das narrativas diplomáticas eurocêntricas, ou seja, é parte dos processos de diplomacia que se manifesta contra a eurocentração de atividades

diplomáticas (ROBLES, 2017, p. 154). Diante disso, essas práticas diplomáticas podem ser expressas, principalmente, em três formas:

Figura 1 - Tipos de Diplomacia Indígena

Diplomacia Indígena Internacionalizada	→	Se desdobra em organismos internacionais, principalmente, mas não exclusivamente, nas Nações Unidas a partir da década de 1980.
Diplomacia Indígena Enraizada	→	Atividade diplomática realizada com base no território, normalmente participam representantes indígenas e lideranças de diferentes países e regiões, como é o caso do Zapatismo.
Diplomacia Indígena da Complementaridade	→	Se pratica entre os povos indígenas para superar e enfrentar barreiras colocadas pelas relações históricas assimétricas a qual foram submetidos.

Fonte: Elaboração própria a partir de Chavarro e Robles (2021, p. 141-142).

Desenvolvida a partir do território, a diplomacia indígena enraizada abre espaço para seus representantes reivindicarem diferentes necessidades, problemas e desafios políticos, econômicos e/ou culturais, dentro de movimentos entre si ou nas denominadas *cumbres*/conferências. Por sua vez, a diplomacia da complementaridade é inspirada nos princípios de: “anti-imperialismo, descolonização, solidariedade, diversidade, cooperação, resistência e geminação como o sustento das relações humanas harmoniosas e equilibradas” (ROBLES, 2017, p. 162). Completivo a isso, a diplomacia indígena internacionalizada surge nos órgãos de direitos humanos da ONU, particularmente no Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Populações Indígenas, criado em 1982, e posteriormente transposto para outros ambientes para influenciar a agenda internacional (CHAVEIRO; ROBLES, 2021).

Na procura por proteger seus modos de vida tradicionais dentro dos contextos nacionais, as sociedades indígenas perceberam que esse objetivo pode ser melhor alcançado forjando redes regionais e internacionais para "internacionalizar" as questões indígenas. Em acordância com Robles (2017, p. 158), nos últimos quase quarenta anos, as ações diplomáticas indígenas têm se designado por uma incidência política permanente em conjunturas locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais para estimular decisões, discursos, programas e práticas que afetam diretamente seus povos e territórios.

Um incentivo significativo para as sociedades indígenas se envolverem com a modernidade em um nível supranacional tem sido a perspectiva de moldar procedimentos internacionais e padrões substantivos que protegerão suas identidades pré-modernas dentro dos domínios

municipais. Embora o envolvimento em instituições internacionais tenha tornado as sociedades indígenas suscetíveis à atração da modernidade e tenha levado à recalibração das identidades indígenas contemporâneas, o artigo argumenta que os padrões internacionais emergentes resultantes dessa interação remodelaram a própria modernidade (ALLEN, 2006, p. 315).

Apesar de inseridos dentro do contexto moderno/colonial, (re)apropriando-se da Perspectiva Orientada ao Ator de Norman Long (2007), os povos indígenas se envolvem nas atividades diplomáticas não como simples receptores de informações que apenas as acatam sem questioná-las, mas como indivíduos participantes ativos desses processos. Dessa forma, a agência humana, que é apresentada como conceito central da Perspectiva, refere-se à noção de atribuição ao ator individual sob a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lidar com a vida. A agência não se refere apenas à intenção que os indivíduos têm ao agir, mas sim ao ato de agir propriamente dito (LONG, 2007; SILVEIRA, TALAMINI, 2016).

À vista disso, desde o século XX, a América Latina, centro de desenvolvimento da modernidade, sofre com a ação de políticas neoliberais e o agravamento da desigualdade social, econômica e política como consequência. Neste sentido, a diplomacia indígena tem sido substancial e mostra que os povos indígenas, através dessa atividade, sejam atores ativos nos processos contra a dominação moderno/colonial (ROBLES, 2017). Mesmo que os processos diplomáticos desses povos serem "um fenômeno antigo que antecede a invasão da América-*AbyaYala*" (ROBLES, 2017, p. 146), o protagonismo e as ações dos povos indígenas como atores políticos globais dentro de diversas instâncias, principalmente internacionais, envolve uma série de práticas e possibilidades muito mais amplas do que certas instituições e/ou convenções disciplinares reconheceram/permitiram (BEIER, 2009; PARISI, CORNTASSEL, 2009).

Por conseguinte, a proposta de transformação pluriversal, como citada na subseção anterior, é dirigida por movimentos indígenas de todo continente latino-americano e além, com o objetivo de (re)apropriar e (re)inventar uma nova relação entre Estado/sociedade (MARTÍNEZ, 2013). Mignolo (2017) discute a importância do pensamento decolonial para se pavimentar o caminho da pluriversalidade em contrapartida ao projeto universal de um mundo único, sendo importante enfatizar que essa ideia de decolonialidade já estava se manifestando em movimentos indígenas desde meados do século XVI, do México até os Andes (MIGNOLO, 2005). De acordo com Walsh (2009, p. 97), a proposta de edificação de um Estado plurinacional, tomando como

exemplo o Equador e a Bolívia, tem sido um componente chave das lutas e estratégias decolônias de movimentos indígenas. A autora ainda constata que:

(...) o Estado plurinacional põe sobre a mesa, a exemplo de Sanjinés, a forma logocêntrica redutora com que tem sido pensado o “nacional”. Ao disputar e se opor ao monopólio do Estado nacional que exige lealdade exclusiva e levando em consideração a existência de múltiplas lealdades dentro de um sistema social descentralizado, o plurinacional estabelece uma "outra" agenda nacional, pensada a partir dos sujeitos historicamente excluídos na visão unitária de o Estado, a nação e a sociedade. (WALSH, 2009, p. 97)

À medida que movimentos indígenas buscam a construção de sociedades plurinacionais, inclusivas e participativas, numa perspectiva decolonizada, é buscado um rompimento com paradigmas e amarras da Modernidade/Colonialidade através de suas ações (MARTÍNEZ, 2013). Neste contexto, reconhecendo que a diplomacia tradicional engloba um "conjunto de práticas privilegiadas, realizadas em espaços exclusivos, dotados de recursos e imbuídos de poder" (BEIER, 2009, p. 5), as diplomacias indígenas têm lutado para responder a essa compressão, comunicando a indigeneidade e buscando mediar, influenciar e negociar seus interesses (SOGUK, 2009; CHAVARRO, ROBLES, 2021).

2. CONFERÊNCIA DAS PARTES E A INCIDÊNCIA DIPLOMÁTICA INDÍGENA

2.1. Contexto, estabelecimento e funcionamento da UNFCCC

Os anos de 1970 marcam a crescente preocupação trazida pela poluição e destruição da camada de ozônio, como resultado das emissões químicas humanas e seus impactos mais amplos na atmosfera. De antemão, é importante apontar que a busca para conciliar a dinâmica do crescimento do capital e os limites dos sistemas biofísicos foram impulsores da ideia de “desenvolvimento sustentável”. A temática começou a adentrar as discussões globais através da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972), em Estocolmo, marco para o entendimento dessa ideia, mas formalizado através do Relatório Brundtland, de 1987, da Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecido como Nosso Futuro Comum. (BORTOLOTTI, 2020; UNFCCC, s.d.).

Reconhecendo as necessidades dos formuladores de políticas por informações científicas confiáveis e atualizadas sobre a temática, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estabeleceram o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em 1988. Em 1990, o IPCC emitiu seu primeiro relatório de avaliação, confirmando que a mudança climática induzida pelo homem era de fato uma ameaça e pedindo um tratado global para resolver o problema (UNFCCC, 2002).

De maneira mais específica, o IPCC foi criado para fornecer avaliações científicas regulares sobre as mudanças climáticas, suas implicações e potenciais riscos futuros, bem como para propor opções de adaptação e mitigação. Por meio de suas avaliações, o órgão determina o estado do conhecimento sobre as mudanças climáticas e identifica lacunas na comunidade científica sobre tópicos relacionados ao tema. Os relatórios são elaborados e revisados em diversas etapas e o IPCC afirma que seus relatórios são um instrumento fundamental para as negociações internacionais para enfrentar as mudanças climáticas (IPCC, s.d.). Desde a sua criação até 2023, foram publicados 45 relatórios (ver Apêndice C) dos quais: 4 são relatórios; 5 são relatórios sínteses; 16 são relatórios de grupos de trabalho; 14 são relatórios especiais; e 6 são relatórios metodológicos.

Com a emergência das questões relacionadas ao clima e a busca por desenvolver protocolos e acordos específicos acerca da problemática, bem como a ascensão da nova agenda climática internacional e o primeiro relatório do IPCC em 1990, a Assembleia Geral da ONU respondeu a esses apelos em dezembro de 1990, lançando

formalmente negociações sobre uma convenção-quadro sobre mudança climática. Em 1992, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro, 196 países ratificaram a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC ou Convenção).

Esses países denominados como "Partes", possuem responsabilidades comuns estabelecidas pela Convenção, mas diferentes prioridades, objetivos e circunstâncias levando em conta os desenvolvimentos nacionais e regionais específicos de cada um (UNFCCC, 1997). A Convenção tem sido o principal veículo multilateral desde 1992, entrando em vigor em março de 1994, para a cooperação internacional entre os governos nacionais para lidar com essas mudanças do clima induzidas por GEEs (LEGGETT, 2020; UNFCCC, 2022). Desse modo, o objetivo final da Convenção, ancorado no Artigo 2, consiste em estabilizar as concentrações de "em um nível que impeça uma interferência antropogênica perigosa (induzida pelo homem) no sistema climático" (UNFCCC, 1997, p. 4). Além disso, afirma que:

“tal nível deve ser alcançado dentro de um prazo suficiente para permitir que os ecossistemas se adaptem naturalmente às mudanças climáticas, para garantir que a produção de alimentos não seja ameaçada e para permitir que o desenvolvimento econômico prossiga de maneira sustentável” (UNFCCC, 1997, p. 4)

Todas as Partes da UNFCCC tem um conjunto de obrigações comuns sob o tratado, sendo as principais giram em torno de: (a) formular, implementar, publicar e atualizar regularmente programas nacionais e, quando apropriado, regionais contendo medidas para mitigar as mudanças climáticas; (b) cooperar na preparação para a adaptação aos impactos das mudanças climáticas; (c) considerar as mudanças do clima, na medida do possível, em suas políticas e ações sociais, econômicas e ambientais relevantes e empregar métodos apropriados. É válido evidenciar que apesar da UNFCCC ser um ponto focal para governos nacionais, a Convenção é um espaço para compartilhamento de informações, colaboração e ativismo também para governos subnacionais, instituições financeiras, setor privado e organizações não governamentais (UNFCCC, 1992).

O primeiro acordo subsidiário à UNFCCC foi o Protocolo de Kyoto (Protocolo ou PK), de 1997, que entrou em vigor em 2005. O PK é embasado nos princípios e disposições da Convenção e segue sua estrutura baseada em anexos. Como por exemplo, em seu anexo B, o Protocolo estabelece metas vinculantes de redução média de 5% das emissões em comparação com os níveis de 1990, durante o período de cinco anos 2008–

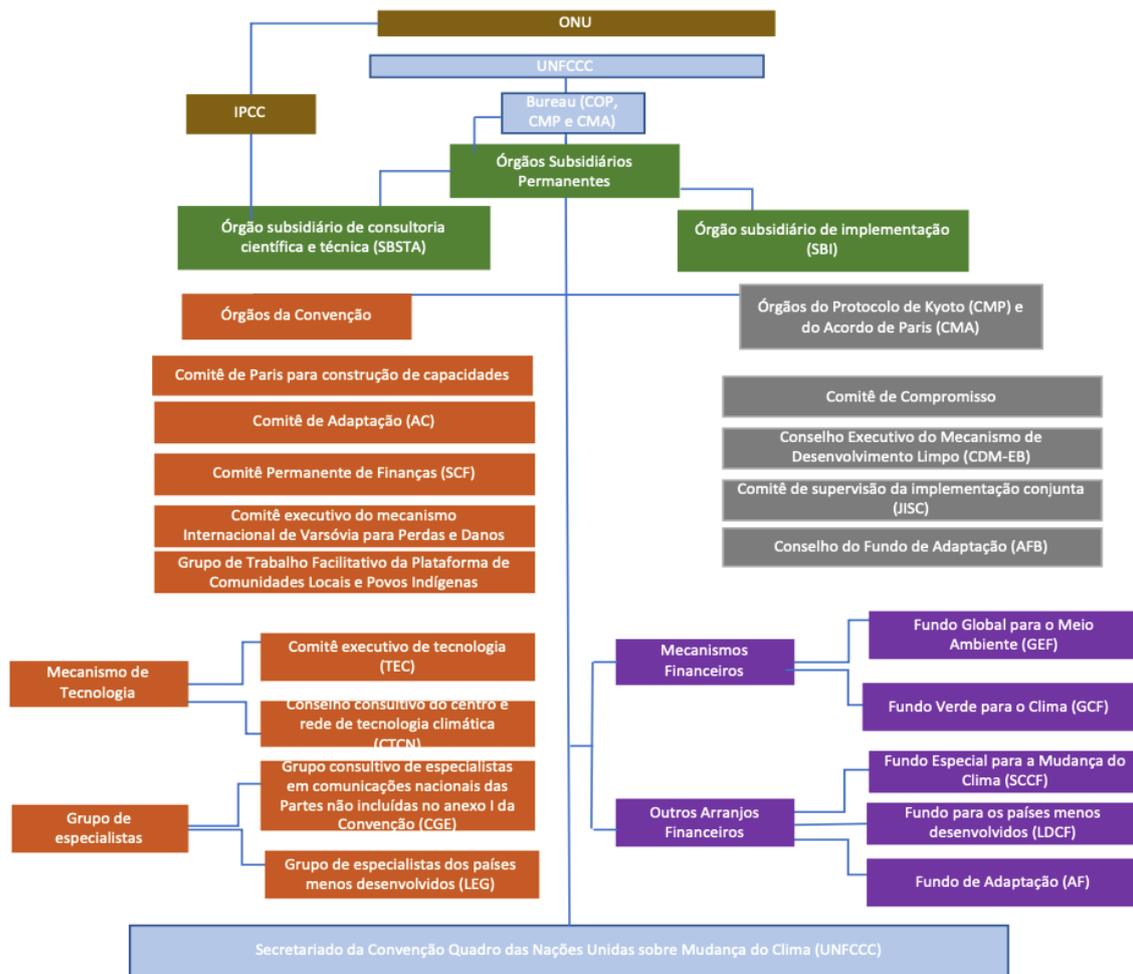
2012, para 37 países industrializados e economias em transição e para a União Europeia (UNFCCC, 2022a).

Nesse sentido, apenas vincula os países desenvolvidos e lhes impõe um ônus mais pesado sob o princípio da “responsabilidade comum, mas diferenciada e respectivas capacidades”, porque reconhece que eles são os grandes responsáveis pelos atuais altos níveis de emissões de GEE na atmosfera (UNFCCC, 2022a). Posteriormente, todas as Partes com as Obrigações de Limitação e Redução de Emissões Quantificadas (QELROS) sob o PK foram julgadas após o final do primeiro período de compromisso de 2009-2012. Sabendo que as emissões domésticas de algumas Partes foram superiores às suas metas previstas no Protocolo, as Partes poderiam cumprir suas obrigações adquirindo créditos de redução de emissões por meio dos três mecanismos de mercado do tratado: Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, Implementação Conjunta e comércio de emissões (LEGGET, 2020)

Os Estados Unidos (EUA) não aderiram ao Protocolo, ao passo que o Canadá retirou-se antes do final do primeiro período de compromisso. Em Doha, no Qatar, em dezembro de 2012, a Emenda de Doha ao Protocolo de Kyoto foi adotada para um segundo período de compromisso, com início em 2013 e duração até 2020. De acordo com Bortolotto (2020, p. 30), como primeiro acordo estabelecido pela UNFCCC, o Protocolo "falhou em não trazer nenhuma menção sobre os povos indígenas. No período, a Convenção tampouco os mencionava em seus documentos e decisões."

Ao longo dos anos, a Convenção estabeleceu diversos órgãos e instituições para seu funcionamento e formalização do processo intergovernamental para elaboração de acordos e protocolos: (1) a COP, órgão supremo da Convenção e espaço de tomadas de decisão; (2) órgãos subsidiários permanentes (SBs): órgão subsidiário científico e tecnológico (SBSTA) e órgão subsidiário de implementação (SBI), bem como outros órgãos subsidiários *ad hoc* estabelecidos pela COP, pelo Protocolo ou pelo Acordo de Paris; (3) the Bureau, órgão de gerenciamento de processos; (4) um secretariado; e (6) entidades responsáveis das operações financeiras – Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e o Fundo Verde para o Clima (GCF) (UNFCCC, 2006; BORTOLOTTI, 2020). Formando um complexo aglomerado de instâncias e siglas, a figura abaixo estrutura a Convenção e suas instâncias:

Figura 2 - Arranjo institucional da UNFCCC



Fonte: UNFCCC, 2015b apud Bortolotto, 2020

De acordo com Bortolotto (2020, p. 32), a divisão em cores identifica cada grupo institucional da UNFCCC. Em marrom, órgão da criação da Convenção (ONU) e grupo de especialistas (IPCC); em azul, órgãos que são responsáveis pelo suporte organizacional e estrutural da Convenção; em verde, os órgãos subsidiários permanentes; em laranja são os órgãos de aconselhamento técnico da Convenção, sob coordenação da SBSTA; já em cinza, são órgãos estabelecidos para implementação e monitoramento do PK e Acordo de Paris; por fim, em roxo são os mecanismos e outros arranjos financeiros estabelecidos pela Convenção.

Desde a assinatura e formalização da Convenção na ECO-92, foi aberto um espaço para a multiplicidade de diversos atores não estatais, grupos e suas redes de participação nos espaços da UNFCCC, principalmente no que concerne aos movimentos feitos pelos povos indígenas nessas instâncias. Desse modo, as reuniões da Convenção têm um papel essencial nas tomadas-decisórias climáticas do global para o local, destacando a atuação de três categorias de participantes em debates e conferências: "membros das Partes da

Convenção e dos Estados Observadores, membros da imprensa e da mídia e representantes das organizações observadoras" (BORTOLOTTI, 2020, p. 33).

2.1.1. Participação indígena dentro da UNFCCC: LCIPP e IIPFCC

De antemão, para além da participação indígena na UNFCCC, os povos indígenas vêm reivindicando reconhecimento dentro da ONU como um todo tendo como marco o Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas, em 1982. Diante disso, os principais estabelecimentos relacionados a povos indígenas e ligados às Nações Unidas no cenário internacional podem ser vistas abaixo:

Quadro 2 - Participação indígena na ONU para além da UNFCCC

Ano	O que foi estabelecido	Descrição
1982	Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas	Foi estabelecido como órgão subsidiário da Subcomissão de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, proporcionando um espaço para os Povos Indígenas compartilharem suas experiências e levantarem suas preocupações na ONU. Como órgão subsidiário da Subcomissão, o Grupo de Trabalho estava localizado no nível mais baixo da hierarquia dos órgãos de direitos humanos da ONU e suas recomendações deveriam ser consideradas e aceitas primeiro por seu órgão superior, a Subcomissão, depois pela Comissão de Direitos Humanos e pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC) antes de chegar à Assembleia Geral. Após a reforma, o Conselho de Direitos Humanos adotou a resolução 6/16 para solicitar ao Gabinete do Alto Comissariado de Direitos Humanos a convocação de uma reunião informal para discutir os mecanismos mais adequados para continuar o trabalho do Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas. A reunião informal ocorreu em Genebra em 6 e 7 de dezembro de 2007. Como seguimento à reunião informal, o Caucus indígena e vários governos continuaram as negociações informais para finalizar um projeto de resolução a ser submetido ao Conselho de Direitos Humanos. Em 14 de dezembro de 2007, foi aprovado o projeto de resolução A/HRC/6/L.42 (Resolução HRC 6/36) que estabelece o Mecanismo Especializado em Direitos dos Povos Indígenas (EMRIP). Como resultado, o Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas se reuniu pela última vez em Julho de 2007.
1989	Convenção 169 – Organização Internacional do Trabalho (OIT)	É o único tratado internacional aberto à ratificação que trata exclusivamente dos direitos desses povos. A Agenda de Trabalho Decente da OIT, com igualdade de gênero e não discriminação como uma preocupação transversal, serve como uma estrutura para o empoderamento dos povos indígenas. De acordo com a organização, o acesso ao trabalho decente permite que mulheres e homens indígenas aproveitem seu potencial como agentes de mudança no chamado desenvolvimento sustentável e ação contra a mudança climática.
1993	Ano Internacional dos Povos Indígenas do Mundo	Por meio da resolução 47/75, a Assembleia Geral da ONU proclamou o Ano com o objetivo de encorajar uma nova relação entre os Estados e os Povos Indígenas, e entre a comunidade internacional e os povos indígenas. Solicitado por organizações indígenas, para fortalecer a cooperação internacional para a solução dos problemas enfrentados pelas suas comunidades em diversas áreas

1994	Primeira Década Internacional dos Povos Indígenas do mundo (1995-2004)	A Assembleia Geral adotou as resoluções 48/163 e lançou a Década para aumentar o compromisso das Nações Unidas com a promoção e proteção dos direitos dos Povos Indígenas em todo o mundo. Como parte da Década, várias agências especializadas da ONU trabalharam com os Povos Indígenas para elaborar e implementar projetos de saúde, educação, moradia, emprego, desenvolvimento e meio ambiente para promover a proteção dos povos indígenas e seus costumes, valores e práticas tradicionais.
2000	Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas	Foi estabelecido como órgão consultivo do Conselho Econômico e Social, com mandato para discutir questões indígenas relacionadas ao desenvolvimento econômico e social, cultura, meio ambiente, educação, saúde e direitos humanos. O Fórum é composto por 16 membros que atuam a título individual como especialistas independentes em questões indígenas, sendo que oito dos membros são indicados pelos governos e oito pelo presidente do ECOSOC, com base em ampla consulta aos grupos indígenas. O Fórum Permanente tem por mandato: (1) fornecer consultoria especializada e recomendações sobre questões indígenas ao Conselho, bem como a programas, fundos e agências das Nações Unidas, por meio do Conselho; (2) aumentar a conscientização e promover a integração e coordenação de atividades relacionadas a questões indígenas dentro do sistema da ONU; (3) preparar e disseminar informações sobre questões indígenas. O Fórum realiza sessões de duas semanas uma vez por ano, geralmente no mês de maio, nas quais organizações de Povos Indígenas, Estados, órgãos e órgãos da ONU, organizações intergovernamentais e ONGs – que têm status consultivo junto ao ECOSOC – participam como observadores. A primeira reunião do Fórum Permanente foi realizada em Nova Iorque, em maio de 2002.
2001	Relatora Especial para os Direitos dos Povos Indígenas	A Comissão de Direitos Humanos decidiu nomear, em 2001, um Relator Especial sobre os direitos dos Povos Indígenas, como parte do sistema de Procedimentos Especiais Temáticos. O mandato do Relator Especial foi renovado pela Comissão de Direitos Humanos em 2004 e pelo Conselho de Direitos Humanos em 2007. No cumprimento de seu mandato, o/a Relator(a) Especial: (1) promove boas práticas, incluindo novas leis, programas governamentais e acordos construtivos entre Povos Indígenas e Estados, para implementar padrões internacionais relativos aos direitos dos Povos Indígenas; (2) relatórios sobre a situação geral dos direitos humanos dos povos indígenas em países selecionados; (3) aborda casos específicos de supostas violações dos direitos dos Povos Indígenas por meio de comunicações com governos e outros; (4) realiza ou contribui com estudos temáticos sobre temas de especial importância para a promoção e proteção dos direitos dos Povos Indígenas.
2005	Segunda Década Internacional do Povos Indígenas (2005-2015)	A Segunda Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo (2005-2015) foi proclamada pela resolução 59/174 da Assembleia Geral e o Programa de Ação foi adotado pela resolução 60/142 da Assembleia Geral com objetivo de fortalecer ainda mais a cooperação internacional para a solução dos problemas enfrentados pelos Povos Indígenas em áreas como cultura, educação, saúde, direitos humanos, meio ambiente e desenvolvimento social e econômico, por meio de programas orientados para a ação e projetos específicos, aumento da assistência técnica e atividades relevantes de definição de padrões. Os cinco objetivos da Década foram: (1) promover a não discriminação e inclusão dos Povos Indígenas na formulação, implementação e avaliação de processos internacionais, regionais e nacionais relativos a leis, políticas, recursos, programas e projetos; (2) promover a participação plena e efetiva dos Povos Indígenas nas decisões que afetem direta ou indiretamente seus modos de vida, terras e territórios tradicionais, sua integridade cultural como Povos Indígenas com direitos coletivos ou qualquer outro aspecto de suas vidas, considerando o

		<p>princípio da livre, prévia e informada consentimento; (3) redefinir políticas de desenvolvimento que partam de uma visão de equidade e sejam culturalmente apropriadas, incluindo o respeito à diversidade cultural e linguística dos Povos Indígenas; (4) adotar políticas, programas, projetos e orçamentos direcionados para o desenvolvimento dos Povos Indígenas, incluindo referências concretas e ênfase particular em mulheres, crianças e jovens indígenas; (5) desenvolver fortes mecanismos de monitoramento e aumentar a responsabilidade em nível internacional, regional e particularmente nacional, com relação à implementação de estruturas legais, políticas e operacionais para a proteção dos Povos Indígenas e a melhoria de suas vidas. Um Fundo Fiduciário para a Segunda Década foi estabelecido para promover, apoiar e implementar esses objetivos.</p>
2007	O Mecanismo de Peritos sobre os Direitos dos Povos Indígenas (EMRIP)	<p>Foi estabelecido pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2007, sob a Resolução 6/36 como órgão subsidiário do Conselho. O Mecanismo oferece ao Conselho de Direitos Humanos assessoria temática, na forma de estudos e pesquisas, sobre os direitos dos Povos Indígenas conforme orientação do Conselho. O Mecanismo de Peritos também pode sugerir propostas ao Conselho para sua consideração e aprovação. É composto por cinco peritos independentes em direitos dos Povos Indígenas nomeados pelo Conselho de Direitos Humanos, realizando uma sessão anual, geralmente no mês de julho, da qual participam representantes de Estados, povos indígenas, organizações de povos indígenas, sociedade civil, organizações intergovernamentais. e academia. O Relator Especial sobre os direitos dos Povos Indígenas e um membro do Fórum Permanente sobre Questões Indígenas são convidados a participar da sessão anual do Mecanismo de Peritos para melhorar a coordenação e cooperação entre esses mecanismos indígenas.</p>
2007	Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP)	<p>A Declaração foi adotada pela Assembleia Geral em setembro de 2007, sendo resultado de mais de vinte anos de trabalho, que começou no Grupo de Trabalho que iniciou a redação da declaração em 1985. A primeira versão foi concluída em 1993 e, em 1995, a Comissão de Direitos Humanos estabeleceu seu próprio grupo de trabalho para revisar o projeto adotado pelos especialistas em direitos humanos do Grupo de Trabalho e da Subcomissão. Mais de 100 organizações indígenas participaram do Grupo de Trabalho da Comissão anualmente.</p>
2014	Conferência Mundial sobre Povos Indígenas	<p>A primeira Conferência foi realizada de 22 a 23 de setembro de 2014. A reunião foi uma oportunidade para compartilhar perspectivas e melhores práticas sobre a realização dos direitos dos Povos Indígenas, incluindo a busca dos objetivos da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.</p>
2019	Ano Internacional das Línguas Indígenas	<p>Com o risco de desaparecimento das línguas indígenas, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas organizou duas reuniões de grupos de especialistas em resposta as recomendações feitas pelo Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas . Os relatórios da reunião descrevem a terrível situação das línguas indígenas hoje e convocam os povos indígenas, o sistema das Nações Unidas e os Estados a tomarem medidas para evitar uma maior deterioração e fornecer apoio para preservar as línguas em perigo de extinção. O Fórum endossou a recomendação emanada da reunião do grupo de especialistas em 2016 para a proclamação pela Assembleia Geral de um ano internacional para chamar a atenção para a necessidade urgente de proteger as línguas indígenas. Com base nisso, a Assembleia Geral, em sua resolução 71/178 de 2016, proclamou 2019 como o Ano Internacional das Línguas Indígenas e convidou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a atuar como agência líder das Nações Unidas para o Ano.</p>

2020	Um apelo à ação para a construção de um futuro inclusivo, sustentável e resiliente com os povos indígenas	Em novembro de 2020, o Conselho Executivo de Coordenação do Sistema da ONU (CEB) aproveitou a oportunidade para revitalizar o plano de ação e fortalecer os esforços coletivos e coerentes do sistema da ONU, endossando uma chamada à ação para a construção de um futuro inclusivo, sustentável e resiliente com os Povos Indígenas. A chamada à ação foi desenvolvida por meio do Grupo de Apoio Interagências sobre Questões Indígenas e aprovada pelo Comitê de Programas de Alto Nível. A chamada à ação afirma o compromisso dos Chefes Executivos em apoiar os Estados Membros na promoção, proteção e realização dos direitos dos Povos Indígenas e redobrar os esforços para garantir uma ação colaborativa e coerente do sistema das Nações Unidas para apoiar os direitos e o bem-estar dos Povos Indígenas.
2022	Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032)	Conforme recomendado pelo Fórum Permanente sobre Questões Indígenas, a Assembleia Geral da ONU proclamou, por meio da Resolução 74/396, a Década Internacional das Línguas Indígenas. O Fórum Permanente acredita que a Década Internacional oferece uma oportunidade única para criar mudanças sustentáveis em dinâmicas sociais complexas para a preservação, revitalização e promoção das línguas indígenas.

Fonte: Quadro compilado a partir de informações retiradas do Department of Economic and Social Affairs, s.d.

No que diz respeito à UNFCCC, os dois principais mecanismos de participação indígena ligados à questão climática são o Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas (FIPI) e a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (PCLPI ou Plataforma). De acordo com a própria Convenção, os povos indígenas têm o conhecimento e práticas necessárias para a comunidade global implementar e ampliar a ação climática, tendo em vista que através de gerações de interações estreitas com o meio ambiente, esses povos, os guardiões da natureza, protegem cerca de 80% da biodiversidade restante do mundo (UN CLIMATE CHANGE NEWS, 2022).

Dos dois mecanismos, a FIPI foi estabelecida primeiro, em 2008, como o Caucus para povos indígenas que participam dos processos da UNFCCC. Por conseguinte, a FIPI representa os membros do Caucus indígena que estão presentes e/ou participando das COPs e das sessões entre as sessões dos órgãos do SBSTA/SBI entre as COPs. Seu principal objetivo é chegar a um acordo específico sobre o que os povos indígenas negociarão em processos específicos da UNFCCC. A FIPI é organizada por representantes das sete regiões do globo. Na América Latina, o Foro Indígena de Abya Yala (FIAY), instância de coordenação e articulação das organizações e redes de povos indígenas, constituiu-se com a finalidade de dar seguimento e coordenar a participação indígena nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas (IIPFCC, s.d.).



Desse modo, os três principais temas chaves trabalhados pela FIPI são: (1) impactos das mudanças climáticas, tendo em vista que os povos indígenas são os primeiros a enfrentarem as consequências dessas alterações do clima; (2) adaptação, sendo medidas necessárias em uma gama de questões, incluindo capacitações saúde, educação, monitoramento climático e relatórios, preparação para desastres, resposta e sistemas de alerta precoce, e assim por diante; (3) mitigação, incluindo titulação de terras, conservação florestal, manejo florestal, agrossilvicultura, agricultura sustentável, meios de subsistência alternativos, política nacional e reforma legal, etc ; (4) finanças, com a sugestão de que as partes da UNFCCC estabeleçam um fundo dedicado para ser acessado e gerenciado diretamente pelos povos indígenas para aprimorar e desenvolver ainda mais as capacidades de adaptação e para fortalecer o conhecimento tradicional (IIPFCC, s.d.). Nisso, o Caucus expressa como um "espaço de mobilização para a garantia de voz, de direitos coletivos, de autonomia, de união entre povos indígenas na Convenção do Clima" (IPAM, 2012, p. 5).

Nas vozes dos povos indígenas, o Caucus significa:

Quadro 3 - O Caucus através de vozes indígenas

Nome	Quem	Acerca do Caucus
Sônia Guajajara	Ministra Brasileira dos Povos Indígenas	"Durante a COP, são vários os espaços. Há uma instância chamada de Caucus Indígena, onde todos os povos indígenas do mundo se encontram para discutir, para tentar ao menos aproximar conceitos e posicionamento. Temos participado do Caucus Indígena, mostrando a visão do Brasil, mas a questão da língua dificulta bastante, porque a língua portuguesa não é uma língua oficial da ONU, portanto, não é falada nesses espaços. Isso dificulta muito tanto a nossa compreensão do que está sendo discutido ali, quanto a possibilidade de falarmos. Mas claro que a gente sempre tem conseguido apoio para a tradução paralela. Quando a gente fala, as pessoas sempre se interessam em escutar o que estamos dizendo, porque somos Brasil e temos um peso muito forte nesses espaços."

<p>Juan Carlos Jintiach</p>	<p>Do povo Shuar, da Amazônia do Equador, ex dirigente da coordenação internacional e de desenvolvimento da COICA</p>	<p>"Quando os povos indígenas chegam às negociações internacionais sobre mudanças climáticas e outras mais, esse encontro se denomina Caucus Indígena. Esse Caucus é composto por indígenas de várias regiões do mundo (...) É importante recorrer aos espaços que conseguimos e o Caucus é bom porque muitos de nossos irmãos adquirem experiência, e existem muitos profissionais indígenas que estudam o tema. No Caucus, nós utilizamos a expertise de cada um, porque muitos vêm participar como delegados de governo e nos trazem informação: estão nas reuniões com o Estado, nas negociações, e vêm aos povos indígenas para dizer o que está acontecendo. (...) Devemos nos capacitar, devemos articular, porque os aliados estratégicos manejam diversos temas no sistema internacional e acredito que trabalhando em conjunto é possível conseguir objetivos. O Caucus Indígena funciona como um articulador, como um formador de consenso para definir como influenciar certos temas que são discutidos na COP, durante o ano de preparação e nas negociações finais."</p>
<p>Clovis Rufino Reis</p>	<p>Liderança indígena Marubo da região do Vale do Javari</p>	<p>"Como em Durban eu participava pela primeira vez de uma COP - e não sabia falar inglês - foi mais difícil. O que facilitou para entendimento da discussão foi Caucus Indígena, que acontecia todos os dias pela manhã, onde falavam em espanhol e me inteirava dos assuntos. (...) Participamos do Caucus e de várias reuniões com a COICA, GTA, IPAM, Funai sobre a Rio+20. (...) Tendo como exemplo as apresentações do Caucus, alguns países queriam a revisão do Protocolo de Kyoto. Vimos alguns a favor do REDD e outros contra, o que para mim foi surpreendente."</p>

Fonte: Partes de depoimentos retirados do IPAM (2012)

Além disso, o Caucus incidiu expressivamente no próprio processo de construção e implementação da PCLPI. propondo quatro princípios gerais em consonância com a estrutura da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas: (1) participação efetiva e plena desses povos; estatuto de igualdade dos povos indígenas e das Partes; auto seleção de representantes dos povos indígenas acordando com procedimentos próprios; financiamento adequado da Convenção e contribuições para permitir a implementação da Plataforma (REDE DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA, s.d.). Nesse sentido, a Plataforma foi criada a partir do Acordo de Paris, principal resultado da COP21, em Paris, na França na decisão 1/CP.21 parágrafo 135:

Reconhece a necessidade de fortalecer o conhecimento, as tecnologias, as práticas e os esforços das comunidades locais e dos povos indígenas relacionados ao enfrentamento e resposta às mudanças climáticas e estabelece uma plataforma para a troca de experiências e o compartilhamento das melhores práticas de mitigação e adaptação de forma holística e integrada maneiras (LCIPP, 2021)

De acordo com a UNFCCC, a Plataforma ajuda a ampliar suas vozes e facilita a participação efetiva de povos indígenas no processo climático das Nações Unidas, contribuindo tanto para questões de mitigação quanto para adaptação. Nesse segmento, o PCLPI é dedicado a oferecer maneiras para governos, povos indígenas, comunidades locais e outras partes interessadas trocarem experiências e práticas para lidar com a mudança do clima de forma holística, desenvolvendo a capacidade de engajar e reunir diversos sistemas de conhecimento no desenho e a implementação de políticas e ações climáticas. Apesar de estabelecido na COP21, foi na COP23, em Bonn, na Alemanha, que a Plataforma se tornou operacional (UN Climate Change News, 2022).

2.2. Conferência das Partes: Principais acordos e discussões

A COP é o órgão de tomada de decisão da Convenção, no qual todos os Estados Partes da Convenção analisam a implementação da Convenção e quaisquer outros instrumentos legais que a Conferência venha a adotar. A COP se reúne anualmente e, desde 1997 – quando emergiu o Protocolo de Kyoto – até 2022, foram realizadas 26 Conferências (com a presidência girando entre as cinco regiões reconhecidas pela ONU, indo desde a África até a Ásia. A primeira reunião da COP foi realizada em Berlim, Alemanha, em março de 1995 (UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE, s.d.).

Ao longo dos anos, a Conferência teve marcos muito importantes em relação aos resultados das negociações realizadas em seu espaço. Após a aprovação do Protocolo (COP3), as sessões da Conferência foram delimitadas em implementar a Convenção e preparação para entrada em vigor do PK elaborando o Plano de Ação de Buenos Aires (COP4), que foi usado como base de trabalho e discussões até a COP6. Em específico, o plano tratou de temas que vão desde mecanismos de financiamento até desenvolvimento e transferências de tecnologias (CETESB/PROCLIMA, 2020).

O PK e o Acordo de Bonn foram os principais instrumentos que emergiram das discussões das COPs até o início dos anos 2000. Em 2001 (COP7), a Conferência tentou mais uma vez colocar em pauta a operacionalização desses acordos, mas sem sucesso, outro instrumento incidiu: o Acordo de Marraquexe; com objetivo de definir regras de operação do uso da terra, mudança no uso da terra e floresta (LULUCF), Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o Comércio de Emissões de GEE, que foram discutidos de forma central nas Conferências seguintes (COP8 e 9) (UNFCCC, 2002; CETESB/PROCLIMA, 2020).

Em 2004 (COP10), foi a Conferência marcada não só pela entrada em vigor do Protocolo, mas por ser realizada em território latino-americano (Argentina). Para o Brasil, em específico, a COP10 foi importante para o país formalizar a divulgação de sua Primeira Comunicação Nacional à Convenção em um evento paralelo organizado em conjunto com o Secretariado da UNFCCC, além da adoção de decisões de interesses internos como projetos florestais baseados no MDL e adaptação às mudanças do clima (CETESB/PROCLIMA, 2020a).

Passando para CO13, que deu início ao processo de negociação para o segundo período de responsabilidades para o PK, as Partes aprovaram o Plano de Ação de Bali. O Plano não estabeleceu metas em termo da redução de GEE, mas foi usado como um mapa para nortear as discussões até a COP15. Vale destacar que o principal embasamento teórico na construção do Plano foi o Quarto Relatório de Avaliação do IPCC e suas constatações sobre o aumento médio das temperaturas e do nível do mar. Além disso, a Conferência marcou a implementação do Fundo de Adaptação e a questão relacionada às florestas, pela primeira vez, foi incluída no texto da decisão final (CETESB/PROCLIMA, 2020b).

Em 2009, depois de um processo de dois anos de negociação introduzidos pelo Plano de Ação de Bali, resultou no Acordo de Copenhague, impulsionado pelo Brasil, China, Índia, África do Sul e Estados Unidos (COP15). Nele, os países "desenvolvidos" assumiram o compromisso de contribuição de de U\$10 bilhões ao ano, entre 2010 e 2012, e U\$100 bilhões ao ano a partir de 2020, com objetivo de destinar fundos para adaptação e mitigação de países mais vulneráveis frente a crise climática (CETESB/PROCLIMA, 2020c). No ano seguinte, em Cancun (COP16), as contribuições das decisões elaboradas giraram em torno de incorporar e detalhar os princípios e objetivos afirmados no Acordo de Copenhague, sendo um dos pontos principais estabelecidos a criação do Fundo Verde da Convenção, administrado provisoriamente pelo Banco Mundial (IPEA, 2011).

Antes da famosa COP que estabeleceu o Acordo de Paris, aconteceu a COP20, em território latino-americano (Lima). O principal resultado dessa Conferência foi o documento nomeado “Chamado de Lima para a Ação Climática” aprovado na COP20, também conhecido como “Rascunho Zero”. O acordo é voltado para redução de GEE, revisão da Contribuição Nacionalmente Determinada (CND) e também criou bases para o estabelecimento do Acordo de Paris (COP21) (IISD, 2014; CETESB/PROCLIMA, 2020d).

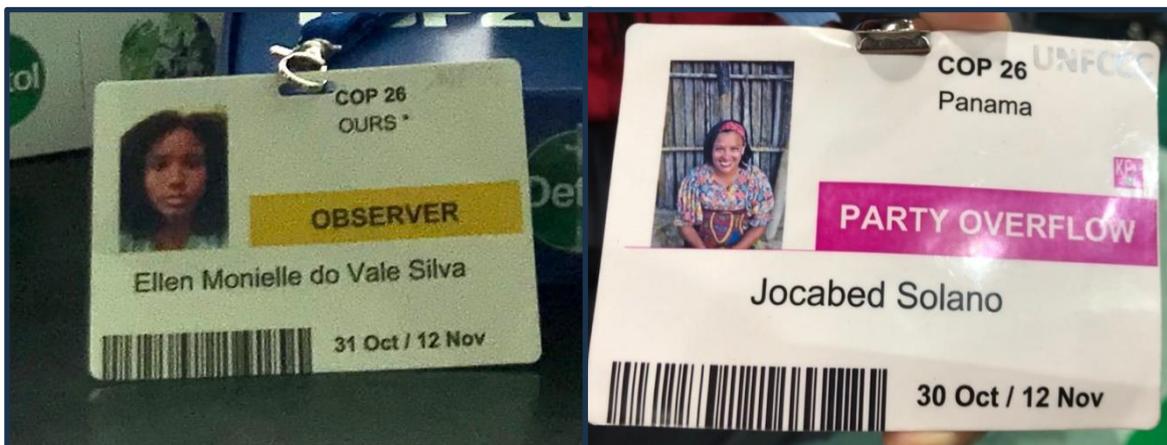
A COP21 foi considerada um momento histórico, tendo em vista que as Partes assinaram o Acordo supracitado, que substituiu o Protocolo, estabelecendo uma nova cooperação entre os países (WRI BRASIL, 2015). A principal meta é manter o aumento da temperatura abaixo dos 2°C, mencionando também a essencialidade nos esforços para limitar este aumento da temperatura a 1,5°C (ROVERE, 2016). Os países signatários criaram sua CND para colaborar com o Acordo e, no âmbito brasileiro, as os objetivos cardinais foram: aumento da participação de bioenergias sustentáveis na matriz energética brasileira para 18% até 2030; restauração e reflorestamento de 12 milhões de hectares; ampliar e melhorar a infraestrutura dos transportes, assim como a utilização de tecnologias limpas nas indústrias (MEIRELES, 2020).

A COP 22 foi a chamada COP de “implementação”, uma fase de transição que saia dos muitos anos de negociações que chegaram ao auge em Paris para uma nova fase de negociações focada em traduzir os compromissos de alto nível contidos no Acordo de Paris em um plano detalhado para suas ações, com objetivo principal a escrita do Livro de Regras do Acordo de Paris (DANYLUK, 2017). Nas COPs seguintes (COP23, 24 e 25), as discussões e decisões foram voltadas mais especificamente para os mecanismos em relação a implementação do Acordo de Paris e ao Livro de Regras, cumprimento das CNDs, medidas de redução dos GEE, adaptação e mitigação, mecanismos de financiamento, debate sobre perdas e danos (PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 2017; FULLER, 2018; WORLD FOOD PROGRAM, 2020). Os resultados em relação à COP26 e COP27 estarão descritas no próximo capítulo.

2.3. Espaços da COP e a incidência diplomática indígena

Os espaços da COP são geralmente caracterizados pelos espaços oficiais e os espaços não-oficiais, ou seja, divididos em domínios "dentro" e "fora". De acordo com Comberti et al. (2019, p.17–18), o "dentro" refere-se aos espaços acessíveis apenas para aqueles com credenciamento oficial, tendo permissão para acessar a arena principal da conferência (Blue Zone); e o “fora” refere-se ao espaço dentro e ao redor da zona principal de conferências, que é acessível ao público (Green Zone). Existe uma divisão bastante clara entre os dois domínios, em que aqueles “dentro” muitas vezes não cruzam a fronteira para o “fora”.

Figura 3 - As credenciais concedem diferente status de participação: em amarelo, minha credencial na COP26 como membro observadora; à direita, a credencial de "party overflow" identificada em rosa de uma das diversas mulheres indígenas que conversei (foto autorizada pela mesma)



Fonte: Ellen Monielle/Acervo pessoal

Em relação ao credenciamento, a participação "dentro" da COP exige o registro de uma organização na UNFCCC para que terceiros possam obter credenciais. Nisso, elas devem ser admitidas pela COP como organizações observadoras do processo da Convenção antes que possam enviar representantes para participar de quaisquer sessões ou reuniões da UNFCCC (UNFCCC, 2023). Desse modo, os atores participantes devem se encaixar nas três categorias da UNFCCC: (1) membros das Partes da Convenção e dos Estados Observadores; (2) membros da imprensa e da mídia; (3) representantes das organizações observadoras, sendo três tipos: o Sistema das Nações Unidas e suas agências especializadas, organizações intergovernamentais e não-governamentais (BORTOLOTTI, 2020). Como colocado por Bortolotto (2020, p. 36):

Até o ano de 2018, o então governo brasileiro, por meio da extinta Divisão de Mudança do Clima do Ministério de Relações Exteriores, permitia o credenciamento de representantes da sociedade civil com poucos requisitos para o registro: (1) ser brasileiro; (2) ser funcionário ou consultor de uma organização não governamental; (3) apresentar a agenda de interesse na UNFCCC e; (4) ser responsável por todo custo logístico para a participação no evento. (BORTOLOTTI, 2020, p. 36)

Como as COPs são eventos que conectam uma ampla diversidade de atores interessados na agenda climática e que, por muitas vezes, exige um grande nível burocrático e restritivo para sua participação, a sociedade civil se articula entre si com representantes governamentais em espaços informais para apresentarem suas posições dentro da Convenção (LÖVBRAND, HJERPE, LINN, 2017). Essas atividades são chamadas de "side events" ou eventos paralelos acontecem "fora" e são acessíveis ao

público, muitas vezes organizados pelo governo local ou organizações interessadas e geralmente são localizadas ao redor da zona da conferência (BORTOLOTTI, 2020).

A atmosfera muda radicalmente ao entrar nesses outros espaços, que não exigem credenciamento prévio. Geralmente são espaços informais, com grande participação da sociedade civil local e de diversas partes do mundo, com apresentações de ONGs, organizações indígenas, pesquisadores entre outros em debates abertos e utilizando termos mais atuais, como emergência climática, por exemplo. Nesses espaços também são organizadas e visibilizadas as manifestações públicas que demandam ações concretas dos governos, como por exemplo a Marcha Climática em Madrid, durante a COP25 em 2019, que mobilizou milhares de pessoas pelas ruas da cidade, de diversos grupos do mundo todo. (BORTOLOTTI, 2020, p. 40)

Em relação à incidência diplomática indígena nesses espaços das COPs, Comberti et al. (2019) expressa que existem marginalizações políticas (baixa representatividade e reconhecimento), econômicas (falta de financiamento) e históricas (desigualdade entre o conhecimento indígena e a ciência ocidental), que inibem a participação desses povos nas Conferências, assim como impõem limitações nos seus envolvimento em relação à UNFCCC (BORTOLOTTI, 2020). Segundo Powless (2012), a participação dos povos indígenas nas COPs começou em 1998 (COP4), emitindo uma declaração indígena. Na COP6, nos anos 2000, "três organizações indígenas estavam registradas como observadoras da UNFCCC e credenciaram um total de 34 representantes" (BORTOLOTTI, 2020, p. 44). Desde então, o número de organizações indígenas com *status* de observadores nas COPs vem aumentando.

Figura 4 – Participação de Organizações indígenas como observadoras



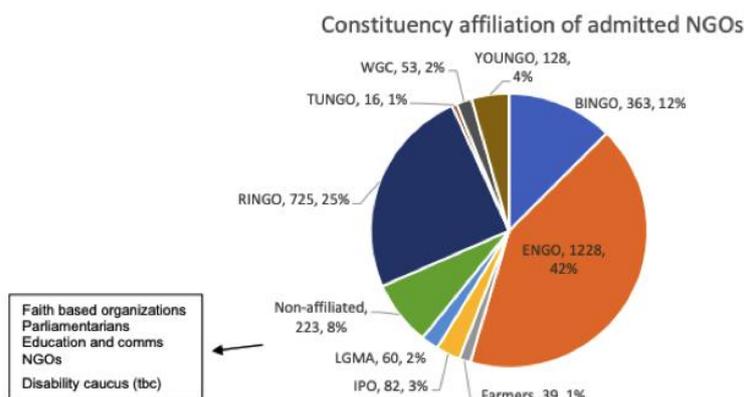
Fonte: Bortolotto, 2020

Tendo em vista a crescente participação desses povos nesses espaços, as organizações indígenas foram reconhecidas como constituintes da UNFCCC, concedendo

a eles os mesmos direitos de participação que outros constituintes "e concedeu, por exemplo, o direito de fazer declarações aos Estados-Partes presentes e a capacidade de ter salas de reuniões privadas" (POWLESS, 2012, p. 416). Essas constituintes foram estabelecidas nos primeiros dias do processo da Convenção, as organizações empresariais e industriais e os grupos ambientais foram particularmente ativos e iniciaram canais sistemáticos de comunicação com o secretariado e as Partes, resultando nos seus próprios pontos focais e algumas responsabilidades, como: (1) fornecer um canal para a troca de informações oficiais entre seus constituintes e o secretariado; (2) auxiliar o secretariado a assegurar uma participação efetiva adequada a uma reunião intergovernamental; (3) coordenar a interação dos observadores nas sessões; (4) fornecer apoio logístico aos seus constituintes durante as sessões (UNFCCC, 2011).

As constituintes são divididas entre empresas e indústrias (BINGOs), ambientais (ENGOs), organizações de povos indígenas (IPOs), governos locais e autoridades municipais (LGMA), organizações independentes de pesquisa (RINGOs), organizações sindicais (TUNGOs), agricultores e agrícolas (*Farmers*), mulheres e gênero (*Women and Gender*) e juventude (YOUNGO), sendo a ENGO com maior representação nas COPs (BORTOLOTTI, 2020). Como constituintes, as IPOs se reúnem diariamente durante as COPs e nas reuniões de órgãos subsidiários (Caucus).

Figura 5 - Constituintes da UNFCCC



Fonte: UNFCCC, 2022

Além do estabelecimento dos povos indígenas como constituintes, a incidência diplomática indígena contribui para o estabelecimento do Pavilhão dos Povos Indígenas (PPI), em 2014 (COP20), espaço fixo dedicado a discussões e eventos desses povos (COMBERTI et al., 2019). Apesar dessa conquista, muito pouco das vozes indígenas

ecoadas no Pavilhão incide nos espaços oficiais das negociações (BORTOLOTTI, 2020).

Não é um espaço permanente da Convenção, ou seja, a cada reunião membros do Fórum Internacional precisam articular com apoiadores financeiros e o secretariado para que o espaço exista. O espaço já foi financiado pelos governos da França e Noruega, e ironicamente, a Noruega já esteve em posição de rejeitar verbalmente a menção sobre povos indígenas e direitos humanos no texto operacional do Acordo de Paris do lado de dentro das negociações, enquanto posicionava os povos indígenas do lado de fora com a provisão de um belo espaço para hospedar apresentações, músicas, arte e histórias (BORTOLOTTI, 2020, p. 47)

Mesmo com avanços em suas participações nas COPs, os povos indígenas ainda enfrentam desafios em seu reconhecimento e incidência diplomática no âmbito climático, especialmente no atendimento das demandas dos seus territórios. Sem espaço nas negociações oficiais e estrutura para garantir sua participação com maior efetividade, esses desafios são maiores quando se trata da incidência diplomática de mulheres indígenas.

2.3.1. A diplomacia feminina indígena no enfrentamento às mudanças climáticas

Em sociedades indígenas, as mulheres são reconhecidas por suas contribuições únicas no processo de dar vida. Na Conferência de Pequim, em 1995, uma das primeiras instâncias em que as mulheres indígenas de diferentes regiões do mundo tiveram espaço para se reunir em nível internacional e articular suas demandas, a Declaração gerada reverberou a imagem que as mulheres indígenas têm mantido continuamente em suas abordagens: a Terra é reconhecida como Mãe, "vinculando-a à sua vida e capacidade de viver, mas assumindo sua responsabilidade compartilhada por sua proteção, apontando a partir daí que é fundamental ter a direito à autodeterminação sobre seus territórios como povos para cumprir essa responsabilidade" (KAIN, MAIRENA, 2019, p. 16).

Para as mulheres indígenas, "a luta por terra, território e recursos naturais tem sido um foco central de suas demandas" (KAIN, MAIRENA, 2019, p. 11). Devido ao contato e relação íntima com a Mãe Terra e os elementos da Natureza, essas mulheres, conseqüentemente, sofrem desproporcionalmente e estão na linha de frente no combate e redução dos efeitos de desastres ambientais, da erosão da biodiversidade e, portanto, do enfrentamento às mudanças climáticas (KAIN, MAIRENA, 2019).

Em outras palavras, as mulheres indígenas muitas vezes enfrentam violações sistemáticas de seus direitos humanos no panorama das mudanças do clima, levando em

conta as desigualdades históricas que põe em risco a resiliência delas em relação às alterações climáticas e ao impedindo de um engajamento efetivo das mesmas nos processos de desenvolvimento do embate às questões do clima (PRIOR, HEINÄMÄKI, 2017).

Categoricamente, os direitos das mulheres foram formalmente codificados como direitos humanos sob a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), em 1979, enquanto os direitos dos povos indígenas foram reconhecidos, em 2007, pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP), que, ao contrário da CEDAW, não é um tratado vinculante. Desta maneira, criado como uma estrutura mais eficaz para exercer e implementar os direitos dos povos indígenas, a UNDRIP não estabelece novos direitos, mas cria uma ferramenta que leva em conta as especificidades dos direitos desses povos (PRIOR, 2017; KUOKKANEN, 2012).

Em contrapartida a adoção desses dois principais instrumentos internacionais, os direitos das mulheres indígenas são frequentemente negligenciados em diferentes níveis da sociedade. Neste aspecto, essas mulheres têm sido afetadas pelas marcas dos constantes processos da Modernidade/Colonialidade, pelas opressões que ainda enfrentam como povos indígenas e, por muitas vezes, serem deixadas de lado ou não fazerem parte dos processos de tomada de decisão. É dentro deste contexto que as mulheres indígenas têm buscado pela inserção internacional, desafiando não apenas o modelo de diplomacia dirigido pelo Estado, mas as fronteiras artificiais que conectam o local ao global e o público ao privado (PARISI, CORNTASSEL, 2007; KAIN, MAIRENA, 2019).

Apesar de tais limitações e experimentando práticas excludentes, essas mulheres têm exercido, no âmbito das Nações Unidas, pressões constantes em fóruns globais através da diplomacia indígena internacionalizada, tendo como exemplo a influência delas no Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, no Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas, estabelecido em 2002, na FIPI e nas próprias COPs (PARISI, CORNTASSEL, 2007; PRIOR, HEINÄMÄKI, 2017; ROBLES, 2017).

Logo, como resultado do Estado moderno e da influência do capitalismo hegemônico, a mudança das sociedades matriarcais ou equitativas de gênero para sociedades patriarcais verbalizou a subsequente inferiorização, desvalorização e invisibilização da mulher indígena como protagonista diplomática na busca e construção

de sociedades pluriversais, inclusivas e participativas. Tendo isso em consideração, as mulheres indígenas exigem que suas múltiplas localizações como mulheres e povos indígenas sejam tornadas visíveis (PARISI, CORNTASSEL, 2007).

Nos últimos anos, além de participarem anualmente das COPs, lideranças femininas indígenas participam de espaços de diálogo sobre políticas e combate de alterações climáticas, se envolvendo e apresentando suas cosmovisão e soluções baseadas no território (PARISI, CORNTASSEL, 2007; BELFER et al., 2019). Apesar disso, enquanto diversos fóruns diplomáticos referentes à temática, como as próprias COPs, despertam lentamente e procuram compreender os impedimentos da participação dos povos indígenas na governança climática, em particular, pouco foco ainda é dado aos direitos, ao papel e às diplomacias das mulheres indígenas. O terceiro capítulo discutirá o assunto através do discurso de mulheres indígenas nas COPs.

3. DE ONDE FALA A DIPLOMACIA INDÍGENA?: As vozes femininas de indígenas brasileiras nas COP26 e COP27

Em novembro de 2021, os olhos da mídia e de grande parte da população mundial voltaram-se para a cidade de Glasgow, na Escócia, onde ocorreu a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Em contrapartida aos anos anteriores, a edição de 2021 ocorreu um ano depois do previsto devido à pandemia da COVID-19 (LOPES, 2022). Assim como em novembro de 2022, a atenção mundial estava voltada para 27ª Conferência das Partes pós eleições brasileiras, dessa vez acontecendo em Sharm El-Sheikh, no Egito.

Este capítulo tem como intuito apresentar as principais as agendas, discussões e resultados referentes a essas Conferências, tomando como ponto central as vozes e práticas diplomáticas de mulheres indígenas brasileiras. Além disso, será exposta a análise, através do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), das entrevistas dessas mulheres coletadas na COP26 e COP27, a fim de tentar responder à pergunta norteadora que move a investigação.

3.1. Principais agendas e resultados da COP26: A COP das mulheres indígenas brasileiras

A Presidência do Reino Unido definiu quatro objetivos que iriam dar rumo às negociações na COP26, sendo elas: (1) Zerar as emissões líquidas até meados do século e manter 1.5°C ao alcance, solicitando aos países a apresentar metas de redução de emissões para 2030; (2) Adaptar-se para proteger comunidades e habitats naturais, avaliando que o clima já está mudando e continuará mudando mesmo que as emissões reduzam; (3) Mobilizar financiamento, no qual os países desenvolvidos devem cumprir sua promessa de mobilizar pelo menos US\$ 100 bilhões em financiamento climático; (4) Trabalhar em conjunto para entregar, tendo em vista que para enfrentar a crise climática é necessário o coletivo (UK COP26, 2021).

Para alcançar esses objetivos, a Presidência delimitou metas para os países seguirem: acelerar a eliminação do carvão assumir o compromisso de reduzir o desmatamento; acelerar a mudança para veículos elétricos; incentivar o investimento em energias renováveis; proteger e restaurar ecossistemas; construir defesas, sistemas de alerta e infraestrutura e agricultura resilientes para evitar perda de casas, meios de subsistência e vidas; finalizar o Livro de Regras de Paris, regras essas que tornam o Acordo de Paris operacional; acelerar as ações para enfrentar a crise climática por meio

da colaboração entre governos, empresas e sociedade civil. Além disso, determinou que as instituições financeiras internacionais também precisam trabalhar para liberar os financiamentos dos setores privado e público (UK COP26, 2021).

Ainda em outubro de 2021, semanas antecedendo a COP26, vários eventos denominados pré-COP26 aconteceram em diversas cidades do mundo e em âmbito virtual, reunindo técnicos, pesquisadores e agentes políticos, com objetivo de debater os principais assuntos que estariam em pauta na Conferência (GARCIA, 2021). Ressaltando o cenário brasileiro, que se encontrava em uma dicotomia e afetado por crises política, econômica, social, especialmente no contexto ambiental, agravadas pelo impacto da COVID-19 e, naquela época, sob o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). No que diz respeito às questões climáticas e ambientais, trazendo uma breve retrospectiva, os posicionamentos de Bolsonaro em relação à essa agenda iniciaram ainda em setembro de 2018, quando ele mesmo chegou a anunciar que se eleito retiraria o Brasil do Acordo de Paris (SCANTIMBURGO, 2018).

Além disso, o país foi inundado por pretensões da fusão entre os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, o que significava na verdade a extinção do primeiro (SCANTIMBURGO, 2018); aumento de invasões e exploração a territórios tradicionais; maior incidência dos impactos do agronegócio e predatismo madeireiro; ampliação das queimadas dos biomas brasileiros, especialmente na Amazônia, que nos primeiros anos de governo (2019/2020) reverberou um aumento de 1,7 vezes maior do que no período de 2016 a 2018, sendo o bioma que mais sofreu com as queimadas em 2020 (46,2%) (MISSIATTO et al, 2021; INPE, 2021).

Nesse sentido, levando em conta as transformações de legislações ambientais e do entendimento da natureza como recurso, a continuação da lógica e discurso colonial de exploração tornou-se ainda mais aparente e persistente sob a ótica das políticas ambientais brasileiras embasadas por Bolsonaro e sua equipe ministerial. A relação histórica de harmonia com a natureza de povos tradicionais, especialmente povos indígenas, foi ignorada dentro da gestão do governo, sendo marcada pelo encobrimento desses povos, ou como pontuado por Dussel (1994), pelo Encobrimento do Outro, em que o “coberto” foi, conseqüentemente, “descoberto”, mas imediatamente “coberto” como Outro, passando a ser vistos como Outros a serem “conquistados, colonizados, modernizados, civilizados, como questão do ego moderno” (DUSSEL, 1994, p. 36; MISSIATTO et al, 2021).

Dentro do contexto supracitado, as mobilizações para a ida à COP26 por povos indígenas brasileiros tornaram-se imprescindíveis para denunciar o agravamento da vida indígena em seus territórios e o encobrimento dos seus corpos causados por políticas ambientais devastadoras. Pode-se dizer que a preparação desses povos para a chegada na Conferência já começou com a Declaração da Primeira Assembleia Mundial pela Amazônia, em 2020, quando é dito que:

Cresce o grito ensurdecedor da floresta, derrubada, queimada, saqueada pelo extrativismo violador, que só obedece ao poder e à ganância. (...) Há um mutirão de resistência dentro das comunidades da floresta, do campo e da cidade, que estão se organizando frente à devastação e à fome que podem continuar após esta pandemia. Porque o ecocídio, etnocídio e terricídio avançam pior que o vírus. (ASAMBLEA MUNDIAL POR LA AMAZONÍA, 2020)

No entanto, foi no Manifesto do Grupo Carta de Belém¹⁸ que diversas organizações, institutos, associações, conselhos e comitês nacionais indígenas e/ou que advogam em relação à causa tradicional, como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Instituto Mulheres da Amazônia (IMA), dentre outras, tornaram-se signatários desse documento nomeado “Territorial plunder advances in the name of climate”¹⁹. O documento reafirma os efeitos do desmonte de políticas e seus impactos socioambientais, expondo a licença poluidora aberta pelo mercado do carbono e os efeitos avassaladores do extrativismo em seus territórios (CARTA DE BELÉM, 2021).

Além disso, o Manifesto (Anexo A) indicou que a COP26 não seria apenas mais uma COP, e que a pretensão seria dar um passo definitivo para transparecer a arquitetura complexa da governança ambiental global que vem sendo negociada há anos, realizando denúncias ao governo de Bolsonaro nesse espaço e mostrando a resistência dos seus signatários contra a transformação da natureza em capital (CARTA DE BELÉM, 2021). Com o panorama do Manifesto estabelecido, a COP 26 teve a maior delegação formada por indígena da história das COPs, foram compostas por diferentes povos brasileiros, como Paiter Suruí, Munduruku, Pataxó, Guajajara, Kayapó, Tupinambá e

¹⁸ O Grupo é uma “rede de articulação de movimentos sociais, sindicais, organizações não-governamentais e pesquisadoras/es que atuam na defesa dos direitos à terra e territoriais e socioambientais de povos e comunidades tradicionais, camponesas, povos indígenas, agricultora/es familiares e populações periféricas das cidades, frente às crises ambiental e climática” (CARTA DE BELÉM, 2023).

¹⁹ “A pilhagem territorial avança em nome do clima” (Tradução pela autora).

outros (PATAXÓ, 2021; PONTES, 2021), no qual mobilizaram discussões e emanaram as suas cosmovisões naquele espaço.

Desde 2014, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) trabalha mobilizando povos indígenas a participarem dos espaços oficiais da ONU e, em 2019, impulsionou um grupo de 18 pessoas, que foi considerado como a maior participação de lideranças até o momento da COP26 (NUNES, 2021). Lançando a Carta (Anexo B) da delegação dias antes da COP26, a APIB ressaltou que os guardiões da floresta foram levados para Glasgow com objetivo de alertar os participantes, organizações e líderes dos países que estariam presentes na Conferência. Por conseguinte, a presença indígena se fez presença ali para disputar as narrativas de um governo que anunciava propagandas relacionadas ao Brasil e a competência do governo brasileiro em preservar o meio ambiente (PATAXÓ, 2021; NUNES, 2021).

Ratificando a visão do país verde, o ex-presidente Bolsonaro, ausente da abertura da Cúpula, enviou seu discurso gravado para cerimônia afirmando o país como “potência verde” e evidenciando que as iniciativas do seu governo estariam postas a responder globalmente às mudanças climáticas. Autorizando o ex Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, a apresentar durante a COP26 novas metas climáticas brasileiras²⁰ (FAGUNDES, 2021), as mesmas almejavam:

Zerar o desmatamento ilegal até 2028: 15% por ano até 2024, 40% em 2025 e 2026, e 50% em 2027, comparando com o ano de 2022; restaurar e reflorestar 18 milhões de hectares de florestas até 2030; alcançar, em 2030, a participação de 45% a 50% das energias renováveis na composição da matriz energética; recuperar 30 milhões de hectares de pastagens degradadas; incentivar a ampliação da malha ferroviária. (GOV BR, 2021)

Em contrapartida, o discurso de Jair Bolsonaro não foi o único brasileiro que ecoou ali. Como supracitado, os povos indígenas e suas vozes se fizeram presentes na COP26, principalmente o de mulheres indígenas, que teve como marco inicial o discurso da Txai Suruí, indígena do povo Paiter Suruí, sendo a única indígena e brasileira a discursar na abertura de uma COP (CAVALCANTI, 2021). O discurso de Taily Terena na abertura do Pavilhão dos Povos Indígenas (PPI) pode ser considerado outro marco, no qual definiu expectativas ligadas à população indígena e as agendas de soberania

²⁰ As metas “mais ambiciosas” estabelecidas pelo governo na COP26 foram consideradas por diversas organizações presentes na COP como uma “pedalada climática” em relação ao Acordo de Paris, não informando o valor absoluto de emissões do país até 2030. De acordo com o Observatório do Clima, a meta de corte de emissão de 50% faz com que o governo de Bolsonaro, no máximo, empate com as propostas estabelecidas por Dilma Rousseff (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2021).

alimentar, direitos humanos e gênero, terminando a sua declaração afirmando que o “colonialismo causou as mudanças climáticas” e os direitos e conhecimentos tradicionais são a solução para combater a crise climática (O’REGAN, 2021).

Isso reafirmou a narrativa de Pataxó (2021), de que “a COP do Clima tem que ser um lugar indígena”. No entanto, aqui coloco que a COP26 não foi apenas um lugar indígena, mas de mulheres indígenas e suas conexões com a Mãe Terra. Além da maior delegação brasileira vista na história das COPs, marcada pela presença de mais de 40 indígenas, é preciso ressaltar que a maioria dessa delegação era composta por mulheres, reverberando que a COP26 foi, de fato, a COP da incidência de mulheres indígenas brasileiras.

Por conseguinte, os ecos da Mãe Terra através das vozes femininas indígenas do Brasil não ecoaram apenas pelos espaços oficiais da Blue Zone, mas fora deles em agendas de eventos paralelos, pelos seus gritos nas principais marchas pelo clima, em encontros com grandes personalidades, tendo seus rostos estamparam outdoors pelas ruas de Glasgow²¹ e capas dos principais jornais mundiais.

Figura 6 - Outdoor estampado pelas ruas de Glasgow: "Conheças as verdadeiras líderes". Da esquerda para direita: Célia Xakriabá, Glicéria Tupinambá e Sônia Guajajara.



Foto: Marizilda Cruppe. Mônica Nunes/Conexão Planeta.

²¹ A campanha para visibilizar vozes indígenas brasileiras foi parte de uma campanha promovida pela Choose Earth. A campanha tinha em sua imagem principal as lideranças Sonia Guajajara, Célia Xakriabá e Glicéria Tupinambá (ESTEVEZ, 2021).

No quadro abaixo, junto às vozes de Sônia Guajajara e Célia Xakriabá, alguns nomes de lideranças femininas indígenas brasileiras presentes na COP26 podem ser observados, em conjunto com suas principais mensagens acerca da Conferência:

Quadro 4 - Principais mulheres indígenas brasileiras presentes na COP e suas falas em relação à Conferência

Nome	Quem são?	Povo	Região Brasileira	Falas em relação aos espaços da COP26
Txai Suruí	Ativista e comunicadora	Paíter Suruí	Norte	“Eu estava ali (discursando) representando não só o meu povo, mas todos os povos indígenas do Brasil. Eu acho que consegui ao menos levar uma mensagem de que nós, no Brasil, pode estar passando por ataques, mas também tem gente que quer defender a floresta. Que quer defender a Amazônia, que quer defender esse planeta”
Taily Terena	Mestranda em Antropologia Social	Terena	Centro-Oeste	“Ao exercer nossa proteção na linha de frente, enfrentamos criminalização, violações de direitos humanos e assassinatos. E nas COPs, somos excluídos da tomada de decisão nas questões que mais nos afetam. A pandemia do COVID-19 apenas exacerbou essa injustiça.”
Sônia Guajajara	Deputada federal eleita pelo Estado de São Paulo e Ministra dos Povos Indígenas	Guajajara	Nordeste	“É urgente a nossa participação nesses espaços de decisão, uma vez que nossos direitos conquistados estão sendo retirados pelo governo brasileiro”
Joênia Wapichana	Eleita pelo estado de Roraima como primeira mulher indígena deputada federal no Brasil	Wapichana	Norte	“Aumentou a participação e o reconhecimento, mas está faltando o financiamento para que os povos indígenas possam continuar protegendo seus territórios e fazendo o enfrentamento das mudanças climáticas.”
Darlly Tupinambá	Articuladora nacional da organização Engajamundo	Tupinambá	Norte	“A crise climática está batendo em nossas portas muito mais cedo do que na porta dos líderes mundiais (...) Não podemos esperar que aconteçam ações visando resultados até 2030 se não

				existir de fato comprometimento e responsabilidade por parte dos estados.”
Valdinéia Sawré	Articuladora nacional da organização Engajamundo	Munduruku	Norte	“O Brasil chegou na COP 26 com uma série de questões, principalmente quando se trata de ameaças contra os direitos dos povos indígenas. Então, nada melhor do que a gente ter estado lá para fazer essa fala de tudo que vem acontecendo e dizer para as pessoas o porque as notícias que sai não são mentiras e que realmente tem todo esse desmonte sobre os nossos direitos. Que o desmatamento aumenta e que as nossas florestas estão em chamas”.
Alice Pataxó	Ativista e comunicadora	Pataxó	Norte	"A floresta não tem dono, mas tem guardião. Por isso estamos aqui, para defender esses territórios, defender a vida"
Célia Xakriabá	Ativista indígena e deputada Federal eleita pelo Estado de Minas Gerais	Xakriabá	Sudeste	“Não é possível barrar as mudanças climáticas sem a demarcação dos territórios indígenas, porque não é só uma tecnologia social, mas também uma tecnologia ancestral. (...) Nosso recado na COP26: não existe solução para a crise climática sem a demarcação das terras e sem os povos indígenas. (...) A luta pela mãe Terra é a mãe de todas as lutas!”
Maial Paiakan	Estudante de Direito	Kayapó	Norte	“Fomos para a COP 26 para defender as terras indígenas, defender os nossos direitos mesmo tendo muitas dificuldades para se ter acesso ao alto nível das negociações. Foi muito importante dizer que estamos ali presente, ecoar a nossa mensagem e já nos preparando para a próxima COP. (...) Nós mulheres indígenas estamos na linha de frente contra a crise climática”
Juma Xipaia	Ativista e estudante de Medicina	Xipaya	Norte	“Não fomos incluídos. Nós viemos. E queremos que nos respeitem. Aqui se fala muito de floresta, mas não consideram os povos que lá vivem, não fazem a consulta, não chamam para o diálogo. Só existe floresta porque existem os povos que estão lá, defendendo, semeando”

Alessandra Munduruku	Primeira mulher a liderar a Associação Indígena Pariri	Munduruku	Norte	“A gente saiu de tão longe pra chegar lá. A gente não quer mais deixar empresas e governo falarem por nós, eles tentam negociar sem a nossa presença, mas querem tirar foto dizendo que ‘estão com indígenas (...) Se o mundo todo está preocupado com o meio ambiente tem que ter demarcação, respeito aos direitos indígenas, expulsão dos invasores dos nossos territórios e respeito ao protocolo de consulta.”
----------------------	--	-----------	-------	---

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em entrevistas e informações coletadas por Pataxó (2021), Esteves (2021), Pontes (2021), Universa (2021), Nunes (2021a) e Xakriabá (2021).

Nos discursos supracitados, é evidenciado uma preocupação com a crise climática e o impacto dessa crise em mulheres indígenas, assim como a limitação na inclusão de suas perspectivas nas negociações climáticas internacionais. Lutando contra políticas anti-indígena e anti-ambiental imperativa no contexto do governo bolsonarista, pode-se observar através de suas falas a urgência da denúncia em defesa aos seus direitos, povos e territórios, além de expor a crucialidade do reconhecimento dessas mulheres e sua proximidade com a Mãe Terra e como principais agentes no combate às mudanças do clima.

Conseqüentemente, a movimentação dos povos indígenas, especialmente as mulheres indígenas brasileiras presentes ali, evocaram as questões: Se são esses povos que realmente protegem a terra e a natureza, quais foram os resultados da COP26? Esses povos foram notados nos espaços de tomadas de decisões oficiais?

Dentre os principais resultados da COP26, as discussões e mobilizações dentro dos debates oficiais da Conferência se encerraram na assinatura do Pacto Climático de Glasgow (PCG ou Pacto). O Pacto propõe uma série de itens acordados para criar resiliência às mudanças climáticas e reduzir a lacuna entre os planos de redução de emissões existentes de modo que o aumento da temperatura média global possa ser limitado a 1,5°C. Desse modo, o Pacto contou com os seguintes tópicos de decisões: (1) Urgência científica; (2) Adaptação; (3) Financiamento para adaptação; (4) Mitigação; (5) Financiamento, transferência de tecnologia e fomento da capacidade de mitigação e adaptação; (6) Perdas e danos (UNFCCC, 2021a; DECISÃO 1, CP.26, 2021).



Em relação aos povos indígenas, o documento decisório do PCG traz citações referentes a eles e suas cosmovisões (Apêndice F). Um ponto importante foi o reconhecimento dos seus direitos, assim como a exposição do conhecimento desses povos como importantes para execução de ações climáticas. O documento também ganhou uma decisão (Decisão 16, CP. 26, 2021), voltada exclusivamente para a Plataforma das Comunidades Locais e dos povos indígenas.

Partes devem respeitar, promover e levar em consideração suas respectivas obrigações em matéria de direitos humanos, direito à saúde, direitos dos povos indígenas (...) Salienta o importante papel desempenhado pela cultura e conhecimento dos povos indígenas e comunidades locais na ação efetiva contra mudanças climáticas e insta as Partes a envolverem ativamente os povos indígenas e comunidades locais na concepção e execução da ação climática (...). (Apêndice E, Decisão 1, CP.26, 2021, p. 2 e 9)

No que concerne mulheres indígenas dentro das decisões do PCG, muitas citações ligadas a gênero e mulheres em um termo mais amplo foram referidas ao longo do documento como mostra as discussões do Anexo da Decisão 5, em que a questão de gênero e povos indígenas apareceram juntas:

As Partes dos países em desenvolvimento também comunicam outras áreas de necessidades que envolvem questões como gênero, povos indígenas e grupos vulneráveis. (...) Ação climática sensível ao gênero e as necessidades dos povos indígenas e grupos vulneráveis. (Apêndice E, Decisão 5, CP. 26, 2021, p. 44 e 51)

Na Decisão 20, com tópico de Gênero e Mudanças Climáticas, a citação de mulheres indígenas aparece sendo representadas dentro do termo povos indígenas duas vezes: tanto reconhecendo a participação plena e igualitária dessas mulheres, como encorajando o financiamento climático para facilitar o acesso dessas mulheres a realizarem trabalhos que contribuam para a ação de gênero.

Encoraja as Partes a serem mais explícitas sobre a receptividade do financiamento climático para questões de gênero com vistas a fortalecer a capacidade de mulheres a continuar o trabalho do plano de ação de gênero, a fim de facilitar o acesso organizações de base de mulheres e povos indígenas e comunidades locais ao financiamento climático (Apêndice E, Decisão 20, CP. 26, 2021, p. 43)

À vista disso, pode-se observar que os movimentos dos povos indígenas, em especial de mulheres indígenas, contribuíram para 26 menções acerca da importância do reconhecimento dos povos indígenas como guardiões da natureza no documento final da PCG, superando as menções do documento de resolução da COP25 (BORTOLOTTI, 2020).

Contudo, na parte relacionada à gênero, ainda não há decisões afirmativas que abordem as mulheres indígenas como as principais na linha de frente contra a crise climática.

Com o final da COP26, deixando denúncias e afirmações assertivas nos espaços oficiais da ONU, as mulheres indígenas brasileiras construíram um espaço de incidência forte, num ano em que o contexto brasileiro colocava os povos indígenas no lugar do outro, encobrendo-os. As vozes dessas mulheres nos espaços da COP26 ecoaram alto uma conexão ancestral com seus territórios e a possibilidade de construção de outros mundos possíveis, tendo como base os conhecimentos femininos daquelas que são porta vozes da Mãe Terra. Nisso, o protagonismo das mulheres indígenas brasileiras não acabou na COP26, mas foi reacendido nas suas jornadas até a COP27, em um ano decisivo na política nacional e externa do Brasil, tendo repercussões a nível mundial. Em outras palavras, as eleições brasileiras de 2022.

3.2. Do nacional ao internacional: A (re)tomada de mulheres indígenas brasileiras na COP27

Com o fim da 26ª Conferência das Partes, Sônia Guajajara afirmou que os anúncios feitos na COP26 não levaram em conta efetivamente a participação dos povos indígenas. Guajajara também indicou que lideranças estariam se articulando para ocupar espaços na política institucional brasileira, pretendendo lançar candidaturas de mulheres indígenas ao Congresso nas eleições de 2022 (ESTEVEZ, 2021). É dentro desse contexto que a jornada até a 27ª Conferência das Partes se inicia, no último ano de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro que foi marcado por grandes reviravoltas eleitorais nacional e estaduais históricas e a volta do Brasil ao protagonismo político na COP27.

Em outubro de 2022, um mês antes da Conferência, o eleitorado brasileiro, composto de 148 milhões de brasileiras e brasileiros, votaram para escolher o presidente da República e seus futuros representantes no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa. As eleições foram consideradas por muitos brasileiros fundamentais, além de ser uma oportunidade para enfrentar os desafios de um país afundado em várias crises que desencadearam no aumento da desigualdade, pobreza, desemprego e limitação na oferta de serviços públicos básicos como saúde, moradia e educação (SOARES et al., 2022).

Com a ameaça de reeleição de Bolsonaro (PL), em junho de 2022, o Partido dos Trabalhadores (PT) oficializou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil por dois mandatos seguidos (2003-2010), à Presidência da República para o mandato de 2023-2026 (SAPIO, 2022). A disputa acirrada entre os dois principais postulantes, Bolsonaro e Lula, que disputaram o segundo turno da presidência, gerou preocupação em parte da população

brasileira, já que o primeiro anunciou não “passar” a faixa presidencial caso perdesse as eleições (SOARES et al., 2022). No entanto, com 98,91% das urnas apuradas, Lula foi eleito o novo presidente da República após receber 50,83% de votos válidos (59.563.912 votos), contra 49,17% de Bolsonaro (57.675.427 votos) (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2022).

Nessa conjuntura, o movimento de mulheres indígenas candidatas também marcou um novo momento da política nacional. Indo da COP26 até a possibilidade de estabelecerem novos objetivos de formulação das políticas que orientam o rumo do país, a Bancada Indígena ou Bancada do Cocar das eleições de 2022 foi liderada pelas porta-vozes da Mãe Terra. Com o objetivo de Aldear a Política²² brasileira, as suas mobilizações transmitiram a urgência na luta por políticas públicas que preservem não só seus territórios, mas os conhecimentos e vidas de toda população indígena brasileira (APIB, 2022). Nessas eleições, o Tribunal Superior Eleitoral (2022) registrou 60 candidatos(as) indígenas para a Câmara dos Deputados e o Senado, incluindo 31 mulheres, porém, apenas cinco mulheres indígenas foram eleitas.

Apesar de não alcançar a reeleição em 2022, em 2018, Joênia Wapichana (Rede-RR) entrou para a história como a primeira indígena a ocupar uma cadeira na Câmara Federal. Nesse mesmo ano, Sônia Guajajara foi candidata à vice-presidência da República com Guilherme Boulos pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Apesar de não se eleger, em 2022 foi eleita a primeira mulher indígena como deputada federal por São Paulo pelo mesmo partido (156.695 votos). Com os movimentos de Joênia e Sônia, veio a proposta de transformação de mulheres indígenas como principais atuantes nos processos decisórios políticos nacionais (APIB, 2022; PINTO, 2022).

Nisso, Célia Xakriabá (PSOL) também se elegeu, em 2022, como a primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal no estado de Minas Gerais (101.154 votos). Já Juliana Cardoso (PT), afroindígena, educadora, ativista dos movimentos sociais e sindical, também se elegeu como deputada federal por São Paulo (125.517 votos). Vale salientar que as outras duas candidaturas de mulheres indígenas eleitas, Silvia Waiãpi e Índia Armelau, foram através do Partido Liberal, com ideias próximas às visões pregadas por Bolsonaro que envolvem o lema “Deus, Pátria, Família e Liberdade” (CEDEFES, 2022; SOUZA, 2022), ressaltando que os

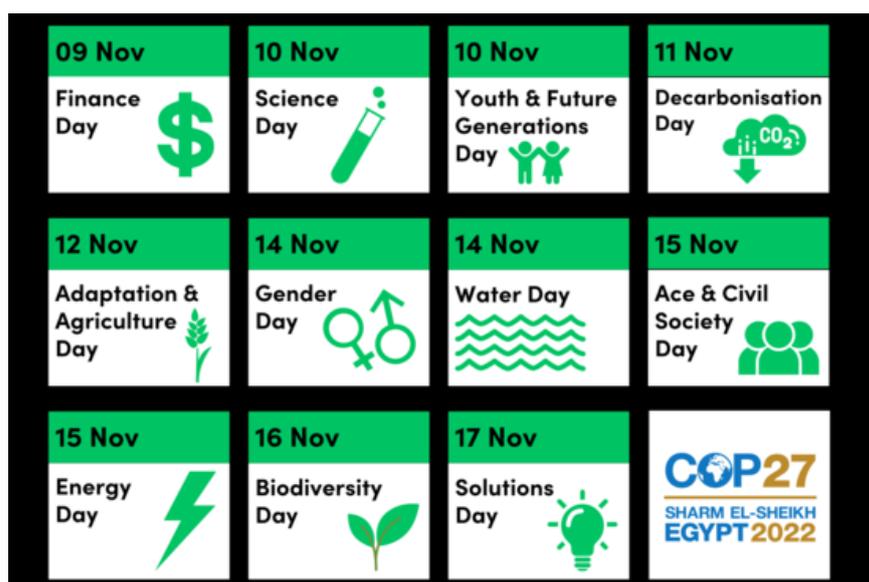
²² Aldear a Política é fruto da mobilização política do movimento indígena, que vem se articulando de forma organizada, desde 2004, por meio dos Acampamentos Terra Livre. No Acampamento, são discutidas pautas e reivindicações relacionadas à violação de seus direitos junto ao Governo Federal. Aldear a Política também significa o estabelecimento da prática da política indígena, ao invés da política indigenista, ou seja, enquanto a expressão e prática da política indigenista foi utilizada por muito tempo para sinalizar qualquer ação política que abrangesse as populações indígenas como objeto, a política indígena é aquela protagonizada pelos próprios povos indígenas (APIB, 2022; POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, s.d.).

resquícios coloniais ainda são vigentes dentro de um sistema marcado pela colonialidade de gênero e, conseqüentemente, atinge mulheres indígenas.

É dentro de todo esse panorama de pós-eleições e euforia que o Brasil e as mulheres indígenas brasileiras chegam a COP27, dessa vez acontecendo em Sharm El-Sheikh, no Egito. Em terras africanas, a COP deste ano estabeleceu quatro objetivos principais para acelerar a ação global em relação às mudanças climáticas: (1) Mitigação, visando a implementação do PCG para revisar as Contribuição Nacionalmente Determinada (NDCs) e trabalhar em um programa de trabalho desse objetivo; (2) Adaptação, almejando colocar as discussões adaptativas na linha de frente de ações globais; (3) Finanças, ressaltando a importância da adequação do financiamento climático é fundamental para atingir as metas do Acordo de Paris; (4) Colaboração, aprimorando e facilitando o acordo nas negociações para que a Presidência da COP27 alcance resultados tangíveis (COP27, 2022).

Diferente da COP26, a Presidência do Egito decidiu definir temas específicos para cada dia da Conferência:

Figura 7 - Dias temáticos da COP27



Fonte: The Climate Group | COP27, 2022.

No que concerne ao panorama indígena na COP27, o PPI era maior que o da COP26, contando com a presença de aproximadamente 250 membros de povos indígenas do mundo todo. Apesar do número de delegados, representantes indígenas compõem 1% dos 40 mil delegados que se fizeram presentes na COP27. Em contrapartida a participação indígena, utilizando uma combinação de automação com *script* e classificação manual para analisar a lista de delegados da UNFCCC, a ONG Global Witness registrou a participação de mais do

dobro de participantes do lobby de combustíveis fósseis, totalizando 636 delegados (HORN-MULLER, 2022; GLOBAL WITNESS, 2022)

Assim como nas Conferências anteriores, os povos indígenas participaram das negociações como observadores e, em consequência a isso, uma das principais propostas na COP27, liderada por Gregorio Díaz Mirabal, do povo Kurripaco do Peru, foi a consideração da participação indígena com o credenciamento como Parte na 28ª Conferência (COP28). Levando em consideração que, segundo Mirabal, os povos indígenas existem antes mesmo dos Estados-nações ganharem vida (GUTMAN, 2022). Além disso, outros pontos trazidos por povos e organizações indígenas, especialmente representando comunidades amazônicas, foram a proteção de terras “vazias” e de povos isolados na Amazônia, assim como financiamento para restauração de florestas e prevenção de futuros desmatamentos²³, reconhecendo o papel dos povos indígenas na gestão e manutenção das florestas (CÉPEDES, 2022).

Neste ano, a APIB lançou uma nota (Anexo C) no dia de gênero, levantando a bandeira da “demarcação de terras e mentes para o futuro do planeta” e, mais uma vez, levou sua delegação indígena para os espaços oficiais e reafirmou a missão ancestral dos povos indígenas com a Mãe Terra, reconhecendo que a vitória de Lula marca um novo momento para o cenário nacional e internacional (APIB, 2022a). Tendo isso em mente, Samela Sateré Mawé (2022), comunicadora e ativista do povo Sateré Mawé, afirmou que os povos indígenas brasileiros estavam lá:

(...) representando os biomas brasileiros e a sociedade civil que não puderam estar nesses espaços, levando para o mundo o saber sagrado ancestral dos povos tradicionais, levantando a bandeira da demarcação de terras indígenas para um futuro ancestral (...) Nós mostramos isso para o mundo durante o genocídio dos nossos povos, provando que as terras indígenas são a resposta para a preservação dos biomas (...) É preciso que nossos representantes indígenas, que conhecem as nossas lutas, estejam nos debates e nos espaços de tomada de decisões; que não estejamos só nas construções – claro que é uma construção – mas para as conferências futuras em que teremos um Brasil mais representativo.” (SATERÉ MAWÉ, 2022)

Para Sônia Guajajara, é de grande essencialidade que “países amazônicos avancem na demarcação de terras para garantir e proteger nosso futuro e a vida do mundo (...) Não há segurança planetária sem uma Amazônia protegida”. Joênia Wapichana ressaltou que “os Yanomami estão sendo forçados a sair (de suas comunidades) porque não têm assistência social, porque seus territórios estão sendo invadidos, principalmente por garimpeiros (...)”. Além

²³ A principal cobrança foi pelo cumprimento da promessa de doação de US\$ 1,7 bilhão feita na COP26, em 2021, pelos governos do Reino Unido, EUA, Alemanha, Noruega e Países Baixos, junto a 17 entidades filantrópicas, para que os povos originários sigam protegendo seus territórios e desempenhando seu papel crucial na luta contra a crise climática (ANJOS, 2022).

disso, essa última pediu respeito à vida das mulheres indígenas, detentoras de saberes ancestrais (CÉPEDES, 2022). Já Célia Xakriabá afirmou que foi iniciado um momento histórico, onde no “Brasil se falava muito sobre amor à pátria, mas não reconhecia o amor a Mátia, que nasce também dos povos indígenas, das mulheres indígenas” (CORTES TVT, 2022).

Dentro desse contexto colocado pelas mulheres indígenas brasileiras e tomando como referência as eleições de 2022, os olhos do mundo estavam, mais uma vez, voltados para a atuação do Brasil na COP27. Diferente da COP26, os olhos do mundo viram florescer as novas responsabilidades brasileira no que concerne às pautas climáticas, tendo em vista a primeira agenda internacional de Lula como presidente recém-eleito que consistiu na sua ida à COP na tentativa de reconstruir a imagem do país e estabelecer seus compromissos de governo na área ambiental (VICK, 2022).

Como mais uma vez Bolsonaro não se fez presente na COP, Lula fez um pronunciamento oficial (Anexo D) na plenária oficial do evento diante de 197 países participantes. Durante sua fala, Lula verbalizou: “Quero dizer que o Brasil está de volta”, afirmando que a luta contra as mudanças do clima é indissociável da luta contra pobreza e a fome. Além disso, um dos principais pontos reforçados no seu discurso foi a criação do Ministério dos Povos Originários:

Vamos punir com todo o rigor os responsáveis por qualquer atividade ilegal, seja garimpo, mineração, extração de madeira ou ocupação agropecuária indevida. Esses crimes afetam sobretudo os povos indígenas. Por isso, vamos criar o Ministério dos Povos Originários, para que os próprios indígenas apresentem ao governo propostas de políticas que garantam a eles sobrevivência digna, segurança, paz e sustentabilidade. (LULA, 2022)

Depois de um discurso histórico, que recolocou o Brasil no centro do combate às mudanças climáticas, Lula participou de outro momento histórico, que foi sua participação no FIPI, evento paralelo dentro da COP27. Ele contextualizou sua fala expondo a realidade indígena brasileira, lembrando de quando o Brasil foi invadido pelos europeus e as lutas dessas populações e que, conseqüentemente, irá trabalhar para reparar os erros do passado colonialista com os povos originários (PINTO, 2022a).

Nós temos obrigação moral, obrigação ética e sobretudo obrigação política de fazer uma reparação ao que fizeram com os povos indígenas, sobretudo no meu país. Quero que os indígenas brasileiros participem da governança do meu país. Por isso que eu estou criando Ministério dos Povos Originários, por isso que nós teremos uma saúde especial, quem sabe, se Deus quiser, dirigida pelos próprios indígenas. Quem sabe a Fundação Nacional Índio que já existe há muito tempo, precisa ser dirigida não por um branco, mas por uma mulher ou por um homem indígena. Para que a gente mude a compreensão sobre as pessoas, para que a gente não veja o indígena como um estorvo ao desenvolvimento da sociedade. Para que a gente não veja o indígena como

alguém que está atrapalhando o desenvolvimento econômico de um país (PINTO, 2022a)

A participação de Lula no FIPI também ecoou as práticas diplomáticas de mulheres indígenas na COP27, em que o Presidente recém-eleito entrou na reunião ao lado das lideranças indígenas Sônia Guajajara, Célia Xakriabá e Joênia Wapichana, que entoaram um cântico da etnia Xukuru. Ao final de seu discurso, Sônia entregou a ele o processo de demarcação de cinco Terras Indígenas, solicitando que Lula as coloque como prioridade nos primeiros cem dias de seu governo (PINTO, 2022). Encontrando o espaço ideal, reunindo as eleições presidenciais e o tema da demarcação, as lideranças femininas indígenas brasileiras “assumiram o protagonismo da luta contra as invasões das suas terras, os crimes ambientais e o avanço desregulado do agronegócio” (MÜZELL, 2022).

Figura 8 - Mulheres indígenas brasileiras ao lado de Lula no FIPI.



Foto: Ricardo Stuckert

As novas parlamentares indígenas, principalmente, reconheceram que com a derrota de Bolsonaro, o Brasil volta a (re)conquistar o peso que teve nas conferências do clima, mas, apesar disso, os desafios para os povos indígenas irão permanecer dentro desse espaço. De acordo com Sônia, a eleição de Lula foi muito importante para o panorama brasileiro de mundial, mas que isso não irá resolver os históricos problemas no que concerne à COP e suas tomadas de decisões. Já Célia indicou que a chegada de Lula e seus novos compromissos têm sua essencialidade para barrar o desmatamento e garimpo ilegal, reconhecendo que as mulheres indígenas chegam para “mulherizar’ e ‘indigenizar’ a política – porque onde existe indígena, existe floresta” (MÜZELL, 2022).

No entanto, apesar de todos os movimentos promovidos pelos povos indígenas, em especial mulheres indígenas brasileiras, as tomadas de decisões em âmbitos oficiais,

transformadas no Plano de Implementação de Sharm El-Sheikh, reverberam fracas referências a esses povos. Em relação ao Artigo 6º do Acordo de Paris, que permite que os países cooperem entre si para alcançar metas de redução de emissões estabelecidas em suas NDCs, por meio de mercados de carbono, há apenas uma referência fraca a povos indígenas no preâmbulo, enquanto os Povos Indígenas estão totalmente ausentes no texto resolutivo (CULTURAL SURVIVAL, 2022).

Tendo em vista que muitos dos maiores sumidouros de carbono do mundo estão localizados em territórios de povos tradicionais, eles são alvo de “esquemas de conservação florestal” que podem resultar em desapropriação de terras e remoção forçada desses povos que administram suas terras por milênios (CULTURAL SURVIVAL, 2022). Vale ressaltar que a compensação de carbono ou “colonialismo de carbono” foi proposta como uma solução ganha-ganha para mitigar a mudança climática – aquele que ajuda o Norte Global a cumprir seus limites de emissão, enquanto promove o “desenvolvimento sustentável” no Sul Global. Dessa forma, é uma prática de reivindicar espaço no Sul Global para atender às necessidades do Norte Global em nome da redução do dióxido de carbono (EBERLE, MÜNSTERMANN, SIEBENECK, 2019).

Outro principal resultado da COP27 foi um novo Fundo para Perdas e Danos, com objetivo de fornecer financiamento para os países vulneráveis mais afetados por desastres climáticos, considerado como um grande avanço das negociações. Um comitê de transição analisará a questão da institucionalização do fundo, assim como reportará os próximos passos na COP28, em Dubai. Apesar do marco, não há referências aos direitos dos povos indígenas no texto da decisão que criou o fundo (CULTURAL SURVIVAL, 2022; DRAFT DECISION 1, CP. 27, 2022).

Desde a volta dos encontros presenciais na COP26 até os caminhos percorridos a COP27, as mulheres indígenas brasileiras mostraram um protagonismo essencial, tanto na ascendência e criação de estratégias para internacionalização de suas demandas no cenário global (COP26), como em seus trabalhos na construção de mudanças estruturais no panorama político brasileiro até sua ida a Conferência (COP27). Nesse sentido, as falas e discursos dessas mulheres foram responsáveis por trazer novas perspectivas em suas participações nas COPs, tentando superar o encobrimento colonial dentro de um espaço decisório em que o Estado ainda possui a ferramenta da decisão final. Essas mulheres, no entanto, estão mudando gradativamente as conjunturas nacionais e internacionais, para que os rumos das decisões climáticas incluam elas e seus povos não só como principais impactados, mas como fundamentais combatentes das mudanças do clima.

3.3. A construção do DSC de mulheres indígenas brasileiras nas COP26 e COP27

Para entender mais profundamente as práticas diplomáticas de mulheres indígenas do Brasil e sua incidência dentro dos espaços da COP26 e COP27, a construção do DSC tem como base entrevistas de mulheres participantes dessas Conferências.

Em relação à COP26, as entrevistas foram realizadas dentro dos espaços da Blue Zone e, inicialmente, os critérios de inclusão foram: ser mulher indígena e latino-americana. O total de entrevistas incluía sete mulheres participantes, no entanto, após a decisão de afunilar o estudo para incluir apenas mulheres indígenas brasileiras participantes, restaram quatro entrevistas que foram utilizadas dentro da pesquisa. A coleta da COP26 ocorreu entre os dias oficiais, de 01 de novembro a 12 de novembro de 2021, com um roteiro com questões em torno ao significado dessa conferência climática para elas e suas comunidades, principais estratégias e desafios postos para estarem ali e a importância das mulheres indígenas no combate às mudanças do clima, tendo como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada.

No que concerne à COP27, foram adicionadas mais duas perguntas em relação ao contexto brasileiro (6 e 7 no Apêndice E). As entrevistas também foram realizadas dentro dos espaços oficiais da Blue Zone entre seus dias oficiais, de 07 de novembro a 18 de novembro de 2022. Entretanto, como só tinha credencial para primeira semana, foi decidido incluir as entrevistas de mulheres indígenas na qual fiz primeiras abordagens nesse espaço de tempo e, que por motivos de calendário, não consegui entrevistar pessoalmente nos espaços oficiais da COP. Por conseguinte, as entrevistas foram enviadas e respondidas por meio de áudio, já que a volta dessas mulheres para os seus territórios, suas agendas e o começo das festividades impossibilitaram entrevistas via plataforma de vídeo. No total, foram três mulheres entrevistadas no espaço da COP e as perguntas foram enviadas para duas.

As conversas, gravadas em arquivo de áudio e autorizadas pelas entrevistadas, tiveram duração entre 12 e 19 minutos. Finalizadas, as anotações centrais feitas pela pesquisadora, bem como as gravações, foram transcritas pela mesma. De modo a amplificar as vozes dessas mulheres indígenas que narram o pensamento coletivo de suas comunidades e da Mãe Terra, não foram feitas alterações nas falas das participantes, apenas a inserção de conectivos para manutenção da fluidez dos discursos (LEFÈVRE, LEFÈVRE, 2005). As mulheres participantes nos discursos foram representadas pelas letras MI, atribuindo-se números de acordo com a sequência das entrevistas (MI1, MI2...). No total, considerando as duas Conferências, as entrevistas reuniram o sentir/pensar de 9 mulheres indígenas brasileiras (faixa etária entre 18 e

50 anos) dos povos Munduruku, Paiter Suruí, Uru-Eu-Wau-Wau, Kamaiurá, Borari, Terena e Sateré Mawé.

Quadro 5 - Informações sobre os povos das mulheres indígenas entrevistadas

Povo	Nome/Língua	Localização	Breve contexto
Munduruku	Pertencente à família linguística Munduruku, do tronco Tupi. Sua autodenominação é <i>Wuy jugu</i> e, segundo os saberes difundidos oralmente entre alguns anciãos, a designação Munduruku, como são conhecidos desde fins do século XVIII, era o modo como estes eram denominados pelos Parintintins, povo rival que estava localizado na região entre a margem direita do rio Tapajós e o rio Madeira. Esta denominação teria como significado “formigas vermelhas”, em alusão aos guerreiros Munduruku que atacavam em massa os territórios rivais.	Estão situados em regiões e territórios diferentes nos estados do Pará (sudoeste, calha e afluentes do rio Tapajós, nos municípios de Santarém, Itaituba, Jacareacanga), Amazonas (leste, rio Canumã, município de Nova Olinda; e próximo a Transamazônica, município de Borba), Mato Grosso (Norte, região do rio dos Peixes, município e Juara).	Povo de tradição guerreira, os Munduruku dominavam culturalmente a região do Vale do Tapajós, que nos primeiros tempos de contato e durante o século XIX era conhecida como Mundurukânia. Hoje, suas guerras contemporâneas estão voltadas para garantir a integridade de seu território, ameaçado pelas pressões das atividades ilegais dos garimpos de ouro, pelos projetos hidrelétricos e a construção de uma grande hidrovía no Tapajós
Paiter Suruí	Os Suruí de Rondônia se autodenominam Paiter, que significa "gente de verdade, nós mesmos". Falam uma língua do grupo Tupi e da família linguística Mondé.	A Terra Indígena Sete de Setembro, onde vivem os Paiter, está localizada em uma região fronteiriça, ao norte do município de Cacoal (estado de Rondônia) até o município de Aripuanã (estado do Mato Grosso).	Desde o contato oficial, em 1969, a aproximação com os não indígenas trouxe profundas mudanças sociais entre os Paiter. Ao longo da história, foi terrivelmente ameaçado pela violência do Polonoeste, a corrupção e omissão de órgãos governamentais, a invasão de moradores indevidos e a incidência de madeiras e mineradoras.
Uru-Eu-Wau-Wau	Os <i>Oro Win</i> pertencem à família linguística Txapakura, divididos em três grupos isolados: <i>Yvyraparakwara</i> , <i>Jururey</i> e um cujo nome é desconhecido. Os Jupaú traduzem sua autodenominação como "os	Vivem na Terra Indígena Uru-eu-wau-wau, onde vivem também os Amondawa, e encontram-se distribuídos em 6 aldeias: Limão, Alto Jamari, Linha 621, Linha 623, Aldeia nova e Alto Jaru.	Os Uru-eu-wau-wau, como eram conhecidos os Jupaú, apareceram com frequência na mídia a partir do início da década de 1970, quando o avanço da frente expansionista sobre suas terras e os conflitos causados pelas invasões ganharam a atenção dos grandes jornais. A partir de 1980

	que usam jenipapo". Muitos foram os nomes atribuídos aos Uru-Eu-Wau-Wau.		foram iniciadas as frentes de contato da Funai, mas os conflitos continuaram acontecendo pelo menos até 1985.
Kamaiurá	Povos falantes de diferentes línguas, mas a língua kamaiurá é característica do tupi-guarani do Alto Xingu.	Os Kamaiurá jamais se afastaram de sua área de ocupação, na região de confluência dos rios Kuluene e Kuliseu, próxima à grande lagoa de Ipavu, que significa, na língua deste povo, "água grande". Hoje, a aldeia dos Kamaiurá se localiza cerca de dez quilômetros ao norte do Posto Leonardo Villas-Bôas, a aproximadamente 500 metros da margem sul da Lagoa Ipavu e seis quilômetros do rio Kuluene (MT).	Segundo os Kamaiurá, seus antepassados vieram de <i>Wawitsa</i> , região situada onde desembocam os principais formadores do Rio Xingu. Os Kamaiurá constituem uma referência importante na área cultural do Alto Xingu. Estão ainda vinculados por um sistema de trocas especializadas e rituais intergrupais, os quais recebem diferentes nomes no interior de cada etnia, mas que ficaram mais conhecidos pelos termos usados na língua Kamaiurá, tais como o <i>Kwarup</i> e o <i>Jawari</i> .
Borari	A língua borari é da família <i>Aruak</i> , que significa "comedor de farinha".	Depois da Missão de Nossa Senhora da Saúde pelo Padre Jesuíta Manuel Ferreira em 1738, o povo ficou dividido e conseqüentemente enfraquecido, pois passaram a habitar duas localidades: a Vila de Alter-do-chão, distrito do município de Santarém e a outra parte migrou para as margens do rio Maró-Arapiuns.	A luta do povo Borari pela titulação das terras em que vivem é longa e, em 2003, os indígenas iniciaram um movimento de pertencimento. No entanto, as ações oficiais do Estado voltadas para reconhecimento destes só passaram a ser direcionadas aos Borari de Alter do Chão no ano de 2004.
Terena	Da família <i>Aruak</i> , a língua terena é falada pela maioria das pessoas que se reconhecem como Terena. Mas o seu uso - e frequência - é desigual nas várias aldeias e Terras Indígenas. Por exemplo, em Buriti e Nioaque, são pouquíssimas pessoas que a utilizam. Em outras, como Cachoeirinha, tem casos de jovens que dominam mal o português.	Vivem atualmente em um território descontínuo, fragmentado em pequenas "ilhas" cercadas por fazendas e espalhadas por sete municípios sul-matogrossenses: Miranda, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Nioaque e Rochedo. Também há famílias terena vivendo em Porto Murtinho (na Terra Indígena <i>Kadiweu</i>), Dourados (TI Guarani) e no estado de São Paulo (TI Araribá).	Por contarem com uma população bastante numerosa e manterem um contato intenso com a população regional, são o povo indígena cuja presença no estado se revela de forma mais explícita, seja através das mulheres vendedoras nas ruas de Campo Grande ou das legiões de cortadores de cana-de-açúcar. Lutam para manter viva sua cultura, sabendo positivar situações adversas ligadas ao antigo contato, além de mudanças bruscas na paisagem, ecológica e social, que o poder

			colonial e, em seguida, o Estado brasileiro os reservou.
Sateré Mawé	Autodenominam-se Sateré-Mawé. O primeiro nome Sateré, quer dizer "lagarta de fogo, referência ao clã mais importante dentre os que compõem esta sociedade, aquele que indica tradicionalmente a linha sucessória dos chefes políticos. O segundo nome Mawé quer dizer "papagaio inteligente e curioso. A língua Sateré-Mawé integra o tronco linguístico Tupi.	Os Sateré-Mawé habitam a região do médio rio Amazonas, em duas terras indígenas, uma denominada TI Andirá-Marau, localizada na fronteira dos estados do Amazonas e do Pará, que vem a ser o território original deste povo, e um pequeno grupo na TI Coatá-Laranjal da etnia Munduruku.	Inventores da cultura do guaraná, os Sateré-Mawé domesticaram a trepadeira silvestre e criaram o processo de beneficiamento da planta, possibilitando que hoje o guaraná seja conhecido e consumido no mundo inteiro.

Fonte: Compilado de informações retiradas da base de dados e verbetes dos Povos Indígenas do Brasil, do ISA Socioambiental e Tapajós de Fato (2022).

Através do DSC, ao analisar cada resposta individual foram: (1) Selecionado Expressões Chave (ECH), que são trechos/pedaços mais relevantes da entrevista; (2) Extraído as Ideias Centrais (IC), correspondentes a síntese do conteúdo discursivo expressado nas ECH; e, por último, cada conjunto da ECH complementada pela IC foram utilizados para compor o DSC (LEFÈVRE, LEFÈVRE, MARQUES, 2009; LEFÈVRE, LEFÈVRE, 2010).

Por fim, as vozes dessas mulheres vêm de: duas ativistas do movimento da juventude indígena (MI1, MI6); uma coordenadora de projetos da COIAB (MI2); uma ativista comunicadora (MI3); uma fotógrafa comunicadora (MI4); uma co-fundadora de uma organização indígena amazônica (MI5); uma mobilizadora do projeto Amazônia de Pé (MI7); uma mestranda em antropologia social (MI8); e uma coordenadora do programa Vozes pela Ação Climática Justa (MI9). As entrevistas na íntegra podem ser vistas no Apêndice G.

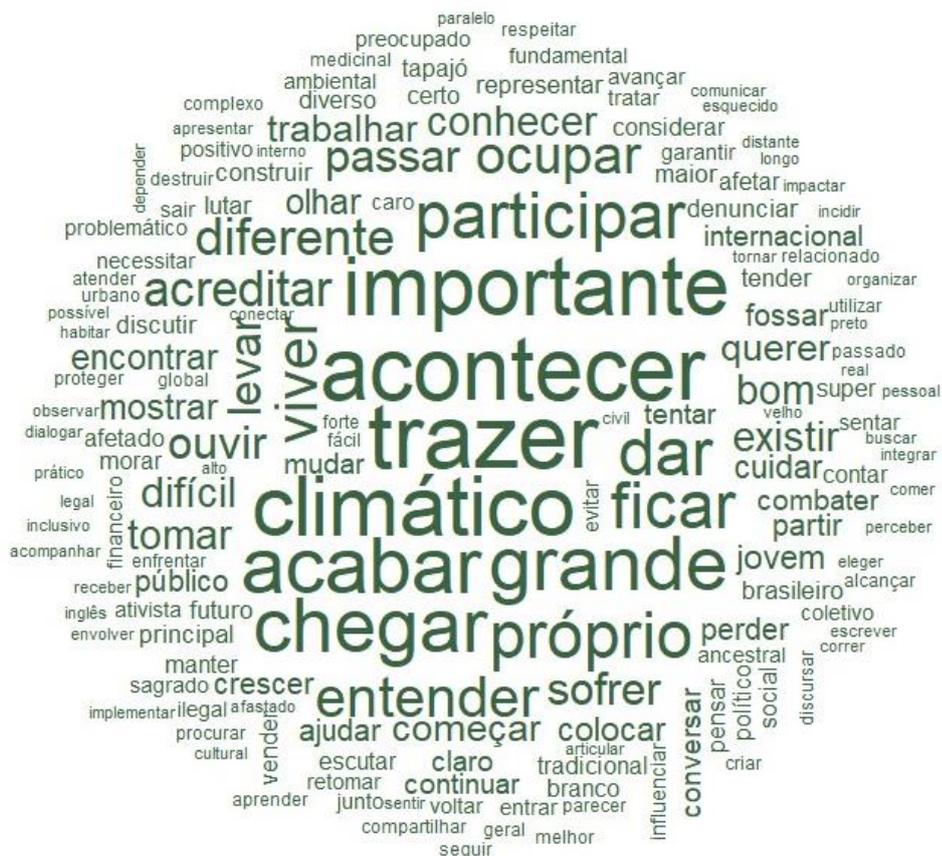
3.3.1. Expressões Chaves, Ideias Centrais e os DSC da COP26 e COP27

As ECH são caracterizadas por pedaços ou trechos do discurso das mulheres indígenas que irão revelar a essência do conteúdo desse discurso, apontando apontam para uma ideia central e eles irão compor o DSC propriamente dito ao final das análises (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

Antes do estabelecimento da ECH, as respostas das entrevistas foram rodadas no *software* Iramuteq, a fim de criar uma Nuvem de Palavras (NP) para embasamento mais sólido na hora de selecionar as ECH. Por conseguinte, a NP é caracterizada por uma representação gráfico-visual em que mostra o grau de frequência das palavras em um texto, tendo em vista

que quanto mais a palavra é utilizada, mais chamativa é sua representação no gráfico (VILELA, RIBEIRO, BATISTA, 2020).

Figura 9 – Nuvem de Palavras referente às entrevistas da COP26 e COP27



Fonte: desenvolvida pela autora a partir das entrevistas realizadas.

As seleções das ECH, portanto, foram destacadas pela pesquisadora a partir de trechos retirados das principais perguntas respondidas pelas mulheres indígenas no curso das entrevistas (TABELA 01).

Tabela 1- ECH (em negrito) da COP26 e COP27 destacados dos discursos transcritos a partir das entrevistas realizadas. MI e o consequente código das mulheres entrevistadas.

MI	Expressões-Chave
	Para você e sua comunidade, o que a COP significa?
	COP26
01	“Muito do que é tratado aqui dentro do espaço da COP tem muito a ver com nossa realidade, mas que muitas vezes não é levado em consideração na hora de aprovar qualquer lei ou projeto que seja debatido aqui.”
02	“A COP é uma oportunidade pra gente tá se alinhando . Pra gente justamente saber as discussões e o que tá acontecendo no mundo.”
03	“É muito fácil falar, a gente sabe que a gente protege a natureza , mas a gente não sabe que isso talvez tava influenciando nessa coisa chamada COP. A gente não tava empoderado desses termos.”

04 “A COP é um momento, deveria ser **um espaço que todo mundo deveria ser ouvido.**”

COP27

05 “A COP pra gente significa um espaço onde você expõe **o que tá acontecendo na nossa região**, o que tá **acontecendo na Amazônia**, o que tá **acontecendo no território indígena**, o que tá **acontecendo no Brasil.**”

06 “Eu vejo a COP como uma **oportunidade** pra gente tá mostrando que a gente existe e uma forma também tá **ocupando esses espaços**”

07 “A COP ela é muito importante porque ela **define o futuro** de toda a população então certa forma nós também estamos envolvidos, né”

08 “Hoje em dia acaba sendo isso, é um espaço de **diplomacia para as negociações** em relação ao clima e aí por isso que a gente também considera **muito importante a nossa participação** nesse espaço”

09 “É muito importante pra gente **levar as demandas** de quem tá enfrentando a crise climática em campo”

Como os povos, especialmente mulheres indígenas, se articulam na COP para alcançar seus objetivos?

COP26

01 “**A gente tem se articulado**, procurado apoio com organizações que são apoiadores da causa indígena e que, mais do que isso, sabe que **essa luta não é só nossa** e que deve ser de todas as pessoas, então começar a ajudar nos colocando aqui dentro já é um grande avanço também.”

02 “Nós temos uma **articulação que tem que ser construída bem antes da COP**. A gente tem tido uma preocupação **maior de preparação**, inclusive, com formações, com capacitações, sobre os temas que são discutidos aqui na COP.”

03 “E como diria essas grandes mulheres: **a cura da terra passa pelas mulheres indígenas**. A gente tá trazendo isso também, se articulando e mostrando isso.”

04 “Então, as mulheres hoje tão tomando **um papel na frente muito importante**, tomando um espaço que deveriam sempre ser delas.”

COP27

05 “**Quem primeiro sofre são as mulheres** porque elas têm que cuidar das crianças, dos filhos, pra salvar, alimentar. **O olhar da mulher** aqui é super importante, pra olhar pra isso, pra falar como a gente vai fazer uma agricultura de baixo carbono”

06 “Hoje eu faço parte da Associação de Mulheres Indígenas Suraras do Tapajós, na qual a gente trabalha com mulheres da região pra trazer esse **empoderamento e auto-estima** da mulher”

08 “A articulação em si, a gente tem aí o FIMI²⁴ né, que é esse órgão Internacional que tem esse objetivo de **reunir as mulheres** do mundo”

09 “Tem também o grupo da Sônia com a Célia que trazem as vozes dos nossos movimentos, da ANMIGA²⁵ e também junto com a questão que agora elas foram eleitas, então elas **trazem pro centro da discussão as demandas** do território numa perspectiva já de transformar isso em política **pública**”

Como os ensinamentos e saberes de mulheres indígenas podem ajudar no debate e ações climáticas?

²⁴ Fórum Mundial de Mulheres Indígenas.

²⁵ Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade

COP26

- 01 “**Nosso modo de viver, de respeitar os lugares sagrados**, tudo isso influencia muito. Os nossos antepassados e lideranças mais antigas sempre traz esse contexto de que **respeitando nosso território, nosso lugar sagrado**, é como vamos alcançar um equilíbrio tanto na questão climática quanto nas questões espirituais das pessoas que aí estão envolvidas.”
- 02 “A gente tem um **conhecimento milenar** de controle e manejo sob o fogo, que é o fogo bom que a gente chama. E que a gente necessita pra viver. Mas sobre o fogo que é cometido ilegalmente, a gente não tem esse controle, até porque são queimadas grandes e a gente não tem como combater isso.”
- 03 “Eu ainda tô aqui falando com um monte de gente, **denunciando o que tá acontecendo** na própria COP e o que tá acontecendo no meu território, levando a voz das mulheres indígenas.”
- 04 “Eu acho que **os povos indígenas são as florestas**. Não somos apenas guardiões, somos a floresta. A nossa cultura, a nossa vivência e quem somos **vem da terra**, de onde estamos, a que pertencemos.”

COP27

- 05 “São mulheres guerreiras, mulheres de luta, mulheres que tão aí dizendo que nós temos propósito. Quer combater mudança climática? **Fala com nós, fala com as mulheres.**”
- 06 “É muito desta questão da gente tá trazendo esses **saberes ancestrais**, da gente tá buscando isso pra gente não perder, né.”
- 07 “Com a **nossa forma de vida**, com a **nossa forma de ensinar** ainda dos nossos filhos e tudo isso é um aprendizado a humanidade. Ela precisa **retroceder para poder avançar** nessas questões climáticas.”
- 08 “Eu acredito que **o saber das mulheres indígenas podem colaborar** e muito nos novos debate. Primeiro que a gente precisa **descolonizar** um pouco né, algumas ideias que são trazidas para o corpo da mulher e que fez com que as próprias mulheres se afastassem”
- 09 “As mulheres desempenha um **papel primordial** na passagem de vários **conhecimentos**, de várias **sabedorias** e de várias **práticas de rituais**, no manejo desses territórios e que tem sido fundamentais pro **enfretamento da crise de climática**”

Quais foram os principais desafios na COP?
Desde a saída da sua comunidade até a sua chegada aqui.

COP26

- 01 “**Não é um espaço tão acessível** quanto deveria ser, principalmente se tratando das populações tradicionais.”
- 03 “Tem parente que a gente encontrou aqui que não entrou na Blue Zone, **não conseguiu credencial** e aí ficou fazendo trabalhos fora e na Green Zone. Tem gente que só conseguiu credencial pra primeira semana.”
- 04 “Foi muito difícil, até uma semana antes de vir **eu não tinha nada certo se ia vir ou não**, mas a dificuldade é essa, financeiramente, logística. É muito longe.”

COP27

- 05 “A gente passou pela primeira dificuldade que foi na **questão da credencial**. Como se credenciar pra vir? E aí a importância de tu ter parceria, tu ter aliados.”
- 06 “Eu acabei me machucando e hoje eu tô necessitando de uma cadeira de rodas inclusive, e eu tô conseguindo ver o que eu nunca vi numa visão diferente, na qual a gente vê que a **acessibilidade é uma falta**, não só aqui, mas em todo lugar.”

- 07 “Bom, primeiro que a COP ela **não é inclusiva, ela não é participativa**. A gente tem muitos espaços aqui difíceis de se entender. Eu tô na minha segunda COP e confesso que já **participei de algumas formações, mas ainda tenho muitas dificuldades.**”
- 08 “Os principais desafios para essa COP **começaram desde a preparação**”
- 09 “Um local emblemático de falar uma língua, **completamente diferente**, uma cultura muito diferente, um local de Estado ditatorial com uma culinária completamente diferente também”

Fonte: Desenvolvido pela autora através das entrevistas realizadas, adaptado de Brito, Lauer-Leite e Novais (2021)

Após identificar as principais ECH nos discursos das mulheres entrevistadas, o próximo passo foi a identificação das IC. De acordo com Brito, Lauer-Leite e Novais (2021, p. 14), a IC é caracterizada por “um nome ou uma expressão que revela, descreve e nomeia, da maneira mais sintética e precisa possível, o(s) sentido(s) presentes nas ECH homogêneas de cada resposta (manifestação verbal) analisada”. Além disso, os autores expõem que a IC pode ser determinada por nome ou a expressão retirada literalmente da própria ECH ou, se o pesquisador preferir, criar uma expressão que melhor represente a IC. Lefèvre e Lefèvre (2005, p. 52) reforçam que “as ideias centrais são descrições do sentido encontrado nas expressões-chave e não a interpretação” dessas ECH.

À vista disso, inicialmente, foram observadas ideias similares que as ECH e os discursos das mulheres indígenas passavam, identificado as principais ideias abordadas: (Ideia 1) COP como espaço de denúncias, alinhamentos e incidência; (Ideia 2) Articulações no pré e na própria COP; (Ideia 3) Importância do território e da Mãe Terra; (Ideia 4) Falta de acessibilidade e muitos desafios encontrados. Dentro dessas ideias estabelecidas a partir das vozes delas, originou-se quatro IC, escolhidas serem intituladas de: (IC01) A COP para as mulheres indígenas: espaço de alinhamentos e denúncias; (IC02) Das comunidades até a COP: Desafios enfrentados em espaços de tomadas de decisões climática; (IC03) Estratégias, articulação e incidência feminina indígena; (IC04) Combatendo às mudanças climáticas: A cura da terra atravessa as mulheres indígenas. Abaixo, segue as ICs e suas sínteses que integram as compreensões das mulheres indígenas a partir das entrevistas na COP26 e COP27.

Quadro 6 – ICs e síntese das compreensões das mulheres indígenas referentes às discussões das COPs e o combate às mudanças climáticas.

IC	Título	Compreensões das Mulheres Indígenas
01	A COP para as mulheres indígenas: espaço de alinhamentos e denúncias	<p>Acreditam que a COP é um lugar para se alinhar com o mundo e fazer suas respectivas denúncias.</p> <hr/> <p>Percebem que a COP é um espaço de tomada de decisão que impacta a vida nos seus territórios.</p>

		Determinam que não tem como falar sobre mudanças climáticas nesses espaços sem os povos indígenas, principalmente a presença das mulheres indígenas.
02	Das comunidades até a COP: Desafios enfrentados em espaços de tomadas de decisões climática	<p>Reconhecem que a COP é um espaço segregado e de difícil acesso.</p> <p>Citam diferentes tipos de desafios enfrentados por elas para chegarem até a COP, como influência do patriarcado, barreiras linguísticas e logísticas, dificuldade para conseguir recursos financeiros e credenciais.</p> <p>Questionam, a partir dos desafios enfrentados por elas, o fato da COP estar discutindo questões climáticas sem a presença indígena.</p>
03	Estratégias, articulação e incidência feminina indígena	<p>Evidenciam uma forte incidência de mulheres indígenas dentro dos espaços da COP.</p> <p>Constatam que existe uma articulação ainda na pré-COP, através de formações e capacitações acerca do que é discutido dentro desses espaços.</p> <p>Utilização dos próprios mecanismos da ONU e das mídias sociais como instrumentos de incidência.</p> <p>Propõem que a participação das mulheres indígenas nos espaços de decisões climáticas englobe estratégias pensadas a partir de experiências nos seus territórios.</p>
04	Combatendo às mudanças climáticas: A cura da terra atravessa as mulheres indígenas	<p>Expõem como as mulheres indígenas vêm trabalhando com questões climáticas de forma milenar.</p> <p>Ressaltam a importância dos movimentos ancestrais de mulheres indígenas e como são as mesmas que mais cuidam dos seus territórios.</p>

Fonte: desenvolvido a partir das entrevistas realizadas na COP26 e COP27.

A partir das ideias centrais apresentadas, será apresentado os discursos coletivos das mulheres indígenas entrevistadas na COP26, ou seja, trechos de todas as ideias centrais similares regidas a partir do discurso-síntese propriamente dito dessas mulheres (BRITO, LAUER-LEITE, NOVAIS, 2021).

Para construção dos DSC, foram seguidos os passos expressados por Brito, Lauer-Leite e Novais (2021, p. 29): (1) Sequenciamento das ECH e outras partes dos seus discursos, elaborando o DSC com começo, meio e fim, “como ocorre em qualquer discurso com sentido lógico”; (2) Inserção de conectivos entre partes ou parágrafos do discurso para gerar coesão e fluidez ao DSC; (3) Eliminação de informações que particularizam do discurso, como gênero, idade, uma doença, etc., assim como repetições de ideias; (4) Transcrição literal o discurso de cada entrevistada, não eliminando “eventuais equívocos no uso da linguagem formal, vícios de linguagem como uso de gírias, estrangeirismos e outros, bem como marcadores discursivos e interjeições”.

Tabela 2 - DSC das mulheres indígenas brasileiras na COP26 e COP27.

DSC	IC01 – A COP para as mulheres indígenas: espaço de alinhamentos e denúncias
DSC01	<p><i>A COP é uma oportunidade pra gente tá se alinhando. Pra gente justamente saber as discussões e o que tá acontecendo no mundo. É um espaço de diplomacia para as negociações em relação ao clima e aí por isso que a gente também considera muito importante a nossa participação nesse espaço. A gente sabe que a gente protege a natureza, mas a gente não sabe que isso talvez tava influenciando nessa coisa chamada COP. Pra gente significa um espaço onde você expõe o que tá acontecendo na nossa região, o que tá acontecendo na Amazônia, o que tá acontecendo no território indígena, o que tá acontecendo no Brasil. É um lugar onde tem várias pessoas do mundo, várias pessoas que têm poder e autoridade pra fazer alguma coisa. Foi um choque pra mim tá na primeira COP, estar em um lugar internacional super grande com uma visibilidade super grande e a gente tá repleto de gente só com terno, de gente que é branca. Aqui são tomadas decisões que impactam de uma forma ou positiva ou negativa dentro dos nossos territórios. Nisso, muito do que é tratado aqui dentro do espaço da COP tem muito a ver com nossa realidade. Tudo que é decidido em relação à economia, aos compromissos que os governos fazem, sobre os mecanismos de financiamento, eles são relacionados de forma direta com os nossos territórios. No entanto, muitas vezes não é levado em consideração. Então a gente precisa tá ocupando porque nossas vozes precisam ser ouvidas e nossas realidades precisam ser mostradas. Eu vejo a COP como uma oportunidade pra gente tá mostrando que a gente existe. Então, é uma forma também da gente usar o espaço como um espaço de denúncia e existem vários tipos de incidência nesses casos. Nós temos o CAUCUS indígena, que é justamente um fórum indígena onde a gente discute o que é discutido na COP, justamente pra gente tentar incidir de alguma forma. Pra considerar ou então pra denunciar as atitudes das Partes em relação ao que é discutido. Eu acredito muito nessa pauta central que é a responsabilização das partes, dos governos, em relação à mitigação do clima. É importante que a gente esteja ocupando esses espaços justamente pra evitar decisões que a gente, infelizmente, não sabe, porque lá dentro das nossas aldeias a gente não sabe o que acontece. Pelo que eles estão fazendo, pelo que eles estão se propondo, se a gente não tiver presente acaba sendo pior pra nós. A gente não pode ficar de fora! Nós somos parte da COP, nós somos centro. Então poderia ser muito melhor e mais proveitoso e soluções muito mais reais dentro da COP hoje se os povos indígenas fossem ouvidos. (MI1, MI2, MI3, MI4, MI4, MI5, MI7, MI8)</i></p>
IC02 – Das comunidades até a COP: Desafios enfrentados em espaços de tomadas de decisões climática	
DSC02	<p><i>Os principais desafios para essa COP começaram desde a preparação. A dificuldade é desde lá do começo e continua até agora. Primeiro que a COP ela não é inclusiva, ela não é participativa. A gente tem muitos espaços aqui difíceis de se entender. Não é um espaço tão acessível quanto deveria ser, principalmente se tratando das populações tradicionais. É muito difícil chegar até aqui, é muito difícil ver uma mulher indígena tendo informações que a façam entender qual é todo processo que a gente vive, principalmente no contexto global que a gente se encontra. Falar de mudança climática ainda não é falar pra todo mundo. E aí a importância de tu ter parceria, tu ter aliados. Quando a gente falar, saber o que é mudança climática, NDC, acordo de Paris e começar a acessar cada vez mais esses</i></p>

espaços que são segregados sim, que são difíceis pra gente entrar, pra gente tá participando, pra gente conseguir credencial, e que a verdade é que a gente ainda não tá participando da decisão, porque as salas de decisão daqui da COP não tem a presença dos povos indígenas. A gente realmente tá participando disso? Essa discussão tá chegando lá? Tá chegando nesses territórios? E é isso aqui, esse espaço de discussão que ainda é muito segregado. A gente que vem pela primeira vez sente uma dificuldade muito grande de ter acesso a esse espaço, começando pelas credenciais e pela moeda que é muito cara, se torna muito difícil que tenha atuação dentro desse espaço. Pra gente tá aqui, a gente precisou falar com muita gente, com um monte de parceiro, principalmente com a crise econômica que o Brasil tá sofrendo. Eu vim e cada coisa foi por alguém: a credencial foi por uma organização, o recurso veio por outro, a passagem veio por outro, a hospedagem veio por outro. Tem parente que a gente encontrou aqui que não entrou na Blue Zone, não conseguiu credencial e aí ficou fazendo trabalhos fora e na Green Zone. Tem gente que só conseguiu credencial pra primeira semana. a gente vê que a acessibilidade é uma falta, não só aqui, mas em todo lugar. Eu acho que o lugar que a ONU leva as pessoas para participar de uma COP deveria ser um lugar seguro, eles deveriam garantir isso por mais que se fale que tão construindo um espaço de segurança, mas em que medida? até quando? porque é muito desigual, entende? A COP é um lugar ainda de muito privilégio. Esse espaço que a gente não deveria ter que implorar ou pedir dos parceiros, deveria ser oferecido, eu acredito nisso, pelas próprias Nações Unidas pra gente tá aqui participando e falando o que a gente tá passando. Como eles tão falando de mudança climática sem os povos indígenas estarem presentes? (MI1, MI3, MI4, MI5, MI6, MI7, MI8, MI9)

IC03 – Estratégias, articulação e incidência feminina indígena

DSC03 *Para colocar em evidência as vozes das mulheres indígenas, sinceramente, a gente vai ter que lutar muito. Eu consigo identificar esses dois cenários para as mulheres indígenas dentro da COP: então está ao lado de tensões porque aqui é um espaço que a gente é bem-vindo para a gente ilustrar a diversidade da COP, mas quando chega para a gente e ocupar os espaços para falar de verdade o que a gente precisa dizer pouco são as cadeiras e os microfones que são abertos para nós. A discussão da COP, de uma forma geral, eu acredito que ainda tá muito distante da realidade. Nisso, é importante que tenha pessoas aqui acompanhando, participando e incidindo pra evitar que qualquer decisão seja tomada sem o conhecimento dos povos indígenas é o que tem acontecido na maior parte do tempo. Ter mulheres indígenas aqui que representam não só suas próprias comunidades, mas trazendo a voz do que tá acontecendo no Brasil é muito fundamental. A articulação em si, a gente tem aí o FIMI né, que é esse órgão Internacional que tem esse objetivo de reunir as mulheres do mundo. O grupo da Sônia com a Célia que trazem as vozes dos nossos movimentos da ANMIGA e também junto com a questão que agora elas foram eleitas então elas trazem pro cento da discussão é as demandas do território numa perspectiva já de transformar isso em política pública. O olhar da mulher aqui é super importante. A gente vem falando da nossa realidade, vem falando do que tá acontecendo nos nossos territórios, com nossos corpos, então que cada vez mais mulheres indígenas possam tá ocupando esses espaços, trabalhando com essas temáticas que nos atingem e ter uma representatividade mesmo, porque nada*

melhor do que ter nossas pautas faladas por nós mesmas. Por isso que a APIB veio com essa delegação, mais de 40 indígenas, principalmente mulheres pra tá aqui ocupando esses espaços, tentando se articular, falando com ministro de outros países, falando com organizações parceiras. Elas tão conquistando alguns espaços aqui dentro em pequenos pavilhões, elas mostram de fato a realidade do que acontece e não tem vergonha ou medo de falar sobre. Aqui o pessoal vem só reafirmar o que já negociam antes e como enfrentar também isso, como dialogar essas questões todas que são trazidas pra COP. Como é que a gente pode incidir nessas discussões? Como a gente pode não só acompanhar, mas de fato participar ativamente com propostas? Desse modo, nós temos uma articulação que tem que ser construída bem antes da COP. A gente tem se articulado, procurado apoio com organizações que são apoiadores da causa indígena e que, mais do que isso, sabe que essa luta não é só nossa e que deve ser de todas as pessoas. A gente tem tido uma preocupação maior de preparação, inclusive, com formações, com capacitações, sobre os temas que são discutidos aqui na COP, ou seja, as lideranças que vem pra COP devem vir com informações suficientes pra que elas consigam fazer esse papel de incidência positiva. A gente fez algumas formações dentro da minha terra indígena pra falar sobre a situação climática e pra nos empoderar exatamente dessas temáticas. Hoje, a gente já sabe quais são os mecanismos que a ONU tem. Hoje, a gente leva nossas pautas pra esses mecanismos. Hoje, a gente denuncia nos tribunais internacionais, a gente utiliza outros mecanismos que a ONU tem pra fazer denúncia e levar nossa voz também, porque a gente sempre tenta empoderar e colocar em evidência a voz das mulheres levando pra esses espaços. A gente utiliza também as nossas mídias sociais que levam as vozes das mulheres indígenas pra outros lugares, que é um meio de denúncia. A gente tá lutando com outras armas e a mídia é uma delas. Hoje os povos indígenas são grandes comunicadores. O governo brasileiro não vai nos escutar? mas alguém vai. É muito importante nós mulheres estarmos aqui, exatamente porque somos as principais personagens que estamos sofrendo com as causas e consequências climáticas, mas não só sofrendo, lutando mesmo. Então, as mulheres hoje tão tomando um papel na frente muito importante, tomando um espaço que deveriam sempre ser elas. (MI1, MI2, MI3, MI4 MI5, MI8, MI9)

IC04 – Combatendo às mudanças climáticas: A cura da terra atravessa as mulheres indígenas

DSC04 *Eu acredito que o saber das mulheres indígenas pode colaborar e muito nos novos debate. Primeiro que a gente precisa descolonizar um pouco né, algumas ideias que são trazidas para o corpo da mulher e que fez com que as próprias mulheres se afastassem. Nós, mulheres indígenas, costumamos falar que a nossa ancestralidade vai ser a cura da terra. A cura da terra passa pelas mulheres indígenas, então se algo não tá fluindo tão bem dentro do nosso território, vai afetar a gente que depende dos nossos rios, das florestas e nosso alimento vem diretamente de lá. As mulheres desempenha um papel primordial na passagem de vários conhecimentos, de várias sabedorias e de várias práticas de rituais no manejo desses territórios e que tem sido fundamentais pro enfrentamento da crise de climática. Com a nossa forma de vida, com a nossa forma de ensinar ainda dos nossos filhos e tudo isso é um aprendizado a humanidade. A gente trabalha com a questão climática há muito tempo, milenarmente os povos indígenas trabalham com isso. Desde que a gente é gente, a gente fala da proteção da floresta, a gente*

fala da importância do respeito à floresta e de manter ela em pé, porque senão a gente não vai ter mais planeta. Os nossos antepassados e lideranças mais antigas sempre traz esse contexto de que respeitando nosso território, nosso lugar sagrado, é como vamos alcançar um equilíbrio tanto na questão climática quanto nas questões espirituais das pessoas que aí estão envolvidas. O mundo precisa ter mudanças de atitude e precisa conhecer as experiências que a gente traz. É muito desta questão da gente tá trazendo esses saberes ancestrais, da gente tá buscando isso pra gente não perder, né. Por exemplo, uma das soluções que a gente traz é esse conhecimento em relação ao fogo. A gente tem um conhecimento milenar de controle e manejo sob o fogo, que é o fogo bom que a gente chama. E que a gente necessita pra viver. Mas sobre o fogo que é cometido ilegalmente, a gente não tem esse controle, até porque são queimadas grandes e a gente não tem como combater isso. Desse modo, a gente sabe a importância da nossa luta. A gente sabe a importância de ter a floresta em pé. A gente sabe que isso tá afetando o clima porque a gente tá sentindo as consequências dentro do nosso território. Não somos apenas guardiões, somos a floresta. A nossa cultura, a nossa vivência e quem somos vem da terra, de onde estamos, a que pertencemos. Nosso modo de viver, de respeitar os lugares sagrados, tudo isso influencia muito. É através de sentir, ouvir e se comunicar com a floresta que a gente pode escutá-la e saber o que é melhor pra ela. Essa conexão dos povos indígenas que a ancestralidade trouxe pra gente, das mulheres ancestrais, é muito forte, porque a gente escuta, a gente sente e a gente vive a floresta. Quem tá sofrendo mais com as consequências das mudanças climáticas senão, principalmente, as mulheres indígenas? Através das nossas experiências, a gente consegue trazer soluções. São mulheres guerreiras, mulheres de luta, mulheres que tão aí dizendo que nós temos propósito. Quer combater mudança climática? Fala com nós, fala com as mulheres. (MI1, MI2, MI3, MI4, MI5, MI6, MI7, MI8 e MI9)

Fonte: Desenvolvido pela autora através de trecho coletados nas entrevistas realizadas, adaptado de Brito, Lauer-Leite e Novais (2021) e com embasamento de Lefèvre e Lefèvre (2005).

3.4. O que o DSC revela sobre a incidência de práticas diplomáticas femininas indígenas nos espaços da COP?

Ao passo que as mulheres indígenas latino-americanas desafiam estruturas e atividades diplomáticas tradicionais, elas estão ativamente engajadas, através da diplomacia ancestral internacionalizada, a levar seus conhecimentos tradicionais ao nível internacional. Na tentativa de conciliar direitos coletivos e individuais, as mulheres indígenas se mobilizam para garantir que a experiência masculina indígena não seja lida como a única experiência indígena existente.

Os discursos revelam que a atuação das mulheres indígenas pesquisadas dentro dos espaços de tomadas de decisões acerca das mudanças climáticas, dando ênfase a COP, ainda é preenchida por desafios e diferentes visões do significado de território, bem como o cuidado com a Mãe Terra. Na análise dos discursos coletivos, os resultados obtidos evidenciam que essas mulheres são impulsionadas a participarem da COP e de eventos ligados aos mecanismos da ONU para que as suas demandas e as dos seus territórios sejam escutadas.

Em relação ao DSC1, no que concerne a COP, a percepção dessas mulheres evidencia que as negociações acontecidas ali geram impactos dentro de suas comunidades. Além de reconhecerem o espaço como uma oportunidade de instituir denúncias e alinhamentos, foi emergida a essencialidade de estarem ocupando esse espaço de tomada de decisão climática ('... É importante que a gente esteja ocupando esses espaços justamente pra evitar decisões que a gente, infelizmente, não sabe, porque lá dentro das nossas aldeias a gente não sabe o que acontece.').

É fundamental compreender o fenômeno participativo de povos indígenas dentro da COP, tendo em vista que apesar de participações indígenas na UNFCCC, desde 1998, "apenas em decisões da COP11, em 2005, os povos indígenas são mencionados diretamente nas resoluções" (BORTOLOTTI, 2020, p. 50). O estudo desenvolvido por Bortolotto (2021, p. 50) ainda evidencia que, desde o primeiro texto da UNFCCC, em 1992, até a COP25, em 2019, "há 59 menções explícitas sobre povos indígenas e/ou conhecimentos tradicionais", somando, assim, mais 25 menções resultantes da resolução advinda do Pacto Climático de Glasgow, na COP26 (DECISÃO 1, CP. 26, 2021).

Ao passo que as mulheres indígenas convergem num diálogo global para alcançar seus objetivos como mulheres e povos indígenas, desafios logísticos, econômicos, políticos, idiomáticos e burocráticos são enfrentados por elas, desde a saída de suas comunidades até a COP, como demonstra o DSC2. Os resultados exibem que, apesar da crescente da participação e inclusão indígena, a COP permanece um espaço desigual, limitado e segregado ('... Não é um espaço tão acessível quanto deveria ser, principalmente se tratando das populações tradicionais.'). (BELFER et al., 2019).

Ainda no DSC2, uma das afirmações das mulheres entrevistadas deleita-se no fato de que os povos indígenas, principalmente mulheres, ainda não estão participando de fato dos processos de tomadas de decisão da COP. Embora as mobilizações de novos atores e confluências não estatais sejam expressas nos debates e práticas de combate às mudanças climáticas, as discussões e tomadas de decisões da COP continuam centradas nos objetivos dos Estados (BELFER et al., 2019; BORTOLOTTI, 2020).

Mesmo que os desafios proporcionem barreiras para mulheres indígenas acessarem esses espaços da COP (DSC2), o DSC3 constata que elas conseguem criar estratégias e articulações para incidir nas dimensões dessa conferência. O discurso dessas participantes expressa que, através da diplomacia internacionalizada da mulher indígena, é possível levar suas vozes para os espaços de tomadas de decisões climáticas ('... Hoje, a gente já sabe quais são os mecanismos que a ONU tem. Hoje, a gente leva nossas pautas pra esses mecanismos

(...) porque a gente sempre tenta empoderar e colocar em evidência a voz das mulheres levando pra esses espaços’) (CHAVARRO, ROBLES, 2021). É necessário considerar que as mulheres indígenas, historicamente, têm tido um papel importante nas atividades de diplomacia indígena antes, durante e após o primeiro contato com os invasores coloniais (PARISI, CORNTASSEL, 2007).

Além de demonstrar que as estratégias e articulações dessas mulheres convergem com organizações parceiras que acreditam na causa indígena, o DSC3 também revela que as mulheres indígenas têm se utilizado de ferramentas educativas como formações e capacitações para se empoderar das temáticas climáticas discutidas dentro da COP, bem como o uso de mídias sociais como instrumento de incidência. Por conseguinte, a construção de políticas e debates no combate às alterações do clima se tornou um aparato para que mulheres indígenas possam incidir em relação às suas práticas diplomáticas pelo reconhecimento de sua “soberania, autodeterminação e direitos tradicionais da terra” (DOOLITTLE, 2010, p. 287).

Com base nesses aspectos, as mulheres indígenas servem-se de saberes voltados à ancestralidade, espiritualidade e territorialidade como principais mecanismos de combate às mudanças climáticas, como expressado no DSC4. Os saberes advindos da Mãe Terra e sua consequente cura passa pelas mulheres indígenas (‘... A cura da terra passa pelas mulheres indígenas (...) Essa conexão dos povos indígenas que a ancestralidade trouxe pra gente, das mulheres ancestrais, é muito forte, porque a gente escuta, a gente sente e a gente vive a floresta.’). O papel dessas mulheres como protetoras da terra e do território, além de estar ligado à sagrada relação com a Natureza, remete que elas não são guardiãs apenas de suas comunidades, mas de todo planeta (KAIN, MAIRENA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, tive como ponto de partida o pensamento decolonial da Modernidade/Colonialidade e a diplomacia de mulheres indígenas brasileiras na agenda climática internacional através de suas participações nas COPs. Levando em consideração o contexto moderno/colonial, os povos indígenas, especialmente as mulheres desses povos, ainda sofrem com os rastros da colonização que não findou com o fim das administrações coloniais. Novas roupagens coloniais que submetem os povos indígenas e tudo que engloba sua cultura e modos de existência sob o guarda-chuva do “ultrapassado” e “não tão moderno assim”.

A necessidade de romper com a imagem do "Outro" presente no imaginário coletivo, por meio do desprendimento de conhecimentos e entendimentos ligados à Modernidade, envolve uma mudança na geografia da razão e um questionamento da colonialidade imposta e suas conexões entre o corpo individual e o corpo coletivo. Em relação às colonialidades abordadas, a colonialidade do conhecimento/saber aponta para uma reflexão crítica sobre a influência da racionalidade europeia e da epistemologia cartesiana na imposição de um paradigma universal de conhecimento, perpetuando a violência epistêmica e o epistemicídio e apagando referências e vozes extraocidentais com hierarquias e critérios valorativos monoculturais.

No que diz respeito a colonialidade de gênero, a classificação racial tornou-se circunstância necessária para sua existência o sistema de gênero. Consolidado durante o período colonial, esse sistema reduz as mulheres ao âmbito privado e as submete ao controle do sexo e de seus recursos. No contexto das mulheres indígenas, a colonialidade de gênero afeta suas comunidades e gera violações sistemáticas de seus direitos, além de afetar sua resiliência diante das mudanças climáticas.

Com essa influência da colonialidade no discurso global sobre as mudanças climáticas, as suas consequências estão ligadas à crise climática, ao capitalismo, aos mitos do desenvolvimento e do progresso, e à visão antropocêntrica da natureza. Nisso, a crise climática reflete o modelo colonialista de extrativismo e afeta de forma sistêmica a vida de povos tradicionais e racializados. Diante dessas mudanças do clima e da necessidade de enfrentar estruturas e discursos insustentáveis, a ideia de um mundo único, baseado em uma sociedade homogênea, torna-se limitada e excludente e não considera as múltiplas interpretações e lógicas presentes em um mundo plural.

É neste contexto que as decorrências das alterações climáticas na vida dos povos indígenas os incentivaram a se inserirem e se posicionarem na agenda climática internacional.

Como guardiões de seus territórios e da biodiversidade do planeta, eles são posicionados como agentes de uma diplomacia ancestral e coletiva. Desse modo, a diplomacia indígena, baseada no diálogo e na comunicação ancestral, tem sido uma ferramenta essencial para ecoar vozes e demandas em organismos internacionais climáticos. Os povos indígenas usam da reapropriação para dar novos sentidos aos seus movimentos dentro do sistema moderno/colonial, utilizando-se da prática diplomática indígena em contrapartida à diplomacia em seu modo tradicional.

Em geral, houve um aumento e avanço das atividades diplomáticas indígenas nas instâncias da UNFCCC, com o estabelecimento do Fórum e a Plataforma dos Povos Indígenas. No entanto, o gap de entendimento se insere em compreender como as mulheres indígenas brasileiras utilizam esses espaços das COPs para seus fins políticos e os resultados dessa ação. Valorizando as perspectivas e experiências dessas mulheres por meio de entrevistas e falas colhidas não só nas COP26 e COP27, mas seus discursos em eventos, notícias, blogs e outros meios, as mulheres indígenas enfrentam barreiras burocráticas, políticas, econômicas e epistemológicas.

Com o final da COP26, deixando denúncias e afirmações assertivas nos espaços oficiais da ONU, as mulheres indígenas brasileiras construíram um espaço de incidência forte, num ano em que o contexto brasileiro colocava os povos indígenas no lugar do Outro. Desde a volta dos encontros presenciais na COP26 até os caminhos percorridos a COP27, as mulheres indígenas brasileiras mostraram um protagonismo essencial, na ascendência e criação de estratégias levando em conta as mudanças estruturais no panorama político brasileiro até sua ida a COP27. Tentando superar o encobrimento colonial dentro de um espaço decisório em que o Estado ainda possui a ferramenta da decisão final, essas mulheres estão mudando gradativamente as conjunturas nacionais e internacionais, para que os rumos das decisões climáticas incluam elas e seus como fundamentais combatentes das mudanças do clima.

Além disso, a análise das entrevistas realizadas, através do DSC, abriu um caminho para compreender melhor suas agendas e discussões nessas Conferências. Foi possível captar a voz coletiva que essas mulheres têm na construção de práticas diplomáticas que permeiam a ação/prática no combate às mudanças climáticas, levando em conta a pluriversalidade de seus discursos/conhecimentos e a necessidade de uma abordagem decolonizada. Essas mulheres têm utilizado ferramentas educativas, como formações, capacitações e mídias sociais, para fortalecer seu conhecimento e incidência sobre questões climáticas discutidas nas COPs e para além.

Os resultados sinalizam que as mulheres indígenas brasileiras buscaram e continuam buscando a autodeterminação para si mesmas como mulheres e como povos indígenas. Seus

exercícios diplomáticos, portanto, não são processos políticos no sentido ocidental, mas sim processos espirituais complexos de suas vidas como mulheres indígenas e sua ligação no sentir/pensar com a Mãe Terra.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista**. São Paulo: Elefante, 2018.
- ALLEN, Stephen. **The Consequences of Modernity for Indigenous Peoples: An International Appraisal**. *International Journal on Minority and Group Rights*, 2006, Vol. 13, No. 4 (2006), pp. 315-340, 1992.
- APIB – ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **DEMARCAÇÃO JÁ: Não há solução para crise climática sem nós**. 2021. Disponível em <https://apiboficial.org/2021/10/29/nao-ha-solucao-para-crise-climatica-sem-nos/>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- APIB – ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **COP27: Demarcar Terras e Mentes para o futuro do planeta**. 2022. Disponível em <https://apiboficial.org/2022/11/14/cop27-demarcar-terras-e-mentes-para-o-futuro-do-planeta/>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- ARMANDO, Armindo. **Resenha Crítica da Obra “Dussel, E. (1993). 1492: O Encobrimento do Outro - A Origem do Mito da Modernidade”**. Conferências de Frankfurt. Vozes Editora, Petrópolis” para a publicação na Revista Sol Nascente do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente, 2017.
- ASAMBLEA MUNDIAL POR LA AMAZONÍA. **Declaração da Primeira Assembleia Mundial pela Amazônia**. 2020. Disponível em: <https://assembleamundialamazonia.org/2020/07/20/declaracao-da-primeira-assembleia-mundial-pela-amazonia/>. Acesso em: 07 jan. 2023.
- ASHLEY, Richard K. Living on border lines: Man, Poststructuralism, and War. In: DER DERIAN, J; SHAPIRO, M. J. (Eds.). **International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics**. New York: Lexington Books, p. 259-321, 1989.
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o Giro Decolonial**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.
- BALLESTRIN, Luciana. **Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano**. *Rev. Estud. Fem.* 28 (3), 2020.
- BAKHTION, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Edições Iskustvo, Moscou, 1979.
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o Giro Decolonial**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.
- BEIER, J. Marshall (ed.). **Indigenous Diplomacies**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- BELFER, Ella; FORD, James D.; MAILLET, Michelle; ARAOS, Malcolm; FLYNN, Melanie. Pursuing an Indigenous Platform: Exploring Opportunities and Constraints for Indigenous Participation in the UNFCCC. **Global Environmental Politics**, v. 19:01, n. February, p. 12–33, 2019.

BLANCO, Ramon; DELGADO, Ana Carolina Teixeira. **Problematising the Ultimate Other of Modernity: the Crystallisation of Coloniality in International Politics.** Contexto Internacional vol. 41(3) Sep/Dec 2019.

BORTOLOTTI, Fernanda. **Participação indígena brasileira na Convenção do Clima: a construção da agenda climática como pauta de luta.** 189 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) —Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

BRITO, Joscélia Monteiro Santos de; LAUER-LEITE, Iani Dias; NOVAIS, Jaílson Santos de. **Discurso do Sujeito Coletivo na Prática.** 1ed. UFSB, Porto Seguro, 2021.

BULL, Hedley. A sociedade anárquica. Brasília, Ed. da UnB/ IPRI, 2002

CALDERÓN, Patricia Asunción Loaiza; GUEDES, Ana Lucia Malheiros. **Abordagem Metodológica em Estudos Decoloniais: Possível Diálogo entre a Análise Crítica do Discurso e as Epistemologias do Sul,** 2016.

CARTA DE BELÉM. **Manifest towards COP26.** 2021. Disponível em <https://www.cartadebelem.org.br/manifest-towards-cop-26/>. Acesso em: 07 jan. 2023.

CASTELLANO, M. B. Updating Aboriginal Traditions of Knowledge. In G.J.S. Dei, B. Hall, and D. Goldin-Rosenberg (eds.) **Indigenous Knowledges in Global Contexts: Multiple Reading of Our World.** Toronto: University of Toronto Press, 1999.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago (2005a). "Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro'", em LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso.

CAVALCANTI, Giselli. **“Não temos mais tempo” é o recado de Txai Paiter Suruí na abertura da COP-26.** 2021. Disponível em <https://oeco.org.br/colunas/nao-temos-mais-tempo-e-o-recado-de-txai-paiter-suru-i-na-abertura-da-cop-26/>. Acesso em: 08 jan. 2023.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA SILVA – CEDEFES. **Quem são as mulheres indígenas eleitas deputadas em 2022?** 2022. Disponível em <https://www.cedefes.org.br/quem-sao-as-mulheres-indigenas-eleitas-deputadas-em-2022/>. Acesso em 13 jan. 2022.

CÉSPEDES, Edilma Prado. **COP27: Indigenous groups demand Amazon conference.** Sumaúma, 2022. Disponível em <https://sumauma.com/en/cop27-indigenas-floresta-amazonica-demarcacao-protecao-milhoes-hectares/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CETESB/PROCLIMA. COP4 – Buenos Aires, Argentina (novembro de 1998). 2020. Disponível em <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencia-das-partes-cop/cop-4-buenos-aires-argentina-novembro-de-1998/>. Acesso em 24 mai. 2023.

_____. COP10 – Buenos Aires (dezembro de 2004). 2020a. Disponível em <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencia-das-partes-cop/cop-10-buenos-aires-dezembro-de-2004/>. Acesso em 24 mai. 2023.

_____. COP13 / MOP3 – Bali, Indonésia (dezembro de 2007). 2020b. Disponível em <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencia-das-partes-cop/cop-13-mop-3-bali-indonesia-dezembro-de-2007/>. Acesso em 25 mai. 2023.

_____. COP15 / MOP5 – Copenhagen, Dinamarca (dezembro de 2009). Disponível em <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencia-das-partes-cop/cop-15-mop-5-copenhague-dinamarca-dezembro-de-2009/>. Acesso em 25 mai. 2023.

_____. COP20 / CMP10 – Lima, Peru (Dezembro de 2014). Disponível em <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencia-das-partes-cop/cop-20cmp-10-lima-peru-dezembro-de-2014/>. Acesso em 25 mai. 2023.

CHAN, Adrienne S. **Storytelling, Culture, and Indigenous Methodology**. In: Discourses, Dialogue and Diversity in Biographical Research, 2021. Disponível em <https://brill.com/display/book/9789004465916/BP000023.xml>. Acesso em 23 abr. 2023.

CHAVARRO, Nasly Nayely Cruz; ROBLES, Gabriel Andres Arevalo. **Cumbres Indígenas: Política y diplomacia ancestral en América Latina**. Novum Jus, v. 15, n. 1, p. 133-160, 2021.

COMBERTI, Claudia; THORNTON, Thomas F.; KORODIMOU, Michaela; SHEA, Meghan; RIAMIT, Kimaren Ole. Adaptation and Resilience at the Margins: Addressing Indigenous Peoples' Marginalization at International Climate Negotiations. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, 61:2, 14-30, 2019. DOI: 10.1080/00139157.2019.1564213

CONARGO, N.. **Plural diplomacies: Normative predicaments and functional imperatives**. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2013.

COP27. **Egypt Goals and Vision**. 2022. Disponível em <https://cop27.eg/#/vision#goals>. Acesso em 14 jan. 2023.

CORTES TVT. **Mulheres indígenas brasileiras tiveram participação central na COP 27**. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JBk6lAhQaL0>. Acesso em 08 jan. 2022.

CULTURAL SURVIVAL. **Despite Historic Participation, Indigenous Peoples Are Again Sidelined in Major Decisions at COP27**. 2022. Disponível em <https://www.culturalsurvival.org/news/despite-historic-participation-indigenous-peoples-are-again-sidelined-major-decisions-cop27>. Acesso em: 18 jan. 2023.

DECISÃO 1, CP.26. **Glasgow Climate Pact**. 2021. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cop26_auv_2f_cover_decision.pdf. Acesso: 20 jan. 2022.

DANYLUK, Darrel. COP 22 Report. World Federation of Engineering, 2017. Disponível em http://www.wfeo.org/wp-content/uploads/stc-environment/Cop_22_Report-Zizzo_Strategy.pdf. Acesso em 27 mai. 2023.

DECISÕES -, CP. 26. **Informe de la Conferencia de las Partes sobre su 26º período de sesiones**, celebrado en Glasgow del 31 de octubre al 13 de noviembre de 2021. Disponível em <https://unfccc.int/event/cop-26?item=17>

DEI, George J. Sefa. **Rethinking the Role of Indigenous Knowledges in the Academy**. NALL Working Paper #58, 2002.

- DE PAULA, Luciene. **Círculo de Bakhtin: uma Análise Dialógica de Discurso**. Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 239-258, jan./jun. 2013.
- DER DERIAN, James. **Sobre a Diplomacia: A genealogia da alienação ocidental**. Vilnius: Eugrin, 2001.
- DEUTSCH, Karl. (1978). **Análise das Relações Internacionais**. Brasília: Editora UnB.
- DOOLITTLE, Amity A. The politics of indigeneity: Indigenous strategies for inclusion in climate change negotiations. **Conservation and Society**, v. 8, n. 4, p. 285–291, 2010.
- DRAFT DECISION 1, CP. 27. **Sharm el-Sheikh Implementation Plan**. 2022. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Decisions_1CMA4_1COP27.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.
- DUQUESNOY, Michel. **El deseo de identidad. Estigma, proceder político y resiliencia en las mujeres mapuche willeche de la comuna de Puyehue, Chile**. Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología, n. 22, p. 65-87, 2015.
- DUTRA, Juliana Cabral de O.; MAYORGA, Claudia. **Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política**. Psicol., Ciênc. Prof., v. 39, 2019.
- DUSSEL, Enrique. **El Encubrimiento del Otro: Hacia el origen del mito de la modernidad**. Colección Académica no. 1. UMSA, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Plural Editores. La Paz, 1994.
- DUSSEL, E. **Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão**. São Paulo: Paulus, 1995
- DUSSEL, Enriquel. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Septiembre 2005.
- ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton University Press, 1995.
- ESCOBAR, Arturo. **Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds**. Duke University, 2018.
- ESCOBAR, Arturo. **Thinking-feeling with the Earth: Territorial Struggles and the Ontological Dimension of the Epistemologies of the South**. Revista de Antropologia Iberoamericana, v. 11, p. 11-32, 2016.
- FAGUNDES, Murilo. **Bolsonaro na COP26: “Brasil é parte da solução do clima e não do problema”**. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-na-cop26-brasil-e-parte-da-solucao-do-clima-e-nao-do-problema/>. Acesso em: 06 de jan. 2023.
- FANON, Franz. (2008). **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: Textual analysis for social research**. Taylor & Francis e-Library, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. **The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences**. New York: Vintage Books, 1973.

FULLER, Carlos. CARICOMs three priority: Outcomes for COP24. ParlAmericas, 2018. Disponível em: https://parlAmericas.org/uploads/documents/Carlos%20Fuller_ENG.pdf. Acesso em 28 mai. 2023.

FUSCALDO, Bruna Muriel Huertas; NASCIMENTO, Fernando Oliveira. **O Pensamento Decolonial nas RI: O exemplo da governança ambiental global Agenda Política**. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos v. 8, n. 3, p. 72-96, set./dez. 2020.

GARCIA, Amanda. **Evento pré-COP 26 vai reafirmar compromisso climático de SP, diz secretário**. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/evento-pre-cop-26-vai-reafirmar-compromisso-climatico-de-sp-diz-secretario/>. Acesso em: 04 jan. 2023.

GEORGHIOU, COSTA A. Decolonization and Diplomacy. **The Encyclopedia of Diplomacy**, 2018, p. 1-9. DOI:[10.1002/9781118885154.dipl0071](https://doi.org/10.1002/9781118885154.dipl0071)

GLOBAL WITNESS. **Our methodology for the COP27 fossil fuel lobbyists analysis**. 2022. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/press-releases/our-methodology-cop27-fossil-fuel-lobbyists-analysis/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

GNECCO, Cristóbal. **Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad**. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi Cienc. Hum. [online]. 2009.

GOV BR. **Em nova meta, Brasil irá reduzir emissões de carbono em 50% até 2030**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/10/em-nova-meta-brasil-ira-reduzir-emissoes-de-carbono-em-50-ate-2030>. Acesso em: 6 jan. 2023.

GREEN, Joyce. **The Complexity of Indigenous Identity Formation and Politics in Canada: Self-Determination and Decolonisation**. International Journal of Critical Indigenous Studies, v. 2, n. 2, 2009.

GROSGOUEL, Ramón. **Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-Coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Traduzido por Inês Martins Ferreira. Revista Crítica de Ciências Sociais (online), 80, p. 115-147, 2008.

GUERRA, VÂNIA MARIA LESCANO. **A Análise do Discurso de Linha Francesa e a Pesquisa nas Ciências Humanas**. An. Sciencult, v.1, n.1, Paranaíba, 2009.

GUTMAN, Daniel. **Indigenous Peoples Have Their Own Agenda at COP27, Demanding Direct Financing**. Global Issues, 2022. Disponível em: <https://www.globalissues.org/news/2022/11/12/32396>. Acesso em: 15 jan. 2023.

HABASHI, Janette. **Creating Indigenous Discourse: History, Power, and Imperialism in Academia, Palestinian Case**. Qualitative Inquiry, Volume 11 Number 5, 2005 771-788, 2005.

HORN-MULLER, Ayrurella. **Indigenous activists "seen, not heard" at COP27**. Aios, 2022. Disponível em: <https://www.axios.com/2022/11/18/indigenous-activists-seen-not-heard-at-cop27>. Acesso em: 11 de jan. 2023.

IPAM – INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. **Povos Indígenas e Participação nas Negociações do Clima**. 2012. Disponível em https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2012/08/povos_ind%C3%ADgenas_e_participa%C3%A7%C3%A3o_nas_negoc-1.pdf. Acesso em 18 mai. 2023.

IIPFCC. **International Indigenous Peoples Forum on Climate Change**. Disponível em: <https://iipfcc.squarespace.com/>.

IPCCC. The Intergovernmental Panel on Climate Change. s.d. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADAS. **O Acordo De Copenhague E As Decisões De Cancun No Contexto Da Convenção Do Clima**. Comunicados do IPEA, n 109, 2011. Disponível em https://ceteb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2014/08/ipea_o_acordo_copenhague.pdf. Acesso em 27 mai. 2023.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **A taxa consolidada de desmatamento por corte raso para os nove estados da Amazônia Legal em 2020 foi de 10.851 km²**. 2021. Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5811. Acesso em: 19 jan. 2023.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Meta de redução de carbono do Brasil na COP26 'empata' com meta de 2015 e reforça 'pedalada climática', apontam especialistas**. 2021. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/614148-meta-de-reducao-de-carbono-do-brasil-na-cop26-empata-com-meta-de-2015-e-reforca-pedalada-climatica-apontam-especialistas>. Acesso em: 09 jan. 2023.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **IPCC Factsheet: What is the IPCC?**. 2013. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/09/FS_what_ipcc.pdf. Acesso em: 06 de jan. 2023.

KAIN, Myrna Cunningham; MAIRENA, Eileen. **Environmental Justice: Perspective of indigenous women**. Foro Internacional de Mujeres Indígenas, FIMI. 2019. Disponível: <https://fimi-iiwf.org/wp-content/uploads/2020/02/Study-Environmental-justice.pdf>. Acesso: 10 jan. 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

KUOKKANEN, Rauna. **Self-Determination and Indigenous Women's Rights at the Intersection of International Human Rights**. Human Rights Quarterly, v. 34, pp. 225-250, 2012. The Johns Hopkins University Press.

LANDER, Edgardo. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Septiembre 2005.

LAW, John. **What's wrong with a one-world world?**. Distinktion: Journal of Social Theory, 16:1, p. 126-139, 2015. Acesso em: DOI: 10.1080/1600910X.2015.1020066. Acesso em: 28 jan. 2022.

LÁZARO, Ávila, C.. **Conquista, control y convicción: el papel de los parlamentos indígenas en México, el Chaco y Norteamérica**. Revista de Indias, 59 (217), 645-673, 1999.

LEVAGGI, A.. **Diplomacia hispano-indígena en las fronteras de América**: Historia de los tratados entre la monarquía española y las comunidades aborígenes. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social**. 2005. Brasília: Liberlivro Editora.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti; MARQUES, Maria Cristina da Costa. **Discurso do Sujeito Coletivo, complexidade e auto-organização**. Ciências e Saúde Coletiva, 14(4), pp. 1193-1204, 2009.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Pesquisa de representação social: um enfoque qualiquantitativo: a metodologia do discurso do sujeito coletivo**. 2021. Brasília: Líber Livro.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O Sujeito Coletivo que Fala**. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.10, n.20, p.517-24, jul/dez, 2006.

LEGGET, Jane A. The United Nations Framework Convention on Climate Change, the Kyoto Protocol, and the Paris Agreement: A Summary. CRS Report, 2020.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el ator**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social: El Colegio de San Luis, 2007.

LULA. **Veja o discurso do presidente Lula na COP27, nesta quarta-feira, 16**. 2022. Disponível em <https://pt.org.br/veja-o-discurso-do-presidente-lula-na-cop27-nesta-quarta-feira-16/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **On the Coloniality of Being**: Contributions to the development of a concept. Cultural Studies v. 21, n. 23 March/May 2007, pp. 240-270.

MARTÍNEZ, K. D. La diplomacia de los pueblos, relaciones internacionales alternativas desde el Sur. Ciência & Trópico, [S.l.], v. 35, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/884>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MEIRELES, Taís. **Acordo de Paris completa cinco anos com lições aprendidas**. WWF Brasil, 2020. Disponível em <https://www.wwf.org.br/?77471/Acordo-de-Paris-completa-cinco-anos-com-licoes-aprendidas>. Acesso em 27 mai. 2023.

MIGNOLO, Walter. "Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina", em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (coords.). *Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

_____. "Decires fuera de Lugar: Sujetos Dicentes, Roles Sociales y Formas de Inscripción". *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, v. 21, n. 41, pp. 9-31, 1995.

_____. *Histórias locais/ Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **The Darker Side of Modernity**. *Global Futures, Decolonial Options*. Durham/ London, Duke University Press, 2011.

_____. **Colonialidade**: O lado mais escuro da modernidade. RBCS Vol. 32 n° 94 junho/2017.

_____. What Does It Mean to Decolonize? In: MIGNOLO, W.; WALSH, C. *On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis*. Durham and London: Duke University Press, 2018. p. 105-134. DOI: <https://doi.org/10.1215/9780822371779-007>

_____. Coloniality: The Darker Side of Modernity. In: BREITWIESER, S; KLINGER, C.; MIGNOLO, W. (ed.). *Modernologies: Contemporary Artists Researching Modernity and Modernism*. Barcelona: MACBA, 2009. p. 39-49.

MILES, Peter. **Txai Surui "The Earth is Speaking"**. 2021. Disponível em: <https://medium.com/age-of-awareness/txai-surui-the-earth-is-speaking-e7758bd5ca05>. Acesso em: 04 jan. 2023.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca; CARVALHO, Fábio Rodrigues; SILVA, Leila Graciele da; DENES, Daylan Maykiele; MISSIATTO; Héverton Magno. **A Colonialidade nas Políticas Ambientais do Governo Bolsonaro e a Inversão dos Órgãos de Defesa do Meio Ambiente**. v. 15, n. 24, Jun., 2021, pp. 85-102.

MONEER, Zeina. **Moving beyond climate coloniality**. The Middle East Institute, 2022. Disponível em <https://www.mei.edu/publications/moving-beyond-climate-coloniality>. Acesso em 16 abr. 2023.

MORA, Aura Isabel. **Elvira Espejo**: una mujer de resistencias y re-existencias en los Andes. NÓMADAS, 2019.

MONTERO, Maritza. *Psicología Social Comunitaria, vidas paralelas: Psicología Comunitaria en Latinoamérica y en Estados Unidos, Ontología de la materia de Psicología Comunitaria*, Guadalajara, Jalisco, 1998.

MÜZELL, Lúcia. **A espera de ministério inédito, novas deputadas indígenas protestam na COP27**. 2022. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/podcasts/linha-direta/20221115-a->

espera-de-minist%C3%A9rio-in%C3%A9dito-novas-deputadas-ind%C3%ADgenas-protestam-na-cop27. Acesso em: 12 jan. 2023.

NASCIMENTO, Priscila da Silva; MARTIN, Adan Richard Moreira. **A luta das mulheres no México e a perspectiva de um feminismo indígena: o caso das mulheres indígenas zapatista.** Revista *Ártemis*, [S. l.], v. 19, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/26200>. Acesso em: 15 jun. 2022.

NEUMANN, Iver B.. Sustainability and Transformation in Diplomatic Culture: The Case of Eurocentrism. In: Constantinou, Costas M.; DER DERIAN, James. **Sustainable Diplomacies**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2010.

NUNES, Mônica. **Brasil tem a maior delegação indígena brasileira da história das conferências de clima da ONU.** Conexão Planeta, 2021. Disponível em <https://conexaoplaneta.com.br/blog/brasil-tem-a-maior-delegacao-indigena-brasileira-da-historia-das-conferencias-de-clima-da-onu/#fechar>. Acesso em: 09 jan. 2023.

NUNES, Mônica. **Célia Xakriabá, Glicéria Tupinambá e Sonia Guajajara são ‘as verdadeiras líderes do clima’ em campanha nas ruas de Glasgow.** Conexão Planeta, 2021a. Disponível em <https://conexaoplaneta.com.br/blog/celia-xakriaba-gliceria-tupinamba-e-sonia-guajajara-sao-as-verdadeiras-lideres-do-clima-em-campanha-nas-ruas-de-glasgow/#fechar>. Acesso em: 09 jan. 2023.

ONU MULHERES BRASIL. **“O compromisso do Brasil tem que ser com os nossos direitos”, diz Sônia Guajajara, do movimento de mulheres indígenas.** 2015. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/noticias/o-compromisso-do-brasil-tem-que-ser-com-os-nossos-direitos-diz-sonia-guajajara-do-movimento-de-mulheres-indigenas/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos.** 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012. 100 p. ISBN: 9788571131316.

OYEWUMI, Oyeronke. **Conceituando o Gênero: Os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.** CODESRIA Gender Series. Dakar, CODESRIA, 2004.

PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **COP23 entrega o que prometeu, mas não o que precisamos.** 2017. Disponível em <http://pbmc.coppe.ufrj.br/index.php/pt/noticias/901-cop23-entrega-o-que-prometeu-mas-nao-o-que-precisamos>. Acesso em 28 mai. 2023.

PARADIES, Yin. **Unsettling truths: modernity, (de-)coloniality and Indigenous futures.** *Postcolonial Studies*, 2020. DOI: 10.1080/13688790.2020.1809069.

PARISI, Laura; CORNTASSEL, Jeff. **In pursuit of self-determination: Indigenous women's challenges to traditional diplomatic spaces,** *Canadian Foreign Policy Journal*, 13:3, 81-98, 2007. DOI: 10.1080/11926422.2007.9673444.

PARISI, Laura; CORNTASSEL, Jeff. A “Revolution within a Revolution”: Indigenous Women’s Diplomacies. In J. M. Beier (Ed.). **Indigenous Diplomacies**, p. 79-96, 2009. New York: Palgrave Macmillan.

PATAXÓ, Hamangaí. **A COP do Clima tem que ser um lugar indígena**. 2021. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/a-cop-do-clima-tem-que-ser-um-lugar-indigena/>. Acesso em: 07 jan. 2023.

PÊCHEUX, Michael. **Analyse Automatique du discours**. Paris:Dunod, 1969.

PÊCHEUX, Michael. **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. Edição original: 1975.

PÊCHEUX, Michel. Discurso e Ideologia.1988. **In: M. Pêcheux, Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** (pp. 142-185). Campinas: Editora da Unicamp. Edição original: 1975.

PINTO, Débora. **Na COP-27, Lula sinaliza possibilidade da Funai ser presidida por um indígena**. 2022. Disponível em <https://oeco.org.br/reportagens/na-cop-27-lula-sinaliza-possibilidade-da-funai-ser-presidida-por-um-indigena/>. Acesso em 12 jan. 2023.

PINTO, Débora. **Mulheres indígenas buscam protagonismo nas eleições 2022**. 2022. Disponível em <https://oeco.org.br/noticias/mulheres-indigenas-buscam-protagonismo-nas-eleicoes-2022/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

PRIOR, Tahnee Lisa; Heinämäki, Leena. **The Rights and Role of Indigenous Women in The Climate Change Regime**. Arctic Review on Law and Politics, v. 8, pp. 193–221, 2017.

PONTES, Nádia. **O destaque de mulheres indígenas na COP26**. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/o-destaque-de-mulheres-ind%C3%ADgenas-na-cop26/a-59790265>. Acesso em: 08 jan. 2023.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **O que é política indigenista?**. s.d. Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/O_que_%C3%A9_pol%C3%ADtica_indigenista. Acesso em: 12 jan. 2023.

POWELESS, Ben. An Indigenous Movement to Confront Climate Change. Globalizations, June 2012, Vol. 9, No. 3, pp. 411–424.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina**. Ecuador Debate, Quito, n. 44, p. 227-238, ago. 1998. Disponível em: <https://bit.ly/36K3XmH>. Acesso em: 12 out. 2021.

_____. “Raza’, ‘etnia’, ‘nación’. In Mariátegui: cuestiones abiertas” em Forgues, Roland (ed.) José Carlos Mariátegui y Europa. La otra cara del Descubrimiento, 1992.

_____. “Coloniality of power and its institutions”. Simpósio sobre a Colonialidade do poder e seus âmbitos sociais, Binghamton University, Nova Iorque, abril, 1999.

_____. "Colonialidad del poder y clasificación social". *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

_____. **Colonialidad y modernidad-racionalidad**. 2005. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>. Acesso em 25 mai. 2023.

_____. “Coloniality and modernity/rationality”. *Cultural Studies*, 21 (2-3): 22-32, 2007.

RCA – REDE DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. Povos indígenas, mudanças climáticas e incidência política. s.d. Disponível em <https://rca.org.br/mudancas-climaticas/>. Acesso em 23 mai. 2023.

REIS, Diogo dos Santos. Colonialidade do Saber: Perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade. *Debates & Controvérsias. Educ. Soc.* n 43, 2022. <https://doi.org/10.1590/ES.240967>

ROBLES, Gabriel Andres Arevalo. **La Diplomacia Indígena**: . Un enfoque transdiplomática. *Si Somos Americanos. Revista de Estudios Transfronterizos*, v. 17, n. 1, p. 141-169, 2017.

ROUGIER, Claude Bourguignon; COLIN, Philippe; PASSARIN, Dalvino Veronese. **Do universal ao pluriversal**: questões e desafios do paradigma decolonial. *Revista X*, v. 16, n. 1, p. 148-158, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78171>. Acesso: 28 abr. 2023

ROVERE, E. L.L, O Brasil e a COP-21. In: VICENTE, M. (Org.). *Cadernos Adenauer xvii*, nº 2. **Mudanças climáticas**: o desafio do século. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2016, p 7-8.

SALLES, Helena Kuerten de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. **A Análise Crítica Do Discurso como Alternativa Teórico-metodológica Para os Estudos Organizacionais**: Um exemplo da análise do significado representacional. *Revista Organizações & Sociedade* - v. 26, n. 90, p. 414-434, jul./set., 2019.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. **Os estudos do discurso e nossas heranças**: Bakhtin, Pêcheux e Foucault. *Estudos Lingüísticos XXXV*, p. 181-190, 2006.

SATERÉ MAWÉ, Samela. **Povos indígenas e COP27, do racismo ambiental à luta por justiça climática**. Projeto Colabora, 2022. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods13/indigenas-cop27-do-racismo-ambiental-luta-justica-climatica/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SCANTIMBURGO, André. **O Desmonte da Agenda Ambiental no Governo Bolsonaro**. *Perspectivas*, São Paulo, v. 52, p. 103-117, jul./dez., 2018.

SEGATO, Rita Laura. **El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad**. Dossiê Cartografias Descoloniales de los Feminismos del Sur, *Rev. Estud. Fem.* 22 (2), Ago. 2014.

SHERWOOD-O'REGAN, Kera. **PRESS RELEASE**: Indigenous Peoples' Caucus Opening Statement. IIPFCC, 2021. Disponível em <http://www.iipfcc.org/blog/2021/11/3/press-release-indigenous-peoples-caucus-opening-statement>. Acesso em: 09 jan. 2023.

SILVA, Ana Paula Maielo; MACEDO, Guilherme Fenício Alves; MONIELLE, Ellen. **Retraçando Caminhos Já Percorridos?**: Um Olhar Pluriversal Sobre A Diplomacia Indígena Na América Latina. *Revista Monções, Dourados, MS*, V.11, Nº20, jan./jun. 2022.

SILVA, Caroline Fernanda Santos da. **Decolonialidade e estudos críticos do discurso: convergências para abordagens antirracistas no Brasil.** EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 118 – 130. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SILVA, Diogo Bacha e; VIEIRA, José Ribas. **Gênero e constitucionalismo: sobre a Lei de proteção às mulheres do Estado Plurinacional da Bolívia.** Rev. Estud. Fem., v. 27, n. 3, 2019.

Solva, Paulo Robério Ferreira Silva. **Da genealogia decolonial à pluriversalidade.** Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 18, n. 38, p. 89-111, 2022.

SILVEIRA, Jaqueline Patrícia; TALAMINI, Edson. **Os modelos estruturais do desenvolvimento e a perspectiva orientada ao ator: Uma reflexão teórica.** Revista Espacios, v. 37, n. 32, 2016.

SOARES, Dom Francisco Lima; CAMPOS, Paulo Renato; LOBÃO, Antonio Carlos A.; BOTELHO, Francisco; MORAES, Gustavo Inácio de; ALMEIDA, Manoel S. Moraes de.; LEITE, Marcel Guedes; SOUZA, Robson Sávio Reis; FATTORELLI, Maria Lucia; NASCIMENTO, Melillo Dinis de; ISMAEL, Ricardo. **As Eleições Nacionais 2022: Contexto, Dinâmica e Desafios.** Grupo de Análise de Conjuntura da CNBB Pe. Thierry Linard SJ, Março, 2022. Disponível em https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/03/AS-ELEICOES-NACIONAIS-2022-Contexto-Dinamica-e-Desafios_marco-de-2022-1.pdf. Acesso em 13 jan. 2023.

SOGUK, Nevzat. **Communication/Excommunication: Transversal Indigenous Diplomacies in Global Politics.** In: BEIER, J. Marshall. (Eds). *Indigenous Diplomacy.* New York: Palgrave Macmillan, 2009.

SORIA, Ana Sofía. **¿Qué les hacen las mujeres indígenas a las políticas feministas?.** Rev. Estud. Fem., v. 29, n. 3, 2021.

SOUZA, Oswaldo Braga de. **Maior bancada indígena da história enfrentará oposição ferrenha em novo Congresso.** Instituto Socioambiental, 2022. Disponível em <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/maior-bancada-indigena-da-historia-enfrentara-oposicao-ferrenha-em-novo>. Acesso em 18 jan. 2023.

SULTANA, Farhana. The unbearable heaviness of climate coloniality. *Political Geography*, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2022.102638>

SVAMPA, Maristella; VIALE, Enrique. **El colapso ecológico ya llegó: Una brújula para salir del (mal)desarrollo,** Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2020.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Lula é eleito novamente presidente da República do Brasil.** Outubro, 2022. Disponível em <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/lula-e-eleito-novamente-presidente-da-republica-do-brasil>. Acesso em: 11 jan. 2023.

UK COP26. **What did the UK Presidency aim to achieve at COP26?.** 2021. Disponível em <https://ukcop26.org/cop26-goals/>. Acesso em: 06 jan. 2023.

UN CLIMATE CHANGE NEWS. How indigenous people enrich climate action. 2022. Disponível em <https://unfccc.int/news/how-indigenous-peoples-enrich-climate-action>. Acesso em 18 mai. 2023.

UNFCC – UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **Conference of the Parties (COP)**. 2021. Disponível em: <https://unfccc.int/process/bodies/supreme-bodies/conference-of-the-parties-cop>. Acesso em: 10 maio 2021.

_____. **The Glasgow Climate Pact – Key Outcomes from COP26**. 2021a. Disponível em https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-glasgow-climate-pact-key-outcomes-from-cop26?gclid=Cj0KCQiAzeSdBhC4ARIsACj36uEdnS4WX2dtccwGNqK7Dq-xiH0uyZHkwUuH2YFP4uSyldFcgMgd1CwaAtRTEALw_wcB. Acesso em: 08 jan. 2023.

_____. **Background note: Process to strengthen the observer engagement in the UNFCCC**. 2022. Disponível em https://unfccc.int/sites/default/files/resource/background_note_process_to_strengthen_observer_engagement.pdf. Acesso em 03 jun. 2023.

_____. Non-governmental organization constituencies. 2011. **Disponível em** https://unfccc.int/files/parties_and_observers/ngo/application/pdf/constituencies_and_you.pdf. Acesso em 03 jun. 2023.

_____. **How to obtain observer status**. 2023. Disponível em <https://unfccc.int/process-and-meetings/parties-non-party-stakeholders/non-party-stakeholders/overview/how-to-obtain-observer-status>. Acesso em 29 mai. 2023.

_____. **What is the Kyoto Protocol?**. 2022a. Disponível em https://unfccc.int/kyoto_protocol. Acesso em set. 2022.

_____. **United Nations Framework Convention On Climate Change**. 1992. Disponível em <https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>. Acesso em set. 2022.

UNIVERSA. **Alice Pataxó**: quem é a jovem que está na COP26 e foi indicada por Malala. 2021. Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/11/02/alice-pataxo-a-jovem-indigena-que-esta-na-cop26-e-foi-indicada-por-malala.htm>. Acesso em: 09 jan. 2023

VAN DIJK, Teun A. **Discurso de poder**. São Paulo: Contexto, 2015.

VAN DIJK, Teun A. Semântica do discurso e ideologia. **In**: PEDRO, Emília R. (org.). *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, 1998, p. 105-168.

VAN Dijk, Teun A. **The Discourse-Knowledge Interface**. In G. Weiss, & R. Wodak (Eds.), 2003, *Critical Discourse Analysis*, p. 85-109.

VICK, Mariana. **Qual Brasil vai para a COP27, conferência do clima da ONU**. Nexo, 2022. Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2022/11/05/Qual-Brasil-vai-para-a-COP27-confer%C3%A2ncia-do-clima-da-ONU>. Acesso em: 12 jan. 2023.

VILELA, Rosana Brandão; RIBEIRO, Adenize; BATISTA, Nildo Alves. **Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo: Uma aplicação aos desafios do mestrado profissional em ensino na saúde.** *Millenium*, 2(11), 29-36, 2020.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad y colonialidad del poder.** Um pensamento y posicionamiento “outro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Org.). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más Allá del capitalismo global.* Bogotá: Siglo del HombreIesco-Pensar, 2007.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad:** Luchas (de)coloniales de nuestra época. Universidad Andina Simón Bolívar, Quito. Ediciones Abya-Yala, 2009.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina; SIQUEIRA, Rodrigo Espiuca dos Anjos. **Colonialidade, Mulher Indígena E Violência:** Reflexões contemporâneas. *Index Law Journals*, v. 3, n. 1, 2017.

WIGHT, Martin (ed.). **Diplomatic Investigations:** Essays in the Theory of International Politics. 1966. London: G. Allen.

WODAK, Ruth. Disorders of discourse. Harlow: Longman, Critical linguistics and critical discourse analysis. In: VERSCHUEREN, J. (Ed.). **Handbook of pragmatics.** Amsterdam: Benjamins, 1996, p. 207-210.

WODAK, Ruth. **Do que Trata a ACD – Um Resumo De Sua História, Conceitos Importantes e Seus Desenvolvimentos.** *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004.

WFP – WORLD FOOD PROGRAM. **Outcomes of the Climate Change Conference (COP25) – Overview.** Disponível em

<https://docs.wfp.org/api/documents/22331605ee2e4906946cf4eaedf1e8c6/download/>. Acesso em 26 mai. 2023.

WRI BRASIL. **COP 21: um momento histórico para o clima e para as cidades.**

Disponível em <https://wricidades.org/conteudo/cop-21-um-momento-historico-para-o-clima-e-para-cidades>. Acesso em 25 mai. 2023.

XAKRIABÁ, Célia. **Post no Instagram.** 2021. Disponível em

https://www.instagram.com/p/CV1AubtPsOx/?utm_source=ig_embed&utm_campaign=loading&__coig_restricted=1. Acesso em 19 jan. 2023.



Apêndice A – Quadro detalhado dos artigos selecionados

ID	AUTOR(A/ES)	TÍTULO	ANO	PALAVRAS-CHAVES	LINK	PERIÓDICO	RESULTADOS
1	Thaís Janaina Wenczenovic Rodrigo Espiuca dos Anjos Siqueira	Colonialidade, Mulher Indígena e Violência: Reflexões Contemporâneas	2017	Colonialidade; Comunidades Indígenas; Mulheres; Violência	https://indexlaw.org/index.php/revistamovimentosociais/article/view/1809	Index Law Journals	Abordagem política e social das comunidades indígenas na América Latina, assim como evidencia elementos acerca do conceito de violência e seus desdobramentos nas comunidades indígenas em relação à mulher.
2	Diogo Bacha e Silva José Ribas Vieira	Gênero e constitucionalismo: sobre a Lei de proteção às mulheres do Estado Plurinacional da Bolívia	2019	Feminismo Decolonial; Gênero; Constitucionalismo Latino-Americano; Lei De Proteção Às Mulheres; Constituição De 2009	https://www.scielo.br/j/ref/a/dPczYq6V7KtkNWzLCpyfcFH/?lang=pt	Revista Estudos Feministas	Discute as questões de gênero em sua vinculação com as questões culturais no contexto do Constitucionalismo latino-americano, destacando como o Estado Plurinacional da Bolívia lida com as desigualdades de gênero junto às mulheres originárias.

3	Priscila da Silva Nascimento Adan Richard Moreira Martins	A luta das mulheres no México e a perspectiva de um feminismo indígena: o caso das mulheres indígenas zapatistas	2016	Feminismo; Mulheres indígenas; Movimento zapatista	https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/artic/le/view/26200	Revista Artémis	Apresentou como se configura a luta empreendida pelas mulheres indígenas zapatistas e o modo como se posicionam frente ao movimento feminista em seu país. Assim como responderam a seguinte questão: é possível afirmar a existência de um feminismo indígena?
4	Ana Sofia Soria	¿Qué les hacen las mujeres indígenas a las políticas feministas?	2021	Mujeres Indígenas; Feminismos; Política; Argentina	https://www.scielo.br/j/r ef/a/7PW73XvJXTtrPW sDhPb7nMS/?lang=es	Revista Estudos Feministas	Determina que as mulheres indígenas insistem mais do que tudo em uma política de (des)identificação do que o senso comum dita e esconde em relação à cor e aos privilégios. Refere-se também ao nome "mulheres indígenas" ferir o que foi instituído para dar origem a outras genealogias, corpos, sexualidades e políticas.
5	Michel Duquesnoy	El deseo de identidad. Estigma, proceder político y resiliencia en las mujeres mapuche williche de la comuna de Puyehue, Chile	2017	Mujeres Mapuche Williche, Chile, Política, Cultura, Resiliencia Cultural Comunitaria	https://revistas.uniandes.edu.co/doi/epub/10.7440 /antipoda22.2015.04	Revista de Antropología y Arqueología	Tudo indica que as mulheres williche estão aproveitando a oportunidade para interferir nas lacunas abertas em seus sistemas de referência: o cultural próprio, no qual tomam sua visão de mundo, e o do dominador, do qual subtraem os métodos. Ao nível de uma eventual linha "feminista", é de notar que mesmo o próprio conceito gera uma desconfiança suspeita.

6	Aura Isabel Mora	Elvira Espejo: una mujer de resistencias y re-existencias en los Andes	2018	Resistencia, Reexistencia, <i>Ciencia De Las Mujeres</i> , Interculturalidad, Elvira Espejo Ayca.	http://nomadas.ucentral.edu.co/index.php/component/content/article/2491-tramas-contemporaneas-en-comunicacion-educacion-nomadas-49/procesos-de-creacion-49/1008-elvira-espejo-una-mujer-de-resistencias-y-re-existencias-en-los-andes	NÓMADAS	Apresenta a resistência e a re-existência de Elvira e seu processo de autodeterminação como pessoa e como povo. É desse auto-reconhecimento que pode surgir o reconhecimento do outro e de sua diferença, o que implica um posicionamento de sua própria identidade com dignidade. Elvira teve que resistir à discriminação, colonialidade, por isso denuncia os espaços elitistas do saber, reivindicando o saber andino e seu lugar na história da Bolívia e da América.
7	Juliana Cabral de O. Dutra Claudia Mayorga	Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política	2019	Movimentos de Mulheres Indígenas; Raça/Etnia; Gênero; Feminismo; Psicologia Social	https://www.scielo.br/j/pcp/a/TmkJTj6vTNMxpzhB3jhbPjK/?lang=pt	Psicologia: Ciência e Profissão	Expõe a necessidade buscar compreender as possibilidades múltiplas de narrativas, estratégias de lutas e realidades que termos como “movimentos de mulheres indígenas” e “organizações de mulheres indígenas” podem ocultar. Independente desta categorização, mulheres indígenas brasileiras estão falando sobre processos de desigualdade, a violência conjugal, a restrição das mulheres ao âmbito doméstico esvaziado de seu poder político, às violências que sofrem diante da sociedade não indígena, a invisibilização de suas pautas específicas e de seus movimentos de resistência, entre outros.

8	Luciana Ballestrin	Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano	2021	Feminismos Subalternos; Feminismos Latino-Americanos; Feminismo De(S)Colonial; Giro Decolonial	https://www.scielo.br/j/ref/a/WPTw4nyMwFQVLmBzhjHf8Jb/?lang=pt	Revista Estudos Feministas	Apesar da formação histórica colonial e violenta do Estado nacional, assim como da persistência das desigualdades estruturais, o regime político democrático fundamenta e importa para as lutas por justiça social e ambiental no continente. O feminismo, embora seja capaz de produzir relações de poder e desigualdades internas como todo o movimento social, não pode ser simplificado, rebaixado ou igualado ao colonialismo - um processo histórico violento de subjugação, eliminação e classificação de povos inteiros através dos séculos.
9	Rita Laura Segato	El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad	2014	Estado; Capital; Mujeres Indígenas; Patriarcado; Sexualidad; Normas; Colonialidad	https://www.scielo.br/j/ref/a/VXwhTGTqySw5YR77FTpcTrN/?lang=es	Revista Estudos Feministas	Apresentou que ao contrário do que afirmam outros autores também críticos da colonialidade, o gênero parece existir nas sociedades pré-coloniais, mas o faz de maneira diferente da modernidade. Quando essa modernidade colonial se aproxima do gênero da aldeia, ela o modifica perigosamente, intervém em sua estrutura de relações, as capta e reorganiza a partir de dentro, mantendo a aparência de continuidade, mas transformando os significados.



Apêndice B – Gráficos com resultados da revisão em relação à temática Colonialidade de Gênero na América Latina

Quadro 01 - Seleção de Estudos

Diagrama de Seleção de Estudos: Mulheres Indígenas e Colonialidade de Gênero na América Latina

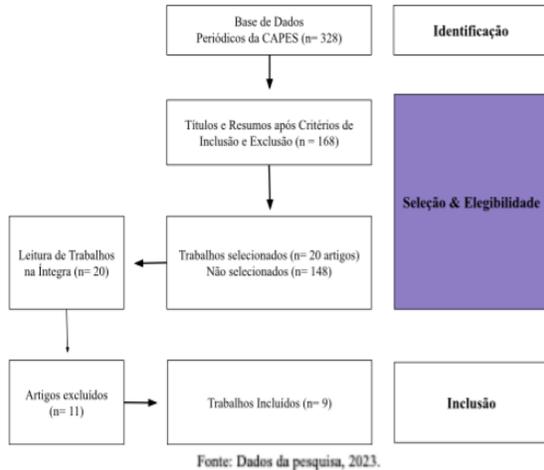
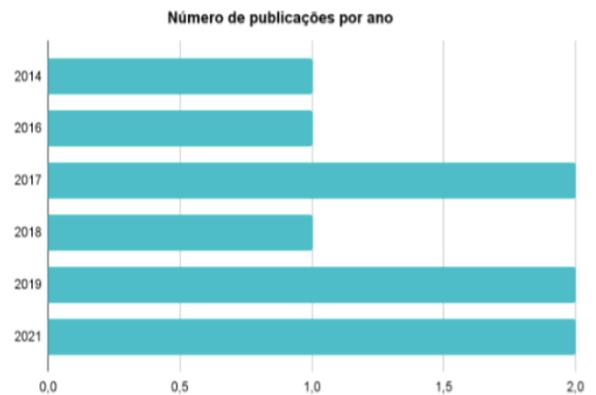


Gráfico 01 – Publicações por ano



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Palavras-chave utilizadas nos artigos selecionados

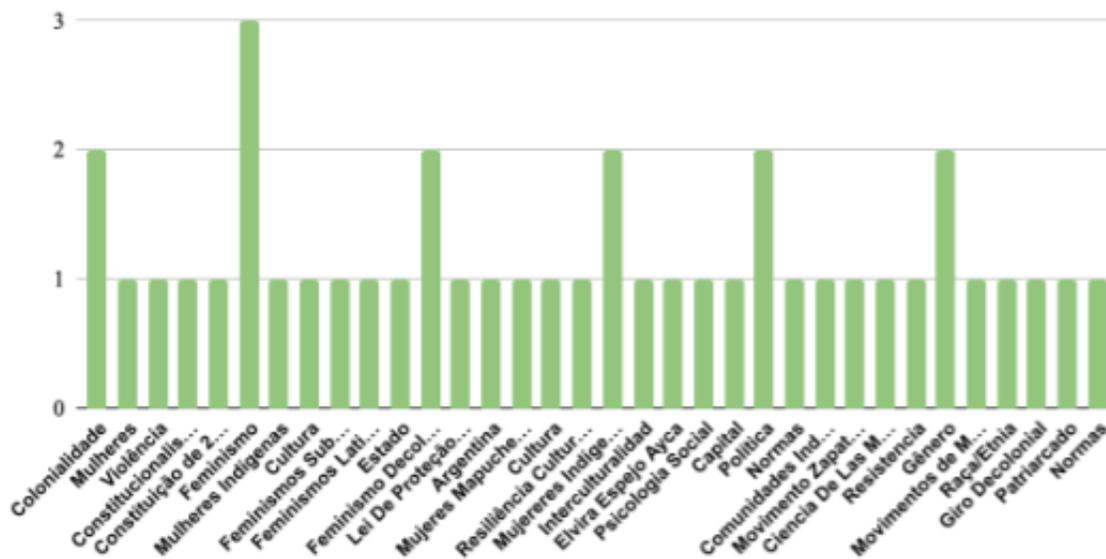
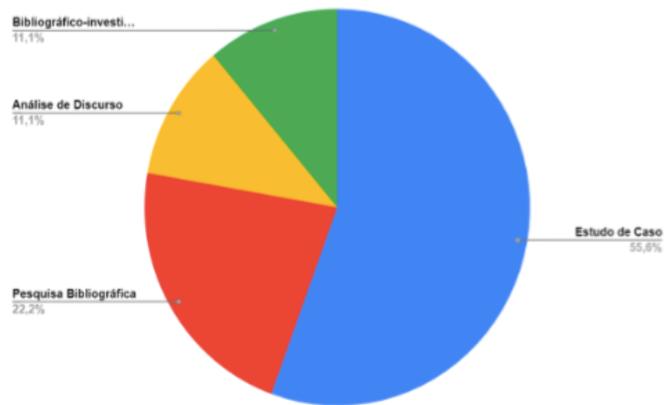




Gráfico 03 – Metodologia utilizada nos artigos selecionados



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.



Apêndice C – Relatórios publicados pelo IPCC de 1990 até 2023

Quadro com referência nos relatórios publicados pelo IPCC, encontrados em na aba de *reports* no site oficial. <https://www.ipcc.ch/reports/>. Acesso em: 9 maio 2023.

ID	Nome	Tipo	Data de Publicação
01	FAR Climate Change: Synthesis	Relatório Síntese	Março, 1990
02	FAR Climate Change: Scientific Assessment of Climate Change	Relatório de Grupo de Trabalho	Junho, 1990
03	FAR Climate Change: Impacts Assessment of Climate Change	Relatório de Grupo de Trabalho	Julho, 1990
04	FAR Climate Change: The IPCC Response Strategies	Relatório de Grupo de Trabalho	Outubro, 1990
05	Climate Change: The IPCC 1990 and 1992 Assessments	Relatório	Abril, 1992
06	Climate Change 1992: The Supplementary Report to the IPCC impacts Assessment	Relatório	Junho, 1992
07	IPCC Technical Guidelines for Assessing Climate Change Impacts and Adaptations	Relatório Especial	Março, 1994
08	Climate Change 1994: Radiative Forcing of Climate Change and An Evaluation of the IPCC IS92 Emission Scenarios	Relatório Especial	Março, 1994
09	1994 IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories	Relatório Metodológico	Maior, 1994
10	IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories	Relatório Metodológico	Novembro, 1994
11	SAR Climate Change 1995: The Science of Climate Change	Relatório de Grupo de Trabalho	Fevereiro, 1995
12	SAR Climate Change 1995: Impacts, Adaptations and Mitigation of Climate Change: Scientific-Technical Analyses	Relatório de Grupo de Trabalho	Julho, 1995
13	SAR Climate Change 1995: Economic and Social Dimensions of Climate Change	Relatório de Grupo de Trabalho	Julho, 1995
14	SAR Climate Change 1995: Synthesis Report	Relatório Síntese	Outubro, 1995
15	Revised 1996 IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories	Relatório Metodológico	Setembro, 1996

16	The Regional Impacts of Climate Change: An Assessment of Vulnerability	Relatório Especial	Março, 1997
17	Aviation and the Global Atmosphere	Relatório Especial	Março, 1999
18	Emissions Scenarios	Relatório Especial	Março, 2000
19	Land Use, Land-Use Change, and Forestry	Relatório Especial	Março, 2000
20	Methodological and Technological Issues in Technology Transfer	Relatórios Especial	Março, 2000
21	TAR Climate Change 2001: The Scientific Basis	Relatório de Grupo de Trabalho	Janeiro, 2001
22	TAR Climate Change 2001: Impacts, Adaptation, and Vulnerability	Relatório de Grupo de Trabalho	Maior, 2001
23	TAR Climate Change 2001: Mitigation	Relatório de Grupo de Trabalho	Julho, 2001
24	TAR Climate Change 2001: Synthesis Report	Relatório Síntese	Outubro, 2001
25	Carbon Dioxide Capture and Storage	Relatório Especial	Março, 2005
26	Safeguarding the Ozone Layer and the Global Climate System	Relatório Especial	Março, 2005
27	2006 IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories	Relatório Metodológico	Abril, 2006
28	AR4 Climate Change 2007: Mitigation of Climate Change	Relatório de Grupo de Trabalho	Junho, 2007
29	AR4 Climate Change 2007: The Physical Science Basis	Relatório de Grupo de Trabalho	Junho, 2007
30	AR4 Climate Change 2007: Impacts, Adaptation, and Vulnerability	Relatório de Grupo de Trabalho	Julho, 2007
31	Renewable Energy Sources and Climate Change Mitigation	Relatório Especial	Abril, 2011
32	Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation	Relatório Especial	Março, 2012
33	AR5 Climate Change 2013: The Physical Science Basis	Relatório de Grupo de Trabalho	Setembro, 2013
34	AR5 Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability	Relatório de Grupo de Trabalho	Março, 2014
35	AR5 Climate Change 2014: Mitigation of Climate Change	Relatório de Grupo de Trabalho	Abril, 2014

36	AR5 Synthesis Report: Climate Change 2014	Relatório Síntese	Outubro, 2014
37	Global Warming of 1.5C	Relatório Especial	Outubro, 2018
38	2019 Refinement to the 2006 IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories	Relatório Metodológico	Maior, 2019
39	Climate Change and Land	Relatório Especial	Agosto, 2019
40	The Ocean and Cryosphere in a Changing Climate	Relatório Especial	Setembro, 2019
41	Methodology Report on Short-lived Climate Forcers	Relatório Metodológico	Junho, 2020
42	AR6 Climate Change 2021: The Physical Science Basis	Relatório	Agosto, 2021
43	AR6 Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability	Relatório de Grupo de Trabalho	Fevereiro, 2022
44	AR6 Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change	Relatório	Abril, 2022



Apêndice D – Sessões das COPs ao longo dos anos

Quadro feito através de informações acerca da COP, disponibilizadas em <https://unfccc.int/process/bodies/supreme-bodies/conference-of-the-parties-cop>. Acesso: 26 mai. 2023.

ANO	LOCAL	SESSÃO
1997	Kyoto, Japão	COP 3
1998	Buenos Aires Argentina	COP 4
1999	Bonn, Alemanha	COP 5
2000	Haia, Holanda	COP 6
2001	Bonn, Alemanha	COP 6,5
2001	Marraxexe, Marrocos	COP 7
2002	Nova Deli, Índia	COP 8
2003	Milão, Itália	COP 9
2004	Buenos Aires, Argentina	COP 10
2005	Montreal, Canadá	COP 11
2006	Nairobi, Quênia	COP 12
2007	Bali, Indonésia	COP 13
2008	Poznan, Polônia	COP 14
2009	Copenhague, Dinamarca	COP 15
2010	Cancun, México	COP 16
2011	Durban, África do Sul	COP 17
2012	Doha, Catar	COP 18
2013	Varsóvia, Polônia	COP 19
2014	Lima, Peru	COP 20
2015	Paris, França	COP 21
2016	Marraxexe, Marrocos	COP 22
2017	Bonn, Alemanha	COP 23
2018	Katowice, Polônia	COP 24
2019	Madrid, Espanha	COP 25
2021	Glasgow, Reino Unido	COP 26
2022	Sharm el-Sheikh, Egito	COP 27



Apêndice E – Perguntas que guiaram as entrevistas semiestruturada realizada nas COP26 e COP27

1. Para você e sua comunidade, o que a COP significa?
2. Como os povos, especialmente mulheres indígenas, se articulam na COP para alcançar seus objetivos?
3. Quais foram os principais desafios na COP? Desde a saída da sua comunidade até a sua chegada aqui.
4. Quais foram as estratégias que foram usadas para que as demandas de mulheres indígenas fossem colocadas como centrais na COP?
5. Como os ensinamentos e saberes de mulheres indígenas podem ajudar no debate e ações climáticas?
6. Você consegue identificar a COP como um lugar de tensões ou possibilidades nas pautas trazidas por mulheres indígenas?
7. Com esse momento de transição do governo, como se dá a relação do seu povo com os representantes dos governos federal/estadual até o momento da COP27? Há tensões? Existe um espaço para parcerias?

Apêndice F – Transcrição das entrevistas das mulheres indígenas na íntegra

COP26:

MII / Povo: Munduruku / Data da entrevista: 05/11/21

Para você/sua comunidade, o que a COP significa? A COP representa pra mim, na verdade, eu penso mais que seja um espaço para os tomadores de decisão trabalharem financeiramente, porém a gente vem ocupando esse espaço dando uma outra frente nisso e fazendo com que as vozes, principalmente da juventude e das mulheres dos territórios sejam ouvidas. Muito do que é tratado aqui dentro do espaço da COP tem muito a ver com nossa realidade, mas que muitas vezes não é levado em consideração na hora de aprovar qualquer lei ou projeto que seja debatido aqui. Então a gente precisa tá ocupando porque nossas vozes precisam ser ouvidas e nossas realidades precisam ser mostradas. Não é um espaço tão acessível quanto deveria ser, principalmente se tratando das populações tradicionais. A gente que vem pela primeira vez sente uma dificuldade muito grande de ter acesso a esse espaço, começando pelas credenciais e pela moeda que é muito cara, se torna muito difícil que tenha atuação dentro desse espaço. Com a ajuda de muitas organizações a gente vem quebrando um pouco disso, porque hoje a COP tem vários representantes indígenas, quilombolas, pessoas pretas, então já deu uma mudança nesse cenário que antes não era tão assim. A gente vem quebrando tudo isso, vem ocupando, vem sendo resistência até aqui nesse espaço onde as vidas deveriam estar acima de tudo, de todas as negociações feitas aqui dentro.

Como os povos, especialmente mulheres indígenas, se articulam na COP para alcançar seus objetivos? Falando da minha realidade, a gente vem buscando ocupar esses espaços sim porque é muito difícil chegar até aqui, é muito difícil ver uma mulher indígena tendo informações que a façam entender qual é todo processo que a gente vive, principalmente no contexto global que a gente se encontra. Então, ter mulheres indígenas aqui que representam não só suas próprias comunidades, mas trazendo a voz do que tá acontecendo no Brasil é muito fundamental. A gente vem falando da nossa realidade, vem falando do que tá acontecendo nos nossos territórios, com nossos corpos, então que cada vez mais mulheres indígenas possam tá ocupando esses espaços, trabalhando com essas temáticas que nos atingem e ter uma representatividade mesmo, porque nada melhor do que ter nossas pautas faladas por nós mesmas. A gente tem se articulado, procurado apoio com organizações que são apoiadores da causa indígena e que, mais do que isso, sabe que

essa luta não é só nossa e que deve ser de todas as pessoas, então começar a ajudar nos colocando aqui dentro já é um grande avanço também.

Como os ensinamentos e saberes de mulheres indígenas podem ajudar no debate e ações climáticas? A gente costuma falar que nossa cura vem da terra, então se algo não tá fluindo tão bem dentro do nosso território, vai afetar a gente que depende dos nossos rios, das florestas e nosso alimento vem diretamente de lá. Nós, mulheres indígenas, costumamos falar que a nossa ancestralidade vai ser a cura da terra, ou seja, se alguma coisa não tá fluindo tão bem dentro do nosso território e se continuar sendo invadido como tá, quem sofre as consequências somos nós, as populações que tão localizadas dentro desses conflitos, os nossos direitos que tão sendo violados. Porque não garantir de fato direitos que já são garantidos, mas que hoje sofrem um grande retrocesso. Nosso modo de viver, de respeitar os lugares sagrados, tudo isso influencia muito. Os nossos antepassados e lideranças mais antigas sempre traz esse contexto de que respeitando nosso território, nosso lugar sagrado, é como vamos alcançar um equilíbrio tanto na questão climática quanto nas questões espirituais das pessoas que aí estão envolvidas. Nosso território precisa de respeito, muito do que tá acontecendo no meu território tem sido causado porque nossas urnas sagradas estão sendo retiradas dos seus lugares sagrados, o nosso Pajé fala que tirando essas urnas de lá vai sofrer um grande impacto tanto na nossa alimentação que vai ficar mais escassas, os rios vão sendo afetados por mais enchentes por conta disso. E isso tá sendo causado pelo trabalho do homem como o garimpo ilegal, a gente tem um embate muito forte com isso porque faz escavação nos nossos territórios, onde os garimpeiros tão tirando essas peças e vendendo de qualquer forma sem saber qual a real importância pra gente. Falta esse respeito com as nossas tradições, até o próprio desmatamento que é ocasionado pelos grandes madeireiros ilegais tem atingido e desrespeitando o nosso modo de vida que a gente já tem, sem nenhuma preocupação e não sabe qual é a consequência que isso vai trazer pra eles também, não só pra gente que vive localmente. Os nossos sagrados tão sendo muito afetados, nossas plantas medicinais tão sendo muito afetadas, muita das espécies que a gente encontrava hoje em dia não é possível encontrar, então a própria ciência também não tem um total do conhecimento que a gente tem dentro das nossas florestas. Tudo isso vem sendo impactado pela ganância do homem e grandes projetos que vão afetar nossas vidas diretamente. Hoje, infelizmente, no Brasil, nossa realidade enquanto mulheres indígenas que vivem e dependem do território não é levado tanto em consideração. Falta políticas públicas pra gente, que vai atender nossas necessidades, principalmente, se falando da segurança da nossa

saúde, tanto física como mental. A gente não vê nenhum projeto voltado pra isso, principalmente, governamental. Não tão preocupados em atender as necessidades que as mulheres passam no território, quais são os tipos de violência, então somos nós, mulheres, que estamos nesses espaços não indígenas, aprendendo e repassando pra elas, porque nós somos conhecedoras dos nossos direitos, mas também repassamos pra elas que estão na base. Somos nós por nós. Falta muita assistência ainda. Hoje em dia a gente não tem uma casa de assistência a mulher, não temos uma casa pra atender os partos dessas mulheres que, muitas vezes, saem do seu território e vão pra uma cidade, correndo risco de vida. Falta muita coisa ainda pra ter um olhar mais atencioso pra essas mulheres. Na própria questão da educação também. E se tudo isso fosse diferente?

MI2 / Coordenadora de Projetos da COIAB / Data da Entrevista: 05/11/21

Para você/sua comunidade, o que a COP significa? A COP é uma oportunidade pra gente tá se alinhando. Pra gente justamente saber as discussões e o que tá acontecendo no mundo. E como enfrentar também isso; como dialogar essas questões todas que são trazidas pra COP: Como é que a gente pode incidir nessas discussões? Como a gente pode não só acompanhar, mas de fato participar ativamente com propostas? Além disso, também conhecer as propostas que os governos trazem pra essas grandes reuniões. E a gente analisar o que tá avançando ou não avançando. A gente denunciar todos os descasos que, principalmente, o nosso governo tem em relação aos povos indígenas, como um desses que a gente apresentou sobre os incêndios ilegais dentro da Amazônia. Então, é uma forma também da gente usar o espaço como um espaço de denúncia e existem vários tipos de incidência nesses casos. Aqui são tomadas decisões que impactam de uma forma ou positiva ou negativa dentro dos nossos territórios, é importante que a gente esteja ocupando esses espaços justamente pra evitar que decisões que a gente, infelizmente, não sabe, porque lá dentro das nossas aldeias a gente não sabe o que acontece. É importante que tenha pessoas aqui acompanhando, participando e incidindo pra evitar que qualquer decisão seja tomada sem o conhecimento dos povos indígenas é o que tem acontecido na maior parte do tempo. Aqui o pessoal vem só reafirmar o que já negociam antes. A grande preocupação é justamente essa: a gente não tem observado a participação dos povos indígenas nessa questão das discussões da COP. A gente não pode ficar de fora! Nós somos parte da COP, nós somos centro. Tudo que é decidido em relação à economia, aos compromissos que os governos fazem, sobre os mecanismos de financiamento,

eles tão relacionados de forma direta com os nossos territórios. Então, a gente precisa tá aqui presente pra fazer essas incidências!

Como os povos, especialmente mulheres indígenas, se articulam na COP para alcançar seus objetivos? Nós temos uma articulação que tem que ser construída bem antes da COP. A gente tem tido uma preocupação maior de preparação, inclusive, com formações, com capacitações, sobre os temas que são discutidos aqui na COP, ou seja, as lideranças que vem pra COP devem vir com informações suficientes pra que elas consigam fazer esse papel de incidência positiva. Nesse momento, a gente já articula através de uma rede a nível da Amazônia, em cada estado tem uma organização que representa os povos (COIAB) daquele estado e ligada a essa organização existem várias outras organizações também. Então já trazemos pessoas de cada estado ou um ou três representantes pra participar dessas discussões. E nós estamos ligados direto a COICA e a APIB, então existe toda uma articulação e mobilização dos povos indígenas pra que a gente venha e consiga participar de forma efetiva.

Como os ensinamentos e saberes de mulheres indígenas podem ajudar no debate e ações climáticas? Por exemplo, uma das soluções que a gente traz é esse conhecimento em relação ao fogo. A gente tem um conhecimento milenar de controle e manejo sob o fogo, que é o fogo bom que a gente chama. E que a gente necessita pra viver. Mas sobre o fogo que é cometido ilegalmente, a gente não tem esse controle, até porque são queimadas grandes e a gente não tem como combater isso. Através das nossas experiências, a gente consegue trazer soluções como essas que a gente apresentou e como é que o Estado deve atuar dentro dos territórios pra evitar que todo ano a Amazônia queime. São também políticas públicas porque nós fazemos a nossa parte e o mundo precisa saber disso e conhecer e ter mudanças de atitude. A gente tá vendo que só nós a gente não vai conseguir fazer porque a gente continua fazendo, mas o mundo precisa ter mudanças de atitude e precisa conhecer as experiências que a gente traz.

Você acha que dentro das instâncias da COP os povos indígenas vão ter alguma centralidade no processo de tomada de decisão? A gente tem avançado nessa questão da COP. Nós temos o CAUCUS indígena, que é justamente um fórum indígena onde a gente discute o que é discutido na COP, justamente pra gente tentar incidir de alguma forma. Pra considerar ou então pra denunciar as atitudes das Partes em relação ao que é discutido. Uma coisa interessante é que através desse fórum foi criado a plataforma de conhecimento tradicionais de povos indígenas e comunidades tradicionais. Isso já é um ponto positivo inclusive que a gente já conseguiu dentro da COP pra

gente tentar acompanhar todas essas discussões. O ruim é que os governos que fazem parte das discussões climáticas, as partes que fazem parte das Partes, eles precisam ser penalizados porque eles criam as resoluções e metas e não cumprem nada.

MI3 / Povo: Paíter Suruí / Data da Entrevista: 08/11/21

Para você/sua comunidade, o que a COP significa? A gente trabalha com a questão climática há muito tempo, milenarmente os povos indígenas trabalham com isso. Desde que a gente é gente, a gente fala da proteção da floresta, a gente fala da importância do respeito a floresta e de manter ela em pé, porque senão a gente não vai ter mais planeta. Isso aí é uma fala de sempre que os povos indígenas têm, de harmonia com a natureza, de soluções sustentáveis, só que nem sempre a gente teve empoderado disso. É muito fácil falar, a gente sabe que a gente protege a natureza, mas a gente não sabe que isso talvez tava influenciando nessa coisa chamada COP. A gente não tava empoderado desses termos. É diferente falar disso e falar de NDC, por exemplo. E é isso aqui, esse espaço de discussão que ainda é muito segregado. Falar de mudança climática ainda não é falar pra todo mundo. E aí uma coisa que eu bato sempre na tecla é exatamente isso: a gente fazer esse discurso ser mais acessível pra todos, porque quem tá sendo afetado são as pessoas, principalmente os mais vulneráveis, não só os povos indígenas, mas a população que vive na favela, povo preto. Essa discussão tá chegando lá? Tá chegando nesses territórios? Como as pessoas vão saber a importância da COP pra isso, entendeu. A gente sabe a importância da nossa luta. A gente sabe a importância de ter a floresta em pé. A gente sabe que isso tá afetando o clima porque a gente tá sentindo as consequências dentro do nosso território. Só que dizer que a gente sabe a importância dessa conferência pra tudo isso, eu não sei, mas isso é uma coisa que a gente tá trabalhando mas principalmente eu com o movimento da juventude, tô tentando levar isso pra dentro da comunidade. a gente fez algumas formações dentro da minha terra indígena pra falar sobre a situação climática e pra nos empoderar exatamente dessas temáticas. Quando a gente falar, saber o que é mudança climática, NDC, acordo de Paris e começar a acessar cada vez mais esses espaços que são segregados sim, que são difíceis pra gente entrar, pra gente tá participando, pra gente conseguir credencial, e que a verdade é que a gente ainda não tá participando da decisão porque as salas de decisão daqui da COP não tem a presença dos povos indígenas. A gente realmente tá participando disso?

Quais foram os principais desafios na COP? Desde a saída da sua comunidade até a sua chegada aqui. Recurso, principalmente. Não dá pra falar que isso não é uma coisa que afeta ou influencia, porque influencia muito. Pra gente tá aqui, a gente precisou falar com muita gente, com um monte de parceiro, porque é um lugar muito caro, principalmente com a crise econômica que o Brasil tá sofrendo, nosso dinheiro não vale nada aqui. E a gente que já não tem dinheiro, ainda é mais difícil. Então a questão do recurso foi muito difícil pra levantar e conseguir. Teve liderança indígena que tá aqui agora que foi no dia 1, início da COP, que me mandaram mensagem dizendo "eu preciso de ajuda". Não tem lugar pra ficar (...) porque tem condições de ficar em Glasgow, mesmo com a ajuda de parceiros, não é suficiente. A dificuldade é desde lá do começo e continua até agora. Credencial: eu fui discursar na abertura da COP e eu não tinha credencial pra primeira semana, quase que eu não ia conseguir nem entrar pra fazer o discurso de abertura. Graças a essas pessoas que acreditam na luta é porque a gente tá aqui. Tem parente que a gente encontrou aqui que não entrou na Blue Zone, não conseguiu credencial e aí ficou fazendo trabalhos fora e na green zone. Tem gente que só conseguiu credencial pra primeira semana. Esse espaço que a gente não deveria ter que implorar ou pedir dos parceiros, deveria ser oferecido, eu acredito nisso, pelas próprias Nações Unidas pra gente tá aqui participando e falando o que a gente tá passando. Como eles tão falando de mudança climática sem os povos indígenas estarem presentes? Sem o povo quilombola tá presente? Sem as populações mais vulneráveis, que estão sofrendo com essas consequências, estarem presentes? Ainda sim a gente tem que se virar nos 30 pra tá aqui. Eu não vi nenhum seringueiro aqui, não vi nenhum ribeirinho, que são povos da floresta. Não vi nenhum extrativista aqui. Cadê essas pessoas? Que também tão na luta do combate às mudanças climáticas. onde que elas estão?

Como os povos, especialmente mulheres indígenas, se articulam na COP para alcançar seus objetivos? Eu admiro muito essas mulheres, porque eu acho que as mulheres tão dando um show, mostrando muito mais que os homens e você pode ver que as mulheres indígenas aparecem muito mais, falando muito mais, mostrando a força da mulher indígena. E como diria essas grandes mulheres: a cura da terra passa pelas mulheres indígenas. A gente tá trazendo isso também, se articulando e mostrando isso. Quem tá sofrendo mais com as consequências das mudanças climática senão, principalmente, as mulheres indígenas? A APIB trouxe várias indígenas de vários cantos do Brasil e principalmente mulheres. Isso não foi um acaso, trazer mais mulheres. Não foi

um acaso, foi pensado porque a gente sabe a importância dessas mulheres e a gente sabe a força da mulher.

Como os ensinamentos e saberes de mulheres indígenas podem ajudar no debate e ações climáticas? Quais foram as estratégias que foram usadas para que as demandas de mulheres indígenas fossem colocadas como centrais na COP? As estratégias, independente da gente tá entrando ou não, é ocupar esses espaços. Por isso que a APIB veio com essa delegação, mais de 40 indígenas, principalmente mulheres pra tá aqui ocupando esses espaços, tentando se articular, falando com ministro de outros países, falando com organizações parceiras. O governo brasileiro não vai nos escutar? mais alguém vai. Mostrando pra essas pessoas a importância da gente nessa discussão, tão a gente tá fazendo essas ponte. Por exemplo, hoje de manhã cedo eu tive uma conversa com o ministro da Holanda, eles tão montando uma legislação pra fala sobre mercadoria com os países e aí a gente colocou lá a importância de ser um pré-requisito o respeito aos povos indígenas. Se não for respeitado, que não se compre do Brasil. Se aquele produto é derivado da destruição da floresta, que eles boicotem mesmo. Porque o Brasil não tá preocupado como meio ambiente, ele tá preocupado com o lucro. É assim que ele vai ter que aprender também. E aí uma das nossas estratégias é isso: fazer pontes com outros atores internacionais que agora tão se mostrando mais preocupados com a pauta climática, porque o mundo tá se preocupando mais com a pauta climática e a gente precisa aproveitar esse momento pra falar dessas pessoas. E é isso que a gente tá fazendo! Assim como a COP também é um espaço de conexão, eu to aqui te conhecendo agora. A gente precisa fazer isso, juntar os movimentos porque juntos somos mais fortes. Além da gente tá se juntando com outros ativistas, a gente tá conhecendo outras organizações que apoiam nossa causa. A visibilidade do meu discurso foi boa porque muita gente se colocou “como é que eu posso ajudar aí?”. Isso também é bom, isso também é uma estratégia de visibilidade e denúncia do que tá acontecendo. Para colocar em evidência as vozes das mulheres indígenas, sinceramente, a gente vai ter que lutar muito. A gente vai ter que lutar porque é o que eu falei: foi muito importante a minha fala na abertura da COP, mas a gente tá em 2021 e eu fui a primeira e única indígena brasileira a discursar na COP. Será que a gente não tá muito atrasado, né? Será que isso já não foi tarde demais? Claro que foi muito importante que eu alcancei esse espaço que eu sei que muitos não alcançaram e talvez não vão alcançar, mas eu acho que também isso é um jeito de levar as vozes das mulheres indígenas, colocar isso em evidência e tá aqui denunciando. Eu fiz um protesto aqui sobre a questão do Obama, depois eu fiz uma entrevista e a

pessoa me perguntou aqui “o que você tá achando da COP? você concorda com a greta que tá sendo realmente um fracasso”; eu falei eu concordo que tá meio fracassado e que é muito greenwashing - “por que você continua aqui? por que você acha que vale a pena continuar aqui?” Eu falei pra denunciar exatamente o que tá acontecendo, eu preciso tá aqui pra falar isso. Eu ainda to aqui falando com um monte de gente, denunciando o que tá acontecendo na própria COP e o que tá acontecendo no meu território, levando a voz das mulheres indígenas. Hoje a gente utiliza também as nossas mídias sociais que levam as vozes das mulheres indígenas pra outros lugares, que hoje é um meio de denúncia. A gente tá lutando com outras armas e a mídia é uma delas. Hoje os povos indígenas são grandes comunicadores. A gente tá pressionando de vários jeitos também. Qual a importância do empoderamento nessas questões. Qual a importância da gente saber o que é COP, o que é Nações Unidas? Hoje a gente já sabe quais são os mecanismos que a ONU tem. Hoje a gente leva nossas pautas pra esses mecanismos. Hoje a gente denuncia nos tribunais internacionais, a gente utiliza outros mecanismos que a ONU tem pra fazer denúncia e levar nossa voz também, porque a gente sempre tenta empoderar e colocar em evidência a voz das mulheres e levando pra esses espaços.

Algo mais? É muito importante nós mulheres estarmos aqui, exatamente porque somos as principais personagens que estamos sofrendo com as causas e consequências climáticas, mas não só sofrendo, lutando mesmo. A gente que tá nessa linha de frente contra as mudanças climáticas são as mulheres, não só aqui, mas dentro dos territórios também. Nem os homens tão fazendo isso, porque a gente tá aqui dando a cara a tapa pelo futuro de todo mundo, pelo futuro do planeta. Eu acho que isso tá mostrando a força e o empoderamento das mulheres mesmo e como a gente tem essa sabedoria, que só a mulher tem.

MI4 / Povo: Paíter Suruí / Data da entrevista: 08/11/21

Para você/sua comunidade, o que a COP significa? A COP é um momento, deveria ser um espaço que todo mundo deveria ser ouvido. É um lugar onde tem várias pessoas do mundo, várias pessoas que têm poder e autoridade pra fazer alguma coisa e essas pessoas deveriam ou quem organiza a COP dar voz, não só para os povos indígenas, mas para os povos originários em geral. Eu acredito que hoje, como você disse, não é o que ocorre, mas a COP poderia ser um momento muito mais importante e não com soluções falsas, mas com soluções mais concretas. Hoje, o que acontece, eu to aqui como comunicação. Esses espaços que a gente não consegue entrar, o que que

a gente quer, a gente mostra sob o nosso olhar as nossas conquistas para o mundo através das redes sociais, através das entrevistas que a gente dá, tentando dar visibilidade pros povos indígenas. Na marcha que aconteceu do FFF, pode perceber que teve um foco ali pra juventude, os povos indígenas tavam lá. Se não fosse nós comunicando que os povos indígenas tavam nessa marcha, nas redes sociais ou nos jornais isso não tava acontecendo. Se a ONU, se a maioria que discursa que os povos indígenas são os protetores., que é importante ter os povos indígenas na frente das decisões, isso não acontece diretamente. Então poderia ser muito melhor e mais proveitoso e soluções muito mais reais dentro da COP hoje se os povos indígenas fossem ouvidos. De fato, não apenas em belos discursos.

Como os povos, especialmente mulheres indígenas, se articulam na COP para alcançar seus objetivos? A gente veio com uma delegação de mulheres, lideranças indígenas muito forte do Brasil. Elas conquistando alguns espaços aqui dentro em pequenos pavilhões, encontrando algumas pessoas, elas mostram de fato a realidade do que acontece e não tem vergonha ou medo de falar sobre. Por exemplo, a Txai, a minha irmã, mulher indígena, jovem, teve oportunidade de falar na abertura da COP e trouxe a realidade do que a gente passa no Brasil, sem medo do que as pessoas possam falar ou intimidar ela. Então, as mulheres hoje tão tomando um papel na frente muito importante, tomando um espaço que deveriam sempre ser elas.

Quais foram os principais desafios na COP? Desde a saída da sua comunidade até a sua chegada aqui. As portas se abriram pra isso a partir do Mídia Ninja, que é onde eu to fazendo parte da equipe. Eu vim e cada coisa foi por alguém: a credencia foi por uma organização, o recurso veio por outro, a passagem veio por outro, a hospedagem veio por outro. Foi muito difícil, até uma semana antes de vir eu não tinha nada certo se ia vir ou não, mas a dificuldade é essa, financeiramente, logística. É muito longe. A gente sai das nossas aldeias pra tá aqui num país que a gente nem e a gente não tá acostumada com esse frio, nem roupa eu tinha pra enfrentar isso. Com os amigos que a gente vai encontrando aí na luta, com as pessoas que simpatizam com a nossa luta, ajudaram bastante pra eu tá aqui. Foi complicado!

Como os ensinamentos e saberes de mulheres indígenas podem ajudar no debate e ações climáticas? Quais foram as estratégias que foram usadas para que as demandas de mulheres indígenas fossem colocadas como centrais na COP? A nossa delegação veio com uma campanha, falar sobre mudanças climáticas sem falar sobre povos indígenas não tem como. A gente veio com uma campanha de demarcação, porque quando a gente tem nossas terras demarcadas a

gente tem um território a que preservar, um território nosso. E também falar sobre a realidade dos povos em si, é sobre grilagem, desmatamento, garimpo, porque as terras indígenas enfrentam isso hoje. Então a gente tenta proteger e no final o governo diz que não tá acontecendo nada. A gente veio mostrar a realidade do que tá acontecendo dentro dos territórios indígenas. Uma das lideranças que veio foi o Krenak. A barragem de Mariana, o povo Krenak sofreram muito com isso e vai completar não sei quantos anos que isso não foi resolvido então eles estão aqui pra denunciar isso. O povo xokleng tá aqui com o marco temporal. É muito bonito o discurso que os povos indígenas são protetores e devem ser ouvidos, mas você chega no Brasil e não ver isso. Você vê política públicas tudo ao contrário do que eles dizem aqui na COP. São políticas anti indigenistas, são políticas que querem destruir os povos indígenas, porque o marco temporal é uma política que é pra destruir os povos indígenas, que é pra destruir nossas vidas, nossos territórios, nossa cultura. É muito bonito o discurso aqui, mas quando vê chega na realidade a realidade não é essa. Eu acho que hoje o nosso ponto aqui é demarcação, antipolíticas indigenistas e trazer as realidades dos povos indígenas. Eu acho que os povos indígenas são as florestas. Não somos apenas guardiões, somos a floresta. A nossa cultura, a nossa vivência e quem somos vem da terra, de onde estamos, a que pertencemos. É através de sentir, ouvir e se comunicar com a floresta que a gente pode escutá-la e saber o que é melhor pra ela. Essa conexão que os povos indígenas que a ancestralidade trouxe pra gente, das mulheres ancestrais é muito forte, porque a gente escuta, a gente sente e a gente vive a floresta. É a partir daí que a gente consegue ter estratégias e mudar o futuro do planeta, por que a gente não tem 30 anos pela frente. Tem que começar agora, tem que mudar agora. A gente sempre falou que deveria mudar e hoje a gente não tem mais tempo. É a partir da nossa sabedoria, de quem vive na floresta.

Algo mais? É muito importante o que você já tá fazendo: escutar os povos indígenas. Eu gosto muito de ser comunicadora indígena porque eu trago a vivência indígena sob o olhar indígena, então a gente só pode falar sobre povos indígenas se existe indígena lá. Dentro da sua tese, você pode escutar, ouvir e escrever, mas depois disso, eu acho que tem que passar por uma pessoa indígena pra ela analisar.

COP27:

MI05 / Povo: Uru-Weu-Au-Au / Data da entrevista: 10/11/22

Para você/sua comunidade, o que a COP significa? A COP pra gente significa um espaço onde você expõe o que tá acontecendo na nossa região, o que tá acontecendo na Amazônia, o que tá acontecendo no território indígena, o que tá acontecendo no Brasil. As emergências que se tem, tanto da questão territorial, quanto ambiental, de saúde, de cultura e no caso aqui, que é uma COP do clima, a gente tá trazendo muito a questão climática e aí tem a ver com grilagem de terras, desmatamento, degradação, mas também tem a ver com essa discussão que tá aí hoje dos projetos de carbono, de restauração.

Como se dá articulação de povos indígenas, como principalmente de mulheres indígenas, aqui na COP? Então, a gente acabou de chegar, ainda estamos vendo o que está acontecendo, temos conversado com alguns parentes, com algumas pessoas que estão representando várias organizações, o governo também... eu tava falando ainda pouco que as pessoas parecem, as pessoas que tomam decisão, eu não to falando das pessoas que tão trazendo as propostas de solução, mas que tomam decisões para as propostas que tão chegando, elas parecem não perceber a emergência climática, elas parecem estar muito distante do que realmente acontece nos locais, sabe? De como afeta as populações. E aí eu não tô só falando de população indígena, nem de população quilombola, eu to falando da população local mesmo, do planeta, dos povos que moram nas suas comunidades, dos povos urbanos que moram nas cidades, e que tão sofrendo alagações, que tão sofrendo aumento de temperatura, que tão sofrendo falta de alimentação e tudo isso tem a ver como você trata o clima. Os tomadores de decisão, eles precisam ser mais humildes, eles precisam ter mais responsabilidade e eles precisam olhar para os outros países não como inimigo ou como a terra que eu vou me apropriar, mas olhar pros outros países como possíveis alianças para combater, sabe, todos os danos que o planeta está sofrendo, porque a gente só tem esse planeta mesmo, não temos outro.

Quais foram os principais desafios que você enfrentou para chegar aqui no Egito? A gente passou pela primeira dificuldade que foi na questão de credencial, né? Como se credenciar para vir? E aí a importância de tu ter parceria, tu ter aliados e parceiros. Quem conseguiu a minha credencial foi a Conectas, então se não fosse a Conectas eu não conseguiria estar aqui, porque não teria credencial. Então começa por aí. Aí na questão de logística, é tudo muito caro, as pessoas não param pra pensar nisso. É caríssimo o voo, é caríssimo a hospedagem, alimentação e também, mais uma vez, a importância das parcerias. Eu consegui tá aqui com apoio de dois parceiros, na verdade de três, da Conectas, da Open e da ICs. Pra tu ver o tanto que o trem é caro, que tu precisa de um

monte de apoio pra tu conseguir chegar nesse negócio. E aí tu passa, no meu caso, 50 horas pra chegar aqui, porque tu tem que fazer várias escalas, horas e horas no voo, quando tu desembarca tu tá morto de cansado. Cheguei ontem e ainda estou no *jetlag*, né?

E aqui dentro, você teve alguma dificuldade? Bom, aqui tu tem a dificuldade do idioma, mas alguns eventos tu consegue tradutor, então tu consegue vencer isso. Mas tu tem um problema de alimentação né, eu ainda não passei, mas o pessoal teve um problema com água, algumas pessoas parece que passaram mal porque a água daqui tem lá suas diferenças, igual nossa água tem lá, né. O povo que vai daqui pra lá deve reclamar muito.

Como você acha que os ensinamentos de mulheres indígenas podem ajudar no avanço do debate e ações climáticas? Então, ontem a Txai num evento que ela fez com a ONU ali, ela disse uma coisa que eu achei muito legal que “o feminino é o futuro”. Então, as mulheres são o futuro. As mulheres trazem solução, porque são elas as primeiras a sofrerem os impactos, mas também a trazer soluções para se adaptar a esses impactos ou para combater o impacto. E uma coisa é certa, as mulheres precisam ser ouvidas, porque quando chega uma alagação, por exemplo, quem primeiro sofre são as mulheres porque elas têm que cuidar das crianças, dos filhos tudo, pra salvar, alimentar e... o olhar da mulher aqui é super importante, pra olhar pra isso, pra falar como a gente vai fazer uma agricultura de baixo carbono, como que a gente vai... é como que tu pode mudar, como que aquelas mulheres que tão lá, que têm os filhos pra cuidar, que muitas trabalham fora, cuidam do filho, cuidam do marido, quando não cuida de outros parentes também. Além disso, as mulheres elas tem que combater a própria discriminação e o preconceito. E se tu for uma mulher indígena ou negra, tu tem... teu combate é maior ainda, porque tu tem que combater a discriminação, tu tem que combater a falta de oportunidade, tu tem que combater olharem pra ti como se tu soubesse menos ou como se tu fosse o coitadinho, sabe? E ninguém quer ser coitadinho, sabe? São mulheres guerreiras, mulheres de luta, mulheres que tão aí dizendo que nós temos propósito. Quer combater mudança climática? Fala com nós, fala com as mulheres, sabe? Você tem a juventude toda aí, você tem as mulheres jovens. Uma coisa que eu observei muito aqui é que a juventude tá aqui, os jovens estão na luta dizendo a gente quer isso, a gente quer diferente. Agora muitos nem tem oportunidade de falar, o pessoal trazem pros lugares e pouquíssimos são os que conseguem falar, conseguem interferir, então é super importante que os jovens, isso na minha visão, que vocês: “pô, vamo sentar e vamo dizer o que nós aqui, nesse evento, o que nós queremos, o que nós tamo propondo, sabe, o que precisa ser discutido com a juventude, como é que a juventude vai se preparar

para os próximos anos?”. É super necessário separar o lixo, é super necessário um bucado de coisa, mas tu precisa ter outras propostas que sejam mais impactantes e que é essa juventude que tem todo o tempo que dá pra fazer, que dá pra mudar, mas que ela precisa ser ouvida.

Quais estratégias estão sendo usadas para que mulheres indígenas sejam ouvidas na COP?

Eu vejo assim, umas das estratégias, e eu acho muito legal isso que a Txai faz que é, por exemplo, ela tem uma página na Folha, que ela escreve todo sábado. Ela tem dado abertura para que outros possam falar, ou seja, ela escreve os artigos, mas ela sempre está dando voz pra alguém. E eu acho que o movimento tem que fazer isso mesmo. O movimento tem que dar voz pra vários outros que possam se manifestar e falar pra que a gente possa ouvir os diferentes. E aí eu to falando os diferentes não, não to falando o indígena, o preto, o LGBTQIA +, não, eu to falando o diferente nas propostas, as propostas diferentes, a gente precisa ouvir. O que é que os movimentos tão fazendo? O que é que o movimento quilombola... como que está sendo a discussão do clima com o quilombola? A gente precisa dar voz pra isso. Como que está sendo a discussão de clima, com o movimento LGBTQIA +, o movimento indígena, o movimento das mulheres? Cara, eu falo que vocês tem que discutir os movimentos das idosas, porque a gente tá ficando esquecida (risos). Eu reivindico o meu direito de idosa! Eu acho que tem que dar pra ouvir, cada movimento tem uma proposição, tem uma forma de fazer. Como é que o movimento jovem tá fazendo isso? Por exemplo, em Rondônia, o movimento da juventude indígena de Rondônia, a gente nessas eleições fez toda uma discussão, o jovem, pra fazer toda uma proposição pras eleições e conseguiram levar as urnas pra aldeia. E uma discussão que eles tão fazendo é uma discussão de campanha serem feita na língua indígena, porque tu sabe que campanha política, de eleição não pode ser feita em língua indígena. Sabia disso? Não pode. E aí eles tão lutando e reivindicando por isso e também tão levando a discussão de clima pra dentro das aldeias, com as comunidades.

Como se dá a relação do seu povo com governos locais, subnacionais? Local não tem conversa, porque é tudo bolsonarista. Então, no estado não tem conversa. O estado tem uma coordenação indígena que é fake, é faz de conta, sabe? Colocou dois indígenas lá pra não fazer nada e pra usar mesmo. A gente te coloca aqui, mas tu não faz nada. Pra tu ter uma ideia, o estado tá aqui discutindo REDD e povos indígenas e não trouxe um indígena. Não trouxe um indígena na sua equipe. E é um branca que vai... nada contra os brancos, entendeu? Mas caramba, tu tem 56 povos indígenas, o governo tem uma coordenação, aí traz pra falar sobre povos indígenas e carbono uma branca ? É como tratam os povos indígenas, quilombola eles nem olha, amiga, na cabeça deles nem existe.

E o governo Bolsonaro foi o que foi. Graças a Deus que acabou. Eu acredito que no governo Lula a gente vai ter um espaço de diálogo pra conversar, mas que a gente vai continuar lutando, tá? Porque não acaba. A luta não acaba aqui. Ah, elegeru Lula e acabou? Não! É governo, a gente tem que entender que governo é governo, sociedade é sociedade. Entendeu? Isso tem que ficar claro e isso faz com que a gente consiga ter as conquistas, e nesse governo a gente tem que retomar o que nós perdemos no governo Bolsonaro. E tem que ser muito claro isso. Mas também pra mim é muito claro que esse governo vai precisar muito do apoio da sociedade civil, porque o país ficou destruído... sem recurso, então a luta continua.

MI6 / Povo: Borari / Data da entrevista: 10/11/22

Para você/sua comunidade, o que a COP significa? Eu moro em uma comunidade que ao longo dos anos cresceu muito, né? Então o tema que a gente acaba abordando muito é a gentrificação, que é o caso das famílias que habitavam as margens do Rio Tapajós, que tinham toda uma cultura, toda uma vivência ali na beira daquele rio pra utilizar a água, que hoje é uma água que está sendo contaminada pelo mercúrio, o grande índice de garimpo que vem do alto Tapajós, que nem é da nossa região, é... e essas famílias estão cada vez mais afastadas das margens do rio, perdendo suas formas de viver para o turismo, né? Que muita das vezes é um turismo predatório, que não é certamente um lugar que a gente consegue ter um ecoturismo muito grande e essas famílias tão cada vez mais esquecidas e mais deixadas de lado, indo para lugares mais distantes do rio e tendo suas formas de sobrevivência totalmente mudadas, na qual a gente tem duas épocas do ano que é a época da cheia e da seca, onde essas famílias muitas vezes passam por necessidade na época da cheia porque é onde o turismo diminui muito e então as pessoas acabam tendo que recorrer a outros recursos, né? Hoje as famílias não plantam mais como antes, já não pescam mais como antes, então elas tão buscando trabalhos cada vez mais colonizadores mesmo, capitalistas e isso acaba mudando a forma dela viver e ver o lugar que ela vive né, como ela observa a natureza, como ela vive em harmonia ou não. Hoje eu faço parte da Associação de Mulheres Indígenas Suratas do Tapajós, na qual a gente trabalha com mulheres da região pra trazer esse empoderamento e auto estima da mulher é.. gerando renda pra elas terem uma forma de conseguir dinheiro e não necessariamente tá precisando dos homens, porque a gente sabe que as mulheres indígenas cada vez mais desvalorizadas, acabam ficando em casa quando o marido vai, sai pra trabalhar. E porque não a mulher ter sua própria renda também, ter seu próprio dinheiro e não ficar necessitando do dinheiro

do homem, que muitas das vezes elas acabam sofrendo assédio e diversos tipos de abuso? Então na região a gente tenta abordar muito isso através de uma forma que a gente vá viver com os recursos da natureza, tipo oficinas de cosméticos naturais, oficinas de grafismo, oficinas de corte e costura com grafismo, oficinas de biojóias. Então é uma forma da mulher conseguir uma geração de renda mais fácil e através de recursos que a gente pode ter ali mesmo no nosso quintal. É.. eu vim pra COP com a delegação do Engajamundo e a gente tem um núcleo no Tapajós, que é o Engajajós, na qual a gente traz com a juventude diversas abordagens do que tá acontecendo dentro do nosso território, não só em Alter do Chão, mas como na RESEX Tapajós Arapiuns, na qual vive os 13 povos, e a gente acaba vendo a dificuldade do acesso das comunidades, é... a dificuldade que a juventude tem também e... através da Jornada da Amazônia que teve também do Engaja, a gente conheceu outros jovens, outros territórios e quais são as dificuldades e as problemáticas que tem dentro do território de cada um. Isso é uma forma de estar unindo jovens e hoje a gente tem diversas... cresceu né, diversos outros projetos que trabalha com juventudes e com as pautas climáticas na região é... e isso tem sido muito importante porque a gente vê que é algo visto, se as próprias pessoas da região da amazônia, se a juventude da amazônia não vê o que tá acontecendo ali dentro, quem é que vai ver por eles? Quem é que vai atrás? Porque se a gente não souber e não lutar pelo que a gente precisa, a gente vai ser esquecido e a gente já não é lembrado, então se a gente não for atrás do que a gente necessita, essas pessoas vão ser cada vez mais isoladas do mundo e de tudo que tá acontecendo e a gente só vai perdendo o que a gente tem de mais precioso que é nossa biodiversidade.

Como se dá articulação de povos indígenas, como principalmente de mulheres indígenas, aqui na COP? Essa é a primeira COP que eu participo e desde o primeiro dia que eu cheguei foi tipo um choque muito grande né? Que a gente conversou entre nossa a delegação mesmo. Nós somos 19 jovens dentro da delegação, que a gente trouxe de 4 regiões do Brasil, trazendo a maior diversidade de que uma delegação poderia trazer pra dentro da COP mesmo. A gente não vê tanta juventude e plurais, sabe? Periférica, negra, quilombola, indígena, de diversas regiões do Brasil. Então foi um choque pra mim, pela primeira COP, por estar em um lugar internacional super grande, com uma visibilidade super grande, e a gente tá repleto de gente só com terno, de gente que é branca né, neocolonial mesmo, então a gente acaba vendo que a gente não é ouvido, convidado e que a gente não tem recursos pra chegar a lugares como esses pra nossas próprias vozes serem ouvidas. A gente não consegue chegar a esses lugares, habitar esses lugares de tomada

de decisões, a gente não consegue ter esse acesso. Então, cada vez mais que as pessoas acabam conhecendo a COP, cada vez mais que elas podem ter a oportunidade de vir a COP, principalmente mulheres indígenas, que a gente quase não vê aqui também, são formas da gente tá ocupando esses espaços também. Porque a partir do momento que a gente começa a pisar na COP, que as pessoas começam a ver nosso rosto, eles sabem que a gente existe, então a gente vai conseguir ocupar mais esse espaços também que ainda são muito vagos. Essa é só a primeira semana da COP e agora que tão começando a chegar mais parentes indígenas aqui. A gente acaba vendo também que são poucos e a COP é um evento muito grande, a qual a gente precisa de muito recurso pra chegar até os países, e isso não é muito fácil no Brasil sendo um país, ainda mais nesse atual governo na qual não valoriza nem um pouco a natureza, muito menos ativistas ambientais, e muito menos as juventudes indígenas e mulheres indígenas. Então, eu vejo a COP como uma oportunidade pra gente tá mostrando que a gente existe e uma forma da gente também tá ocupando esses espaços, mas ainda são espaços de longa distância para os povos indígenas, que a gente precisa cada vez mais tá ocupando.

E quais são os principais desafios na COP? Primeiro que a minha mala não veio, foi extraviada (risos). Mas tá, chegamos na COP e a gente tem dificuldade com a água aqui é... a falta do recurso da água, que é umas das ODS inclusive, na qual a gente precisa, necessita da água e a gente tá num evento climático mundial, na qual a gente tem poucos recursos, poucas águas pra oferecer pra galera então a gente tem que sair procurando água, que é sobrevivência. A falta de comida, o valor dentro da COP tá, assim, surreal... é acessibilidade também, eu acabei me machucando e hoje eu tô necessitando de uma cadeira de rodas inclusive, e eu to conseguindo ver coisas que eu nunca vi, de uma visão diferente, na qual a gente vê que a acessibilidade é uma falta, não só aqui, mas em todo lugar, mas aqui, um evento que traz pessoas do mundo todo, tendo uma falta de acessibilidade, eu já vi outras pessoas de cadeira de rodas aqui, pessoas que inclusive andam sozinhas, então não tem ajuda pra se locomover dentro desse evento que é muito grande e com grande fluxo de pessoas. É... outra coisa também é a diversidade de culturas, que acaba tendo conflitos, e tem gente que não consegue entender outros idiomas e tem esse conflito com as pessoas daqui, um conflito tanto cultural como social. As pessoas falam em árabe, muitas, a maioria delas não entendem inglês, nem outros idiomas. Então a gente tem essa certa dificuldade também pra tá conversando com as pessoas daqui. A alimentação também tem sido uma barreira muito grande, porque a gente não encontra uma alimentação que a gente tá acostumado, muita das vezes a comida é totalmente diferente do

que a gente vê, ou é muito cara ou é muito diferente e as pessoas não conseguem comer e isso acaba sendo uma dificuldade também pra todo mundo.

Você consegue identificar a COP como um lugar de só tensão ou também um lugar de possibilidades? A COP é sim um lugar de oportunidades, porque tem representantes de diversas organizações do mundo todo aqui. E a gente sabe que tem algumas organizações que já são parceiras e estão dentro da COP, eu já inclusive vi algumas pessoas parceiras aqui, tanto do Engaja quanto das Suratas, então são pessoas que ajudam a gente nessa captação de recursos, pra que a gente possa tá aplicando nossos projetos, tantos nacionais quanto regionais. Então são formas da gente também conseguir apoio com outras pessoas que a gente teria difícil acesso, não que o acesso seja fácil aqui dentro da COP mesmo, mas que seria mais que impossível se a gente não tivesse dentro de um COP. Então essa questão da gente conseguir contatos com pessoas, conhecer até pessoas pessoalmente que a gente não via e conseguir ligar mais, amizades mesmo, entrelaçar relações com algumas organizações, isso é de suma importância dentro de um lugar desse com representantes do mundo todo.

Como você acha que os ensinamentos de mulheres indígenas podem ajudar no avanço do debate e ações climáticas? É a história que a minha vó sempre conta né, que a gente gosta muito de conversar, então eu puxei muito isso do meu pai, que ele gosta muito de conversar com minha avó, sobre como ela vivia na comunidade dela antes, e sobre todo o conhecimento ancestral que ela trás através das plantas medicinais inclusive, que ninguém passou pra ela, sabe? Foi um dom que ela recebeu e que ela tem e ela ajudou muita gente já a partir disso e hoje a minha avó acaba contando muitas histórias de pessoas que ela já ajudou através das plantas medicinais. E isso vem... é uma das coisas que a gente tem que valorizar, que a gente precisa pra não perder nossa cultura. É muito desta questão que a gente tá trazendo esses saberes ancestrais, da gente tá buscando isso pra gente não perder, né. Uma coisa que eu falei também, a partir do momento que a gente não procura saber do passado, do que nossas famílias viveram, a gente não vai seguir com o futuro meio que na mesma linha, na mesma cultura, então a gente vai mudando cada vez mais. Se a gente não segue o que as mulheres viveram, o que essa medicina ancestral que a gente tem, o que são esses remédios, a gente vai perdendo, a gente vai seguindo cada vez uma linha mais é... branca mesmo, a gente perde essa questão das pessoas da amazônia e da forma como a gente vivia, então a partir do momento que a gente segue essa linha mais capitalista, a gente perde essa biodiversidade que a gente tem cultural, esse viver ao lado dos recursos naturais e a gente acaba perdendo isso

dentro das comunidades mesmo. Então é uma forma da gente tá conhecendo o passado, conhecendo as histórias do que as nossas famílias viviam na comunidade, como era. Não que a gente tenha que viver sempre o passado, mas que a gente possa saber disso e a gente possa utilizar esses recursos que a gente ainda tem dentro da nossa comunidade pro nosso bem, de uma forma positiva.

MI7 | Povo: Kamaiurá | Data da entrevista: 10/11/22

Para você/sua comunidade, o que a COP significa? Bom, pro meu povo é... não tem esse entendimento muito técnico do que é a COP. Então algumas pessoas que tem um pouco mais de estudos, que entende já algumas coisas é... conhece, né? Mas, assim, particularmente, eu que tenho ficado mais a frente por estar mais junto do movimento, e tá nessas construções com as organizações indígenas locais, né? É, então assim, no meu ponto de vista, a COP é muito importante porque ela define o futuro de toda população, então de certa forma nós também estamos envolvidos, né? Um outro ponto que eu também acho que é interessante, é que a participação indígena ela é muito importante, ela é fundamental nesses espaços de COP porque somos nós que mantemos a floresta em pé de fato. Então deveria-se ouvir mais as propostas indígena, os povos indígenas, respeitar os processos e protocolos de consulta né, das organizações indígenas para que se tenha sucesso nessa pauta, porque o que a gente vê é que os governos eles falam aqui um discurso de preservação de carbono zero, mas na prática é muito diferente. Sempre espera esses apoios financeiros de fora pra implementar ações que deveriam estar dentro do planejamento do próprio estado, do próprio Estado brasileiro como um todo, pra mitigação do clima. E os povos indígenas, que é os atores principais, eles não são ouvidos, não são considerados e muitas vezes não tem nem acesso aos frutos que se tem às vezes dessas COPs.

Você consegue identificar as COPs como um lugar de tensão ou possibilidades? Eu acredito que a COP ela é um espaço de muitas oportunidades, mas eu acredito muito nessa pauta central que é a responsabilização das partes, dos governos, em relação à mitigação do clima. Então é importante que se tenha apoios financeiros pra isso, mas também é importante que os governos eles se organizem internamente para tratar dessa pauta climática, porque senão... não tem sucesso de fato, né?

E como se dá a articulação de povos indígenas, especialmente mulheres indígenas, aqui na COP? Bom, primeiro que a COP ela não é inclusiva, ela não é participativa. A gente tem muitos espaços aqui difíceis de se entender. Eu tô na minha segunda COP e confesso que já participei de

algumas formações, mas ainda tenho muitas dificuldades. Não só pelas siglas, mas também pela linguagem, pelo idioma, pela comida, por tudo. Então, quando eu falo que ela não é inclusiva é por ela não ter espaços de ouvir de fato os povos indígenas. Hoje a gente sabe que existe a plataforma de povos indígenas e comunidades tradicionais, mas ela é um espaço muito amplo de participação e que não tem, a gente não tem acesso a informação pra de fato se preparar pra esse espaço, fazer uma construção. Como se é feito o ano inteiro pra se tá nesse espaço, vamos supor os governo, nós povos indígenas deveríamos ter esses espaços de discussão internamente para que nossas propostas chegassem nesse nível e elas fossem consideradas pelos governantes que tomam as decisões em relação ao clima. Então, é uma construção, mas eu acho que ainda precisa ter essa devolutiva. Às vezes a gente tem espaço onde tem os lugares da sociedade civil, mas nem sempre são ouvidos e o que eu sinto é que a gente fala tudo pra mesma bolha, pro mesmo público sempre. Então, não chega de aonde de fato deveria chegar, que são essas pessoas que tomam decisões e às vezes tá sempre no nosso meio mesmo, eu vejo que não tem muito avanço, né? É um processo muito curto, muito pequeno, né. E bom, eu acho que é isso. Então, dadas essas dificuldades, pras mulheres, é muito pior ainda. Primeiro, por causa da nossa própria organização social, cultural, do nosso povo. Se o seu povo é de uma cultura machista então, teoricamente, a gente não vai ter muito acesso. E aí já tem essas outras dificuldades, que é pra chegar aqui, financiamento, credenciamento... é tudo muito complexo, um outro mundo. Então, pras mulheres, isso tudo é mais difícil ao dobro, mas eu acredito muito assim que poderia se avançar nessas formas de como a gente chegar nesses lugares. E uma coisa que eu tenho uma perspectiva, é que nesse novo governo que a gente conseguiu eleger agora nesse Brasil, tenha-se a retomada da participação da sociedade civil e que seja implementada a participação de mulheres, juventudes, de todos os públicos, para que de fato a gente construa uma política que atenda a nossa realidade.

Como é a relação da sua comunidade com os governos federal e local? Bom, nosso estado é um estado extremamente ruralista, que só visa a produção de larga escala, de commodities então, a pauta ambiental não é prioridade. Assim como a maioria dos governos, assim, brasileiros... sobretudo da Amazônia, né. Então é um grande espaço de muita resistência ali que a gente vem construindo enquanto organização estadual né, ela tem um diálogo muito firme com a CEMA, fez até um processo participativo de construção de REDD+ que foi o REM Mato Grosso, mas a gente sente que ficou meio estagnado isso. O estado não reconhece a importância da participação indígena em todos os processos de construção, de consulta, como de fato deveria acontecer e como

garante a Constituição Federal, como garante a Convenção 69 da OIT. Então, assim, é muito complexo, e ele é muito, claro, por essa pauta que ele defende de commodities, ele é muito dialogado com o atual governo que tá no poder, então ele não prioriza quem tá pensando em preservar a floresta em pé, mas se você quiser plantar soja no seu território, você tem todo o atendimento, desde FUNAI, desde prefeitura, desde todas as instâncias. Infelizmente a gente tem um processo de destruição de política ambiental no Brasil, sobretudo influenciando até para os povos indígenas porque nunca se teve um número tão grande de povos indígenas também envolvido com o garimpo ilegal, com extração de madeira ilegal, com esse próprio tipo de... autonomia financeira que eles chamam né, que essa produção de larga escala, então eu vejo assim que sim existe aí uma problemática que a gente precisa é pensar em ver como construir isso de fato porque se existisse uma justiça climática para os povos indígenas, como deveria ser feito, como movimento ele sempre grita, talvez a gente não estaria passando por isso, porque não dá para a gente é segmentar a questão financeira de sobrevivência das populações não só indígena, mas da Floresta também, segmentar essas duas situações. Então, se houvesse soberania alimentar, se houvesse não é uma construção de fato de políticas públicas voltadas para os povos indígenas, respeitando as autonomias que os povos têm, eu acredito que não teria esse problema que a gente tem hoje de de todas essas questões porque muitas vezes é essas pessoas elas são enganadas por um discurso de “ah você vai conseguir ter autonomia financeira” mas não é uma questão tão simples. Então, assim, eu vejo muito isso como uma problemática que eu acho que também deveria ser debatido nesses espaços de COP, até para evitar esses tipo de coisas que vem acontecendo, então o problema ele tá aí, tá instalado e precisa ser trabalhado de fato. Então eu também vejo, claro que são errados, mas eu também vejo como vítimas nessa situação, porque não é só uma realidade dos povos indígenas a gente sabe muito bem dos outros grupos de de minorias no Brasil que também são afetados de maneira desigual né pela questão do clima e que não são colocados em pauta né, então essas pessoas vão colocar outras alternativas outras formas de como lidar né com essa questão que não dá para a gente fugir o capitalismo ele está presente na nossa então é isso.

Quais estratégias estão sendo usadas para que mulheres indígenas sejam ouvidas na COP?

É então, é um pouco complexo, como eu falei, eu acho que a COP ela não é inclusiva, ainda mais quando a gente vem de um Estado que é extremista, que não defende direitos humanos e que nem sabe o que é isso. Então, assim, a minha experiência vindo para cá, eu fui muito assediada, então... eu acho que também... eu acho que o lugar que a ONU leva as pessoas para participar de uma

COP, deveria ser um lugar seguro, eles deveriam garantir isso por mais que se fale “ah eles tão construindo um espaço de segurança, mas em que medida? até quando? porque é muito desigual, entende? Mas voltando ao assunto de ser ouvida ou não, eu acredito que a Txai ela tem uma visibilidade por conta da liderança que o pai dela foi e é em todo no movimento e outras pessoas não tem esse mesmo acesso, né. Apesar de sermos povos indígenas, nós temos realidades diferentes, nós temos povos de recente contato e nós temos povos que têm contato há muito mais tempo, então tudo isso precisa ser levado em consideração né. A gente agradece e se sente representado quando ela fala e discursa representando não só as mulheres, mas os povos indígenas do Brasil e até acho que é do mundo, mas eu acredito que quando a gente fala, tem um espaço para falar em algum estande, em alguma reunião, é o que eu já disse, às vezes ele é voltado para o mesmo público que nem sempre chega nas pessoas que deveriam chegar, então às vezes consegue às vezes não consegue, às vezes tem uma pessoa diferente e tal, que até é releva aquilo que está ouvindo, mas tem outros que não, então é um pouco complexo. Eu particularmente não vejo muito sucesso nesse ponto, apesar de que as organizações parceiras indigenistas ou ambientais elas têm se preocupado com essa questão e tem procurado incluir mulheres, mas não é eles que tomam as decisões mais importantes. Então, a gente até agradece né, mas, assim, é importante que eles tenham essa consciência, mas quem toma de fato as decisões não escutam, e essa é a realidade.

Como você acha que os ensinamentos de mulheres indígenas podem ajudar no avanço do debate e ações climáticas? Então, eu acredito que tem muito a contribuir, porque a preservação da Floresta em pé a gente já faz isso naturalmente, com a nossa própria cultura, com a nossa forma de vida, com a nossa forma de ensinamento dos nossos filhos e tudo isso tudo isso é um aprendizado, a humanidade ela precisa retroceder para poder avançar nessa questão de mudanças climáticas. Algumas pessoas já tomaram consciência disso, outras não. Então é precisa se ter ouvidos para entender o que é retroceder né, e quando eu falo isso, eu estou falando de uma pessoa que tipo é de classe média, que precisa trabalhar e estudar para sobreviver. Eu to falando de pessoas que são ricas, que tem, sei lá, 10 carros na garagem e que, tipo, não está nem aí pra questão climática... não tem necessidade disso, às vezes é só para se manter no próprio ego, coisa que é fora da nossa realidade enquanto indígena, que mora numa aldeia, que compartilha o peixe que pesca, que compartilha o mingau que se faz da colheita da roça de mandioca né, enfim, é um outro universo onde o que eu tenho que tá sobrando para mim eu compartilho pro outro. Então... é essa nossa lógica, então eu acho que o mundo ele precisava entender. O que uma vez eu ouvi de uma

prima minha que é o governo brasileiro quer que a gente se integre à sociedade não indígena, mas por que a gente tem que se integrar ao sistema do outro? Por que eles não podem se integrar ao nosso sistema? A nossa forma de vida que tem dado certo, que é diferente? Então... pra tudo, dentro da nossa relação social interna do nosso povo, nós temos regras, regras que são dentro da nossa própria cultura, a gente não precisa criar outras formas de punição, nem nada disso, porque não precisa. Então, assim, eu acredito que se nós fôssemos ouvidos, que se nós fôssemos considerados, a gente não estaria na situação como está e eu falo isso porque nós somos povos de resistência, afinal estamos sobrevivendo a 520 e poucos anos aí de um processo de colonização que a todo momento ele tem se repetido na história, mas é isso.

MI8 / Povo: Terena / Data da entrevista: 14/12/22

O que é a COP pra você e sua comunidade? Tenho 29 anos, sou defensora da Terra por entender que a palavra ativista muitas vezes não engloba todas as nossas demandas enquanto povos indígenas, mas eu também me considero uma ativista pelas questões climáticas, pelos direitos humanos e outros tópicos. Sou antropóloga de formação e atualmente faço mestrado nessa área e também presto consultorias para organizações indígenas e indigenistas relacionadas ao tema de Direito Internacional indígena e a questão das mulheres, questão da juventude, questão de meio ambiente também. Pra mim, a COP ela é uma conferência né que tem essa proposta de reunir nações no mundo inteiro para poder dialogar sobre soluções reais para o planeta para evitar a catástrofe climática. infelizmente a COP ela hoje ela tem estado afastada do seu propósito e desde quando eu comecei a participar das COPs para mim isso sempre foi um grande susto né, da gente imaginar a COP dentro dos seus seus objetivos e ver a realidade né, é doído e também muito estranho, mas ela ainda continua sendo uma importante conferência a nível mundial para essa questão. Então ela ainda tem essa “validade” apesar de ter se afastado do seu propósito e para minha comunidade, para o meu povo, a gente já teve vários Terena participando da COP né, infelizmente a gente nunca conseguiu ir com uma delegação, a gente individualmente já teve algumas pessoas desde mulheres, jovens, anciões. Pra nós ela é esse espaço de... diplomacia entre governos pra negociar e infelizmente. eu não queria usar essa palavra, mas hoje em dia acaba sendo isso é um espaço de diplomacia para as negociações em relação ao clima e aí por isso que a gente também considera muito importante a nossa participação nesse espaço, porque pelo que eles estão fazendo, pelo que eles estão se propondo, se a gente não tiver presente acaba sendo pior pra nós.

Como se dá articulação de povos indígenas, como principalmente de mulheres indígenas, aqui na COP? Olha para essa COP, eu compartilho com a visão de outros parentes que participam do CAUCUS indígena, que apesar do maior número na história da COP de participação indígena, eu acho que a gente teve ao todo mais de 300, quase 400 indígenas participando dessa COP. Entretanto, ou então ironicamente, na COP em que a gente teve a maior participação indígena, foi a primeira COP em que a questão dos direitos indígenas não foi mencionada no documento final em relação aos principais itens de negociação que nos afetam. Então tem um grande problema aí que é essa questão de estamos conseguindo participar, chegar no evento, mas a nossa participação não está tendo incidência política. Então, eu acho que ainda falta uma articulação entre nós indígenas e principalmente as mulheres, porque a gente é gente afetada por vários problemas transversais né, a questão de ser mulher, a questão de ser indígena, a questão de ser mulher! Eles acabam dificultando a nossa participação e aí eu acho que nesse sentido a nossa atuação enquanto coletivo ela foi fraca. E em relação à questão das mulheres indígenas, a articulação das mulheres em si, a gente tem aí o FIME né, que é esse órgão internacional que tem esse objetivo de reunir as mulheres do mundo, então foi muito legal é um FIMI sempre conseguiu fazer uma articulação muito boa, eu também faço parte do ECMIA que é esse espaço das mulheres da América Latina e uma das coisas que a gente trata muito dentro desses espaços é a gente poder descentralizar né, dos nossos problemas e infelizmente é uma coisa que a gente vê muito das delegações indígenas brasileiras, que as pessoas conseguem chegar né até o evento mas acabam levantando só suas pautas ou só suas pautas locais então, por exemplo, é uma autocrítica que eu estou fazendo né porque eu também sou indígena do Brasil, apesar de não ter esse mesmo comportamento mas me entendo como um ser coletivo. É que os indígenas do Brasil, isso foi uma crítica do próprio CAUCUS, que os indígenas do Brasil conseguem acessar alguns espaços por exemplo falar com o príncipe e representantes de estado, mas não tocam na questão indígena a nível global e fica apenas é uma coisa muito específica da sua região, então eu acho que a questão da nossa articulação enquanto movimento indígena ainda precisa melhorar e muito, não é só a questão da gente chegar lá para participar e que tem a nossa própria agenda de eventos paralelos, mas entender que a gente faz parte de um movimento global que tem uma pauta muito específica né, a questão do território mas várias outras coisas que desdobram a partir do território e... [é isso.

E quais são os principais desafios na COP? Olha, eu acho que os principais desafios dessa COP começaram desde da preparação, viu? Porque a gente que não é da região amazônica, gente acaba

tendo muita dificuldade de encontrar financiamento para a nossa participação, é.. eu que tava ajudando né no meu coletivo a estruturar a viagem né, desde a logística, de apresentação e tals, carta de apresentação e apresentação para possíveis financiadores, e foi muito difícil, muito muito difícil, e aí com o passar do tempo né, da preparação, foi só piorando, porque começou a aumentar muito os preços, eu acho que a COP deveria ter um pouquinho mais de incidência política para poder... velho limitar algumas questões né, eu entendo que o país tá recebendo um evento internacional e que isso é comum mas, assim, foi assustador o que aconteceu né na COP com o aumento dos preços, tanto é que é o nosso coletivo, a gente ficou em Dahab, ali na loucura... porque inicialmente avisaram que era proibido ficar em Dahab mas a gente não tinha recurso para ficar em Sharm el Sheikh, então era correr esse risco ou não participar aí como a gente entendeu que era muito importante para a gente participar da COP esse ano, a gente correu esse risco... é então é isso, e desde a nossa comunidade eu acho que é um pouco isso, eu já tava, eu acabei indo pra cidade uns dias antes, eu tava na comunidade então eu viajei uns dias antes pra Brasília, pra depois ir pra COP é... mas essa questão da logística interna né, desses translados internos a nível nacional para nós foi um pouco problemático, porque eu lembro que uma das questões que tinha na COP deste ano era que você poderia ter o visto gratuito se você fosse presencialmente na embaixada, então pra gente isso também se tornou inviável né, como é que vai sair da da aldeia, pagar um alto custo para ir para a cidade e né? Enfim... então eu acho que essas coisas da logística foram os nossos principais desafios. Durante a COP. é... até que a gente não encontrou tanto né, a gente na verdade foi muito bem recebido pelos egípcios, teve essa questão mesmo da hiperfaturação de algum de algumas coisas de táxi, de hotel, enfim, mas assim todas as pessoas sempre muito solícitas, muito simpáticas nos ajudaram muito mesmo a gente não falando árabe né, então isso para mim foi um grande ponto positivo porque eu vi muitas críticas das pessoas em relação ao país e na verdade da minha perspectiva né, graças a Deus nada aconteceu, mas pelo contrário deu tudo certo.

Quais estratégias estão sendo usadas para que mulheres indígenas sejam ouvidas na COP?

Em relação às estratégias das mulheres indígenas é importante reconhecer as organizações internacionais que tem feito esse trabalho de *advocacy* já há alguns anos, como é o caso do FIMI né, Fórum Internacional de Mulheres Indígenas, a gente também tem o ECMIA aqui na regional, como eu comentei, o Enlace Continental de Mulheres Indígenas, e eu acho que essas duas organizações elas trabalham, bom é disso do que eu conheço né, porque eu sei que a rede de

mulheres de África também foi muito importante e fundamental nessa COP né, não sei se você conhece a (???), mas ela é uma ativista e defensora da Terra maravilhosa é, de Chade, é de estratégias, então, acho que tem essa questão da preparação prévia pra COP é... participar das reuniões que tem, essas bilaterais ao longo do ano, como eu falei do limitador que tem, do inglês e técnica, acaba que nós mulheres daqui do Brasil, acaba que a gente não consegue participar tanto, mas existe a participação das mulheres indígenas nesses espaços até mesmo dentro do CAUCUS é... temos mulheres ali atuantes mas ainda são poucas. É, mas ainda que com pouco incidência, a gente já conseguiu ver os efeitos dessa participação né, por exemplo, na questão da plataforma antes não tinha nada falando sobre a questão de mulheres e esse ano a gente teve não é uma reunião da plataforma voltada para a questão de gênero, eu acho que isso já é uma grande conquista também. E não totalmente em relação à COP mas como que a nossa presença né, enquanto mulher indígena, está nos outros organismos da ONU então, por exemplo, recentemente a gente fortaleceu muito a participação dentro da ONU Mulheres, na revisão do documento deles contra... é, do documento oficial deles da violência contra a mulher e aí pela primeira vez a gente conseguiu aprovar um artigo que falaria especificamente sobre a questão da violência contra a mulher indígena, então acho que essas foram as principais estratégias das articulação prévia e a rede de contatos entre a parentada.

Como você acha que os ensinamentos de mulheres indígenas podem ajudar no avanço do debate e ações climáticas? Eu acredito que o saber das mulheres indígenas podem colaborar, e muito, no avanço dos debates, primeiro que a gente precisa descolonizar algumas ideias que são trazidas pro corpo da mulher e que fez com que as próprias mulheres se afastassem dos princípios que nascem conosco, e que no meu ver, é essa questão do cuidado, do cuidar, é... durante muito tempo as pessoas relacionavam essa questão do que a gente nasce, desse cuidado, com a questão de ser mãe, e eu acho que são coisas diferentes é... podem estar relacionadas mas não necessariamente é... eu acho que a questão do cuidar que nós mulheres temos ela vem muito da nossa menstruação, porque pelo que me ensinaram né, pelo que eu aprendi com as nossas mais velhas, a nossa menstruação é como se fosse um portalzinho, pra gente conversar, estar mais sensível, aí como que eu posso explicar... é que eu acho que essa nossa sensibilidade, essa coisa do nosso cuidado, não são coisas que nos enfraquecem, eu acho que isso foi uma narrativa feita pelo machismo e pelo patriarcado para nos enfraquecer e eu acho que a gente precisa retomar essas coisas assim, como a nossa fortaleza, e eu acho que esses ensinamentos podem nos ajudar nos

debates porque a gente retomar a nossa essência do cuidar a gente entende que não é apenas cuidar de nós indivíduos né, mas cuidar de nós enquanto seres coletivos, enquanto família, enquanto comunidade, enquanto território... e é isso que a gente precisa retomar, além dos saberes que mulheres, de cada povo, podem contribuir de acordo com a sua região né, da nossa região no Pantanal as anciãs tem um conhecimento muito grande em relação ao plantio, à época do plantio das coisas né, então acho que cada mulher da sua região ela tem muito que colaborar mas num nível de discussão mais global, eu acredito que é esse o ponto que a gente tem que retomar.

Você consegue identificar as COPs como um lugar de tensão ou possibilidades? Eu consigo identificar esses dois cenários para as mulheres indígenas dentro da COP é, tanto ao lado de tensões porque a COP não é um espaço que indígenas são bem-vindos, a gente é bem-vindo para a gente ilustrar a diversidade da COP, mas quando chega pra gente ocupar os espaços e falar de verdade o que a gente precisa dizer, poucos são né? As cadeiras e os microfones que são abertos pra nós. Então há tensões, principalmente relacionadas à questão da colonização, desses resquícios coloniais que existem ainda na sociedade e que as pessoas não comentam sobre isso. Então tem sim esse lugar de tensão. Na COP 27, esse lugar ficou ainda mais tensionado por conta do contexto do país, mas eu queria deixar claro que as situações mais críticas que eu já passei por ser indígena dentro da COP foi na Europa, não foi no Egito. É, que a gente teve parente sendo agredidos dentro da COP, que a gente teve indígenas sendo expulsos do palco da marcha durante a COP... foi na Espanha, não foi no Egito. Então eu acho que é importante ressaltar isso. É, agora também é um lugar de possibilidades, né tem essas tensões mas também tem muitas possibilidades que eu acho que a riqueza da COP é isso, é esses encontros que a gente tem nos eventos paralelos, nos corredores, de iniciativas, de outros parentes pra poder gente trocar com os parentes melhores práticas, do que cada um tem feito, soluções, contextos, e até mesmo montar estratégias juntos, fazer redes, e também é de possibilidade pra gente encontrar parceiros pras nossas regiões, só que essa questão da gente encontrar parceiros né, acaba que a COP tá se tornando isso né, o parente quer ir para a COP pra poder apresentar o seu projeto e pra voltar pro seu país com um financiador, então a gente precisa fugir um pouco desse entendimento, sim claro, há benefícios em relação a isso, mas a COP ela é mais do que isso, pra esses lobistas, para esses empresários, eles veem isso como uma coisa muito boa né, da gente ir, dá um recursozinho aí pro indígena, enquanto a gente tá passando por coisas muito maiores, muito mais problemáticas e ninguém tá sabendo porque ninguém entende né, aí é eu acho que é isso.

MI9 / Povo: Sateré Mawé / Data da entrevista: 17/12/2022

O que a COP significa pra você e sua comunidade? Eu fui participar da COP, é representando o programa Voz Pela Ação Climática da Avina no entanto, eu desempenho um papel bastante importante nesse programa que é exatamente trazer a perspectiva é da base né, no caso dos povos indígenas, da minha vivência, para o programa e participar da cop foi muito importante porque a gente começa a estar em alguns espaços que normalmente são espaços brancos, elitistas é.. e que não tem a nossa perspectiva né? Então é muito importante pra gente levar as demandas de quem está enfrentando a crise climática em campo.

Como você acha que se deu a articulação e atuação de povos indígenas, especialmente mulheres indígenas, na COP27? Eu acho que a gente tá caminhando, tá evoluindo, nós ainda temos muita.. uma grande oportunidade de melhorar mas a gente tá caminhando sim, nós ainda somos a minoria, nós ainda não ocupamos espaços mais estratégicos, na própria COP, a discussão da COP em geral, ela ainda... eu acredito ainda que tá muito distante da realidade, mas a gente deu um avanço por exemplo com o fundo de perdas e danos né, que conseguiu ser votado para ser implementado, e a nossa atuação como povos indígenas, especialmente mulheres, acho que tá nessa mesma perspectiva né, está aumentando... e esse ano um diferencial é que a gente ficou muito mais soltos né, os parentes ficaram todo mundo solto, fazendo várias agendas paralelas então não estava com uma agenda comum cobrindo várias pautas, que foi que aconteceu em Glasgow, apesar de que eu não estive em Glasgow, mas que eu percebi que a gente estava um pouco pulverizado, ocupando vários espaços e você pode ver a presença de muitas mulheres é.. mais do que homens indígenas na COP e isso é importante porque é.. no Brasil, pelo menos na Amazônia brasileira, as mulheres elas estão ocupando espaço de Protagonismo nessa luta no enfrentamento né no *front*.

Quais você acha que foram os principais desafios na COP27? Desde a saída da sua comunidade até sua chegada no Egito. Bom, eu cresci em contexto urbano, eu morei na comunidade até as quatro anos é.. mas há muito tempo eu já eu já moro no contexto urbano e inclusive eu tenho a facilidade de que eu aprendi falar inglês, mas ainda assim pra mim que já viajei pra outros lugares foi muito muito difícil porque o Egito era um local emblemático de falar uma língua completamente diferente uma cultura muito diferente um local está ditatorial com uma culinária completamente diferente também. Então... eu imagino que para os outros parentes, esses desafios foram gigantes também, a gente conversou muito sobre o quanto a gente passou fome, de

não conseguir comer direito. As comidas que estavam disponíveis não eram coisas que a gente comia é... a língua né, muito difícil de comunicar, entender também a questão da cultura é.. pegar táxi lá, a distância de tudo, o próprio evento em si, a forma como estava organizado os pavilhões.. era muito confuso, a gente não conseguiu acessar a agenda total pra conseguir escolher o que a gente ia assistir, porque não tem também justiça linguística, então não tem coisas na língua que a gente consiga ler, no português pelo menos que fosse, ou no espanhol... tinha muitas barreiras para facilitar nossa participação efetiva... em vários espaços."

Quais você acha que foram as estratégias que foram usadas pra que as demandas de mulheres indígenas fosse colocadas como centrais na COP27? É.. em relação à isso, foi mais a parte da denúncia sobre o garimpo nos territórios Munduruku e Yanomami, então, a gente mesmo do programa Avina, a gente apoiou uma mesa redonda, que foi articulada pela organização uma gota no oceano para que a denúncia sobre o garimpo nos territórios, elas fossem feitas partir das mulheres que estão *front* né, então foi bem isso bem, agora tem também o grupo da Sônia, com a Célia... que trazem as vozes dos nossos movimentos, da amiga e, também junto com a questão que agora elas foram eleitas, então elas trazem para o centro da discussão é... as demandas do território numa perspectiva já de transformar isso em política pública e como que isso vai ser pautado e aí não só um recorte da mulher né, mas como um recorte para os povos indígenas como um todo. Eu acho que a gente não se organizou dessa forma mais sistemática para essa COP, porque foi uma COP mais diferenciada mesmo.

Como os saberes e ensinamentos de mulheres indígenas podem ajudar no avanço do debate e ações climáticas? O que eu tenho falado muito em relação a agenda climática é que quando a gente dá uma olhada no Brasil, o Brasil é um dos países prioritários no enfrentamento à crise climática né, e aí quando a gente aprofunda é isso, isso tem relação com o que? Tem relação com os territórios na Amazônia que são protegidos né, tem unidades de conservação, territórios indígenas, territórios quilombolas. E esses territórios só estão protegidos porque eles têm povos tradicionais habitando esses locais, então... a existência de um povo indígena ocupando um território desse que mantém essa floresta em pé, e mantém toda uma forma de de manejo ancestral nesses territórios, por si só é uma ferramenta de combate e de enfrentamento à crise climática e as mulheres desempenham um papel fundamental que é de transmissão de conhecimento nessa relação que a gente tem com tudo né, com território, com as águas, com a floresta, com a tradição, com a medicina tradicional... então essa, de uma forma geral, o saber ele é independente sim do

povo, mas de forma geral, ele é passado pelos mais antigos, pelos mais velhos, e as mulheres desempenha um papel primordial na passagem de vários conhecimentos, de várias sabedorias, e de várias práticas né, de rituais no manejo desses territórios... e que têm sido fundamentais pro enfrentamento da crise de climática, por exemplo, em muitos povos, o que acontece é que o manejo da horta é feito pela mulher, por exemplo, o cultivo, ir pro mato fazer o manejo das plantas medicinais. O homem é muito envolvido com a caça, mas a mulher é muito envolvida com o manejo de plantas. Então... isso tudo tem sido muito importante para manter os territórios vivos inclusive.

Você consegue identificar a COP como um lugar de tensões ou possibilidades nas pautas trazidas por mulheres indígenas? Bom, a COP é um lugar ainda de muito privilégio, e quem ocupa vários espaços de tomada de decisão, não são... não é quem está na ponta, sendo impactado. E eu acho que, dependendo do contexto, a gente tem duas coisas, a gente tem tensões e tem possibilidades, e o nosso papel é construir as possibilidades, para além das tensões, e muita vezes a gente precisa tencionar para criar oportunidades de mudança, e.. a gente tem que ser eu acho que estratégico para ocupar esses lugares e explicar porquê é importante falar das tensões, de forma com que elas virem possibilidades de transformação sabe. A gente tem pouco espaço de escuta lá ainda mas o nosso papel é exatamente esse, é pensar em como ir avançando e pautando cada vez mais as nossas questões, que elas virem metas, que elas virem compromissos, que a Europa, principalmente, é... que ela esteja no *front*, acolhendo essas demandas porque a gente tem uma dificuldade aqui no Brasil, com o nosso parlamento, com as nossas políticas públicas ainda, então, tem espaço tensão e de possibilidades, mas eu acredito muito que a gente usa a tensão na nossa narrativa para construir oportunidades.

Com esse momento de transição de governo, como se dá a relação do seu povo com as representações dos governos federal/estadual até o momento da COP27? Há tensões? Existia um possível espaço para parcerias? Então, eu cresci no contexto urbano, eu não cresci com meu povo mas aldeia que me acolhe ela é uma aldeia que fica no município de Juruti no Pará, meu povo é originalmente ali, da transição, ele vive na fronteira de um dos principais territórios indígenas que é o Andirá-Marau, que é de onde vem a minha bisavó, fica na fronteira do Amazonas com o Pará que fica ali no alto do Tapajós, e como eu cresci já na comunidade, é... numa comunidade dita ribeirinha, é... eu fui acolhida por uma outra aldeia que não foi a aldeia que eu cresci porque eu não cresci na aldeia né, eu cresci em Juruti. E o que acontece é que o Tuxaua da aldeia, ele é

evangélico, então acabou que ele tinha muita aderência com o governo de Bolsonaro então eu nunca levei para esses espaços a visão do meu povo, da minha aldeia né, e eu acho que a Samela ela faz isso muito bem, porque ela é do povo Sateré Mawé e o povo Sateré Mawé é que não coaduna com esse governo que a gente teve mas tá junto é... com esse governo agora e a gente acredita que existe muito espaço para parceria né, mas que a gente vai ter que ficar muito vigilante.



Apêndice G – Decisões com menções relacionadas aos povos indígenas e suas cosmovisões tradicionais em documentos oficiais na COP26

Quadro baseado em Bortolotto (2020) e Ford et. al (2016). Fonte: UNFCCC, 2021. Traduzidos pela autora.

Decisão	Título da Decisão	Citação no Documento
Decisão 1, CP.26/2021	Pacto Climático de Glasgow	“Observando a importância de garantir a integridade de todos os ecossistemas, inclui os bosques, os oceanos e a criosfera, e a proteção da biodiversidade, reconhecida por algumas culturas como a Mãe Terra , e observando também a importância que tiene para alguns o conceito de “justicia climática”, al adotar medidas para fazer frente ao câmbio climático” (p. 2)
		“Reconhecendo a importante contribuição dos povos indígenas , as comunidades locais e a sociedade civil, incluindo jovens e crianças, para trabalhar para enfrentar as mudanças climáticas e responder a ela, e destacando a necessidade urgente de ação cooperativa e em vários níveis” (p. 2)
		“Reconhecendo que a mudança climática é um problema de toda a humanidade e que, embora tomar medidas para resolvê-lo, as Partes devem respeitar, promover e levar em consideração suas respectivas obrigações em matéria de direitos humanos, direito à saúde, direitos dos povos indígenas , comunidades locais, migrantes, crianças, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade e o direito à desenvolvimento, bem como igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e equidade intergeracional” (p. 2)
Apêndice VI, Decisão 1, CP.26/2021	Perdas e Danos	“38. Também reconhece a importante contribuição de uma ampla gama de partes interessadas nos níveis local, nacional e regional, incluindo povos indígenas e comunidades locais, aos esforços para prevenir, minimizar e tratar perdas e danos relacionados com os efeitos adversos das alterações climáticas” (p. 6)
Apêndice VII, Decisão 1, CP.26/2021	Aplicação	“50. Também reconhece a importância de proteger, conservar e restaurar o ecossistemas para fornecer serviços cruciais, como servir como sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa, reduzem a vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas e sustentar meios de subsistência sustentáveis, particularmente para os povos indígenas e comunidades locais” (p. 7)
Apêndice VIII, Decisão 1, CP.26/2021	Colaboração	“55. Reconhece a importante contribuição das partes interessadas não partidárias, como sociedade civil, povos indígenas , comunidades locais, jovens, crianças, governos locais e regionais e outras partes interessadas, para avançar em direção ao objetivo da Convenção e aos objetivos do Acordo de Paris” (p.8)
		“66. Salienta o importante papel desempenhado pela cultura e conhecimento dos povos indígenas e comunidades locais na ação efetiva contra mudanças climáticas e insta as Partes a envolverem ativamente

		os povos indígenas e comunidades locais na concepção e execução da ação climática e participar da execução do segundo plano de trabalho trienal para o desempenho das funções da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas correspondente ao período 2022-2024” (p. 9)
Anexo, Decisão 5, CP/2021	Outras áreas de necessidade	“31. As Partes dos países em desenvolvimento também comunicam outras áreas de necessidades que envolvem questões como gênero, povos indígenas e grupos vulneráveis. No entanto, em nove países tipos de relatórios, menos de 10% das atividades necessárias referem-se a gênero ou comunidades. Quando esses tópicos são incluídos em relatórios nacionais, as informações tendem a se relacionar a compromissos, políticas e/ou estratégias.” (p. 44)
	Recomendações	“(c) Incentivar as Partes países em desenvolvimento a fornecer, sempre que possível, informações em necessidades relacionadas a: (i) Ação climática sensível ao gênero e as necessidades dos povos indígenas e grupos vulneráveis;” (p. 51)
Decisão 6, CP/2021	Orientações para o Fundo Verde para o Clima	“7. Encoraja o Conselho a esclarecer melhor o papel de dados e informações de, entre outras fontes, o Grupo Intergovernamental sobre Especialistas em Mudanças Climáticas e conhecimentos e práticas tradicionais, locais e indígenas na avaliação de notas conceituais, solicitações de financiamento para preparação de projetos e propostas de financiamento” (p.53)
Apêndice II, Decisão 9, CP. 26/2021	Reforço de desenvolvimento e transferência de tecnologia para o clima mediante o Mecanismo Tecnológico	“19. Congratula-se com os esforços do Centro e da Rede de Climate Technology seja mais inclusiva, aplicando seu plano de ação sobre gênero e intensificando sua interação com grupos de organizações que se dedicam às questões de mulheres e gênero, organizações juvenis e organizações de povos indígenas ” (p.61)
Decisão 15, CP. 26/2021	Prorrogação do mandato do Grupo de Peritos para Países menos desenvolvidos	“21. Incentiva as Partes, ao nomear membros do Grupo, a levar em consideração entre outras coisas, o equilíbrio de gênero; envolvimento com a juventude; a experiência em financiamento climático; e competência na concepção e execução de projetos, conhecimento indígena e tradicional e perfil acadêmico.” (p. 13)
Decisão 15, CP. 26/2021	Plataforma das Comunidades Locais e Povos Indígenas	“Recordando também a decisão 2/CP.23, em particular o parágrafo 8, na qual recomendou que os processos relativos à Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas , incluindo sua operacionalização, levem em conta, inter alia, os interesses e opiniões das comunidades locais e de povos indígenas , bem como os seguintes princípios propostos por organizações de povos indígenas : participação plena e efetiva desses povos; igualdade entre povos indígenas e as Partes, também em funções de liderança; a seleção independente de representantes dos povos indígenas de acordo com seus próprios procedimentos; e financiamento adequado pelo secretariado e por meio de contribuições voluntárias para viabilizar as funções da Plataforma” (p. 14)

		<p>“Reconhecendo que, ao tomar medidas para enfrentar a mudança climática, as partes devem respeitar, promover e levar em consideração suas respectivas obrigações em relação aos direitos humanos, o direito à saúde, os direitos dos povos indígenas, comunidades locais, migrantes, crianças, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade e o direito ao desenvolvimento, bem como a igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e equidade intergeracional” (p. 14)</p>
		<p>“Reconhecendo o papel das comunidades locais e dos povos indígenas em relação à guarda da natureza e da vida em harmonia com ela” (p. 14)</p>
		<p>“Reconhecendo também o importante papel desempenhado pela Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas como ponto de encontro das Partes e dos povos indígenas e comunidades locais para trabalhar para a consecução dos objetivos da Convenção e do Acordo de Paris” (p. 14)</p>
		<p>“Recordando a decisão 2/CP.24, parágrafo 27, na qual decidiu que, em seu período de sessões de novembro de 2021, tomaria uma decisão sobre o resultado da revisão do Grupo de Trabalho de Facilitação de Plataforma de Comunidades e Povos Locais Povos Indígenas pelo Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico” (p. 14)</p>
		<p>“Congratula-se com o relatório sobre a quinta reunião do Grupo de Trabalho de Facilitação da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas” (p. 14)</p>
		<p>“Convida os órgãos relevantes da Convenção a levarem em conta a recomendações do Grupo de Trabalho de Facilitação ao Órgão Subsidiário sobre Assessoria Científica e Tecnológica sobre a participação e contribuições do povos indígenas e comunidades locais ao longo do processo da Convenção-Quadro” (p. 14)</p>
		<p>“Congratula-se com o progresso na implementação das três funções da Plataforma das Comunidades Locais e Povos Indígenas, incluindo o aplicativo do plano de trabalho bienal inicial” (p. 14)</p>
		<p>“Reconhece o papel do Grupo de Trabalho de Facilitação na promoção da participação plena e efetiva dos povos indígenas e comunidades locais no cumprimento da meta do Acordo de Paris” (p. 15)</p>
		<p>“Congratula-se com o segundo plano de trabalho trienal da Plataforma para Comunidades Locais e Povos Indígenas para 2022-2024” (p. 15)</p>

		<p>7. Recomenda que as atividades do segundo plano de trabalho trienal facilitem a troca de experiências entre povos indígenas e comunidades locais e Partes no que diz respeito às abordagens de gestão para todos os ecossistemas, que são essencial para alcançar os objetivos da Convenção e do Acordo de Paris, a fim de fortalecer a política climática nacional, incluindo contribuições determinadas nacionalmente nacional; (p. 15)</p>
		<p>9. Reconhece que o segundo plano de trabalho trienal facilita a colaboração entre as Partes e os povos indígenas e comunidades locais para abordar às mudanças climáticas e responder a elas; (p.15)</p>
		<p>10. Convida as Partes e partes interessadas a fortalecer a participação de povos indígenas e representantes de comunidades locais de várias formas e inovador no trabalho para enfrentar e responder às mudanças climáticas;</p>
		<p>8. Solicita ao Grupo de Trabalho de Facilitação, no âmbito da candidatura do segundo plano de trabalho trienal, leve em consideração contribuições adicionais das Partes por meio de suas comunicações enviadas por meio do portal da Web da Plataforma Comunidades Locais e Povos Indígenas, conforme o caso” (p. 15)</p>
		<p>“9. Reconhece que o segundo plano de trabalho trienal facilita a colaboração entre as Partes e os povos indígenas e comunidades locais para abordar as mudanças climáticas e responder a elas” (p. 15)</p>
		<p>“11. Solicita ao Grupo de Trabalho de Facilitação que informe sobre seus resultados, incluindo um esboço do terceiro plano de trabalho trienal da Plataforma da Comunidades Locais e Povos Indígenas, bem como sobre as atividades do Plataforma, para consideração da Conferência das Partes em sua vigésima nona sessão (novembro de 2024), através do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológica em sua 60ª sessão (junho de 2024)” (p. 15)</p>
		<p>“13. Solicita ao Grupo de Trabalho de Facilitação que convide as Partes, povos indígenas e comunidades locais e outras partes interessadas para enviar comunicações sobre a revisão mencionada no parágrafo 12 acima antes da décima reunião do Grupo (novembro a dezembro de 2023); (p.15)</p>

		<p>“14. Nota com apreço o apoio fornecido pela Alemanha, Canadá, Federação Russa, Finlândia, Nova Zelândia e Suécia para o desempenho das funções da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas, em particular no âmbito do plano de trabalho bienal inicial” (p. 15)</p>
		<p>“17. Convida as Partes e organizações interessadas a fornecer apoio financeiro para o desempenho das funções da Plataforma das Comunidades Locais e dos Povos indígenas” (p. 16)</p>
Decisão 18, CP. 26/2021	Programa de trabalho sobre a Ação para Empoderamento Climático	<p>“Reafirmando o papel fundamental que desempenham, na implementação da Ação para Empoderamento Climático, uma ampla gama de partes interessadas, incluindo governos nacionais, regionais e locais, instituições educativas e culturais, museus, setor privado, organizações intergovernamentais, organizações não governamentais (ONGs), organizações internacionais, tomadores de decisão, cientistas, mídia, professores, jovens, mulheres e povos indígenas” (p. 21)</p>
Anexo, Decisão 18, CP. 26/2021	Implementação dos seis elementos da Ação para Empoderamento Climático	<p>“25. As partes são encorajadas a: a) Integrar a aprendizagem sobre mudanças climáticas nos currículos escolares e outras instituições que oferecem educação formal e apoiam a educação não discussão formal e informal sobre mudanças climáticas, que deve incluir respeito e inclusão de conhecimentos indígenas e tradicionais” (p. 29)</p>
Decisão 20, CP. 26/2021	Gênero e Mudanças Climáticas	<p>“Reconhecendo que tanto a participação plena, genuína e igualitária das mulheres quanto a sua liderança em todos os aspectos do processo da UNFCCC e nas políticas e Medidas relacionadas ao clima nos níveis nacional e local são vitais para atingir as metas climáticas de longo prazo e convidando as Partes a engajar jovens e povos indígenas na ação climática, em particular considerando a possibilidade de incluí-los nas delegações das Partes” (p. 41)</p>
		<p>“13. Encoraja as Partes a serem mais explícitas sobre a receptividade do financiamento climático para questões de gênero com vistas a fortalecer a capacidade de mulheres e continuar o trabalho do plano de ação de gênero, a fim de facilitar o acesso organizações de base de mulheres e povos e comunidades indígenas locais ao financiamento climático” (p. 43)</p>



Territorial plunder advances in the name of climate

The 26th Conference of the Parties (COP 26) to the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) will be held in early November 2021 in Glasgow, United Kingdom.

This COP meeting will take place when the world is already experiencing the effects of the climate emergency. The big expectation for Glasgow is the finalization of the Paris Agreement Rule Book. Signed in 2015, the Agreement awaits the decision on the famous 'Article 6'. This article will regulate the role of carbon markets - and of transactions involving 'mitigation outcomes' - in achieving the planet's temperature stabilization goals.

In Brazil, the effects of this crisis are added to the socio-environmental consequences resulting from attacks on the socio-territorial rights of indigenous peoples, traditional peoples and communities, and family farmers and peasants. The same happens in the

cities, and especially in the urban peripheries, with impoverished people in regions with precarious infrastructure and subject to extreme events, added to the end of public policies to fight hunger, such as the Food Purchase Program (PAA). The dismantling of environmental institutions is notorious, leading to successive records of deforestation and fires in the Brazilian biomes. Violence in the countryside and in the forest is also one of the highest in recent decades.

To save the climate, the obsession with carbon markets

Despite the failure of market mechanisms to produce real reductions in emissions around the world, they continue to be promoted as the great structural bet to make decarbonization and the goal of climate neutrality viable.

For two decades, the bet on carbon markets and offset mechanisms have been harshly criticized by civil society as a false solution to the climate crisis, as well as for the impacts caused in the territories of the Global South that are submitted to the condition of carbon sinks.

The current context of the Brazilian Amazon requires special attention due to the paralysis of the demarcation of Indigenous Lands and the invasion of traditional communities' territories, especially common use areas and collective territories. In addition, forest fires have intensified since 2019, putting ecological regions such as the Amazon, Pantanal, and Brazilian Cerrado at risk of desertification.

Carbon market is a polluting license. Therefore, among the effects of its implementation are the expansion of destructive activities in the fields of mining, industrial-scale extractivism, and fossil fuel burning (which can be offset/neutralized elsewhere). In Brazil, such rationality is reflected in the Adopt a Park and Floresta+ Carbon programs.

Therefore, considering that this COP 26 has the worst conditions for democratic participation in the history of climate negotiations, we support the position of a broad coalition of civil society that demands its postponement until more equitable conditions for participation are presented.

Global environmental governance and the post-COVID green takeover: corporations and finance at the center

In our point of view, this will not be just another COP. This COP 26 is intended to take a definitive step towards crystallizing the complex architecture of global environmental governance that has been under negotiation for years.

The latest IPCC report has reinforced the tone of the climate emergency and there is urgency for a post-Covid global economic recovery and Green Deal horizon, in which the driving dynamics of the new economic cycle are guided by the combined strategies of decarbonization and digital transformation of the economy.

Added to the climate architecture is the Convention on Biological Diversity (COP 16), which will be held in Kunming, China, in April/May 2022. On this occasion, countries will decide on the post-2020 Global Framework for Biodiversity, through a strategic plan until 2030, with the goal of increasing to 30% the land and sea surface under the protected areas/conservation units regime.

In addition, the problematic and much criticized corporate-driven agenda is gaining traction. This is the case of the Food Systems Summit, which was organized under the auspices of the United Nations and has been promoting a real transformation in the governance of global food systems.

On this same path are the proposals of Nature-Based Solutions (NbS). These include, among others, the promotion of eucalyptus monocultures, agrofuels, and the bet on transforming agriculture into a large-scale mitigation opportunity associated with the soil carbon market.

It is our understanding that the NbS make mitigation actions depend primarily on access to and control over land, in a context in which public territorial governance mechanisms are giving way to private and privatizing logics that intensify land conflicts and violence. The main ongoing threat against collective territories is through the implementation of the Rural Environmental Registration (CAR, in Portuguese), which has been promoting and consolidating digital land grabs.

In this scenario, we also see actors such as the IMF and the World Bank, with proposals for debt for climate/debt for nature swap. Note that private debts are guaranteed by national treasuries, thus generating public debt. Consequently, they deepen social inequalities and generate massive income transfers from the poor to the already very rich. Both organizations are moving to support the new financial engineering that is said to be necessary to make a new Green Deal possible, in which recovery and recovery programs include, among other things, the issuance of green bonds. In this way, land and other environmental "assets" (carbon, biodiversity, etc.) are transformed into collateral for bonds that are traded in the financial market.

Why do we say no to plunder in the name of climate?

"In the name of climate", a series of agendas and mechanisms serve the interests of national and international actors and have been causing overwhelming impacts in the expropriation and dispossession of territories, appropriation of natural resources, real

and symbolic violence on populations and ways of life.

At the same time, the expansion of the Brazilian agro-industrial complex and its associated logistical infrastructures place in the front line the bodies and territories (physical or imagined) of indigenous peoples, quilombolas, river dwellers, extractivists, traditional peoples and communities, peasants and family farmers, from all biomes in Brazil.

Given this scenario and considering what COP 26 represents in the consolidation of the international climate governance regime, we, Brazilian civil society organizations, social movements, trade union movements, entities, forums, networks, activists, researchers gathered in the Belém Charter Group and other signatory organizations of this manifesto, come before the national and international public to state that:

- The climate debate is irreducible to technical issues or new funding opportunities: it is embedded in the organization of society; in power, economic and political relations; historical contexts; class relations and in correlations of forces;
- The market mechanisms created for the reduction of greenhouse gas emissions, represent a historical process of reconfiguration of the forms of accumulation and promote new global reengineering of the economy in the name of climate.
- We oppose the introduction of forests, ecosystems and agriculture in carbon market mechanisms and reject the promotion of financial market instruments as a priority means to finance countries' climate action.

- We denounce that the widely popularized concept of net-zero emissions conceals offset mechanisms that perpetuate injustices and undermine environmental integrity;
- We reject the new dynamics of plunder promoted under the name of Nature-Based Solutions, for it is understood that it creates new fences to living spaces, reducing “nature” to a service provider for the benefit of companies and markets.

Therefore,

- We emphasize the defense of a political project for Amazonia, built for and with the Amazonian peoples, respecting their ways of life, creation and doing.
- We affirm that effective solutions for reducing greenhouse gas emissions reside in the demarcation of indigenous and quilombola lands; and in the defense of collective lands and territorial rights;
- We defend the protagonism of indigenous peoples, traditional communities, family farmers and peasants for the conservation of territories, biodiversity and common goods;
- We work for the strengthening of agroecological initiatives, which contribute to the conservation of sociobiodiversity, shortening of marketing circuits, and food sovereignty.
- We consider it necessary to discuss widely the path to a Just and Popular Transition, according to which a more integrated economy, aware of the limits of nature, does not sharpen the already dramatic situation of unemployment and income restriction of working class families;

Finally, we denounce the genocidal government of Jair Bolsonaro and question who could be interested in making Brazil an international pariah, financing and strengthening the destruction of historical achievements of the Brazilian State and its protagonist role throughout decades of international negotiation.

We resist and are against the transformation of nature into natural capital and the financialization and privatization of nature and common goods!

We will continue in struggle, building and affirming alternatives, defending our ways of life!

Signatories:

- 1 Grupo Carta de Belém
- 2 Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- 3 Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)
- 4 Conselho Nacional das Populações Extrativista (CNS)
- 5 Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
- 6 Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ)
- 7 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
- 8 Marcha Mundial das Mulheres (MMM)
- 9 Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
- 10 Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
- 11 Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
- 12 Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)
- 13 Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

- 14 Abong - Associação Brasileira de ONGs
- 15 Ágora de Habitantes da Terra (AHT-Brasil)
- 16 Aliança RECOs - Redes de Cooperação Comunitária Sem Fronteiras
- 17 Alternativas para pequena agricultura no Tocantins (APA-TO)
- 18 Amigos da Terra Brasil (ATBr)
- 19 Articulação Agro é Fogo (AéF)
- 20 Articulação de Mulheres Brasileiras Jaú-SP (AMB)
- 21 Coletivo Raízes do Baobá Jaú-SP
- 22 Articulação de mulheres do Amapá (AMA)
- 23 Articulação de Mulheres do Amazonas (AMA)
- 24 Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
- 25 Articulação Pacari Raizeiras do Cerrado (Pacari)
- 26 Articulação PomerBR
- 27 Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)
- 28 AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia
- 29 Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia (AGENDHA)
- 30 Associação Agroecológica Tijupá (Tijupá)
- 31 Associação de Favelas de São José dos Campos SP (Afsjc)
- 32 Associação de Mulheres Agricultoras (AMACAMPO)
- 33 Associação Maranhense para a Conservação da Natureza (AMAVIDA)
- 34 Associação Mundial de Comunicação Comunitária - Brasil (AMARC BRASIL)
- 35 Associação Solidariedade Libertadora área de Codó (ASSOLIB)
- 36 Campanha Antipetroleira Nem um poço a mais!
- 37 Cáritas Brasileira (CB)
- 38 CDDH Dom Tomás Balduino de MARAPÉ ES
- 39 Centro Dandara de Promotoras Legais Populares

- 40 Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (Ceapac)
- 41 Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)
- 42 Centro de Atividades Culturais Econômicas e Sociais (CACES)
- 43 Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá)
- 44 Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Padre Josimo (CPCDDHPJ)
- 45 Centro Ecológico (CAE Ipê)
- 46 Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Costeiros e Marinho (CONFREM-Brasil)
- 47 Comissão Pastoral da Terra (CPT)
- 48 Comitê de Energia Renovável do Semiárido (CERSA)
- 49 Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa (CPCTP)
- 50 Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração
- 51 Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN)
- 52 Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
- 53 Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN)
- 54 Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA -AM)
- 55 Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)
- 56 Defensores do planeta (DP)
- 57 Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB)
- 58 Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)
- 59 Fundação Luterana de Diaconia (FLD)
- 60 Federação dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares do estado do Pará (FETAGRI-PA)
- 61 Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)
- 62 Fórum de mulheres do Araripe (FMA)

- 63 Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad)
- 64 Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS)
- 65 Fotógrafos pela democracia (FPD)
- 66 Fundo Dema
- 67 Greenpeace Brasil (GPBR)
- 68 Grupo de Estudos em Educação e Meio Ambiente do Rio de Janeiro (GEEMA)
- 69 Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Estado e Territórios na Fronteira Amazônica (GEPE-Front)
- 70 Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA)
- 71 Guerreiras da Palhada
- 72 Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)
- 73 Instituto de Estudos da Complexidade (IEC)
- 74 Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
- 75 Instituto Equit - Gênero, Economia e Cidadania global (I.EQUIT)
- 76 Instituto Mulheres da Amazônia (IMA)
- 77 IYALETA Pesquisa, Ciência e Humanidades
- 78 Justiça nos Trilhos
- 79 KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
- 80 Marcha Mundial por Justiça Climática/ Marcha Mundial do Clima
- 81 Memorial Chico Mendes (MCM)
- 82 Movimento Baía Viva (Baía Viva - RJ)
- 83 Movimento brasileiro de Mulheres cegas e com baixa visão (MBMC)
- 84 Movimento Ciência Cidadã (MCC)
- 85 Movimento Mulheres pela P@Z!
- 86 Movimento Negro Unificado-Nova Iguaçu (MNU-Nova Iguaçu)
- 87 Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo/UEG (GWATÁ)
- 88 Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político
- 89 Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Europeias e Parceiros Brasileiros

- 90 Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP)
- 91 Rede de Agroecologia do Maranhão (Rama)
- 92 Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira (Rede Pantaneira)
- 93 Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (REARJ)
- 94 Rede de Educação Ambiental e Políticas Públicas (REAPOP)
- 95 Rede de Mulheres Ambientalistas da América Latina – Elo Brasil (Red Mujeres)
- 96 Rede Feminista de Saude, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
- 97 Rede Jubileu Sul Brasil
- 98 Sempreviva Organização Feminista (SOF)
- 99 Sindicato dos Docentes da UNIFESSPA (SINDUNIFESSPA)
- 100 Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ)
- 101 Terra de Direitos

DEMARCAÇÃO JÁ: Não há solução para crise climática sem nós

29/out/2021



Compomos uma delegação indígena brasileira, que parte rumo a Glasgow, na Escócia, como representantes dos anseios e portadores das mensagens urgentes dos mais de 305 Povos Indígenas do Brasil.

Somos homens e mulheres, descendentes de gerações milenares de guardiões e guardiãs dos biomas da América do Sul, e nos irmanamos aos povos originários de todos os cantos de nossa Mãe Terra.

Em todos os continentes, os povos originários lutam para proteger suas terras e garantir a todas as espécies o direito de viver. Nossa luta é por nossas vidas e por nossos territórios, pela defesa das últimas terras ancestrais e pelo enfrentamento à crise climática em nosso planeta. Nossa luta é pela cura da Terra. Por isso, reiteramos a urgência da demarcação de nossos territórios.

Terra Indígena é garantia de futuro para toda a humanidade. Nossa relação com o território não é de propriedade, exploração, expropriação ou apropriação, mas de respeito e manejo de um bem comum, que serve a toda humanidade como pólos de contenção das dinâmicas extrativistas que provocam a crise climática. Até hoje – e isso não dizemos nós, mas a ONU e diversos institutos de pesquisa com a reputação mais elevada que a ciência ocidental pode demandar -, somos nós, Povos Indígenas, os maiores responsáveis pela preservação dos biomas do planeta.

Ao sair de nossas aldeias e atravessar o Oceano Atlântico rumo à mais importante convenção do clima que a governança global instituiu, trazemos nas malas nossos conhecimentos tradicionais e a autoridade para afirmar que nossos territórios são oásis de biodiversidade e modelos de solução climática. Nossa cultura e nossos saberes são originalmente ambientalistas, mesmo antes de este termo ser inventado.

Muitos que nos ouvem hoje não têm dimensão de toda a força que empenhamos nesta missão. Moldamos e protegemos nossos biomas ao preço do sangue de milhões de parentes. O genocídio dos povos originários, a perseguição aos defensores dos territórios e a captura ilegal de nossas terras, é o maior e mais disseminado crime que a humanidade produziu ao longo de sua história. Este é um crime continuado e presente, o qual denunciemos em todas as instâncias que ocupamos.

É fundamental, que o mundo compreenda que não existe solução para a cura da Mãe Terra que não tenha os pés no chão. Conectar-se com a terra, sentir suas necessidades, entender seus ciclos e seus desequilíbrios é fundamental para revertermos os danos causados nos últimos séculos pela sede de acumulação e descarte irresponsável, desigual e ecocida.

O que sentimos em nossas aldeias, territórios protegidos a tanta custa, são os devastadores sintomas do apocalipse climático. O genocídio indígena e a contínua expropriação de nossos territórios por investidas legislativas e interesses predatórios é um claro sinal de que nossas terras são as últimas Reservas de Futuro. O massacre dos povos indígenas é um presságio da devastação irreversível que faz vítimas em florestas, bosques, campos, savanas, em todos os biomas por todo o mundo. Não contido, levará a todos os seres vivos um fim trágico, doloroso e injusto.

Para as autoridades e especialistas que se reúnem agora em Glasgow, pedimos que tomem ações reais para a proteção dos nossos territórios e que trabalhem incansavelmente para um sistema de produção mais justo e menos poluente para todos e todas sociedades.

Vamos a Glasgow para mais uma vez alertar ao mundo, e nesta ocasião com ainda mais gravidade: a humanidade está conduzindo o destino de todos nós ao caos e à morte! Nossa Mãe Terra está exaurida.

O futuro do planeta e das espécies que o habitam dependem da nossa capacidade global de cooperação para defender e fortalecer os povos indígenas e comunidades locais, para garantir a seguridade dos territórios tradicionais face aos interesses econômicos predatórios, e para criar e promover soluções climáticas efetivas baseadas na natureza e nas comunidades que a protege. Por isso, nos colocamos contra falsas soluções baseadas em inovações tecnológicas elaboradas a partir da mesma lógica desenvolvimentista e produtivista que provoca as mudanças

climáticas. Criticamos soluções que não reconheçam os povos indígenas e comunidades locais como o ponto central na defesa das florestas, da diminuição do desmatamento e das queimadas, e como essenciais para a garantir que a meta declarada de manter o aquecimento global abaixo de 1,5 graus Celsius.

Esperamos que esta mensagem chegue aos líderes globais, empresários e organizações da sociedade civil presentes na COP 26, vibre em seus corações, e refloreste suas mentes!

DEMARCAÇÃO JÁ!

Não existe solução para crise climática sem Povos e Terras Indígenas

BRASIL, 29 de outubro, 2021

COP27: Demarcar Terras e Mentes para o futuro do planeta

14/nov/2022



Nota da Apib para o novo Governo Lula e para o mundo

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), em conjunto com suas organizações regionais de base, está presente na 27ª Conferência da ONU sobre Mudanças climáticas para reafirmar o que é preciso ser feito para que a crise global do clima seja enfrentada de frente: **DEMARCAR NOSSAS TERRAS INDÍGENAS!**

Estamos no Egito com uma delegação indígena composta por mulheres, homens e jovens, que vivem em todos os 6 biomas existentes no Brasil. Ocupamos este espaço, pois sabemos que para que nossas Terras e Vidas sejam protegidas ainda é preciso demarcar as mentes da humanidade. Representantes de governos, ativistas, dirigentes de organizações de direitos humanos e socioambientais, precisam compreender e apoiar os povos indígenas nessa missão ancestral de cuidados com nossa MÃE TERRA.

Para todo o mundo esta é a COP que marca a volta do Brasil para a discussão das agendas sobre mudanças climáticas, direitos humanos e socioambiental, depois dos últimos quatro anos de um desgoverno genocida e ecocida. A vitória eleitoral do presidente Lula, apoiada pela Apib e todas as suas organizações, marca um novo momento do Brasil no cenário nacional e internacional.

Sem nossos territórios, os índices de emissão de gases de efeito estufa seriam ainda mais drásticos. Apenas em 2021, o Brasil registrou a maior alta no despejo de CO2 na atmosfera dos últimos 19 anos. Foram despejados 2,42 bilhões de toneladas desses poluentes.

No cenário internacional, o Parlamento Europeu está em processo de aprovação da lei anti desmatamento e precisa garantir rastreabilidade de commodities para além das florestas. Obrigar empresas produtoras de commodities a respeitarem a preservação da nossa biodiversidade e os direitos dos povos indígenas é fundamental neste momento. A lei da União Europeia precisa cobrar rastreabilidade das commodities de todas as vegetações nativas. Só assim os mercados consumidores estarão tomando ações para uma cadeia livre de desmatamento e sangue indígena. O Cerrado, a Caatinga, o Pampa e o Pantanal também precisam estar enquadrados no conceito de vegetação da Lei, para além das florestas como Amazônia e Mata Atlântica, independentemente da definição de florestas da Organização da ONU para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Da promessa feita por países e instituições filantrópicas na última COP26, em 2021, de garantir 1,7 bilhões para povos indígenas e comunidades locais, apenas 19% foi aplicado. Desse montante, somente 7% foi destinado diretamente para organizações de povos indígenas, segundo relatório do grupo de financiadores desta proposta. Ou seja, por mais um ano, povos indígenas seguem sendo diretamente impactados pela crise climática, mas sem acesso direto aos mecanismos financeiros para fortalecerem suas ações de enfrentamento.

Diante deste cenário nós do movimento indígena, representados pela Apib, reforçamos ao presidente Lula e toda sua equipe de transição que:

1. As demarcações das Terras Indígenas sejam colocadas como agenda central no enfrentamento das mudanças climáticas do Governo Lula;
2. As cinco Terras indígenas, que estão com todo o seu processo de Demarcação realizados e aguardam apenas o decreto de homologação, sejam assinados como ato de compromisso com os povos indígenas nos primeiros dias de governo;
3. O Governo Lula apoie a inclusão dos biomas Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa, Pantanal e Amazônia na Lei Anti Desmatamento do Parlamento Europeu;
4. Compromisso com o desmatamento ZERO;
5. Resposta sobre pedido feito pela Apib ao Governo de Transição de incluir a participação de lideranças indígenas nos espaços de construção do processo de transição para rediscussão sobre a agenda indígena dentro do Governo (Funai, Sesai...) e do recém criado Ministério dos Povos Originários;

Egito, Sharm el Sheikh, 14 de novembro de 2022

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL – APIB

Anexo D – Discurso de Lula na COP27

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de estar aqui no Egito, berço da civilização, que desempenhou um papel extraordinário na história da humanidade.

Quero também agradecer o convite para participar da vigésima sétima Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. Sinto-me especialmente honrado, porque sei que este convite não foi dirigido a mim, mas ao meu país.

Este convite, feito a um presidente recém-eleito antes mesmo de sua posse, é o reconhecimento de que o mundo tem pressa de ver o Brasil participando novamente das discussões sobre o futuro do planeta e de todos os seres que nele habitam.

O planeta que a todo momento nos alerta de que precisamos uns dos outros para sobreviver. Que sozinhos estamos vulneráveis à tragédia climática.

No entanto, ignoramos esses alertas. Gastamos trilhões de dólares em guerras que só trazem destruição e mortes, enquanto 900 milhões de pessoas em todo o mundo não têm o que comer. Vivemos um momento de crises múltiplas – crescentes tensões geopolíticas, a volta do risco da guerra nuclear, crise de abastecimento de alimentos e energia, erosão da biodiversidade, aumento intolerável das desigualdades.

São tempos difíceis. Mas foi nos tempos difíceis e de crise que a humanidade sempre encontrou forças para enfrentar e superar desafios.

Precisamos de mais confiança e determinação. Precisamos de mais liderança para reverter a escalada do aquecimento.

Os acordos já finalizados têm que sair do papel.

Para isso, é preciso tornar disponíveis recursos para que os países em desenvolvimento, em especial os mais pobres, possam enfrentar as consequências de um problema criado em grande medida pelos países mais ricos, mas que atinge de maneira desproporcional os mais vulneráveis.

Senhores e senhoras

Estou hoje aqui para dizer que o Brasil está pronto para se juntar novamente aos esforços para a construção de um planeta mais saudável. De um mundo mais justo, capaz de acolher com dignidade a totalidade de seus habitantes – e não apenas uma minoria privilegiada.

O Brasil acaba de passar por uma das eleições mais decisivas da sua história. Uma eleição observada com atenção inédita pelos demais países.

Primeiro, porque ela poderia ajudar a conter o avanço da extrema-direita autoritária e antidemocrática e do negacionismo climático no mundo.

E também porque do resultado da eleição no Brasil dependia não apenas a paz e o bem estar do povo brasileiro, mas também a sobrevivência da Amazônia e, portanto, do nosso planeta.

Ao final de uma disputa acirrada, o povo brasileiro fez a sua escolha, e a democracia venceu. Com isso, voltam a vigorar os valores civilizatórios, o respeito aos direitos humanos e o compromisso de enfrentar com determinação a mudança climática.

O Brasil já mostrou ao mundo o caminho para derrotar o desmatamento e o aquecimento global. Entre 2004 e 2012, reduzimos a taxa de devastação da Amazônia em 83%, enquanto o PIB agropecuário cresceu 75%.

Infelizmente, desde 2019, o Brasil enfrenta um governo desastroso em todos os sentidos – no combate ao desemprego e às desigualdades, na luta contra a pobreza e a fome, no descaso com uma pandemia que matou 700 mil brasileiros, no desrespeito aos direitos humanos, na sua política externa que isolou o país do resto do mundo, e também na devastação do meio ambiente.

Não por acaso, a frase que mais tenho ouvido dos líderes de diferentes países é a seguinte:

“O mundo sente saudade do Brasil.”

Quero dizer que o Brasil está de volta.

Está de volta para reatar os laços com o mundo e ajudar novamente a combater a fome no mundo.

Para cooperar outra vez com os países mais pobres, sobretudo da África, com investimentos e transferência de tecnologia.

Para estreitar novamente relações com nossos irmãos latino-americanos e caribenhos, e construir junto com eles um futuro melhor para nossos povos.

Para lutar por um comércio justo entre as nações, e pela paz entre os povos.

Voltamos para ajudar a construir uma ordem mundial pacífica, assentada no diálogo, no multilateralismo e na multipolaridade.

Voltamos para propor uma nova governança global. O mundo de hoje não é o mesmo de 1945. É preciso incluir mais países no Conselho de Segurança da ONU e acabar com o privilégio do veto, hoje restrito a alguns poucos, para a efetiva promoção do equilíbrio e da paz.

No pronunciamento que fiz ao fim da eleição no Brasil, em 30 de outubro, ressalttei a importância de unir o país, que foi dividido ao meio pela propagação em massa de fake news e discursos de ódio.

Naquela ocasião, eu disse que não existem dois Brasis. Quero dizer agora que não existem dois planetas Terra. Somos uma única espécie, chamada Humanidade, e não haverá futuro enquanto continuarmos cavando um poço sem fundo de desigualdades entre ricos e pobres.

Precisamos de mais empatia uns com os outros. Precisamos construir confiança entre nossos povos. Precisamos nos superar e ir além dos nossos interesses nacionais imediatos, para que sejamos capazes de tecer coletivamente uma nova ordem internacional, que reflita as necessidades do presente e nossas aspirações de futuro.

Estou aqui hoje para reafirmar o inabalável compromisso do Brasil com a construção de um mundo mais justo e solidário.

Senhoras e senhores

A Organização Mundial da Saúde alerta que a crise climática compromete vidas e gera impactos negativos na economia dos países.

Segundo projeções da Organização, entre 2030 e 2050 o aquecimento global poderá causar aproximadamente 250 mil mortes adicionais ao ano – por desnutrição, malária, diarreia e estresse provocado pelo calor excessivo.

O impacto econômico de todo esse processo, apenas no que se refere aos custos de danos diretos à saúde, é estimado pela OMS entre 2 a 4 bilhões de dólares por ano até 2030.

Ninguém está a salvo.

Os Estados Unidos convivem com tornados e tempestades tropicais cada vez mais frequentes e com potencial destrutivo sem precedentes.

Países insulares estão simplesmente ameaçados de desaparecer.

No Brasil, que é uma potência florestal e hídrica, vivemos em 2021 a maior seca em 90 anos, e fomos assolados por enchentes de grandes proporções que impactaram milhões de pessoas.

A Europa enfrenta uma série de fenômenos meteorológicos e climáticos extremos em várias partes do continente – de incêndios devastadores a inundações que causam um número inédito de mortes.

Apesar de ser o continente com a menor taxa de emissão de gases do efeito estufa do planeta, a África também vem sofrendo eventos climáticos extremos.

Enchentes e secas no Chade, Nigéria, Madagascar e parte da Somália.

Elevação do nível dos mares, que num futuro próximo será catastrófica para as dezenas de milhões de egípcios que vivem no Delta do rio Nilo.

Repito: ninguém está a salvo. A emergência climática afeta a todos, embora seus efeitos recaiam com maior intensidade sobre os mais vulneráveis.

A desigualdade entre ricos e pobres manifesta-se até mesmo nos esforços para a redução das mudanças climáticas.

O 1 por cento mais rico da população do planeta vai ultrapassar em 30 vezes o limite das emissões de gás carbônico necessário para evitar que o aumento da temperatura global ultrapasse a meta de 1,5 grau centígrado até 2030.

Este 1 por cento mais rico está a caminho de emitir 70 toneladas de gás carbônico per capita por ano. Enquanto isso, os 50 por cento mais pobres do mundo emitirão, em média, apenas uma tonelada per capita, segundo estudo produzido pela ONG Oxfam e apresentado na COP 26.

Por isso, a luta contra o aquecimento global é indissociável da luta contra a pobreza e por um mundo menos desigual e mais justo.

Senhores e senhoras

Não há segurança climática para o mundo sem uma Amazônia protegida. Não mediremos esforços para zerar o desmatamento e a degradação de nossos biomas até 2030, da mesma forma que mais de 130 países se comprometeram ao assinar a Declaração de Líderes de Glasgow sobre Florestas.

Por esse motivo, quero aproveitar esta Conferência para anunciar que o combate à mudança climática terá o mais alto perfil na estrutura do meu governo.

Vamos priorizar a luta contra o desmatamento em todos os nossos biomas. Nos três primeiros anos do atual governo, o desmatamento na Amazônia teve aumento de 73 por cento.

Somente em 2021, foram desmatados 13 mil quilômetros quadrados.

Essa devastação ficará no passado.

Os crimes ambientais, que cresceram de forma assustadora durante o governo que está chegando ao fim, serão agora combatidos sem trégua.

Vamos fortalecer os órgãos de fiscalização e os sistemas de monitoramento, que foram desmantelados nos últimos quatro anos.

Vamos punir com todo o rigor os responsáveis por qualquer atividade ilegal, seja garimpo, mineração, extração de madeira ou ocupação agropecuária indevida.

Esses crimes afetam sobretudo os povos indígenas.

Por isso, vamos criar o Ministério dos Povos Originários, para que os próprios indígenas apresentem ao governo propostas de políticas que garantam a eles sobrevivência digna, segurança, paz e sustentabilidade.

Os povos originários e aqueles que residem na região Amazônica devem ser os protagonistas da sua preservação. Os 28 milhões de brasileiros que moram na Amazônia têm que ser os primeiros parceiros, agentes e beneficiários de um modelo de desenvolvimento local sustentável, não de um modelo que ao destruir a floresta gera pouca e efêmera riqueza para poucos, e prejuízo ambiental para muitos.

Vamos provar mais uma vez que é possível gerar riqueza sem provocar mais mudança climática. Faremos isso explorando com responsabilidade a extraordinária biodiversidade da Amazônia, para a produção de medicamentos e cosméticos, entre outros.

Vamos provar que é possível promover crescimento econômico e inclusão social tendo a natureza como aliada estratégica, e não mais como inimiga a ser abatida a golpes de tratores e motosserras.

Tenho o prazer de informar que logo após nossa vitória na eleição de 30 de outubro, Alemanha e Noruega anunciaram a intenção de reativar o Fundo Amazônia, para financiar medidas de proteção ambiental na maior floresta tropical do mundo.

O Fundo dispõe hoje de mais de 500 milhões de dólares, que estão congelados desde 2019, devido à falta de compromisso do governo atual com a proteção da Amazônia.

Estamos abertos à cooperação internacional para preservar nossos biomas, seja em forma de investimento ou pesquisa científica.

Mas sempre sob a liderança do Brasil, sem jamais renunciarmos à nossa soberania.

Conjugar desenvolvimento e meio ambiente também é investir nas oportunidades criadas pela transição energética, com investimentos em energia eólica, solar, hidrogênio verde e biocombustíveis. São áreas nas quais o Brasil tem um potencial imenso, em particular no Nordeste brasileiro, que apenas começou a ser explorado.

Cuidar das questões ambientais também é melhorar a qualidade de vida e as oportunidades nos centros urbanos. Fornecer alternativas de meios de transporte com menor impacto ambiental.

Gerar empregos em indústrias menos poluentes na cadeia industrial da reciclagem, que melhora o aproveitamento das matérias primas, e no saneamento básico, que protege a nossa saúde e nossos rios cuidando da água, elemento indispensável para a vida.

A produção agrícola sem equilíbrio ambiental deve ser considerada uma ação do passado. A meta que vamos perseguir é a da produção com equilíbrio, sequestrando carbono, protegendo a nossa imensa biodiversidade, buscando a regeneração do solo em todos os nossos biomas, e o aumento de renda para os agricultores e pecuaristas.

Estou certo de que o agronegócio brasileiro será um aliado estratégico do nosso governo na busca por uma agricultura regenerativa e sustentável, com investimento em ciência, tecnologia e educação no campo, valorizando os conhecimentos dos povos originários e comunidades locais. No Brasil há vários exemplos exitosos de agroflorestas.

Temos 30 milhões de hectares de terras degradadas. Temos conhecimento tecnológico para torná-las agricultáveis. Não precisamos desmatar sequer um metro de floresta para continuarmos a ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo.

Este é um desafio que se impõe a nós brasileiros e aos demais países produtores de alimentos. Por isso estamos propondo uma Aliança Mundial pela Segurança Alimentar, pelo fim da fome e pela redução das desigualdades, com total responsabilidade climática.

Quero aproveitar a ocasião para garantir que o acordo de cooperação entre Brasil, Indonésia e Congo será fortalecido pelo meu governo.

Juntos, nossos três países detêm 52 por cento das florestas tropicais primárias remanescentes no planeta.

Juntos, trabalharemos contra a destruição de nossas florestas, buscando mecanismos de financiamento sustentável, para deter o avanço do aquecimento global.

Quero também propor duas importantes iniciativas, a serem apresentadas formalmente pelo meu governo, que se iniciará no dia primeiro de janeiro de 2023.

A primeira iniciativa é a realização da Cúpula dos Países Membros do Tratado de Cooperação Amazônica.

Para que Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela possam, pela primeira vez, discutir de forma soberana a promoção do desenvolvimento integrado da região, com inclusão social e responsabilidade climática.

A segunda iniciativa é oferecer o Brasil para sediar a COP 30, em 2025. Seremos cada vez mais afirmativos diante do desafio de enfrentar a mudança do clima, alinhados com os compromissos acordados em Paris e orientados pela busca da descarbonização da economia global.

Enfatizo ainda que em 2024 o Brasil vai presidir o G20. Estejam certos de que a agenda climática será uma das nossas prioridades.

Senhoras e senhores

Em 2009, os países presentes à COP 15 em Copenhague comprometeram-se em mobilizar 100 bilhões de dólares por ano, a partir de 2020, para ajudar os países menos desenvolvidos a enfrentarem a mudança climática.

Este compromisso não foi e não está sendo cumprido.

Isso nos leva a reforçar, ainda mais, a necessidade de avançarmos em outro tema desta COP27: precisamos com urgência de mecanismos financeiros para remediar perdas e danos causados em função da mudança do clima.

Não podemos mais adiar esse debate. Precisamos lidar com a realidade de países que têm a própria integridade física de seus territórios ameaçada, e as condições de sobrevivência de seus habitantes seriamente comprometidas.

É tempo de agir. Não temos tempo a perder. Não podemos mais conviver com essa corrida rumo ao abismo.

Se pudermos resumir em uma única palavra a contribuição do Brasil neste momento, que essa palavra seja aquela que sustentou o povo brasileiro nos tempos mais difíceis: Esperança.

A esperança combinada com uma ação imediata e decisiva, pelo futuro do planeta e da humanidade.

Muito obrigado a todos.

Luiz Inácio Lula da Silva.